

SÉRGIO ANTÔNIO DE PAULA ALMEIDA

**NO LIVRO A RAIZ, NA LEMBRANÇA O PASSADO. FRAGMENTOS
CULTURAIS E MEMÓRIA DOS DESCENDENTES DECLARADOS DE
INDÍGENAS DE MIRAÍ**

Dissertação apresentada à **Universidade Federal de Viçosa**,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do
título de **Magister Scientiae**.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

A447n
2016

Almeida, Sérgio Antônio de Paula, 1976-
No livro a raiz, na lembrança o passado. Fragmentos
culturais e memória dos descendentes declarados de indígenas de
Miraí / Sérgio Antônio de Paula Almeida. - Viçosa, MG, 2016.
xi, 175f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Índios da América do Sul - Brasil. 2. Índios Purí.
3. Índios - Usos e costumes - Miraí (MG). 4. Memória.
5. Cultura. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Artes e Humanidades. Programa de Pós-graduação em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22 ed. 980.41

SÉRGIO ANTÔNIO DE PAULA ALMEIDA

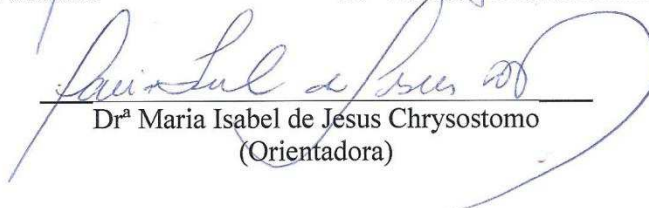
**NO LIVRO A RAIZ, NA LEMBRANÇA O PASSADO. FRAGMENTOS
CULTURAIS E MEMÓRIA DOS DESCENDENTES DECLARADOS DE
INDÍGENAS DE MIRAÍ**

Dissertação apresentada à **Universidade Federal de Viçosa**,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do
título de **Magister Scientiae**.

APROVADA: 16 de agosto de 2016


Dr.ª Karla Denise Martins


Dr.ª Vitória Fernanda Schettini de Andrade


Dr.ª Maria Isabel de Jesus Chrysostomo
(Orientadora)

Agradecimentos

Acredito ser este momento especial uma vez que os agradecimentos não poderão exprimir o tamanho do reconhecimento. Neste sentido, devo gratidão ao jovem Mateus Barbosa Teixeira, pelas incontáveis horas de companheirismo e trabalho na catalogação dos 5.974 registros de batismos. Devo igual consideração a Izabooh e Felipe Fernandes, pela realização de meu projeto, o Software Raiz. Fui apenas um conselheiro. Tenho sincera estima aos reverendíssimos Pe. Antônio Luiz da Silva, Pe. José Carlos Ferreira Leite e à Sua Excelência, Dom José Eudes Campos do Nascimento, Bispo Diocesano de Leopoldina, pelo acolhimento, zelo e presteza para a realização deste trabalho. Foram também primordiais para o levantamento dos dados paroquiais o voluntariado de Terezinha Morito e Maria Inêz Vanes Loures. Agradeço a professora Marlucy Pimentel Januário, pela correção ortográfica.

Agradeço de forma singular às professoras, Dra. Karla Denise Martins e Dra. Vitória Fernanda Schettini de Andrade pela leitura atenciosa do texto e pelos conselhos. Ofereço às professoras todo o meu respeito e admiração. Deixo semelhante consideração aos professores da Universidade Federal de Viçosa, professores(as) Dr(as) Ângelo, André, Leonardo, Jonas, Luiz, Patrícia, Priscila e ao professor Dr. Felipe Barata da Universidade de Évora, Portugal. Para vocês digo: serei eternamente aluno e possuidor de fragmentos do conhecimento de cada um. Ainda desta turma pioneira do Mestrado em Patrimônio Cultural, abraço com fraternidade os (as) amigos (as) Flávio, Rafael, Lucas, Wagner, Cristina, Isabela, Nayara, Janaina, Ana Carolina, Walquíria, Ariane, Mileny e Fahrenheit.

Aos descendentes declarados de indígenas Puri, ofereço cinquenta abraços e digo, obrigado. Agradeço de forma especial à senhora Maria da Glória Xavier, que contribuiu de forma ímpar na construção do questionário semiestruturado para a pesquisa de campo.

À Ir. Cristina Maria Pastore, agradeço pelas intermináveis orações. Quando disse que havia terminado o trabalho e tinha apresentado, fui exortado: “Você não avisou, Sérgio. Deveria ter falado para colocar em oração!”(...) E disse: “ Mas já que deu tudo certo, vamos continuar rezando para agradecer”.

Aos meus familiares, obrigado pela torcida. Vencemos!

Agradeço por fim minha inesquecível orientadora. Peço permissão para que seu nome fique por último. Somente o deixando desta forma consigo dizer que a sua dedicação, incentivo e respeito, foram a sustentação de minha caminhada. Muito obrigado,

Dra. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo.

Índice

Lista de Imagens.....	v
Lista de Mapas.....	vi
Lista de Gráficos.....	vii
Organograma.....	vii
Lista de Planilhas.....	viii
Certidão de Batismo - Passo a passo para impressão de certidões no Software Raiz.....	ix
Resumo.....	x
Abstract.....	xi
Introdução.....	1
Parte I	
Capítulo 1: A Questão Indígena na História do Brasil.....	8
1.1 – O Achamento do Brasil.....	9
1.2 – Em nome da fé, do trabalho: tornemos os índios cristãos e cidadãos (séc. XVI-XVIII).....	14
1.3 – O Diretório dos Índios: Reformismo iluminado na colônia portuguesa da América.....	21
1.4 – A Viradeira em terras coloniais: tutela e subordinação do indígena.....	27
1.5 – O Sertão do rio Doce: Expansão territorial, ambição e guerra contra os indígenas.....	29
1.6 – Sobre a civilização dos índios no período joanino.....	33
1.7 – Política indigenista no Império do Brasil: José Bonifácio e o índio na concepção da lei e da ordem.....	37
1.8 – Auto-inserção e selvageria: a busca pela cidadania brasileira e a questão da terra.....	41
1.8.1 Os Índios na atualidade, uma questão conceitual.....	46
Capítulo 2: Ocupação e contato com Indígenas na Zona da Mata mineira.....	50
2.1 – A região do Porto dos Diamantes (Meia Pataca).....	51
2.2 – Reconsiderando a ocupação do território entre os rio Pomba e rio Robson Cruzoé.....	56

Capítulo 3: Indígenas de Mirai: Memória e História.....	61
3.1 – Memória e lembrança na construção da História.....	61
3.2 – Descendentes de indígenas Puri de Santo Antônio do Muriahé: novas perspectivas para a história.....	70
3.3. – Os Puri.....	73
Capítulo 4: No Livro a Raiz.....	80
4.1 – O registros dos Puri nas fontes batismais: a importância dos Livros de Batismo.....	81
4.2 – A Igreja e os livros de batismos da Freguesia de Santo Antônio do Muriahé.....	83
4.2.1 – A Sociedade Civil Livre (Santo Antônio do Muriahé).....	85
4.2.2 – A Sociedade Escrava (Santo Antônio do Muriahé).....	88
4.2.3 – A marca dos Indígenas (Santo Antônio do Muriahé).....	90
4.2.4 – As revelações dos registros de batismos.....	95
Capítulo 5: Fragmentos Culturais e Memória dos Indígenas Puri.....	98
5.1 – Mirai, perdida no tempo	99
5.2 – Descendentes declarados de Puri na cidade de Mirai.....	103
5.2.1 – O Grupo Ancião dos descendentes de indígenas Puri.....	106
5.2.2 – O Grupo Intermediário dos descendentes de indígenas Puri.....	109
4.2.3 – O Grupo Jovem dos descendentes de indígenas Puri	116
Considerações Finais: As últimas impressões sobre os descendentes declarados de indígenas Puri	119
Anexos – Parte I	123
Parte II	
Capítulo 1: Catalogação e organização de dados dos livros de batismos da Igreja Matriz de Santo Antônio de Mirai	137
1.2 – O Software Raiz – Impressão e Conservação de Documentos Históricos e Cíveis.....	149
Anexos – Parte II	156
Bibliografia.....	167

Lista de Imagens

Imagem 1: Desembarque de Cabral em Porto Seguro.....	8
Imagem 2: Selva brasileira	50
Imagem 3: Índios Puri – Johann Moritz Rugendas – século XIX.....	74
Imagem 4: Cabana de Puri.....	77
Imagem 5: Igreja Matriz de Santo Antônio – século XIX	80
Imagem 6: Pote de barro feito por índios Puri.....	98
Imagem 7: Conjunto arquitetônico no centro de Miráí	101
Imagem 8: Família de índios Puri em viagem pela mata.....	175

Lista de Mapas

Mapa 1: Ilha do Brasil - Andréa de Bianco. Ano de 1436 – Mapa adaptado.....	11
Mapa 2: Região do rio Robson Cruzoé e rio Pomba – século XIX.....	54
Mapa 3: Mapa adaptado - Dispersão dos descendentes declarados de indígenas Puri.....	103

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Sociedade Civil Livre (1866 a 1900).....	87
Gráfico 2: Sociedade Escrava e ex-escrava (1866 a 13/05/1894).....	89
Gráfico 3: Sociedade Indígena Puri.....	91
Gráfico 4: Filhos de mães solteiras sem o sobrenome de família.....	93
Gráfico 5: Taxa de natalidade anual – de acordo com a data de nascimento.....	94

Organograma

Organograma	23
--------------------------	----

Lista de Planilhas

Planilha 1: Registros de batismos de filhos(as) de mães sem o sobrenome de família.....	92
Planilha 2: Modelo para catalogação dos registros de batismos.....	139
Planilha 3: Registro geral de batismos de Santo Antonio do Muriaé (1866 a 31/12/1900) - Cidade de Mirai - Minas Gerais	140
Planilha 4: Batismos - De acordo com a data de nascimento: Janeiro/Fevereiro/Março....	141
Planilha 5: Batismos - De acordo com a data de nascimento: Abril/Maio/Junho.....	142
Planilha 6: Batismos - De acordo com a data de nascimento: Julho/Agosto/Setembro.....	143
Planilha 7: Batismos - De acordo com a data de nascimento:Outubro/Novembro/Dezembro.....	144
Planilha 8: Batismos de crianças sem datas de nascimento – de acordo com a sequência registrada no livro: Janeiro/Fevereiro/Março.....	145
Planilha 9: Batismos de crianças sem datas de nascimento – de acordo com a sequência registrada no livro: Abril/Maio/Junho.....	146
Planilha 10: Batismos de crianças sem datas de nascimento – de acordo com a sequência registrada no livro: Julho/Agosto/Setembro.....	147
Planilha 11: Batismos de crianças sem datas de nascimento – de acordo com a sequência registrada no livro: Outubro/Novembro/Dezembro.....	148

Certidão de Batismo

Passo a passo para impressão de certidões no Software Raiz

Passo 1.....	151
Passo 2.....	152
Passo 3.....	153
Passo 4.....	154
Passo 5 – Certidão impressa.....	155

RESUMO

ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula. M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2016. **No livro a raiz, na lembrança o passado: Fragmentos Culturais e Memória dos descendentes declarados de indígenas de Mirai.** Orientadora: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo.

Após séculos de opressão e de lutas, muitos dos grupos indígenas brasileiros sobreviveram apenas nas narrativas da história. Contudo, em alguns casos, eles deixaram fragmentos de cultura entrelaçados aos modos de vida urbana na atualidade. Na Zona da Mata mineira, região das últimas fronteiras liberadas para ocupação territorial a partir do último quarto do século XVIII e início do século XIX, encontrou-se registros paroquiais de batismos com evidências de resistência de um desses povos de floresta, o povo indígena Puri. Estes índios habitaram também no território da atual cidade de Miraí, antiga Freguesia de Santo Antônio do Muriaé, e parte de suas tradições estão mantidas, ainda que de forma esmaecida, como fragmentos de cultura ancestral presentes nas famílias que se auto-declaram como descendentes deste povo de floresta.

Investigá-las no entanto, é um exercício da memória.

ABSTRACT

ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula. M.Sc, Federal University of Viçosa. August, 2016. **In the book the root, in memory of the past: cultural fragments and declared descendants of indigenous from Mirai.** Advisor: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo.

After centuries of oppression and fights, many aborigine Brazilians groups survived just in the narratives of history. However, in some cases, they culture. They left fragments of the culture interlaced the urban way of life in the present. The Forest Zone of Minas Gerais, of the last frontiers released for territorial occupation form the last quarter of the eighteenth century and early nineteenth century. We found registration of documents of Parish church of baptism with evidence of resistance to one of these people of the forest, the Puri aborigine. These aborigines also lived in the territory at the present Mirai, older Parish of Santo Antonio do Muriahé, and part of their traditions are maintained. Still dimmed form, an ancestral culture fragments investigate them.

However, it is an exercise of memory.

Introdução

O problema da narrativa histórica é a sua desconstrução. Escrever sobre fatos com pouca, ou mesmo, nenhuma perceptibilidade é uma tarefa desgastante. Desviar-se de uma corrente historiográfica consagrada, a exemplo da econômica, utilizando de seus métodos, mas não de seus conceitos ao deparar com questões relacionadas à análise de fontes cartoriais e eclesiásticas, é um desafio para o historiador. Agregadas essas barreiras às fontes de pesquisa que o tempo se encarregou de fragmentar e deteriorar, tornam a investida do pesquisador algo mais complexo. Todavia, deve-se considerar as possibilidades oferecidas para um olhar voltado ao campo da história da cultura. Disse Ciro Flamarion Cardoso (1997) que “neste limiar do século XXI, vivemos segundo muitos uma crise de civilização, simbolizada talvez em forma adequada pela maneira com que se encara hoje em dia a dupla conceitual cultura/civilização.”¹ “Neste sentido, a utilização inovadora de documentos históricos e de teoria social, enriquecida por novas leituras de mito, ritual e narrativas orais como formas alternativas de discurso histórico (...)”² apresentam “um roteiro bastante atraente para explorações em histórias nativas, colocadas de forma instigante no plural.”³

Nesta perspectiva apontada por Cardoso (1997) e Monteiro (2001) lancei-me à pesquisa no campo da história cultural, buscando encontrar traços esmaecidos de tradição dos remanescentes da etnia indígena Puri, um dos muitos grupos humanos que, em meados do século XIX e no início do século XX, ainda caminhavam pelos restos de florestas com os seus campos abertos durante a expansão de fronteiras agrícola na região da Zona da Mata mineira. No entanto, compreendendo que “a realidade, mesmo a do passado imediato, é irrecuperável”⁴ e sob essa perspectiva apresentada por David Lowenthal (1998), entendi de imediato que, apesar da possibilidade de possuir depoimentos de pessoas com ascendência indígena declarada, não estaria tratando com os próprios índios que sobreviveram ao processo de urbanização. Eles, os índios, sofreram de forma contínua o que Darcy Ribeiro (1996)

¹CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivaís. In: **Domínios da Historia: ensaios de teoria e metodologia**/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.)- Rio de Janeiro: Campus, 1997.

²MONTEIRO, John M. **TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia IFCH-Unicamp, 2001. p. 6.

³MONTEIRO, John M. Ibidem, 2001.

⁴LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Proj. História, São Paulo, (17), Nov. 1998, p. 71.

classifica como aculturação⁵ a partir do contato estabelecido por vias legais ou clandestinas no território que ocupavam, estando, desta forma, em um constante processo de adaptação cultural. Por este motivo, formei consciência que aquela é uma sociedade⁶ que se apagou no tempo. Compreendo, portanto, estar tratando os fragmentos culturais de um povo de floresta. Reminiscências que sobreviveram às investidas do colonizador e que chegaram aos dias atuais. Fragmentos de tradição guardados, ainda que de forma turva, na lembrança, na memória e nos costumes de seus descendentes na atualidade. Estes descendentes possuem, assim como os seus antepassados, na tradição da oralidade, a capacidade de transmitir para seus filhos(as) o pouco que ainda resta de sua cultura ancestral, e de apresentar à sociedade os últimos traços culturais do seu povo que vivia na floresta.

Ainda de acordo com Gwyn Prins (1992), “os historiadores das sociedades modernas, industriais e maciçamente alfabetizadas – ou seja, a maior parte dos historiadores profissionais – em geral são bastante céticos quanto ao valor das fontes orais na reconstrução do passado.”⁷ Contudo, busquei confrontar fontes que pudessem auxiliar nesta tarefa. Entre as escolhidas, foram primordiais os registros de batismos da Igreja Matriz de Santo Antônio na cidade de Mirai, antiga Freguesia de Santo Antônio do Muriaé. Fontes de valor inestimável que comprovam a existência deste grupo indígena e a sua resistência no território de Mirai durante a formação de suas estruturas urbanas. Fontes, que após exauridas, contribuíram, de maneira ímpar, para a formação da paisagem histórica da localidade, sendo cotejadas com os depoimentos de pessoas que se declaram como descendentes de índios da cidade de Mirai. Desta forma, através da cultura da oralidade, este grupo de pessoas auto-declaradas apresentaram, ainda que de forma tênue, lembranças e saberes recebidos de seus antepassados(as) Puri que viviam nestas matas onde muitos foram “pegos no laço” ou amansados com cachaça.

Embora poucos dos historiadores das correntes mais conservadoras aceitem a veracidade e a consistência das fontes históricas produzidas a partir do método da oralidade⁸,

⁵RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 34-36.

⁶Para os conceitos de Sociedade, ver página 84.

⁷PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. Peter Burke (org.); Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP 1992, p. 163.

⁸Ressalta-se a desconfiança sendo as mesmas, fontes orais, de difícil comprovação. A própria narrativa e fluidez dos fatos requer análises minuciosas e cotejamento constante com outras fontes que corroborem com a sua veracidade.

deve-se considerar que elas são verdadeiros achados que complementam lacunas em que as técnicas tradicionais de investigação apresentam dificuldades para solucionar seus problemas. As fontes orais, enquanto documentos históricos, confrontadas com outras fontes que corroboram com o seu teor de informação, eliminam a margem da desconfiança por sua autêntica contribuição na busca pela veracidade de fatos outrora acontecidos. No caso, os registros batismais possuem conexão com os depoimentos colhidos em diversas perspectivas de análise, como se verá no decorrer do texto.

Neste contexto, John Monteiro (2001) amplia o campo das possibilidades ou mesmo das dificuldades impostas pela antiga produção acadêmica ao longo dos anos ressaltando que:

A ausência quase total de fontes textuais e iconográficas produzidas por escritores e artistas índios por si só impõe uma séria restrição aos historiadores. No entanto, o maior obstáculo impedindo o ingresso mais pleno de atores indígenas no palco da historiografia brasileira parece residir na resistência dos historiadores ao tema, considerado, desde há muito, como alçada exclusiva dos antropólogos. De fato, o isolamento dos índios no pensamento brasileiro, embora já anunciado pelos primeiros escritores coloniais, começou a ser construído de maneira mais definitiva a partir da elaboração inicial de uma historiografia nacional, em meados do século XIX.⁹

Desta forma, para esses personagens históricos, até mesmo seu silêncio clama por oportunidade - que o historiador cultural transforma em voz dos excluídos. Assim, no campo da memória, vejo que a única ferramenta capaz de atribuir reminiscências de fragmentos culturais é a própria palavra expressa dos participantes da amostragem realizada. Esta memória precisa passar pelo crivo da lembrança por que “toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recupera-se parte da consciência de acontecimentos anteriores, possibilitando distinguir o ontem de hoje, sendo possível confirmar que se viveu um passado.”¹⁰ Ademais, não sou eu, enquanto historiador, quem classifica os descendentes de Puri como membros que pertencem a um grupo indígena possuidor de fragmentos de tradições ancestrais, vivendo e integrando atualmente as estruturas culturais de uma sociedade urbana. Como se verá, de acordo com Melatti¹¹ (1994), o critério de auto-identificação é o responsável por essa ação praticada em conjunto entre os pares de um mesmo grupo social.

⁹MONTEIRO, John Op. Cit. 2001, p. 2.

¹⁰LOWENTHAL, Op. Cit. 1998, p. 75.

¹¹MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. 7ª ed. – São Paulo: HUCITEC; 1994 – (Estudos Brasileiros; 14).

O texto está dividido em duas partes.

Na Primeira Parte, no Capítulo 1, reuni alguns dos principais documentos da legislação portuguesa referentes à “questão do indígena.” Intencionei vasculhar nos principais documentos da época colonial as feições do projeto colonizador, tendo como pano e fundo o indígena brasileiro. Fiz a escolha de apresentar o índio brasileiro através do viés do trabalho; isto é, da utilidade do índio enquanto agente histórico de interesse da Coroa Portuguesa e da Igreja, não esquecendo da interferência do colono leigo. Busquei destacar como o índio participou do projeto colonizador português, sofrendo as influências culturais que o levaram de escravo a agricultor do projeto pomбалino. Procurei, também, apresentar, de forma sucinta, como, aos poucos, alguns grupos indígenas saíram da condição considerada “selvagem” e inseriram-se na sociedade do Império do Brasil após a Proclamação da Independência.

O Capítulo 2 aborda o período da História Imperial. Nele encontra-se parte do debate sobre a condição do indígena no Brasil no alvorecer do Império. José Bonifácio é o personagem central, sendo o mesmo motivador do debate na Assembleia Constituinte, onde os deputados procuravam entendimento sobre como considerar os indígenas e seus descendentes: serão brasileiros ou apenas habitantes do Brasil? Além do debate político, o capítulo vem assinalando a expansão territorial na região onde surgiu o arraial do Brejo de Santo Antônio, mais tarde elevado à condição de Freguesia de Santo Antônio do Muriaé. Apesar de possuir a primeira parte deste capítulo uma visão tradicionalista sobre a formação de Freguesias no século XIX a partir de sua célula mater (Capela), busquei, em segundo momento, apresentar a visão de onde viviam os povos que habitavam as florestas que existiam entre os rios Muriaé (rio Robson Cruzoé) e o rio Pomba, região esta rica em recursos naturais.

O Capítulo 3 aborda o tema da memória e sua condição ímpar para a retratação de fragmentos do passado. Procuro demonstrar em uma rápida análise a importância do grupo familiar para a manutenção das estruturas culturais de sua célula formadora, e a partir dessa perspectiva lanço a ideia de que mesmo separadas, mas possuindo costume em comum, essas famílias de descendentes declarados de indígenas se apresentam na paisagem urbana local como marcas vivas do seu passado de floresta. Nesse sentido, o tempo e a condição de domínio imposta pelo colonizador do século XIX na região das Matas mineiras podem até mesmo ter contribuído para o movimento de resistência de suas tradições ancestrais, uma vez que a memória nasce principalmente na lembrança das mulheres índias “pegas no laço.”

Entretanto, encontrei também avôs e bisavôs guardiães dos saberes de seu povo de floresta. Sendo estas pessoas as responsáveis pela ligação do tempo histórico e transmissão da tradição indígena herdada na maioria das vezes de uma avó e/ou bisavó “pegas no laço.” Por fim, apresento uma rápida retratação de costumes do povo indígena Puri colhidos por viajantes do século XIX.

No Capítulo 4, apresento de forma geral os dados colhidos nos livros de registros de batismos. Possuem esses registros, a dimensão sócio cultural de Santo Antônio do Muriaé. Mesmo uma análise superficial é capaz de apresentar a transformação ocorrida na sociedade indígena da localidade. Estes registros cotejados aos depoimentos dos descendentes de indígenas fazem a ligação do tempo histórico. No capítulo, pode-se, além das análises realizadas, aventurar-se por novas abordagens, possuindo nas mesmas fontes inúmeras possibilidades de estudos.

O Capítulo 5, último desta Parte I, é reservado aos descendentes declarados de índios Puri. Início apresentando a Miraí da atualidade, cidade perdida no tempo. No segundo momento, busquei de forma detalhada apresentar o que ainda resta na lembrança dos descendentes de Puri, contudo, não construí narrativas extensas. Busquei de forma concisa alocar os fragmentos de memória e tradição que ainda sobrevive como forma de resistência histórica. Abordei pessoas idosas, tendo a consciência de que há um momento em “que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar.”¹² Abordei igualmente nas famílias visitadas, pessoas com idade intermediária e jovens. A intenção foi de compreender como tem sido tratado o mecanismo de transmissão do conhecimento ancestral.

Na parte II, os dois capítulos apresentam a organização das fontes batismais para a construção do produto final deste trabalho de pesquisa, o Software Raiz. O Capítulo I traz desta forma, a organização dos registros a partir das tabelas que foram construídas para a organização dos dados, por data de nascimento e de registro. No Capítulo II, apresento a importância da formação profissional e dos Cursos de Mestrado Profissional bem como o processo de construção do Software Raiz¹³, criado para auxiliar na manutenção de arquivos

¹²BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 63.

¹³O referencial teórico do Software Raiz está nos anexos da Parte II, p. 159-166.

históricos, procurando amenizar a deterioração dos acervos documentais, proporcionando a sociedade civil respeito as suas raízes e para a científica, agilidade na busca pela História e Memória local. Para tanto, não percebo os registros batismais como simples documentos. Os tenho como patrimônio e monumento da sociedade miraiense. Por fim, ensino passo a passo como imprimir a certidão de batismos utilizando o Software Raiz.

Nos livros, encontrei surpresas. Nas pessoas, percebi fragilidades e ouvi lembranças. Vi olhares perdidos no tempo à busca de momentos que a muito haviam sido “esquecidos.” Não busco corrigir erros passados. Cada tempo vive a sua realidade.

Parte I

Capítulo 1

A Questão Indígena na História do Brasil



Imagem1 ¹⁴

¹⁴**Desembarque de Cabral em Porto Seguro.** Óleo sobre tela de Oscar Pereira da Silva (1904). Acervo do Museu Histórico Nacional (RJ). Disponível em: <http://ipco.org.br/ipco/crise-da-igreja-crise-do-brasil/pedro-alvares-cabral-porto-seguro-1500/>. Acesso em 20/06/2016.

1.1 – O Achamento do Brasil

Senhor,
posto que o Capitão-Mor desta Vossa frota, e assim (mesmo) outros Capitães
escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se
agora nesta navegação achou (...) ¹⁵ (grifo meu)

As motivações relacionadas à questão do índio no Brasil se ligam ao fato da legislação colonial ter sido direcionada pela dicotomia índio bom e índio mau, como pano de fundo para as reais intenções da Coroa Portuguesa e dos colonos lusos (leigos ou religiosos) e brasileiros, que eram a força de trabalho do indígena. Esta ambiguidade povoou o imaginário sobre o indígena brasileiro dos tempos de colônia à atualidade, e interferiu no desenvolvimento da população índia e na transmissão da cultura destes grupos humanos para seus descendentes a partir do contato com o colonizador. Foi ao longo dos mais de trezentos anos de lutas e desencontros causados pela conformidade e uso da lei por parte do Estado português, que o indígena trilhou, a seu modo, os caminhos que os levariam a participar da configuração étnica brasileira.

O impulso inicial se deu nos séculos XV e XVI, período das Grandes Navegações. O desejo e a busca por terras “incógnitas” levaram o homem europeu à descoberta da “totalidade de que fazem parte. Até então, formavam uma parte sem todo.”¹⁶ O encontro com o paraíso terrestre, viu-se realizar nas terras do Novo Mundo, as Américas. “(...) As coisas ali surgiam magnificadas para quem as viu com os olhos da cara, apalpou com as mãos, calçou com os pés.”¹⁷ Potência náutica laureada, a exemplo “daqueles Reis que foram delatando a Fé, o Império, e as terras viçosas”¹⁸, Portugal de Dom Manoel novamente se lança ao mar.

Prosseguindo a navegação sempre no rumo do sudoeste, aparecem numa terça-feira ervas marinhas, indicando terra próxima. No outro dia 22, de abril, divisam os marinheiros as primeiras aves. Ao entardecer avistam terra. Perfila-se agora no horizonte um monte muito alto e redondo; mais ao sul, uma serra e ainda um planície vestida de arvoredo. Por ser a semana da Páscoa, deu Pedro Álvares ao monte muito alto o nome de Pascoal. É a terra o de Vera Cruz. ¹⁹ (grifo meu)

¹⁵CALMOM, Pedro. **História do Brasil**. Século XVI, as origens. Vol. 1. 3ª Edição. Livraria José Olimpio. Editora. Rio de Janeiro-1971, p. 65.

¹⁶TODOROV, Tzevetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. Martins fontes, 4ª edição. 2010, p. 7.

¹⁷HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil/Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Brasiliense, Publifolha. 2000, p. 6.

¹⁸CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Canto I. Gigantes da Literatura. Editorial Verbo. Lisboa. 1972, p. 9.

¹⁹HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. (Dir). **História Geral da Civilização Brasileira**. HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. (et. AL). Difusão Européia do Livro. São Paulo,

A paisagem marítima e das terras (ilha) além mar se configura. “Incapazes de compreender intelectualmente a magnitude de sua descoberta, os portugueses tropeçaram em um meio continente, movidos por cobiça e virtude.”²⁰ Das caravelas, avistaram “homens que andavam pela praia, uns sete ou oito (...). Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas.”²¹ A notar pela admiração e descrição de Caminha, não encontraram “disformes velinhos, de enorme goela em que se agitam sete línguas.”²² Não eram os portugueses da armada Cabralina os únicos a possuir tais crenças em sua época. Ao lado de seus dogmas de fé, os bravos de seu tempo acreditam “em ciclopes e sereias, em amazonas e homens com caudas”²³, cultivam as visões de um paraíso terrestre infestado por ilusões.

Suas concepções iniciais sobre seres e locais fantásticos nas terras abaixo do equador haviam sido inúmeras vezes ratificadas pela longa experiência na costa africana. (...) O empirismo português era tão prosaico e estreito em suas expressões que os exploradores pareciam totalmente deslocados naquele século da “curiosidade dos humanistas”²⁴

A respeito do achamento das terras, Calmon (1971)²⁵ apresenta evidências em cartas náuticas e textos produzidas entre 1325 e 1478, sobre a existência de uma misteriosa Ilha “Brasil”. Um dos textos é a carta de John Day. Segundo Pedro Calmon (1971):

Numa carta do negociante inglês John Day ao Almirante-Mor e de Castela Fadrique Enriquez – de 1497 – está a prova de que os navegantes de seu país andavam à cata da misteriosa ilha; julgavam tê-la achado; sobrava-lhe a madeira. Ficava a oeste da Irlanda: “se presume cierto averse fallado e descubierto em otros tiempos el cabo de la dha tierra por lós de Bristol que fallaron em otros tiempos el Brasil como dello tiene noticia vra. Sa. Laqual se dezia la Ysla del Brasil e presumese e creese ser tierra firme la que fallaram lós de Bristol”.²⁶

1972. TOMO I. 4ª Edição, p. 35. Sobre a menção “Ilha de Vera Cruz”. Segundo Calmon, existe no mapa de Andrea Bianco (1436), a sudeste de Cabo Verde, uma ilhota com o mesmo nome Brasil. Cf. CALMOM, Pedro. Op. Cit. 1971, p. 47-48. Consultar mapa da próxima página (11).

²⁰DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo. Companhia das Letras, 1996. 5ª reimpressão, p. 60. Importante neste contexto perceber a presença da Igreja que trabalha fervorosamente na propagação da fé católica. Ressalta-se que neste período em questão a Companhia de Jesus possui na Contrarreforma a missão reparadora dos abalos sofridos pela cristandade européia por ocasião da Reforma Religiosa.

²¹Carta de Pero Vaz de Caminha. ESCRITA DO PORTO SEGURO DE VERA CRUZ COM A DATA DE 1º DE MAIO DE 1500 A EL-REI D. MANUEL. Documento cópia do publicado na “**História da Colonização Portuguesa do Brasil**”, v. II, p. 86-99 (Porto, 1923). In: CALMOM, Pedro. Op. Cit. 1971, p. 65.

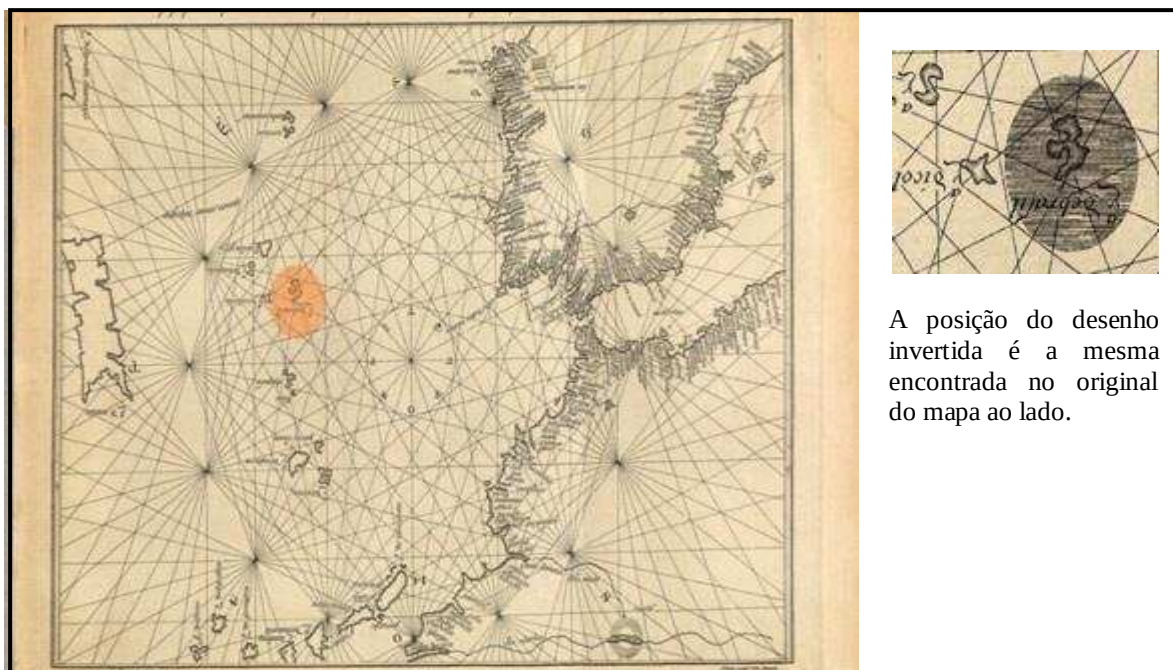
²²HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit. 2000, p. 6.

²³TODOROV, Tzvetan. Op. Cit. 2010, p. 21.

²⁴DEAN, Warren. Op. Cit. 1996, p. 60.

²⁵CALMOM, Pedro. Op. Cit. 1971, p. 26-51.

²⁶CALMOM, Pedro. Ibidem. 1971, p. 48.



Mapa 1 - Ilha do Brasil - Andréa de Bianco. Ano de 1436 – Mapa adaptado

Disponível em: <http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~2669~101175:Accurate-copy-of-a-map-in-parchment#>. Acesso em 17/10/2015

Ainda sobre a chegada dos navegadores portugueses em terras mencionadas na carta do negociante inglês John Day, Warren Dean (1996) corrobora com o contestação de Calmom (1971) quando nos diz que:

Pedro Álvares Cabral, o capitão da segunda expedição, havia fixado um curso bem afastado da costa africana na esperança de ventos mais favoráveis e, por isso, o avistamento da terra brasileira parece um acontecimento casual. No entanto, os mapas portugueses havia muito situavam uma “Terra de Vera Cruz”, uma ilha com dimensões aproximadas às de um continente, mais ou menos na oposição desta descoberta.²⁷

A questão discutida por Pedro Calmon (1971) e apresentada por Warren Dean (1996) deixa em aberto motivações que levam a indagar como se formou o imaginário sobre o indígena conhecido por Tapuia (índio mau), morador das terras interioranas da colônia em relação aos Tupis (índio bom), habitantes da Costa do Descobrimento. Permitiria questionar essa questão, considerando-se o fato da recepção amistosa por parte dos indígenas da costa litorânea, uma vez que a terra fora “achada”, conforme mostram as evidências, e não “descoberta.” Outra questão é que não houve estranhamentos e agressões conforme pode ser verificado na carta de Pero Vaz Caminha, o que para o contexto do momento da chegada dos

²⁷DEAN, Warren. Op. Cit. 1996, p. 60.

portugueses seria natural. Ainda segundo Holanda (2000), “A atmosfera mágica de que se envolvem para o europeu, desde o começo, as novas terras descobertas, parece assim rarefazer-se à medida em que penetramos a América Lusitana.”²⁸

A partir dessas observações, percebi que não haveria a possibilidade de escrever sobre os fragmentos da tradição e cultura indígena que sobreviveu a ocupação de terras na Zona da Mata mineira no período Imperial Brasileiro, sem antes examinar as motivações que levaram à construção dos Regimentos e Leis relacionadas à questão do indígena, ainda que de forma abreviada, durante o período colonial, inicia-se a formação da sociedade brasileira processo este pluriétnico²⁹ e cultural. Descrevendo essa nova configuração sociocultural, Darcy Ribeiro (2007) esclarece que:

O caráter de povo novo da etnia nacional brasileira assenta-se na sua formação multicultural e multirracial em que representaram papéis decisivos o negro e o indígena, além do europeu. Os processos de destribalização e deculturação desses contingentes para plasmar a etnia nacional operaram sob as compulsões da escravidão e, simultaneamente, com as miscigenações de uns com os outros e de todos com o português, sob a dominação deste último, que impôs sua língua, sua religião e uma ordenação social conformada de acordo com seus interesses de nação colonizadora.³⁰

Motivado pelas explicações de Darcy Ribeiro (2007), inicio minha abordagem com a chegada dos portugueses no ano de 1500 da era Cristã e sua tentativa de implantação de um projeto colonial a partir do segundo quarto do século XVI. Projeto este primeiramente predatório e sustentado pelos interesses da Igreja Católica, representada no território colonial primeiramente pela Companhia de Jesus, e, em segundo momento, por demais Ordens religiosas. Estas vieram praticar o serviço da fé e o trabalho da catequese nas terras coloniais da América portuguesa. Seu objeto de conquista era o índio³¹, que é possuidor de uma consciência em relação ao homem branco e “que inocentemente se irmanaram com eles naquela praia.”³² Ancorados na baía de Porto Seguro, os tripulantes adentram a Mata

²⁸HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. Cit. 2000, p. 7.

²⁹Definição dada por Darcy Ribeiro, a respeito da sociedade formada pelo contato de diversas etnias.

³⁰RIBEIRO, Darcy. **As Américas e as Civilizações**: processo de formação e desenvolvimento dos povos. americanos – São Paulo: Companhia das Letras. 2007, p. 196-197.

³¹MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 18. Melatti apresenta no seu texto mitos das tribos Timbira e Kadiwéu fazendo alusão à civilização iniciada a partir do início da colonização, p. 15-18 Para Melatti, por parte dos indígenas existia uma “tentativa de explicar a posição da tribo perante o homem branco, que aparece como possuidor de coisas que os índios gostariam de ter, pois são coisas que fazem mais fácil a vida do branco e que também lhe permitem dominar o índio”.

³²DEAN, Warren. Op. Cit. 1996, p. 59.

Atlântica à procura de gêneros comestíveis - a exemplo do palmito e do inhame, comuns na costa africana.³³ O aparente contentamento dos portugueses, a partir do contato estabelecido com os povos do Novo Mundo³⁴ e deslumbramento da mata que os deixava atônitos³⁵, tornar-se-ia rapidamente um impulso à dominação. Ainda nesta “Ilha de Vera Cruz”, Caminha descrevera que a expedição decide manter dois degradados para melhor conhecer os habitantes. Assim:

(...) concordaram em que não era necessário tomar por força homens, porque costume era dos que assim à força levavam para alguma parte dizerem que há de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens desses degradados que aqui deixássemos do que eles dariam se os levassem por ser gente que ninguém entende. Nem eles cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estes outros o não digam quando cá Vossa Alteza mandar. E que, portanto não cuidássemos de aqui por força tomar ninguém, nem fazer escândalo; mas sim, para os de todo amansar e apaziguar, unicamente de deixar aqui os dois degradados quando daqui partíssemos. E assim ficou determinado por parecer melhor a todos.³⁶

Embora a Carta de Pero Vaz Caminha não seja o princípio que norteará o conjunto legislativo direcionado aos povos indígenas que habitavam a futura colônia portuguesa, o escrivão da frota disse ao rei: o “melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar.”³⁷ A catequese sob a responsabilidade dos inacianos assumiria esse propósito. Dela, nasceria o braço necessário para a liturgia da fé e a força do trabalho na colônia, causa de descontentamento, revoltas e problemas administrativos que ocupara considerável tempo dos legisladores metropolitanos e de seus representantes em território colonial, buscando soluções para regulamentar a Lei, promover a ordem e a sustentabilidade de suas terras ultramarinas. As diretrizes poderiam estar a cargo de governadores gerais, vice-reis ou mesmo do próprio rei português, responsáveis por adequar as normativas aplicadas às precisões da colônia – levando em consideração as necessidades cotidianas vividas no território.

³³DEAN, Warren. Ibidem, loc. Cit. 1996.

³⁴CALMOM, Pedro. Op. Cit. 1971, p. 65-84.

³⁵DEAN, Warren. Op. Cit. 1996, p. 60.

³⁶CALMOM, Pedro. Op. Cit. 1971, p. 76.

³⁷Pero Vaz Caminha. CALMOM, Pedro. Ibidem. 1971, p. 84.

Seria pretensioso querer expor toda a dimensão da política administrativa voltada aos habitantes “naturais do Brasil”³⁸, no entanto, busco, a partir de análise documental e de fragmentos históricos, apresentar procedimentos e decisões tomadas pela Coroa portuguesa no tratamento das questões ligadas aos povos de floresta até o século XIX, momento do desligamento político da colônia com a metrópole lusa devido à Proclamação da Independência em 1822. Apresento, de forma pontual, algumas reflexões sobre os Regimentos e Leis que visaram direcionar os rumos da colônia, e que de alguma forma sofreram interferências por parte da interpretação dos indígenas, reservando para um segundo momento o entendimento sobre o índio e seus descendentes mestiços.

1.2 – Em nome da fé, do trabalho: tornemos os índios cristãos e cidadãos (séc. XVI-XVIII)

O início da administração colonial com Tomé de Souza caracterizou-se por concentrar as primeiras decisões relacionadas à ocupação territorial e à presença do indígena na colônia brasileira por parte da Coroa Portuguesa. Também neste período inicial, “a conversão através do amor e a persuasão pela semelhança certamente constituíam estratégias importantes, porém tais práticas foram sendo substituídas ao longo da segunda metade do século XVI por métodos que se pautavam pelo uso da força”.³⁹

O Regimento de 17 de dezembro de 1548 “propugnava a conversão dos índios à fé católica – proibindo a guerra contra os indígenas amigos”⁴⁰ – no entanto, tal Regimento deixou sem regulamentação, de acordo Pedro Rocha Oliveira (2015), um elemento: o trabalho.

(...) o Regimento de Tomé de Souza é uma expressão concisa e eloquente da lógica da administração social moderna. Um elemento fundamental dessa lógica, entretanto, está ausente dele: o trabalho. Embora toque de leve no tema da escravização indígena e faça alusão à necessidade de povoamento, o documento não

³⁸Livro de Registro Civil do Distrito de Dores da Vitória. A anotação foi feita pelo tabelião na abertura do registro de Maria, filha de Maria, indígena. Datado de 22/09/1890. O tabelião Luiz Caetano de Souza descreve que a mãe “teve a criança conforme seus costumes”.

³⁹MONTEIRO, John M. Op. Cit. 2001, p. 40.

⁴⁰GILENO, Carlos Henrique. A Legislação Indígena: ambigüidades na formação do Estado-Nação no Brasil. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 123-133, Jan./Abr. 2007, p. 124. O mesmo regimento segundo autor se tornara ambíguo devido ao fato de ele autorizar guerra contra os que se mostrassem inimigos.

aborda com a devida seriedade o problema da mão de obra, sem cuja solução a produção sistemática de mercadorias não é possível.⁴¹

O Regimento de 1548 acirrou os ânimos entre os colonos leigos e as Aldeias ao sul da colônia motivando a publicação da “Carta Régia de 1557, a qual legalizava o cativo dos índios Caetés. A Carta Régia fez emergir a implantação de um sistema de terror contra os índios considerados inimigos, assinalando-se uma guerra aberta contra eles.”⁴² O constante aprisionamento de índios causou posteriormente, a promulgação da “Lei Sobre a Liberdade dos Gentios.”⁴³ As determinações impõem como direito sobre os índios aprisionados o cadastramento nas provedorias. “E não o cumprindo assim, no dito tempo de dois meses: Hei por bem que percam a ação dos ditos cativos e senhorio. E que por esse mesmo feito sejam forros e livres”⁴⁴ todos aqueles “gentios que por qualquer outro modo e maneira forem cativos.”⁴⁵

O Alvará de 30 de junho de 1609 confirma a “disposição da metrópole em atenuar a servidão nativa.”⁴⁶ A utilização de mão de obra de indígenas catequizados estimulou reivindicações dos colonos leigos contra o “poder temporal dos jesuítas.”⁴⁷ Em 10 de setembro de 1611, confirmava-se o retorno da escravidão dos indígenas, entretanto a Coroa respaldava punição contra infratores⁴⁸, acirrando os ânimos entre leigos e religiosos.⁴⁹ O cenário gerador de extermínio que havia provocado a intervenção da metrópole portuguesa

⁴¹OLIVEIRA, Pedro Rocha. O sentido moderno da administração colonial: o caso do Regimento das Missões. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 61, p. 203-221, ago. 2015, p. 209.

⁴²GILENO, Carlos Henrique. Op. Cit. 2007, p. 124.

⁴³VAMHAGEM, Francisco Adolfo de. Lei sobre a liberdade dos gentios. In: **História Geral do Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1975 (1857-60), tomo I, p. 345. Defendo e mando que daqui em diante se não use nas ditas partes do Brasil, dos modos que se até ora usou em fazer cativos os ditos gentios, nem se possam cativar por modo nem maneira alguma, salvo aqueles que forem tomados em guerra justa que os portugueses fizeram aos ditos gentios, com autoridade e licença minha, ou do meu Governador das ditas partes; ou aqueles que costumam saltar os portugueses, ou a outros gentios para os comerem; assim como são os que se chamam Aimorés, e outros semelhantes.

⁴⁴VAMHAGEM, Francisco Adolfo de. Ibidem, loc. Cit.

⁴⁵VAMHAGEM, Ibidem, loc. Cit. É perceptível que os registros dos indígenas aprisionados nas provedorias locais assinalam o início de controle populacional e possível meio de arrecadação de impostos para a Fazenda Real.

⁴⁶MALHEIRO, A. M. P. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico e social. Petrópolis: Vozes, 1976. 3 v. p, 177.

⁴⁷GILENO, Carlos Henrique. Op. Cit. 2007, p. 124.

⁴⁸GILENO, Carlos Henrique. Ibidem, loc. Cit.

⁴⁹As decisões da Coroa incitaram os ânimos na colônia, uma vez que se fazia necessária o ajuntamento de mão de obra para produção econômica do Estado ou particular. Os Descimentos controlados pelos inácianos proporcionavam a mão de obra “qualificada” para o trabalho agrícola e para as expedições no interior dos Sertões.

em 1597⁵⁰ retorna em 1655.⁵¹ O fato motivou a criação da “Lei de 12 de setembro de 1663, a qual obstava o exercício da jurisdição temporal jesuítica sobre os índios.”⁵² “Enquanto os padres lutavam para evangelizá-los e mantê-los nos aldeamentos sob o seu controle, os particulares buscavam tê-los em suas propriedades, normalmente como escravos.”⁵³

Neste cenário de conflitos, embora houvesse esforços por parte da Coroa e da Igreja para a integração do indígena, havia na população do Brasil seiscentista “sentimentos de medo, incompreensão e desprezo”⁵⁴ a seu respeito. “Grosso modo, essa maneira bipolar de enxergar a composição étnica dos ameríndios implicou em dois tipos de posturas por parte dos agentes da colonização portuguesa, ainda que ambas buscassem o controle e a submissão desses povos.”⁵⁵ Para consecução deste objetivo, foram fundamentais as políticas de Descimento e de Aldeamento.⁵⁶ “Atrapalhada pelos não-tão-civilizados habitantes dos sertões ou, pior ainda, pelo caráter obstinado dos próprios índios, a instituição dos aldeamentos constituía, de qualquer modo, um dos alicerces – talvez o principal – da política indigenista do Império”.⁵⁷

Teoricamente, esse artifício garantiria a conversão do indígena, a manutenção do território ocupado e a sua defesa. Entretanto, este é um tema que carece de estudos e que possui controvérsias, uma vez que a resistência dos indígenas poderia motivar a catequese e a consequente ocupação das terras do Brasil. Há que se lembrar ainda que “mesmo possuindo um horizonte cosmológico arraigado de longa data, as comunidades nativas e suas lideranças

⁵⁰Considerando as permanentes distorções que autoridades, proprietários de fazendas e engenhos e demais colonos promoviam em relação à instituição da “guerra justa”, instituída pela lei de 1570, a partir da Lei de 11/11/1597, somente o rei, de próprio punho, poderia considerar ou declarar um conflito com indígenas como legítimo ou não, sendo sempre exigidos, testemunhas, documentos e pareceres. A recomendação, de forma geral, foi sempre de se tentar a pacificação antes da guerra. Cf. COUTO, Ronaldo. **Manifestações Culturais dos Tupinambás no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Do Autor. 2013, p. 54.

⁵¹A Lei de 09/04/1655 promulgada para o Estado do Maranhão e o Alvará Régio datado de 28/04/1688 permitiam início de guerra justa para os indígenas que tentassem impedir o trabalho de evangelização. A Lei de 09/04/1655, não reconhecia como motivo para declaração da guerra contra os indígenas o fato de os povos nativos não aceitarem a pregação e a doutrina ensinada pelos padres.

⁵²GILENO, Carlos Henrique. Ibidem. 2007, p. 124.

⁵³SPÓSITO, Fernanda. As guerras justas na crise do Antigo Regime português Análise da política indigenista de d. João VI. **Revista de História** 161 (2º semestre de 2009), 85-112. 2009, p. 91.

⁵⁴ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. – Bauru, SP: EDUSC. 2005, p.107.

⁵⁵SPÓSITO, Op. Cit. 2009 p. 90. Espíndola apresenta outra visão a respeito deste processo, segundo o autor a aproximação trouxe benefícios ao colonizador português a partir da estreita relação forjada do contato entre os grupos indígenas de língua tupi e os portugueses que facilitaram e mesmo proporcionaram a formação dos povoados e aldeamentos instalados no litoral, que “serviam de anteparo contra as pretensões de outras nações européias e contra as investidas dos grupos arredios”. Cf. ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit, loc. Cit.

⁵⁶FREITAS, Rodrigo Bastos de. **Direitos dos Índios e Constituição: Os Princípios da Autonomia e da Tutela-Proteção**. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação. Univ. Federal da Bahia. Salvador. 2007, p. 20.

⁵⁷MONTEIRO, John M. Op. Cit. p.158.

políticas e espirituais dialogavam abertamente com os novos tempos, seja para assimilar ou para rejeitar algumas das suas características”.⁵⁸ Ainda assim, a guerra configurava-se como artifício usual, principalmente por parte dos colonos, mesmo não sendo objetivo da Coroa. O extermínio e o adentramento dos indígenas nos matos representavam uma contradição ao projeto colonial.

O Aldeamento indígena – estratégia empregada pela Igreja para domesticação e disciplinalização da mão de obra indígena – favorecia os interesses da Igreja e do Estado,⁵⁹ na tentativa de redefinir o ritmo de vida dos autóctones a partir do século XVII. Entretanto, o projeto vinha encontrando obstáculos. “Os missionários precisavam aprender as línguas vernáculas por vários motivos. Um primeiro problema, frequentemente lembrado nos relatos jesuíticos, dizia respeito à confissão, posto que muitos padres com pouco conhecimento da língua ouviam-na através de intérpretes”.⁶⁰ Ainda segundo o mesmo autor:

Essa política linguística, esposada pelos jesuítas e encampada pelos colonos particulares e pelas autoridades régias, refletia estratégias similares que desabrochavam em outras frentes coloniais. As próprias Constituições da Companhia de Jesus, redigidas e revisadas por Inácio de Loyola, contemplavam o aprendizado das línguas extra européias para reforçar a propagação da fé.⁶¹

O outro obstáculo, certamente o mais indesejado para os propósitos da Igreja e mesmo da Coroa Portuguesa, era da parte dos indígenas. Este provinha de sua interpretação quanto à presença dos padres em seu território:

As cartas dos jesuítas no início da colonização dizem algo sobre a percepção dos índios com relação à origem das doenças, claramente associada à presença dos padres. Pouco depois de chegar no Brasil, o padre Manuel da Nóbrega se espantou não apenas com a frequência das doenças entre a população batizada pelos jesuítas, mas também e sobretudo com a acusação veiculada pelos “feiticeiros”, ou xamãs, de que os missionários infligiam a doença com a água do batismo e causavam a morte com a doutrina. Um pouco mais tarde, de acordo com a descrição do padre Francisco Pires, os índios começaram a tomar atitudes para evitar os missionários de vez: “fugiam os gentios (dos padres e irmãos) como da morte e despejavam as casas e fugiam para os matos; outros queimavam pimenta por lhes não entrar a morte em casa. Levavam cruz alevantada a que haviam grande medo e vinham alguns ao

⁵⁸MONTEIRO, John M. Ibidem, p.01.

⁵⁹FILHO, Amílcar Torrão. Da Utilidade dos Selvagens: Aldeamentos e Urbanização em São Paulo na Administração do Morgado de Mateus (1765-1775). SHCU 1990 – **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. v, 8. nº2. 2004. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/view/53>. Acesso em: 13/09/2014.

⁶⁰MONTEIRO, John M. Op. Cit. p.38.

⁶¹MONTEIRO, John M. Ibidem, p.36.

caminho a rogar aos padres que lhes não fizessem mal, que passassem de largo mostrando o caminho e, tremendo como a verga, não queriam ouvir as pregações”.⁶²

Mesmo que apresentando percalços, além da força para o trabalho e da oportunidade de conversão, o contingente populacional indígena, considerado culturalmente desqualificado pelos europeus, continuava fator primordial da ocupação territorial através de sua conversão e civilização.

E muito embora fossem os europeus inimigos dos índios, o seriam de segunda ordem, isto porque os piores inimigos destes, eram os outros índios.⁶³ Fato conhecido são as rixas entre os grupos indígenas. Também os europeus usaram essas animosidades para o seu propósito e benefício.⁶⁴ No início, “o índio bom era o que se permitia senhorear.”⁶⁵ Haruf Salmem Espindola (2005) reforça esse entendimento. Segundo Espindola (2005), “(...) pela tradição, os povos nativos eram divididos em duas naturezas distintas.”⁶⁶ Os indígenas do tronco linguístico Tupi, habitantes do litoral, figuraram para o europeu e seu projeto colonizador como “índios bons”, desprovidos de costumes ameaçadores. Seu oposto natural se encontrava no interior das florestas, identificados como Tapuia. De acordo com Spósito (2009) “foi essa divisão que respaldou, em larga medida, a política indigenista colonial, ainda que, muitas vezes, aos tupis foram atribuídas características dos tapuias e vice-versa, para justificar agressões a determinado grupo.”⁶⁷

Por outro lado, uma vez declarada a guerra, partia-se com a força das armas. O Regimento de Tomé de Souza recomendava que se guerreasse contra os Tupinambás de modo a extingui-los, e a escravizar os eventuais sobreviventes, entre eles crianças que segundo Monteiro (2001), muitas vezes eram acolhidas pelas melhores famílias, incutindo-lhes a civilização.⁶⁸ “As recomendações de destruição total dos inimigos são numerosas também no século XVII e início do século XVIII, e os documentos falam de guerra ‘rigorosa’, ‘total’,

⁶²MONTEIRO, John M. Ibidem, p.61.

⁶³CALMOM, Pedro. Op. Cit. 1971, p. 263.

⁶⁴Deve-se considerar que a aliança entre os europeus e os índios estaria favorecendo as partes envolvidas: do lado dos índios a conquista territorial e a submissão das etnias circunvizinhas, contudo não podemos esquecer a visão que esse índio possuía do europeu, também um invasor de suas terras. Falta-nos os argumentos que levaram alguns grupos aderir a tal aliança; do lado do europeu, a manutenção do sistema de trabalho adotado e a expansão do território colonial.

⁶⁵ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p. 105.

⁶⁶ESPINDOLA, Haruf Salmen. Ibidem. 2005, p. 106.

⁶⁷SPÓSITO, Fernanda. Op. Cit. 2009, p. 90.

⁶⁸MONTEIRO, John M. Op. Cit. 2001, p. 166.

‘veemente’, a ser movida ‘cruamente’, fazendo aos inimigos ‘todo o dano possível.’⁶⁹ Mediante estas questões, a metrópole promulga um novo Regimento para a região do Maranhão e Grão-Pará, “onde os nomes são grandíloquos (...); porém, a realidade mesquinha - povoações de palhoças, rala guarnição, meia dúzia de sacerdotes e alguns funcionários - diante de um mundo estanho e sem medida”⁷⁰ habitado por gentes que “aprendem o falar dos índios e os doutrinam.”⁷¹ Grandíloquo, entretanto, não eram somente os nomes do lugar, tido também como “um observatório de informações, as geneticamente programadas e, ao mesmo tempo, as acumuladas por suas espécies, relevantes a sua sobrevivência”, mas também o conhecimento e utilização da flora de uma natureza exuberante das florestas tropical que colocava o indígena em condição ímpar frente às pretensões dos colonizadores.⁷² Por esse motivo:

Sob a forma de escravo ou não, ele era o caçador, o remador, o serviçal de casa, o coletor de “drogas”, o identificador da variedade da flora e da fauna, o operário dos estaleiros, o lavrador, o soldado das unidades militares. Não se dava um passo sem ele, que era a força material e a inteligência pragmática para a vida local.⁷³

Assim, nesse pedaço de colônia, o modelo legal de organização do trabalho se apresentava configurada segundo José R. Bessa Freire (2001), em “duas categorias de trabalhadores, de acordo com a forma de recrutamento: de um lado, os índios de repartição, recrutados através dos ‘Descimentos’; e de outro, os índios escravos.”⁷⁴ Sistema que gerava descontentamento e desordem. Por esse motivo, na tentativa de regulamentação da ordem, “a legislação indígena colonial sofreu sucessivas alterações ao longo do século XVII. Ora os colonos leigos controlavam o sistema de trabalho ora este passava ao controle dos colonos

⁶⁹PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP. 1992, p. 126.

⁷⁰Padre Antônio Vieira, Cartas, I, pág. 112. Em 1657. In: CALMOM, Pedro. **História do Brasil**. Século XVI, as origens. Vol. 3. 3ª Edição. Livraria José Olímpio. Editora. Rio de Janeiro-1971, p. 832.

⁷¹CALMOM, Pedro. Ibidem, p. 832, et. seq. Ligada a visão de Calmom, Vieira nos apresenta a diversidade cultural da região. Segundo Padre Antonio Vieira, em seu “Sermão da Epifania” de 1662: Na antiga Babel houve setenta e duas línguas; na Babel do rio das Amazonas já se conhecem mais de cento e cinquenta, tão diversas entre si como a nossa e a grega; e assim quando lá chegamos, todos nós somos mudos e todos eles surdos. Vede agora quanto estudo e quanto trabalho será necessário, para que estes mudos falem, estes surdos ouçam.

⁷²DEAN, Warren. Op. Cit. 1996, p. 83.

⁷³HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit. 1972, p. 269.

⁷⁴FREIRE, José Bessa R “Portugueses, Índios e a Organização da Força de Trabalho na Pan-Amazônia”; In: TORRES, Sonia (org.). **Raízes e rumos** – perspectivas interdisciplinares em estudos americanos/Sonia Torres (organizadora) – Rio de Janeiro: 7 letras. 2001, p. 119. Ao longo dos primeiros setenta anos de colonização na região do Maranhão e Grão-Pará (1616-1686).

missionários.”⁷⁵ A causa dos desentendimentos entre os colonos se manifestava na ambiguidade da Lei.⁷⁶ As animosidades motivam a intervenção de padre Antônio Vieira na criação da nova Lei de liberdade dos índios de 01 de abril de 1680.⁷⁷ Contudo, para os moradores, a situação se vê agravada pela determinação régia “de 10 de abril de 1680, determinando que os índios da repartição só deveriam servir por um tempo de dois meses aos moradores, ao fim do qual deveriam ser restituídos às Aldeias.”⁷⁸

A situação na região do Maranhão e do Grão-Pará se agravaria em 1684 culminando na Revolta de Backman⁷⁹, que terminara em 1686, deixando o território agora também com as marcas do conflito indígena em meio a suas questões político-administrativas. A Lei de 21 de dezembro 1686, conhecida como Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará⁸⁰, marcaria o reinício da missão jesuítica, Ordem que havia perdido suas prerrogativas no território colonial.⁸¹ Ainda de acordo com Marcia Eliane Alves de Souza e Mello (2009), as principais determinações do Regimento⁸² corroboraram para a manutenção da submissão do indígena sob a tutela do Estado português e, embora tenha sido realçada a situação dos jesuítas responsáveis pelos Descimentos, de acordo com Karl Heinz Arenz (2012), ele se

⁷⁵MELLO. Marcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. Clio - **Série Revista de Pesquisa Histórica** - N. 27-1. 2009, p. 48.

⁷⁶MELLO. Marcia Eliane Alves de Souza e. Ibidem, loc. Cit. A concepção tradicional de alguns estudos avaliava a legislação indigenista como contraditória e oscilante, quando observada no seu conjunto, pelo fato de ora apresentar a defesa incondicional da liberdade indígena (Alvará de 30 de junho de 1609 e a Lei de 1º de abril de 1680), ora permitir o cativeiro dos índios (Lei de 10 de setembro de 1611, Lei de 9 de abril de 1655).

⁷⁷MELLO. Marcia Eliane Alves de Souza e. Ibidem, loc. Cit.

⁷⁸MELLO. Marcia Eliane Alves de Souza e. Ibidem, 2009, p. 59.

⁷⁹Rebelião nativista ocasionada pela instituição da Companhia de Comércio do Maranhão. A revolta populacional (comerciantes, proprietários rurais e população em geral) reclamavam do monopólio da Companhia.

⁸⁰MELLO. Marcia Eliane Alves de Souza e. Ibidem, 2009, p. 50.

⁸¹Marcia Eliane Alves de Souza e Mello apresenta a disputa política entre os missionários e o poder colonial. Segundo a autora, o Regimento das Missões é parte da negociação feita entre os representantes da Coroa e os colonos do Maranhão e Grão-Pará.

⁸²As principais determinações de configuração social e domínio dos indígenas são: § 1 – Exclusividade dos missionários na administração política dos índios; § 2 e § 3 – Criação do ofício de Procurador nas Capitanias do Pará e Maranhão, eleito pelo governador, após indicação de dois nomes pelo Superior das Missões; § 4 – Proibição de moradia de homens “brancos” e mestiços nos aldeamentos; § 8 - Os missionários tinham a incumbência de descender novas Aldeias para aumentar a população dos aldeamentos, cujos índios eram necessários para a defesa do Estado e utilização nos serviços dos moradores; § 11 - Os índios eram considerados livres e, portanto, receberiam salários; § 14 - O tempo de serviço dos índios fora dos aldeamentos estava estipulado em 4 meses para o Maranhão e 6 meses para o Grão-Pará, mas fora depois ajustado em um ano para as duas capitanias; § 15 - A repartição dos índios passava a se dar em duas partes. Uma parte ficando no aldeamento a outra servia aos moradores e à Coroa; § 16 - Não entravam nessa repartição dos índios os padres da Companhia e, para compensá-los, estavam destinadas a servir os colégios e residências dos jesuítas uma Aldeia no Maranhão e outra no Grão-Pará; § 18 - Ficava estipulado que os religiosos teriam direito a 25 índios para cada missão que tivessem no Sertão, por serem necessários para as atividades da missão; § 21 - Só poderiam entrar na repartição do serviço os índios de 13 a 50 anos.

tornou “um *modus vivendi* que contemplou os anseios e necessidades das partes envolvidas: religiosos, moradores e índios.”⁸³

Os conflitos continuaram. Insatisfações e denúncias. “(...) até os índios queixaram-se dos missionários – sobretudo do castigo impetrado por eles aos que ocupavam os postos de capitães, sargentos-mores e principais.”⁸⁴ Embora tenha motivado ajustes, o Regimento das Missões ocasionou também desordens e descontentamentos entre os colonos leigos, religiosos e indígenas. Contudo, apesar destes fatores, o Regimento das Missões foi um fator positivo para a administração colonial portuguesa no final do século XVII. Seu texto vigoraria até meados do século XVIII, “quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado⁸⁵ e Miguel de Bulhões arquitetaram uma nova legislação: o Diretório dos Índios, de 1757”⁸⁶, no início do período pombalino.

1.3 – O Diretório dos Índios: Reformismo iluminado na colônia portuguesa da América

Antes de ponderar questões sobre as reformas pombalinas e as suas repercussões direcionadas à colônia brasileira, é necessário fazer algumas considerações sobre o reino de Portugal, que no século XVIII, ainda vivia sobre forte influência da Igreja Católica. O exacerbado controle eclesiástico dos séculos passados havia monopolizado a ciência e as letras no Estado português.⁸⁷ Nesta época, devido a interferência eclesiástica, Portugal possuía um cenário sócio-político distante de realidades como a britânica e a francesa.⁸⁸

⁸³ARENZ, Karl Heinz. ‘Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698)’. Revista de estudos amazônicos, vol. V, nº 1. Belém, 2010. In: **Revista Sete Mares**. Vol. 1 Outubro 2012, p. 115.

⁸⁴Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto resgate), Maranhão, Caixa 10. Documento 1028. Ver também o parecer do Conselho Ultramarino para dom Pedro II sobre as relações com os índios da capitania do Maranhão. AHU (Projeto resgate), Maranhão, Caixa. 9. Doc. 985. In: **Revista Sete Mares**. Vol. 1. Outubro 2012, p. 115.

⁸⁵Francisco Xavier é irmão do Marquez de Pombal.

⁸⁶COELHO, Mauro Cezar. Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798) São Paulo: Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2006. In: **Revista Sete Mares**. Vol. 1. Outubro 2012, p. 116.

⁸⁷Aqui vê-se surgir a pessoa dos estrangeirados, que eram receptivos as idéias vindas do exterior. Revolucionários a partir das novas ideias contemporâneas da Europa além dos Pirineus. Essas pessoas, grosso modo fugiam do cadavérico estilo implantado pela mentalidade religiosa e das ciências que se adotavam no território português e na Espanha, forte reduto eclesiástico da Igreja.

⁸⁸(...) deve-se levar em consideração que, desde pelo menos os séculos XIV e XV, as monarquias inglesa e francesa definiam-se como Imperium, ou seja, domínios eternos e soberanos de direitos próprios, reconhecendo-se, então, como entidades políticas autônomas em relação ao Sacro Imperador e ao Papa. Desde este momento, um monarca é absoluto em duplo sentido: externo, porque não se subordina aos desígnios do Sacro Imperador e do Papa; interno, porque, como instância máxima em seu reino, monopoliza as prerrogativas principescas de

“Portugal, a exemplo da Espanha, se mantivera aferrado aos valores católicos e as estruturas sociais e culturais do Antigo Regime até meados do século XVIII, e a muitas delas até o século XIX.”⁸⁹ Segundo Falcon (1988), as características específicas “nos tempos modernos remetem, em sua essência, ao problema da sua inserção defasada e incompleta no movimento geral das transformações havidas no mundo ocidental a partir do final da Idade Média.”⁹⁰ No território português, muito embora o racionalismo entre os séculos XVII e XVIII estivesse grandemente ligado aos sacerdotes, a ideologia e a força política da Igreja Católica serviram de obstáculo para a passagem do mundo feudal para o mundo dominado pelo racionalismo cartesiano e mais ainda ao empirismo de Locke.⁹¹ Desta forma “representou uma barreira eficaz às idéias novas, mormente no plano pedagógico, onde os jesuítas exerciam sua principal influência.”⁹²

De acordo com Rodrigues e Falcon (2006), “talvez a grande novidade do reformismo ilustrado seja a luta sem tréguas empreendida pelos príncipes contra o poder e a influência ideológica de natureza eclesiástica, sobretudo nos países católicos.”⁹³ Essas mudanças abriram perspectivas para que Portugal se tornasse o primeiro Estado católico da Europa a retirar o espinho religioso de sua frente, no reinado de D. José I, “por iniciativa de seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo (...), sendo os jesuítas expulsos do reino em 1759.”⁹⁴ As reformas administrativas a serem implantadas também motivaram transformações no plano civilizatório da colônia. Neste sentido, no Brasil setecentista, o projeto reformista foi além da derrocada do poder eclesiástico.⁹⁵

declarar guerra e paz a outras potências, e de definir o patronato régio e a distribuição de cargos e benefícios. Em relação a tais prerrogativas, não havia nenhuma limitação legal às suas decisões. Nesses termos, um monarca possui potestas absoluta porque não compartilha as suas prerrogativas principescas com instâncias externas superiores (Imperador ou Papa) ou com instâncias internas inferiores (assembléias estamentais de nobres, de magistrados ou de “procuradores” do “povo”). Nesse sentido, até meados do século XVII, toda monarquia européia é absoluta por definição. Cf. VIANNA, Alexander Martins. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 83, abril de 2008, p. 01.

⁸⁹SANTOS, Halysson F. Dias. **Educação, Cultura e Poder na Era pombalina**. VII Colóquio do Museu Pedagógico. Museu Pedagógico. 14 a 16 de novembro de 2007, p. 539. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/3879/3598>. Acesso em 12/10/2015.

⁹⁰FALCON, Francisco J. C. **Luzes e Revolução na Colônia**. Est. av. vol.2 nº. 2 São Paulo May/Aug. 1988, p. 77.

⁹¹FALCON, Francisco J. C. Ibidem, loc. Cit.

⁹²FALCON, Francisco J. C. Ibidem, loc. Cit.

⁹³RODRIGUES, Antonio Edmilson M; FALCON, Francisco José Calazans. **A formação do Mundo Moderno**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsever. 2006, p. 54.

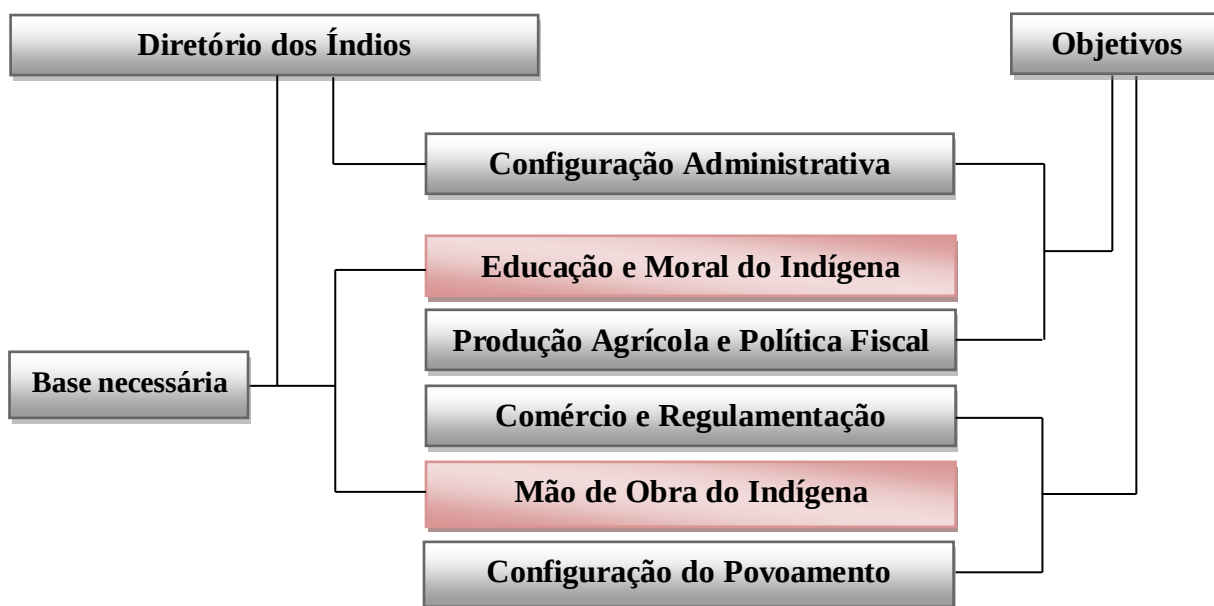
⁹⁴RODRIGUES, Antonio Edmilson M; FALCON, Francisco José Calazans. Ibidem. 2006, p. 55.

⁹⁵Objetiva-se também aumentar o a arrecadação da Fazenda Real, mudando a trajetória da economia através do sistema de integração e participação do indígena junto aos colonos.

Isso, entretanto, não quer dizer que elas tenham eliminado os problemas com os indígenas da colônia brasileira. Contudo, a decretação do fim dos Descimentos e das Missões⁹⁶ no território impulsiona, de forma legal, um processo em curso irreversível. Este, ligado à miscigenação entre os indígenas e pessoas brancas que viviam na colônia. Desta forma, as diretrizes pombalinas relacionadas aos índios também contribuíram para que, lentamente, fosse formada uma consciência de raleamento da população indígena nas terras brasileiras.

O Diretório dos Índios divide-se em cinco (5) áreas temáticas. Os esforços administrativos de Pombal se iniciam nos dois primeiros artigos (Art. 1-2). As novas estruturas administrativas, a cargo de Diretores leigos, davam início às pretensões reformistas do período pombalino no Brasil. Ainda, de acordo com Enio Cordeiro (1999):

A política indigenista do período pombalino fora desenhada de forma a contribuir para o objetivo central de promover a ocupação do território. Era necessário consolidar as fronteiras estabelecidas no Tratado de Madri mediante incorporação dos índios à população colonial e sua transformação acelerada em súditos da Coroa.⁹⁷



Organograma - Construído de acordo com as disposições encontradas a partir das determinações do Diretório dos Índios de 1758. Fonte: Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, Enquanto sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa, 1758

⁹⁶A Carta Régia de 1798 retornará os Descimentos, após aboli-los, contudo neste momento já havia na colônia núcleos administrativos provenientes das determinações pombalinas.

⁹⁷CORDEIRO, Enio. **Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das populações indígenas**. Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos. 1999, p. 42.

Na visão do Diretório, abria-se caminho para a reconfiguração da sociedade a partir da formação educacional e moral (Art. 3-15) na tentativa de transposição dos povos indígenas da colônia brasileira da barbárie à condição das “Nações polidas do mundo”⁹⁸, através da aculturação da substituição linguística⁹⁹, tendo como base dois fatores: a religião e a educação¹⁰⁰, tendo as escolas a missão da substituição linguística¹⁰¹, mecanismo responsável pela interpretação da sociedade e suas simbologias, criando condições favoráveis para o controle social desejado pela Coroa portuguesa.

Contudo, alinhar a sociedade às “Nações polidas do Mundo” exigiria ainda esforços da parte moral. Estes se dariam na configuração das moradias¹⁰², na tentativa de combate ao ébrio¹⁰³ e no incentivo ao uso de vestimentas “decorosas e decentes.”¹⁰⁴ Neste contexto, entende-se que a polidez dos indígenas aumentará com o incentivo à produção agrícola. Esta deverá atender, primeiro, ao sustento familiar e após ao comércio, evitando a continuidade do ócio.¹⁰⁵ A produção agrícola visa o aumento das reservas do Estado¹⁰⁶ (Art. 16-34). Nesse sentido, a agricultura abrange o plantio na terra e a extração das drogas do Sertão, cada vez mais “escassas”, privilegiando o conhecimento e a sabedoria do homem terra, objetivando a diversificação da produção, em uma floresta densa e ininterrupta que possuía em sua diversidade frutífera e medicinal espécies como:

⁹⁸**Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, Enquanto sua Majestade não mandar o contrário.** Lisboa, 1758. Art. 6, p. 03. Disponível em: <https://mega.nz/#!ntQWAJyJ!JSF!qANN5P7pQ5ZRB!kjuwWjGdgrX1el5Isp51LQ0P8>. Acesso em 12/10/2015.

⁹⁹As determinações do Diretório mandam usar o idioma oficial da metrópole. O Diretório aparentemente não levava em consideração todo arcabouço cultural da população. Mesmo os mais de 200 anos de tentativas ininterruptas de conversão e civilização dos indígenas brasileiros foram insuficientes para demonstrar ao legislador português a ineficácia deste tipo de tarefa que esquecera a absorção de novas estruturas culturais e a releitura de suas próprias através da adaptação ao novo *modus vivendi*.

¹⁰⁰Embora seja possível a integração e adaptação a novas estruturas culturais, as tradições e costumes presentes na sociedade se juntam contribuindo para uma releitura do processo em andamento.

¹⁰¹“Fato é que, ao interagirmos, significamos coisas, re-contextualiza-se discursos, recria-se significados por meio da linguagem. É justamente este movimento interativo que permite a uma cultura transmitir não só seus valores, crenças e idéias de uma geração para a outra, mas moldar e transformar comportamentos. Ou seja: é por meio da língua que construímos nossas identidades, nossas socializações e nos definimos como seres sociopolíticos”. GOMES, Maria Carmem Aires; BARBARA, Leila. Interfaces entre Linguagem, Cultura e Sociedade à luz da Linguística Sistemico-Funcional. In: **Interfaces entre Linguagem, Cultura e Sociedade**. Maria Carmem Aires Gomes, Gerson Luiz Roani (editores). - Viçosa, MG: Ed. UFV. 2013, p. 33.

¹⁰²“fazendo nelas diversos repartimentos”. Diretório dos Índios. Op. Cit. 1758. Art. 12, p. 06.

¹⁰³Segundo o Diretório, vício dominante entre os indígenas.

¹⁰⁴Diretório dos Índios. Ibidem. 1758. Art. 15, p. 05.

¹⁰⁵“vício quase inseparável, e congênito a todas as Nações incultas”. Ibidem, 1758. Art. 20, p. 09.

¹⁰⁶A inserção do trabalho dos indígenas na arrecadação Fiscal é fator desejável já na distribuição de terras agricultáveis. Os Diretores devem observar a localização das mesmas, sendo aconselháveis as terras “adjacentes às respectivas Povoações”. A proximidade das terras agricultáveis com as povoações possibilita o monitoramento da produção. Diretório dos Índios. Ibidem, loc. Cit. Art. 19.

(...) mocuguê, sapucaia, pitomba, aracá, ibacurupari, ibanemixama, imbu, araticum, guti, caía, iapina, audá, ingá, juá, maçaranduba, murici, ibaraé, guabiraba, guabiroba. Havia a cabreúva e a copaíba, árvores das quais se obtinham bálsamos aromáticos e se confeccionavam diversos produtos. E das “ervas cheirosas e medicinais, são suas espécies sem conto: depositou a natureza nessas montanhas um tesouro de remédios humanos, de poucos conhecido.”¹⁰⁷

Dessa forma, o trabalho do índio auxilia no aumento de arrecadação da Fazenda Real.¹⁰⁸ O cenário administrativo pretendido pelas reformas pombalinas é motivador para a aceleração do processo de transformação da população indígena em súditos da Coroa¹⁰⁹, proporcionando princípios da civilidade a partir do contato com outros povos¹¹⁰, pela comercialização¹¹¹ (Art. 35-58) e pelo trabalho¹¹² (Art. 59-73) agora equilibrado pela transposição dos indígenas que viviam nos Descimentos e Missões anteriormente dirigidos pelos religiosos para as povoações.¹¹³

A última parte do Diretório é um esforço para a configuração final do projeto civilizatório de Pombal (Art.74-95). No texto, as primeiras providências nos novos núcleos administrativos são urbanísticas.¹¹⁴ O desejo metropolitano de possuir a vassalagem dos índios aculturados possivelmente não era uma realidade, contudo os novos tempos

¹⁰⁷DEAN, Warren. Op. Cit. 1996, p. 101.

¹⁰⁸Ao zelo do Diretor, cabe apresentar anualmente nas Provedorias, as listas contendo os produtos e o nome de seus produtores, para a prestação de contas na equivalência do dízimo (10%) convertido em frutos produzidos na terra cultivada, sem prejuízo da Fazenda Real.

¹⁰⁹CORDEIRO, Enio. Op. Cit.1999, p. 42.

¹¹⁰Nitidamente o Diretório ignora o contato entre a sociedade índia e os povos já residentes no território da colônia. Ajunta-se a essa questão o comércio do Sertão praticado a partir do século XVI e os índios já residentes nas proximidades dos povoados.

¹¹¹O Comercio nas Povoações exige a regulamentação de pesos e medidas, evitando o desperdício, amenizando os danos causados ao Estado.

¹¹²“Ditam as Leis da natureza, e da razão, que assim como as partes no corpo físico devem concorrer para a conservação do todo, é igualmente precisa esta obrigação nas partes, que constituem o todo moral, e político. Contra os irrefragáveis ditames do mesmo direito natural, se faltou até agora a esta indispensável obrigação; adotando especiosos pretextos para se iludir a repartição do Povo, de que infalível consequência se havia de seguir a ruína total do Estado (...)” Diretório dos Índios. Op. Cit. 1758. Art. 60, p. 26. O principal fator dos muitos litígios ocorridos na colônia até o momento era a liberdade do indígena. Contudo, se a liberdade do indígena foi abordada de forma confusa no Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757), o Diretório pombalino objetivou colocar fim a essas dúvidas.

¹¹³Para a distribuição do trabalho indígena, a Coroa recomenda “aos Diretores, apliquem um especialíssimo cuidado, a que os principais, a quem compete á distribuição dos índios, não falem com eles aos moradores.” ¹¹³ Para o controle da repartição dos índios, “haverá dois livros rubricados pelo Desembargador Juiz de Fora, em que se matriculem todos os índios capazes de trabalho”. Diretório dos Índios. Ibidem. Art. 62-64, p. 27-28. Os moradores que recebiam o indígena ficam com a tutela do mesmo durante seis meses. Diretório dos Índios. Art. 70, p. 30.

¹¹⁴No traçado urbano da nova sociedade deve-se construir primeiramente “Casas de Câmara, Cadeias públicas, cuidando muito em que esta sejam erigidas com toda a segurança, e àquelas com a possível grandeza. Aos moradores (principalmente indígenas), deve persuadir a construção de casas a exemplo dos “brancos”, contribuindo para a nobreza das construções.” Diretório dos Índios. Ibidem. Art. 74, p. 31.

proporcionavam uma perspectiva real. O último estágio pretendido na reconfiguração social do projeto pombalino é a formação de parentesco entre os índios e os “brancos”, respaldado na harmonia, mediante convivência e tratamento de igualdade.¹¹⁵

Por fim ressaltam-se algumas semelhanças e adaptações entre o Regimento das Missões e o Diretório dos Índios.¹¹⁶ No caso, Portugal buscava em seu período de ilustração o rompimento de estruturas; não apenas religiosas, mas administrativas, através da formação de uma nova sociedade com fluxo econômico-fiscal contínuo, mesmo que para isso as determinações do Diretório não levassem em consideração a condição cultural dos colonos e dos índios no momento de sua implantação na realidade descrita por padre Antônio Vieira.¹¹⁷

O Diretório dos Índios foi abolido pela Carta Régia de 1798, que dispôs sobre a organização dos índios em “copos de trabalho”. Os índios que não possuísem ocupação própria poderiam ser compelidos ao trabalho público ou particular. Concede-se a condição de órfãos (supervisão do Juiz de Órfãos) aos índios que os particulares lograssem contratar para servi-los, os quais deveriam ser instruídos e alfabetizados. Desaparece administrativamente a figura das Aldeias indígenas, facultando-se sua ocupação por colonos brancos e mestiços.¹¹⁸

Apesar de ter sido abolido, o projeto colonizador capitaneado por Pombal proporcionou novas perspectivas na colônia brasileira. Dos rígidos entraves oriundos do monopólio religioso anteriores às determinações de Pombal, viu-se nascer oportunidades para os colonos leigos e para os descendentes indígenas, a esta altura mais adaptados às normas cívicas, mais próximos da condição almejada pelo Estado português, embora guardiões de

¹¹⁵Buscando evitar novos delitos entre os moradores, tendo os indígenas como vassalos e inseridos no sistema da arrecadação fiscal da Real Fazenda, “serão obrigados os Diretores, antes de admitir as tais Pessoas, a manifestar-lhes as condições, a que ficam sujeitas” (Art. 81, p. 35) e admitidas conforme os artigos, a saber: Art. 82 - Da posse da terra; Art. 83 - Da boa convivência; Art. 84. - Da manutenção do status quo; Art. 85 - Do Incentivo à produção agrícola, motivando os índios com exemplo do trabalho; Art. 86 - Da perda do direito da terra pelo não cumprimento das disposições anteriores.

¹¹⁶As semelhanças são: § 1º do antigo Regimento das Missões, Pombal decreta o fim do governo temporal da Igreja na administração política dos índios; ao abolir os § 2º e § 3º, e extinguindo o de Procurador nas Capitanias do Grão-Pará e Maranhão, eleito pelo governador, com a criação do Diretor dos índios, centralizando em suas mãos o governo dos territórios criados pela Coroa; desestrutura as determinações do § 4º do Regimento das Missões, motivando a ereção de moradias e a permanência de homens “brancos” e mestiços nos antigos aldeamentos; ao modificar o § 8º, que conferia aos missionários a incumbência de descenderem novas Aldeias para aumentar a população dos aldeamentos, entregando esta obrigação ao Diretor, incumbindo-o de ajuntar se necessárias Aldeias para formação de novos povoamentos; por fim, considerando os § 11º, § 14, § 15, § 18 e § 21 sobre o trabalho indígena, modificando as normativas para retenção dos lucros de sua produção na terra ou através de suas investidas pelo Sertão colonial.

¹¹⁷“onde os nomes são grandiloquos...; porém, a realidade mesquinha (povoações de palhoças, rala guarnição, meia dúzia de sacerdotes e alguns funcionários) diante de um mundo estanho e sem medida” habitada por gentes que “aprendem o falar dos índios e os doutrinam”. Padre Antônio Vieira, Cartas, I, pág. 112. Em 1657. Cf. CALMOM, Pedro. Op. Cit. 1971, p. 832.

¹¹⁸CORDEIRO, Enio. Op. Cit. 1999, p. 43.

costumes de seu povo de floresta. Considera-se, desta forma, que o projeto pombalino não alcançou a plenitude de seus propósitos. Há também que ponderar a condição daqueles índios, que por força de sua vontade e cultura, continuaram abandonados à própria sorte na floresta.

1.4 – A Viradeira em terras coloniais: tutela e subordinação do indígena

No caso do Brasil, o ponto central das modificações para a reestruturação do Império Ultramarino Português na América, aparentemente ignorou o processo civilizatório. A proposta era continuar a tentativa de submissão e controle dos povos indígenas, entretanto, não se pode considerar a restauração do Antigo Regime Português como um total retrocesso administrativo.¹¹⁹ No caso, percebe-se que a Viradeira é bem mais alusiva à derrocada imediata das determinações pombalinas do que a reconfiguração de um Antigo Regime quando observado que “a nova legislação equiparou os índios juridicamente a todos os súditos da Coroa.”¹²⁰ Entretanto, a revogação das determinações pombalinas manteve um artifício regulador que garantia, do ponto de vista jurídico, a mão de obra indígena ao alcance e controle da metrópole através do Juiz de Órfãos. “A noção de tutela passa a vigorar, categorizando o índio como incapaz de reger a si próprio dentro da sociedade estamental, para isso necessitando de um representante de seus interesses junto aos poderes instituídos.”¹²¹

A tutela dos indígenas contradiz os princípios de igualdade determinados pela Carta Régia de 1798, permitindo a continuidade de exploração do trabalho do índio resguardado juridicamente pela intenção disfarçada de sua instrução – artifício por meio do qual fez com que os nativos fossem integrados à sociedade civil. Logicamente, esta condição de “privilégio” era subalterna que, resguardadas a devidas proporções, colocou o índio sob as condições de dever obrigações ao seu Soberano. Aqui, retomadas as transformações causadas pelo Diretório¹²² e a condição dos habitantes naturais do Brasil, vê-se surgir, segundo Spósito (2009), perante as novas determinações da Carta Régia de 1798 duas categorias de indígenas: os índios aldeados e os índios moradores nas matas, estes longe dos povoados anteriormente

¹¹⁹Algumas medidas da administração pombalina na foram mantidas a exemplo, a participação de membros da burguesia nos negócios do Estado; os estímulos à educação e ciência.

¹²⁰ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p. 112.

¹²¹SPÓSITO, Fernanda. Op. Cit. 2009, p. 94.

¹²²Durante o período em que vigorou as determinações do ditório não seria correto desconsiderar a existência de uma massa populacional híbrida nas povoações brasileiras. Não desconsideramos aqui também as muitas Vilas e povoados existentes desde o início da colonização.

objetivados pelo Diretório pombalino. Segundo as determinações da Coroa, durante o período da Viradeira:

Os aldeados (índios) podem ser engajados para compor as forças armadas da região, seja nos corpos de milícias, ou em companhias de pedestres. É previsto que pudessem ser incorporados às expedições de comércio do Pará ao Mato Grosso e também entrarem nas companhias de pesca, mecanismo central de abastecimento alimentício no norte. (...) Por sua vez, aos índios das matas, estão proibidas hostilidades, guerras ofensivas e os Descimentos (comboio de indígenas de regiões distantes que eram trazidos pelos colonizadores às Vilas e Cidades para serem “civilizados” nos aldeamentos ou nas propriedades particulares). Estes índios recebem da rainha o privilégio de órfãos, sobre os quais cabem a proteção real e a proibição de sua escravização.¹²³

Contudo, segundo Espindola (2005), “a Lei estabeleceu direitos e proteções que dificilmente poderiam ser garantidos.”¹²⁴ Os que mais haviam pressionado pelo fim das determinações do Diretório pombalino foram, naquele momento, os mais prejudicados por não poderem explorar juntamente com o Estado a força de trabalho do indígena.¹²⁵ Por conseguinte, a prática dos Descimentos, que havia sido abolida a quase um século retornou no período da Viradeira com a cínica exigência de que fosse pacífica e com o consentimento dos indígenas, que assim poderiam ser utilizados na mão de obra.¹²⁶

Assim, ajuntando as duas categorias de indígenas criadas pela Carta de 1798 – a dos índios aldeados e a dos índios moradores nas matas – resta uma última avaliação a respeito das determinações de D. Maria I sobre a regulamentação do trabalho. Ora, ponderar sobre o trabalho a partir das perspectivas legais entre o século XVI e XVIII¹²⁷ acabaria jogando o indígena na parcela social desqualificada, até mesmo devido a seus costumes, ainda que ele, o índio, estivesse em processo de aculturação nos aldeamentos. Assim, a Lei utilizava o termo “desocupados”, sem contudo definir o que fosse a desocupação. “Desta forma, ficavam enquadrados nos critérios do crime de vadiagem”¹²⁸ toda a população luso-brasileira da colônia que não se enquadrasse na condição de proprietária de terras e na condição da população escrava. Por fim, percebe-se que:

¹²³SPÓSITO, Fernanda. Ibidem. 2009, p. 96.

¹²⁴ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p. 112.

¹²⁵A crescente demanda por mão de obra e a expansão da economia nas colônias do norte fizeram com que os colonos pressionassem a Coroa pelo retorno da prática dos Descimentos, contudo a autorização de 1798 determinou que eles retornassem.

¹²⁶ESPINDOLA, Haruf Salmen. Ibidem. 2005, p. 113.

¹²⁷A definição de vadiagem é a mesma de Laura de Melo e Souza apresentada em “Os Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira do século XVIII” que foi utilizada por Espínola. Op. Cit. 2005, p. 52.

¹²⁸ESPINDOLA, Ibidem. 2005, p. 113.

(...) a lei de 1798 não destoa do espírito que norteou o Diretório pombalino, embora propusesse outros meios para a incorporação dos índios ao Império português que podemos até julgar como menos protecionistas. A questão central (...) é que a incorporação se dava ao menos na intencionalidade de ambas as leis, de maneira atrativa, não ofensiva.¹²⁹

A tentativa de reconfiguração do território colonial com a aplicação das determinações do Diretório e posteriormente da Carta Régia de 1798 haviam sido expandidas a todas as capitanias, contudo na Capitania das Minas Gerais, os moradores das adjacências do Sertão do rio Doce possuíam motivações para descontentamentos com as determinações da Coroa. No caso dos Sertões mineiros, a tentativa de expansão territorial encontrava pelo caminho o entrave da Lei e a resistência dos grupos indígenas, entre eles os da etnia Puri¹³⁰ e Botocudo, habitantes da localidade.

1.5 – O Sertão do rio Doce: Expansão territorial, ambição e guerra contra os indígenas

No Sertão do rio Doce, a investida territorial havia começado em datas recuadas. Ainda no século XVI, aconteceram expedições de Entradas que buscavam em 1550 a Serra das Esmeraldas, que por informações dos índios, em meio ao Sertão “existia uma serra que “resplandece muito”, a que chamavam “sol da terra.”¹³¹ Sabe-se que um século e meio à frente, as expedições acabaram por encontrar as Minas de ouro e diamantes, contudo o interior dos vales do rio Doce permanecera, após a descoberta, como zona fronteira. Todavia, ataques contra os indígenas na província das Minas Gerais, eram constantes. Durante o século XVIII houve inúmeras “expedições preparadas com este fim.

Em 1734, uma bandeira liderada por Matias Barbosa, contando com 70 homens e 50 escravos, atacou grupos botocudos e ‘limpou’ o Sertão do Leste até as Escadinhas da Natividade.”¹³² Ainda em 1775, o governador D. Antonio de Noronha “decretou guerra aos botocudos que atacavam o aldeamento do Pomba e atrapalhavam a conquista de Cuieté.”¹³³ A guerra era autorizada contra os grupos indígenas caso viesse interferir na colonização. Ora,

¹²⁹SPÓSITO, Fernanda. Op. Cit. 2009, p. 97.

¹³⁰O grupo dos índios Puri, habitava também as florestas da Zona da Mata mineira.

¹³¹ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p. 114.

¹³²AMANTINO, Marcia.. **O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII.**/Marcia Amantino. – São Paulo: Annablume, 2008, p. 74.

¹³³AMANTINO, Marcia. Ibidem, loc. Cit.

em um Estado onde a força de produção econômica é movida pelo trabalho do escravo, parece motivador um esforço pela incitação de rixas entre os indígenas e a provocação de desmandos contra as leis régias.

Corroborando com os desmandos dos colonos e as agressões ocasionadas pelas reações dos grupos indígenas às deliberações da Coroa, é preciso lembrar das representações ligadas à antropofagia decorrentes da diferenciação étnica usual dos coloniais com referência aos grupos Tupi e Tapuia.¹³⁴ Esse imaginário, segundo Amantino (2008), havia motivado a barbárie e a antropofagia, num retrocesso a algumas propostas do período pombalino, e se constitui na “tônica da maioria dos documentos que pregavam os ataques às tribos.”¹³⁵ Neste aspecto, Spósito (2009) reforça opinião de Amantino (2008), afirmando o seguinte:

Assim, a caracterização dos índios como elementos mortais, selvagens e carentes de controle é o elemento propulsor desse avanço a terrenos inóspitos à presença “civilizadora”. Para efetuar esse intento, tudo passa a ser permitido: atribuir antropofagia àqueles grupos que não eram afeitos a tal prática, voltar à escravização dos índios, permitir matá-los. Sendo isso realmente um retrocesso em comparação com o ideário das Luzes, que propunha a incorporação dos índios como vassalos, para justificar esse recuo, nada mais eficiente do que projetar nestes grupos indígenas os atributos mais negativos possíveis.¹³⁶

Nas Minas Gerais a figura do indígena formada pelos séculos de lutas contra estes grupos do interior incitou, como no caso das outras províncias, a caça e a perseguição, e no século XVIII, a derrubada da mata na tentativa de reduzir suas defesas proporcionando maior vantagem por parte dos “brancos”. Segundo Spósito (2009), “o motivo desta vasta região ter sido mantido inatingível até àquela época - final do século XVII e início do século XVIII - tem relação com a mineração dos séculos anteriores e a restrição à circulação de pessoas por parte da metrópole.”¹³⁷ Ainda de acordo com Haruf Salmem Espindola (2005), com relação ao adentramento limítrofe das áreas auríferas: “Ataíde e Mello ponderou que não haveria obstáculos invencíveis e nem facilidades já vencidas” e prossegue se referindo aos obstáculos físicos.

O primeiro obstáculo era a ‘pouca salubridade do clima’. (...) O segundo obstáculo considerado foram os índios Botocudo, ‘os mais façanhosos e carnívoros’, que ‘que infestam quase toda a baixada daquele rio’. Esses índios colocavam ‘sempre em

¹³⁴Importante relativizar o imaginário da população apresentado no final do século XVIII com as transformações iniciadas após as determinações do Diretório de Pombal e mesmo as da Carta Régia de D. Maria I.

¹³⁵AMANTINO, Marcia. Ibidem, 2008, p. 74.

¹³⁶SPÓSITO, Fernanda. Op. Cit, 2009, p. 102.

¹³⁷SPÓSITO, Fernanda. Ibidem. 2009, p. 100.

risco a fortuna e a vida dos que vivem limítrofes deles' e dos que navegam nesse rio. Esse obstáculo também seria removido à medida que fossem derrubadas as matas.¹³⁸

Tomando como referência a derrubada das matas no auxílio à desocupação e mesmo extermínio dos indígenas da região, percebe-se outro elemento, como esclarece Amantino (2008): “além das questões morais e de segurança, outra justificativa para o estabelecimento da guerra justa contra os indígenas da região da capitania de Minas Gerais, era de ordem econômica.”¹³⁹ Ainda segundo Espindola (2005), “na visão de Ataíde e Mello, as matas eram um obstáculo por que embaçavam o ar daqueles sítios e eram covis de selvagens, mas, como ele também as considerava fonte de riqueza, o desmatar tinha duplo sentido: profilático e mercantil.”¹⁴⁰ Além disso, segundo Marcia Amantino (2008), o Sertão era uma região não só ocupada por indígenas, mas por pessoas de toda sorte e por quilombolas.¹⁴¹ Sertões, estes, que segundo a definição de Saint-Hilaire não designavam uma divisão política do território.¹⁴²

Assim, no século XVIII, após as delimitações de Madri e Santo Ildefonso, colocar-se-ia como desafio o controle do interior. Como se pode perceber, a questão indígena anteriormente tratada pelos portugueses como exclusivamente de controle sobre sua liberdade ou o trabalho, acabaria se tornando uma questão econômica ligada à posse da terra, questão esta que se adentraria no século XIX, no final do período colonial. É neste contexto da política de expansão e conquista territorial interna, que atuará o Príncipe Regente Dom João. Sua atuação com relação aos indígenas seguirá o padrão costumeiro da legislação portuguesa: “busca-se não mais atrair os índios, mas retirá-los dessas regiões impenetráveis, escravizando-os e matando-os, inclusive.”¹⁴³

Assim, passados quatro meses da fatídica chegada da corte, o príncipe-regente D. João instrui o capitão-general de Minas Gerais a decretar guerras contra os índios botocudos daquela capitania, pois eles são antropófagos e não têm aceitado a

¹³⁸ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p. 115.

¹³⁹AMANTINO, Marcia. Op. Cit. 2008, p. 76.

¹⁴⁰ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p. 116.

¹⁴¹AMANTINO, Marcia. Op. Cit. 2008.

¹⁴²As definições para o termo sertão são vastas e sofreram, desde o século XVI, processos que buscaram incorporar concepções diversas aos significados primários do termo. Entretanto, algumas características intrínsecas a este conceito podem ser identificadas, ainda que em momentos históricos diferentes. Uma delas remete ao aspecto geográfico, associando sertão à região oposta, ao litoral. Todavia, esta definição não delimita onde começaria o sertão, apenas o relaciona com o interior do continente. A segunda identifica-o como sendo um lugar onde a civilização ainda não teria chegado, ou onde o processo civilizatório não estaria totalmente efetuado. Esta região, portanto, não seria nem uma área civilizada e nem impossível de ser conquistada e trazida à civilização. AMANTINO, Marcia. Ibidem. 2008, p. 227.

¹⁴³SPÓSITO, Fernanda. Op. Cit. 2009, p. 99.

submissão ao reino por nenhum outro meio, segundo suas palavras. Para deter esse processo, D. João ordena uma guerra ofensiva sem tréguas até o momento em que todos os índios da região estejam submissos e as terras que ocupam tenham sido deles tomadas. O meio de se obter esse controle é a montagem de expedições de pedestres e de bandeiras, inclusive compostas por índios domesticados.¹⁴⁴

Desta forma:

(...) ordeno-vos que façais distribuir seis distritos, ou parte, todo o terreno infestado pelos Botocudos, nomeando seis Comandantes destes terrenos, a quem ficara encarregada pela maneira que lhes parecer mais profícua, a guerra ofensiva que convém fazer aos Índios botocudos; e estes Comandantes que terão as patentes e soldos de Alferes agregados ao Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, que logo lhes mandareis passar com vencimento de soldo dessa nomeação, serão por agora Antonio Rodrigues Taborda., já alferes; João do Monte da Fonseca; José Caetano da Fonseca; Lizardo José da Fonseca; Januario Vieira Braga; Arruda, morador na Pomba; e se denominarão Comandantes da primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta Divisão do Rio Doce.¹⁴⁵

Cada um desses comandantes recebeu o posto de alferes agregado do regimento de cavalaria de Minas. Seus soldados receberiam o mesmo soldo de um infante, cabendo a metade aos indígenas recrutados. Estes últimos faziam-se indispensáveis, dado o seu costume com as matas e o conhecimento dos hábitos das diversas tribos. A manobra militar recomendada era atacar os índios em seus redutos, para que sentissem o ‘poder de fogo’ das forças reais.¹⁴⁶

Assim, “a novidade trazida pela Carta Régia de 1808 foi a transformação do plano de navegação do rio Doce e de incorporação do território à economia nacional em um empreendimento de natureza militar.”¹⁴⁷ Contudo, a guerra declarada não poderia simplesmente “eliminar” os indígenas da região. Uma vez eliminados, como se procederia ao povoamento civil de uma região vasta como nas Minas Gerais? A política indigenista de D. João, assim “vivencia, ainda na década de 10 do século XIX, os impasses de conquista dos povos indígenas arredios.”¹⁴⁸ A solução para a crise viria ou com o desenvolvimento econômico da região aurífera, agora “decadente”, ou de suas adjacências.

¹⁴⁴SPÓSITO, Fernanda. *Ibidem*, loc. Cit.

¹⁴⁵Coleção das Leis do Brasil de 1808. **Biblioteca da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1891, p. 38-39.

¹⁴⁶AGUIAR, José Otávio. **Legislação Indigenista e os ecos autoritários da “Marselhesa”**: Guido Thomaz Marlière e a Colonização dos Sertões do Rio Doce. *Projeto História*, São Paulo, nº33, p. 83-96, dez. 2006, p. 86.

¹⁴⁷ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Op. Cit.* 2005, p. 125.

¹⁴⁸SPÓSITO, Fernanda. *Op. Cit.* 2009, p. 106.

1.6 – Sobre a civilização dos índios no período joanino

Em 1808, os trezentos anos de exploração territorial haviam deixado a região apenas como uma fronteira de configuração legal. Um descaminho, que na prática possibilitou a ocupação da região por indígenas e quilombolas¹⁴⁹, que em busca de refúgio abrigavam-se em meio aos fragmentos da densa floresta. Em seus gigantes de melancolia ainda resistentes, a floresta ia pouco a pouco sendo devastada graças a ação de fazendeiros que a utilizavam para coleta de lenha e construção civil. Por outro lado, a floresta era explorada e devastada por quem nela buscava refúgio: índios e/ou caboclos “capazes até de derrubar uma árvore para se pouparem do trabalho de galgá-la para apanhar frutos ou desalojar uma colméia de abelhas silvestres.”¹⁵⁰

Neste cenário de belezas e mistérios que se manterão em segredo, desenvolveu-se a luta pela sobrevivência indígena e a busca por novas oportunidades de vida empreendida pelos colonos. Abriram-se, assim, as fronteiras para ocupação da Zona da Mata mineira.

(...) entenda-se por essa expressão toda a região entre a atual Zona da Mata Mineira e a região do Jequitinhonha – Mucuri-Doce – (...) Coberto pela densa Mata Atlântica e habitada por populações indígenas tidas como antropófagas, que ali haviam se refugiado nos três primeiros séculos de colonização, a região funcionava como “barreira verde” para a proteção contra a realidade do contrabando e a possibilidade de uma invasão externa. A partir da segunda metade dos setecentos, com o declínio das jazidas auríferas da região mineradora, levou cada vez mais significativas de luso-brasileiros dirigiram-se para esse “leste selvagem”, sob o incentivo do Estado e sob de uma intensa guerra indígena. Para reprimir os ataques do “gentio”, que expulsavam os colonos das terras já ocupadas, a metrópole construía postos militares estrategicamente situados: os chamados presídios e quartéis.¹⁵¹

De caráter exclusivamente ofensivo, a investida na província mineira a partir das ordenações joaninas começa a se assemelhar a alguns aspectos dos caminhos anteriormente trilhados pelas ordenações pombalinas. Não seria considerado um retrocesso para a administração lusa graças ao novo mecanismo de dominação e aproveitamento das condições naturais do território. As relações de convivência¹⁵², embora conturbadas pela resistência dos grupos indígenas na defesa de suas terras, passaram a ser norteadoras após promulgação da

¹⁴⁹AMANTINO, Marcia. Op. Cit. 2008.

¹⁵⁰DEAN, Warren. Op. Cit. 1996, p. 155.

¹⁵¹AGUIAR, José Otávio. Op. Cit. 2006, p. 85.

¹⁵²A Carta Régia de 13/05/1808 distribuiu o território em questão conforme apresentado anteriormente.

carta complementar assinado pelo regente D. João em 02 de dezembro de 1808. De acordo com Espíndola (2005):

Não importavam os antecedentes dos luso-brasileiros, nem se era gente de bem ou criminosa, pois acreditava-se que o contato permanente dos índios com essa gente e a dissolução de suas comunidades tribais eram a melhor forma de civilização e a mais eficiente para fazê-los conhecer a ‘utilidade que lhes há de resultar de viver em uma regular sociedade’.¹⁵³

Percebendo não ter sido considerada a condição do indígena em seu território, por parte da Coroa portuguesa, Espíndola (2005) apresenta uma reedição da política da cruz e da espada utilizada anteriormente no processo de tentativa de dominação do território colonial a ser desbravado a partir das determinações da Coroa. Tal perspectiva é corroborada por John Monteiro (2001), segundo a qual:

Atrair ou repelir, civilizar ou exterminar, estas alternativas que remontavam aos primórdios da colonização moviam as discussões nos sertões e nas cidades. A noção de civilização, ao que parece, abrigava os dois extremos. A Junta de Civilização dos Índios que atuava no rio Doce, apesar do nome, funcionava basicamente para organizar a repressão dos índios sob a vigência da famigerada Carta Régia de 1808.¹⁵⁴

Dessa forma, tomando por ponto de vista as observações dos autores ao analisar as cinco diretrizes da carta de D. João VI, grosso modo, podem-se verificar fragmentos deste artifício.¹⁵⁵ Contudo percebe-se um avanço na tentativa de dominação do território por parte dos portugueses. Isso fica sinalizado em Espíndola (2005). De acordo com o autor:

O documento de dezembro está dividido em cinco partes principais: regulamento da concessão de sesmarias nos territórios submetidos às divisões militares; estabelecimento das regras para educação religiosa nas Aldeias; normatização dos aldeamentos e utilização da mão-de-obra dos índios; ordenamento sobre a participação dos proprietários no processo de civilização e sobre os benefícios que lhes seriam atribuídos; por último, especificação do tipo de aldeamento desejado.¹⁵⁶

A partir dos novos ordenamentos, as terras “esvaziadas” na província, devido ao constante ataque dos indígenas na tentativa de defesa de seu território, foram consideradas devolutas e passíveis de ocupação para uma nova intervenção agrícola por parte dos colonos.

¹⁵³ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p. 131.

¹⁵⁴MONTEIRO, John M. Op. Cit. 2001, p. 143.

¹⁵⁵Ver: ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p. 127.

¹⁵⁶ESPINDOLA, Haruf Salmen. Ibidem. 2005, p. 126 (grifo meu).

A nova determinação joanina indica uma reserva de terras para os indígenas, contudo é uma reserva onde a condição étnica esteve provavelmente em segundo plano, pois caso existisse, ficaria ao lado da cultura econômica.¹⁵⁷ Neste momento, o que era considerado necessário foi o desenvolvimento e sustentabilidade da localidade e futuramente da Fazenda Real, uma vez que o regente manda, de acordo com a Carta de dezembro, que:

(...) fique declarado, que concedo a todos os devedores da minha Real Fazenda que forem fazer semelhantes estabelecimentos de cultura e de trabalhos auríferos, a especial graça, de uma moratória, que haja de durar seis anos da data desta minha Carta Regia, em cujo período não poderão ser inquietados por dividas que tenham contraído com a minha Real Fazenda e que só ficarão obrigados a pagar no fim do mesmo período.¹⁵⁸

Dessa forma, privilégios da posse da terra se estendem ao desbravador e também ao novo ocupante dos lotes devolutos. Neste sentido “em alguns aspectos chega-se ao devaneio, quando se abre a possibilidade para que se constituísse senhoria/donatário territorial, com vila estabelecida e todas as prerrogativas político-administrativas decorrentes e mercês reais.”¹⁵⁹ Complementando as determinações de maio e dezembro de 1808, os colonos passaram a ter, com consentimento da Coroa, a possibilidade de abertura de uma “aliança” com os indígenas. Este fato deu novas perspectivas à ocupação do território, uma vez que os indígenas haviam sido objetivo de conquista entre os séculos XVI e XVIII, e com as novas determinações Joaninas no século XIX, passaram a ser agentes da ocupação estabelecidos em seus lotes de terra.

Na região das Minas Gerais, além dos indígenas do grupo Botocudo, Maxacali, Malali e Pataxó, o Sertão do Pomba, na Zona da Mata mineira, era habitado por indígenas do grupo Coroadó, Coropó e Puri. Contudo, estabelecidos os parâmetros legais para a posse da terra, engana-se pensar em uma trégua. Nem a catequese, menos ainda a convivência entre brancos e índios no mesmo território, conseguiram tirar este de sua condição considerada “selvagem” na visão do colonizador.¹⁶⁰

¹⁵⁷Ver: ESPINDOLA, Haruf Salmen. Ibidem. 2005, p. 131.

¹⁵⁸Titulo original da Carta Régia de 02/12/1808. Coleção das Leis do Brasil de 1.808. Op. Cit. 1891, p. 40.

¹⁵⁹ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p. 130.

¹⁶⁰Considera-se que anteriormente, as terras desbravadas teriam o sentido de colonização. Utilizamos aqui a contexto das terras novamente distribuídas pela coroa para nova ocupação das sesmarias anteriormente abandonadas no território das Minas Gerais. Ainda, apesar dos assentamentos autorizados pela Coroa, o contato direto entre índios e sesmeiros se revelaram também infrutíferas para os dois lados: gripe para os indígenas e a malária para os fazendeiros. Esta, a malária, acentuadamente ocasionada pelo desequilíbrio ecológico do desmatamento da área de ocupação para a produção agrícola e pastagens.

A proximidade de convivência entre os indígenas e o novo ocupante das terras ocasiona também proximidade de fronteiras e consequente rompimento de suas marcas. Com o agravamento das disputas territoriais, no ano de 1813, o comandante da junta militar, Guido Thomaz Marlière, chega aos sertões do rio Pomba¹⁶¹ na tentativa de apaziguamento das novas tensões ocasionadas pela imposição de convivência entre grupos étnicos e fazendeiros.

Em 1813, o conde de Palma, governador de Minas Gerais, mandou o tenente agregado do Regimento de Cavalaria Guido Thomaz Marlière para a freguesia de São Manoel do Rio Pomba, com objetivo de apurar as queixas dos índios Coroados/Coropó, que denunciavam a invasão de suas terras. Sua atuação foi decisiva para solucionar os conflitos entre os índios e fazendeiros. Os índios Puri eram arredios e faziam incursões freqüentes aos territórios ocupados por Coroados/Coropó e por luso-brasileiros. Em 1814, Marlière enviou uma grande “bandeira” contra os Puri, formada principalmente por Coroados. Estes retomaram trazendo como troféu as orelhas de seus inimigos, deixando Marlière bastante chocado. Desde então, não foram realizadas estas expedições punitivas.¹⁶²

A política indigenista adotada a partir de 1808 sofreria ainda modificações. Contudo, as mudanças possíveis acabaram sendo as adaptações inerentes a questões relacionadas a qualquer área de fronteiras, levando-se em consideração suas particularidades regionais. As Cartas Régias promulgadas por D. João em 1808, a saber, Carta Régia de 13 de maio de 1808 - Manda fazer guerra aos índios botocudos; Carta Régia de 24 de agosto de 1808 - Sobre a guerra ofensiva contra os índios botocudos e Carta Régia de 2 de dezembro de 1808 - Sobre a civilização dos índios, a sua educação religiosa, navegação dos rios e cultura dos terrenos, foram, com algumas modificações decorrentes do tempo, os documentos que nortearam as ações e “expressavam o interesse e a visão de mundo dos homens que conduziram os destinos da Capitania de Minas Gerais nas duas primeiras décadas do século XIX.”¹⁶³

¹⁶¹Na região de vales entre os rios Pomba e Muriaé vê-se outra atuação de Marlière. Naquela região, o destacamento militar a cargo de Constantino Pinto possuía a missão de pacificar os índios, protegê-los e consolidar aldeamento, pois estavam os índios Puri sendo dizimados pelo comércio da poaia. Comércio este praticado por aventureiros que partiam de São João Batista do Presídio, atual cidade de Visconde do Rio Branco e de localidades do Espírito Santo na busca pelo vegetal. Ver: MANOEL, Joel Peixoto. Índios Puri. In: **Revista de Historiografia Muriaense**. Ano II – Maio de 1979, nº 02. Direção de José Henrique Hastenreiter. 1979, p. 11-12.

¹⁶²ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p, 147.

¹⁶³ESPINDOLA, Haruf Salmen. Ibidem. 2005, p, 132.

1. 7 – Política Indigenista no Império do Brasil: José Bonifácio e o índio na concepção da lei e da ordem

Agora pergunto eu, um Tapuia é habitante do Brasil? É. Um Tapuia é nascido no Brasil? É. Um tapuia é livre? É. Logo é cidadão brasileiro? Não, (...), pois os Índios no seu estado selvagem não são, nem se pode considerar como parte da grande família Brasileira; e são, todavia livres, nascidos no Brasil, e nele habitantes. Nós, é verdade, que temos a Lei que lhes outorgue os Direitos de Cidadão, logo que eles abracem nosso costumes, e civilização, antes disso porém estão fora de nossa Sociedade.¹⁶⁴

Embora celebrada por parte da população, a emancipação política do Brasil em 07 de setembro de 1822 não conferiu pleno direito à totalidade de seus cidadãos, permaneceram resquícios do período colonial. Um deles, foi a divisão de classes debatida na Assembléia Constituinte de 1823, que possuía como uma de suas vertentes a condição do índio, representado pelas ideias de José Bonifácio de que “era preciso fazer daquela população heterogênea, fragmentada e dispersa uma sociedade nacional integrada e dotada de sentido de unidade.”¹⁶⁵ Comentando sobre este ponto de vista, John Monteiro (2001) explica que:

A independência trouxe, para os colonos que iriam assumir a tarefa de construir uma nação, o duro desafio de conciliar uma identidade americana, mestiça, com as práticas de exclusão das populações indígenas e negras. Vários escritores, com destaque para José Bonifácio, buscaram enfrentar a questão, traçando planos e projetos de nação que contemplavam, em maior ou menor grau, a inclusão dos segmentos desclassificados.¹⁶⁶

Assim como o escravo, o índio fazia parte da sociedade, mas não era considerado um cidadão brasileiro. Era um andarilho das matas e florestas remanescentes da Mata Atlântica e da região Amazônica. Peça chave do projeto pombalino tendo contribuído com um

¹⁶⁴ **Diário da Assembléia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil, Seção de 23 de setembro de 1823,** p. 90. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=775OAAAACAAJ&pg=PA59&lpg=PA59&dq=Di%C3%A1rio+da+Assembleia+Geral+Constituinte,+e+Legislativa+do+Imp%C3%A9rio+do+Brasil,+Se%C3%A7%C3%A3o+de+23+de+setembro+de+1823&source=bl&ots=UVNIvJqDc_&sig=vR5sy3sk3SUcbngFsZxkLX4mY-k&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiOir2hr7zKAhWCOCYKHbBB78Q6AEIKzAC#v=onepage&q=Di%C3%A1rio%20da%20Assembleia%20Geral%20Constituinte%2C%20e%20Legislativa%20do%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil%2C%20Se%C3%A7%C3%A3o%20de%2023%20de%20setembro%20de%201823&f=false. Acesso em 21/01/2016.

¹⁶⁵ PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002, p. 147. De acordo com José Bonifácio, uma das vertentes de seu projeto de homogeneização da sociedade passava pela emancipação gradual dos escravos e assimilação dos índios.

¹⁶⁶ MONTEIRO, John M. Op. Cit. 2001, p. 131.

contingente populacional de mestiços (caboclos) integrados à sociedade brasileira, corroborando as idéias de Bonifácio. Ainda, segundo Monteiro (2001):

(...) instalava-se no bojo dos estudos praticamente fundadores da história do país, uma vertente pessimista com fortes desdobramentos na política indigenista que se esboçava no Império. Cumpre lembrar, entretanto, que não se tratava da única vertente, muito embora fosse a tendência dominante. De fato, os índios foram objeto de um intenso debate que atravessou o século XIX, antepondo a postura de Varnhagen a uma vertente mais filantrópica, inspirada sobretudo em José Bonifácio¹⁶⁷

Na Assembléia, os deputados participantes da Assembléia Constituinte do Império Brasileiro possuíam a mentalidade de seu tempo. Entretanto, suas raízes e anseios ainda os ligavam a um passado recente. Havia-se a pouco deixado os laços coloniais. Neste sentido sobrevivia no espírito dos legisladores uma percepção sobre os índios: a sua condição de selvagem. Condição subalterna perante a civilização urbana.¹⁶⁸ Apesar de uns poucos esforços particulares na Assembléia de 1823, a rala produção jurídica direcionada para a questão indígena não se preocupou com a integração do índio e de seus descendentes na construção de uma sociedade mais homogênea no Brasil. Os legisladores desconsideravam neste sentido os apontamentos e as idéias de José Bonifácio.¹⁶⁹

Entre os deputados brasileiros havia, portanto, uma conflituosa consciência e a convicção de um mundo unilateral com seus valores culturais convivendo nos limites de suas possibilidades com a barbárie dos índios. Embora passíveis de adaptação, os índios não tinham garantia e o direito de pertencer ao conjunto da sociedade, considerada brasileira.¹⁷⁰

¹⁶⁷MONTEIRO, John M. Ibidem. 2001, p. 03.

¹⁶⁸TODOROV, Tzevetan. Op. Cit. 2010, p. 41(...) são seres completamente humanos, com os mesmos direitos que eles, e aí os considera não somente iguais, mas idênticos, e este comportamento desemboca no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre o outro. Ou então parte da diferença que é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (...) recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si mesmo.

¹⁶⁹De acordo com José Augusto Pádua, Bonifácio sobressaiu entre seus contemporâneos brasileiros por causa de sua formação eclética e experiência de vida, acumulada ao longo das cinco décadas vividas na Europa, com intensa formação em Portugal, Alemanha, Suécia, Noruega e Dinamarca. Durante o período, José Bonifácio conviveu com naturalistas como Vandelli e Humboldt. PÁDUA, José Augusto. Op. Cit. 2002, p. 131-134.

¹⁷⁰“(...) fala-se aqui dos Súditos do Império do Brasil, únicos que gozam dos cômodos de nossa Sociedade, e sofrem seus incômodos, que tem direito, e obrigações no Pacto Social, na Constituição do Estado. Os Índios estão fora do grêmio da nossa Sociedade, não são súbditos do Império, não o reconhecem, nem por consequência suas autoridades desde a primeira até a ultima, vivem em guerra abeta conosco, não podem de forma alguma ter direitos, porque não tem, nem reconhecem deveres ainda os mais simples, (falo dos não domesticados logo: como considerá-los Cidadãos Brasileiros? Como considerá-los Brasileiros no sentido político? Não é minha opinião que sejam desprezados (...) Legislemos para eles; porém nesse sentido: ponhamos um capítulo próprio, e especial para isso em nossa Constituição; sigamos o exemplo dos Venezuelenses. Mas considerá-los já neste

Foi com essa percepção, que o Império brasileiro legislava sobre a questão do índio, desconsiderando as suas diferenças étnicas e culturais e, desconsiderando também parte significativa da sociedade.

Foi nesse universo limitado pela consistência de um modelo de sociedade pré-estabelecido que se debateu a legislação direcionada à questão do indígena. Neste cenário, as propostas apresentados por José Bonifácio são um capítulo à parte. Suas idéias para a civilização do índio partiam do pressuposto da natureza humana, esta isenta de qualificações uma vez que o homem, em seu estado natural, alheio aos costumes urbanos, não pode ser julgado como bom ou mal, podendo vir a ser modelado. Por esse motivo, na Assembléia, José Bonifácio defende a integração social do elemento indígena. São suas as palavras que dizem:

Tenho, pois mostrado pela razão, e pela experiência, que apesar de serem os índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa, e em grande parte desagradecida e desumana para conosco, que reputam seus inimigos, são, contudo capazes de civilização, logo que se adotam meios próprios, e que há constância e zelo verdadeiro na sua execução. Nas atuais circunstâncias do Brasil e da política européia, a civilização dos índios bravos é objeto de sumo interesse e importância para nós.¹⁷¹

Seu posicionamento sobre a questão do índio é uma referência para a construção das políticas indigenistas no Brasil, mesmo que o próprio Bonifácio apresentasse em suas idéias as mesmas considerações dos legisladores da colônia no passado. Contudo, compreendia a necessidade da integração do índio na sociedade através da assimilação cultural. José Bonifácio reconhecia as dificuldades e percalços de seus objetivos, considerando a totalidade da política anteriormente aplicada para a causa do índio no Brasil:

(...) Quem ler o diálogo que traz Léry na sua viagem ao Brasil entre um francês e um velho carijó conhecerá que não falta aos índios bravos o lume natural da razão. Não obstante isto crê ainda hoje muita parte dos portugueses que o índio só tem figura humana, sem ser capaz de perfectibilidade. Eu sei que é difícil adquirir a sua confiança e amor; porque, como já disse, eles nos odeiam, nos temem, e podendo nos matam, e devoram. E havemos desculpá-los; porque com o pretexto de os fazermos cristãos, lhes temos feito e fazemos muitas injustiças e crueldades. Faz horror refletir na rápida despovoação desses miseráveis depois que chegamos ao Brasil... Calcula o padre Vieira que em trinta anos, pelas guerras, cativeiros e moléstias, que lhes trouxeram os portugueses, eram mortos mais de dois milhões de índios.¹⁷²

capítulo! Isto é novo. Diário da Assembléia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil. Op. Cit. 1823. p, 90.

¹⁷¹ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In: DOLHNIKOKK, Mirian (org). **Projetos para o Brasil**/José Bonifácio de Andrada e Silva, 1998, p. 89.

¹⁷²ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Ibidem, loc. Cit.

“Os Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil é, resumidamente, uma programa de assimilação da população indígena “brava” por meio dos métodos “brandos.”¹⁷³ O programa se divide em três partes.¹⁷⁴ Na primeira, aborda sobre a legislação anteriormente aplicada para a questão indígena na colônia e as experiências adquiridas, apresentando seus percalços. Um relato de memória da história colonial e da questão do índio, que apesar do bom embasamento apresentado, se retrai nas observações do legislador, principalmente em sua visão de um índio ainda em estado “selvagem”¹⁷⁵ e da possibilidade de sua civilização através do método “brando”, que não apresentavam novidade em sua essência se cotejado com o Diretório pombalino e as determinações da Carta Régia de 1808, de Dom João VI. De certo, a novidade era o entendimento da importância da mestiçagem e da atuação da justiça na manutenção das poucas terras ainda destinadas aos índios. Ato este que preservaria suas condições para sobrevivência. De Bonifácio, vê-se neste entendimento um fragmento do seu lado naturalista, no entanto, mais que as belas paisagens da natureza, José Bonifácio visava estabelecer em seu projeto “(...) uma política geral de proteção dos recursos naturais do Brasil, pois esse era o grande trunfo com o qual o país podia contar para o seu progresso futuro.”¹⁷⁶

Embora José Bonifácio tenha naquele momento apresentado de forma minuciosa suas ideias e motivações para aceitação do seu projeto civilizador, procurando inserir o índio na sociedade brasileira, as suas opiniões não animaram os debates dos constituintes. A temática central que prevaleceu na Assembleia Constituinte de 1823, “(...) limitou-se à discussão se índios e escravos poderiam ser considerados membros da sociedade brasileira e, por conseguinte, cidadãos brasileiros, ou se, ao contrário, eram apenas habitantes do Brasil.”¹⁷⁷

¹⁷³MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e o Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena. **XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História**, 13-17 de julho de 2009.

¹⁷⁴Primeira parte dos Apontamentos discute os métodos de civilização. A Segunda parte apresenta as questões relevantes sobre a civilização e aplicação da justiça para a causa do índio. A Terceira parte versa sobre o índio como elemento humano integrado na sociedade do Império.

¹⁷⁵José Bonifácio não leva em consideração os Aldeamentos e Vilas criadas anteriormente, espaço de assimilação e aculturação dos indígenas.

¹⁷⁶ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Op. Cit. 1998.

¹⁷⁷MOREIRA, Vânia Maria Losada. Op. Cit. 2009.

1.8 – Auto-inserção e selvageria: a busca pela cidadania brasileira e a questão da terra

Apesar das motivações e prováveis benefícios da inserção e aceitação do elemento indígena como um cidadão brasileiro, na pós-emancipação política, a lentidão aparente dos membros representantes das elites que compunham a Assembléia Constituinte em aceitá-los e considerá-los como brasileiros de fato e de direito motivou que, agrupamentos indígenas, através das brechas encontradas na lei, tentassem transitar da sua condição de súditos para o status de cidadãos.¹⁷⁸ A partir deste juízo de pertencimento à sociedade, da limitação Constitucional representada pelos ideais de alguns deputados e da memória historiográfica descrita em Assembléia por José Bonifácio em 1823, a possível resposta para a questão da auto-inserção que esteve presente no universo das preocupações políticas da sociedade brasileira no século XIX era a “mestiçagem”, esta ora aconselhada e ora reprimida pelo governo nos tempos da colônia. Na percepção de Vânia Maria Lousada Moreira (2009), a mestiçagem é uma:

(...) simplificação e homogeneização que ainda precisa ser melhor analisada, tanto em termos de como isso foi politicamente e intelectualmente construído nos círculos do Estado e da “boa sociedade”, quanto em termos de como isso foi recebido, contestado e re-significado nos processos históricos encabeçados pelos próprios índios.¹⁷⁹

Havia ainda o decreto nº. 426, que mesmo não sendo uma lei promulgada para a questão do indígena, procurava mediar à situação das terras indígenas, reconhecendo a sua posse a partir da permanência de seus ocupantes, de sua produção para subsistência. Aliás, tais “terras indígenas eram parte de uma sociedade centralizada em torno de um governo imperial, e, para se ter direitos a elas, era necessário pertencer a esta sociedade”¹⁸⁰ formadora de uma protocélula comunitária a partir das Aldeias situadas em terras de fazendas.¹⁸¹ Este

¹⁷⁸O caso dos índios da vila de Itaguahy (Rio de Janeiro) é particularmente ilustrativo a esse respeito. Em setembro de 1824, Sua Majestade o Imperador considerou “cidadãos” todos os índios residentes “na imperial fazenda de Santa Cruz ao pé da Villa de Itaguay”. Portaria de 09/09/1824. SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 3ª Série, nº 14, Tomo XVII, Rio de Janeiro, 1854, p. 108-552, p. 412.

¹⁷⁹MOREIRA, Vânia Maria Losada. Op. Cit. 2009.

¹⁸⁰MACHADO, Marina Monteiro. Leis de Terras de uma fronteira étnica: A questão indígena no império Brasileiro. A História Agrária e Identidades. In: GUIMARÃES, Elione Silva. MOTTA, Márcia Maria Menendes (Orgs.). **Campos em Disputa**. História Agrária e Companhia. São Paulo – Annablume, Núcleo de referência Agrária. 2007, p. 331.

¹⁸¹RIBEIRO, Darcy. Op. Cit. 2007, p. 196-210.

sistema de ocupação e legitimação de terras deixava índios e mestiços à mercê de interesses políticos e, ao mesmo tempo, do desinteresse do governo em si próprios, enquanto grupo social que, de acordo com o pensamento dos órgãos administrativos da época, definhava rapidamente. Sobre este fato, de acordo com Monteiro (2001):

Em 1847, um ensaio escrito por von Martius venceu um concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico em torno do tema de “Como se deve escrever a história do Brasil”. Simpático às teorias setecentistas referentes à decadência e decrepitude do homem americano, von Martius considerava as populações indígenas do Brasil como povos que deixariam de existir num futuro bem próximo.¹⁸²

Cabe ponderar a condição do índio mestiço, à luz do Decreto nº. 426 e da Lei de Terras de 1850¹⁸³, a respeito desta auto-inserção do índio na busca do pleno direito no território brasileiro e da pouca motivação das elites para reconhecê-los. A primeira questão estaria ligada a condição subalterna do índio e seus descendentes, estes, mestiços. A questão se torna complexa, uma vez que ser índio no Império é estar fora dos limites de uma fronteira étnica, idealizada pelo Estado Imperial, criando duas categorias de índio, à semelhança dos tempos coloniais: uma é a do índio aldeado, em processo de aculturação dentro dos limites do território traçado pelo Estado com seu aparato administrativo. A estes se ligam os seus descendentes, em processo de adaptação, inculcados aos valores culturais de seus ancestrais, entretanto próximos às exigências do discurso do deputado, Sr. França.¹⁸⁴ A outra questão é o índio das matas, bravio na consideração do intelecto nacional e opositor do projeto civilizatório elaborado sob as mesmas perspectivas missionárias e administrativas dos projetos aplicados anteriormente. A este segundo grupo, juntam-se os aldeados fugitivos, que, por motivos diversos, adentram os matos, contrariando as expectativas do governo imperial.

A Segunda é sobre o Decreto nº. 426, de 24 de julho de 1845, “após longo silêncio legislativo que perdurava desde o momento da independência.”¹⁸⁵ O decreto não é propriamente uma lei voltada para as questões indígenas do Império, mas é uma das poucas

¹⁸²MONTEIRO, John M. Op. Cit. 2001, p. 27.

¹⁸³Em duas importantes legislações para os índios lançadas naquele período, como a Lei de Terras de 1850 e o Regulamento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, de 1845, os “índios” foram enquadrados na categoria de indivíduos pertencentes às “hordas selvagens”, operando-se uma simplificação e homogeneização que ainda precisa ser melhor analisada, tanto em termos de como isso foi politicamente e intelectualmente construído nos círculos do Estado e da “boa sociedade”, quanto em termos de como isso foi recebido, contestado e re-significado nos processos históricos encabeçados pelos próprios índios. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Op. Cit. 2009, p. 13-17.

¹⁸⁴Sobre o discurso do deputado, ver página 36.

¹⁸⁵MACHADO, Marina Monteiro. Op. Cit. 2007, p. 323.

que considerou de forma genérica assuntos relacionados a terra e à civilização dos povos de matas remanescentes de algumas localidades do Brasil.

Uma lei nasce de uma arena de lutas e disputas, e, no caso da temática indígena é necessário perceber que nem sempre ela esteve no centro dos interesses legislativos (...) O aparecimento de uma lei, tal qual o Decreto nº. 426 na década de 1840, é bastante coerente com os novos rumos assumidos pelo governo. Após a ascensão de Dom Pedro II e a vitória dos grupos defensores da centralização, percebemos o intuito governamental de buscar para si o controle de questões chaves para o governo e administração, dentre elas percebemos que a questão indígena e, espacialmente, das terras ocupadas por esses.¹⁸⁶

A terceira e última consideração é sobre a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, que já em suas primeiras linhas determina o título de compra como a condição para aquisição de forma legítima. Cabe observar que a aprovação da lei de Terras ocorre em um momento da expansão da fronteira agrícola em regiões como a Zona da Mata mineira após o fim da concessão das cartas de sesmarias em 1822.

Com isso, o interesse nas terras, em função das riquezas provenientes e ainda do status de fazendeiro e possuidor de terras torna-se cada vez maior. Nesta lógica, não é surpreendente que fazendeiros busquem alargar suas posses e crescer seus domínios, sobrepondo-se ao direito do outro, inclusive dos índios.¹⁸⁷

Compete cotejar estas três questões e considerar a condição do índio, aldeado e sem o privilégio da cidadania no universo das agitações decorrentes das transformações estruturais, políticas e da economia latifundiária do Império. Na busca de sua auto-inserção, os caboclos inserem-se precariamente na sociedade usando como tática as lacunas da lei, procurando integrar-se na civilização urbana, sendo partícipe de sua configuração e paisagem. Já na segunda metade do século XIX, na visão da sociedade e do governo imperial, estão mais perto de se tornarem cidadãos que contribuem para que “onde quer que tenhamos dados precisos, podemos observar que a coexistência de Aldeias indígenas com novos núcleos mestiços se segue o crescimento destes e a extinção daqueles, cuja população vai diminuindo, ano após ano, até desaparecer.”¹⁸⁸ Estes mestiços formam um grupo à semelhança do caso da vila de Itaguahy, no Rio de Janeiro, reconhecidos pelo imperador D. Pedro I que os considerou cidadãos, “de acordo com novíssima constituição do Império, e justamente por

¹⁸⁶MACHADO, Ibidem. 2007, p. 324. Observa-se também a necessidade de demarcação das terras por parte do governo. A simples condição do aldeamento não perpetua o direito sobre elas.

¹⁸⁷MACHADO, Marina Monteiro. Ibidem, 2007, p. 338-139.

¹⁸⁸RIBEIRO, Darcy. Op. Cit. 2007, p. 199.

serem cidadãos deveriam, como qualquer outro indivíduo de igual posição e qualidade, pagar foros para permanecerem nas terras da fazenda imperial.”¹⁸⁹ Ou no caso das terras concedidas com cartas de sesmarias:

(...) os índios poderiam postular junto ao poder público a revalidação de suas concessões. Neste caso, porém, estamos assumindo justamente a necessidade de civilização aos moldes impostos, que já foi discutida anteriormente, pois os índios não estariam reconhecendo-se como tais, mas como sesmeiros ligados a terra e cultivando-a possa garantir a continuidade de seus títulos.¹⁹⁰

Entretanto, nas áreas de colonização tardia como a região onde se formou a Freguesia de Santo Antônio do Muriaé no século XIX, nos limites da expansão de fronteiras agrícolas, a realidade verificada nos livros de batismos possui teor diferente.¹⁹¹ Notei que dos 284 indígenas encontrados durante a pesquisa nos registros de batismos em 36 anos pesquisados, apenas 26 apresentam evidências de possuir com o tempo as condições previstas na Constituição do Império para pleitear cidadania.¹⁹² Os outros 258 indivíduos da população indígena, pelo princípio encontrado nos registros de batismos, se enquadram ainda na categoria do índio das matas, em processo de amansamento e incapazes de assimilar com bom aproveitamento as exigências da Lei imperial. Estes grupos ainda sobrevivendo ao processo de aculturação na Aldeia aos arredores da célula urbana em formação¹⁹³ e nas terras ocupadas e legitimadas Lei de Terras¹⁹⁴ estavam longe dos privilégios e das oportunidades de seus pares moradores das cidades. É o caso da mãe de Silvina, Maria. Índia Puri que compareceu na Fazenda Barro Branco no dia 17/12/1883 para batizar sua criança no mesmo dia que o casal Virginio Eugenio Clementino e Guilhermina do Espírito Santo batiza na mesma fazenda seu filho Diogenes. Livro de batismo nº. 1, fls 336, registro 1418. Desta forma, é possível perceber que aos agora “civilizados”, apenas o laço fragmentado da cultura os prende a seu grupo étnico original através dos valores indelévels das tradições de seus antepassados.

¹⁸⁹MOREIRA, Vânia Maria Losada. Op. Cit. 2009.

¹⁹⁰MACHADO, Marina Monteiro. Op. Cit. 2007, p. 345.

¹⁹¹Nos registros de batismo da Igreja Matriz de Santo Antônio foram encontrados 8 registros de indígenas Puri filhos de pai e mãe, 117 registros de indígenas Puri, filhos de mãe, 2 filhos indígenas frutos de casamento legítimo e 11 filhos caboclos, sendo 7 filhos de mãe solteira e 4 filhos caboclos com pai e mãe.

¹⁹²No caso, não se pode considerar os pais da criança batizada. Entretanto, a criança possui grande possibilidade de se inserir nos âmbitos da urbanidade, uma vez que contará com a proximidade de seus padrinhos de batismo, moradores da cidade, caso houvesse a continuidade do Império. Salva-se em raríssimas exceções os padrinhos são escravos, ou mesmo as madrinhas Puri.

¹⁹³A Lei provincial nº. 1.139 de 24/09/1864 determina novas divisas perto da Aldeia dos Índios para o Distrito de Santo Antônio do Muriaé. Cf. MOREIRA, Fernando Ciribelli. “**Mirahy**: História. Terra. Povo.” Instituto Francisca Peixoto. Cataguases/MG - Mirai/MG. 2013, p. 76.

¹⁹⁴Sobre a vastidão das propriedades desbravadas ou ampliadas durante o segundo quarto do século XIX. MOREIRA, Fernando Ciribelli. Ibidem. 2013, p. 64-68.

As questões indígenas aparentemente confusas desde o início da chegada dos portugueses, demonstram uma guinada para uma única finalidade no instante do declínio econômico das regiões auríferas e da ocupação mais acentuada do território da Zona da Mata mineira, que é o da urbanização acelerada. Neste espaço agora desprovido de boa parte de sua manta florestal original, pode-se vislumbrar um terreno propício para ampliar contatos e futuras redes de sociabilidades. Desta forma, o projeto iniciado pela Coroa e ancorado pelo sonho jesuíta, sofrera adaptações e não se tornou uma catástrofe completa para os anseios da administração colonial e imperial devido a ajuda preciosa do tempo que proporcionou a mestiçagem e com ela a assimilação cultural para a sua própria condição para a sobrevivência.

Por fim, ainda que sua condição adaptativa e futura configuração cultural estivessem agora inteiramente ligadas ao cultivo de partes da terra entregue pelo fazendeiro e à opressão de seu trabalho ou à proximidade intensificada com os brasileiros reconhecidos pela lei, o índio se insere no espaço da fazenda e da urbanidade através do silêncio da legislação e do tempo, possibilitando absorção de “diferentes traços e complexos de uma cultura”¹⁹⁵ que levariam seus descendentes mestiços à condição de lutar pela posse da terra através da busca pela cidadania brasileira. Este aceno para a cultura da civilização urbana não se apresenta como um abandono e negação de suas raízes. Este gesto se apresenta como fruto de um processo secular que não conseguiu retirar, com a mestiçagem, os valores culturais de seus antepassados. Valores que de acordo com Marconi e Pressoto (2007) são considerados coisas “boas, desejáveis, apropriadas, importantes (...) que além de expressar sentimentos, incentiva e orienta o comportamento humano.”¹⁹⁶

1.8.1 – Os Índios na atualidade, uma questão conceitual

Darcy Ribeiro (2007), falando sobre a expansão européia, argumenta que “a Europa que se defronta com a América indígena representada pela Espanha e por Portugal era constituída por sociedades nacionais de base agrário-artesanal rigidamente estamentadas.”¹⁹⁷ A chegada do europeu nas terras do Novo Mundo transformou o entendimento até mesmo dos

¹⁹⁵MARCONI, Mariana de Andrade. **Antropologia**: uma introdução. Mariana de Andrade Marconi, Zelia Neves Presotto. 6ª ed. 3. Reimpressão. São Paulo: Atlas. 2007, p. 36.

¹⁹⁶MARCONI, Mariana de Andrade. *Ibidem*. 2007, p. 28. Ainda de acordo com as autoras, os valores podem variar de acordo com a maior ou menor importância que os membros de uma sociedade lhe atribuem. Sua existência pode ser reconhecida por meio de pesquisa social ou psicológica.

¹⁹⁷RIBEIRO, Darcy. *Op. Cit.* 2007, p. 52.

próprios habitantes do território, pois ao chegar, dera-lhes o nome de índios, após terem acreditado pisar no território das Índias. Este julgamento continuou persistindo mesmo após o início da exploração de seu território continental. Entretanto, a diversidade étnica presente nas terras achadas pelos europeus fugia a percepção dos primeiros grupos colonizadores que rotularam as populações de norte a sul do continente.

Não se deve, contudo, julgar a percepção dos navegantes e posteriormente dos agentes administrativos da Coroa portuguesa e moradores estabelecidos na colônia ou aventureiros que fizeram das terras americanas sua paragem motivada por seus interesses particulares no primeiro século de ocupação. Porém, a classificação unificada das etnias presentes no território continental, após um século de tentativas de dominar os habitantes, ainda não havia permitido que os europeus percebessem nos povos indígenas do continente, a exemplo das múltiplas culturas existentes no território da Europa e suas particularidades, uma base agrário-artesanal e em alguns casos, como os povos da meso-América, sociedades rigidamente estamentadas; ou mesmo que povos como os Tupinambá viviam em Aldeias com casas cobertas com palha em uma sociedade alheia a hierarquias sociais. “A princípio foi muito fácil aos colonizadores civilizados identificarem os índios: eram todos aqueles que tinham encontrado na América”.¹⁹⁸ Assim,

No processo de expansão européia, milhões de homens originalmente diferenciados em línguas e culturas autônomas, cada qual olhando o mundo com visão própria e regendo a vida por um corpo peculiar de costumes e de valores, foram conscritos em um único sistema econômico e altamente uniformizados em seus modos de ser e de viver.¹⁹⁹

A diversidade e a dispersão das populações ameríndias, aliada ao rápido declínio demográfico associado à guerras e epidemias, doenças e bactérias criou um vácuo entre os teóricos sobre a densidade populacional existente nas terras do Novo Mundo no momento da chegada dos europeus e o início do projeto colonial.²⁰⁰ Os números são dispersos. Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990) comenta que “no momento da chegada dos portugueses

¹⁹⁸MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 20.

¹⁹⁹RIBEIRO, Darcy. Op. Cit. 2007, p. 70.

²⁰⁰No caso do Brasil, as primeiras expedições guarda-costas e o Governo Geral iniciaram respectivamente três e quatro décadas após o achamento das terras.

existiam cerca de dois milhões de índios no Brasil”.²⁰¹ Ribeiro (1995) citando Borah, Dobbyns e Thompson, supõe que a população índia brasileira “alcançasse ou pouco excedesse, a cinco milhões, quando da invasão.”²⁰² Soma-se a estas incertezas os séculos de miscigenação e dispersão da população indígena, resultado da mestiçagem entre índios e portugueses, e esses com o negro. “Ao mesmo tempo, durante este período aproximado de quinhentos anos, os grupos indígenas adotaram uma série de instrumentos, de hábitos e crenças dos civilizados: ferramentas, instrumentos agrícolas, dinheiro, vestuários, crenças cristãs, etc”²⁰³ dificultando sua identificação no território brasileiro.

Desta forma, atualmente, apesar das estruturas de um mundo considerado pelos historiadores como contemporâneo, faz-se ainda necessário um conjunto de leis e normativas que regulamentem os critérios para que se possam assinalar situações em que seja possível distinguir pessoas, para que estas alcancem direitos, assistências e mesmo benefícios garantidos aos que se encaixam nos critérios de avaliação para as causas que envolvam questões étnicas. Ou mesmo para a identificação de seu pertencimento a um grupo humano, a partir de sua auto-avaliação e reconhecimento de se pertencer a essa sociedade e suas estruturas culturais. Para tanto, segundo Melatti (1994), “vários têm sido os critérios propostos para distinguir os indígenas das demais populações que hoje habitam a América. São eles o racial, o legal, o cultural, o de desenvolvimento econômico e o de auto-identificação étnica”.²⁰⁴

Assim, de acordo com Melatti (1994), o Critério racial é o mais antigo, nele “o índio é como uma entidade racial evidenciada por caracteres físicos distintos daqueles dos conquistadores europeus”.²⁰⁵ O Critério legal define o indígena como “toda pessoa que satisfizesse às características definidas por lei como peculiares aos índios”.²⁰⁶ O Critério cultural define o indígena por suas características “regulada pela lei da genética (...) ou não. Ao conjunto desses elementos que não são transmitidos de modo biológico se dá o nome de

²⁰¹SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os índios e sua resistência. In: **Conquista e Colonização da América Portuguesa – 1500/1750**. História geral do Brasil/Maria Yedda Linhares (organizadora). – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier. 1990, p. 64

²⁰²RIBEIRO, Darcy. Capítulo 3: Bagos e ventres. In: **O povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras – São Paulo. Segunda Edição. 1995, p. 141

²⁰³MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 20

²⁰⁴MELATTI, Julio Cezar. Ibidem, loc. Cit.

²⁰⁵MELATTI, Julio Cezar. Ibidem. 1994, p. 21.

²⁰⁶MELATTI, Julio Cezar. Ibidem, loc. Cit.

cultura”.²⁰⁷ O Critério do desenvolvimento econômico que definiriam o indígena “quando um grupo tem o número máximo das necessidades e deficiências quantitativas encontradas, ao lado do máximo de frequência das necessidades e deficiências qualitativas”²⁰⁸ após levantamento de sua condição e produção econômica, sanitária e geográfica, levando-se em consideração sua língua. O quinto é o Critério da auto-identificação étnica. “Em 1949, o II Congresso Indigenista Interamericano, reunido em Cuzco, no Peru, formulou a seguinte definição de índio”.²⁰⁹

O índio é o descendente dos povos e nações pré-colombianas que têm a mesma consciência social de sua condição humana, assim mesmo considerada por eles próprios e por estranhos, em seu sistema de trabalho, em sua língua e em sua tradição, mesmo que estas tenham sofrido modificações por contatos estranhos. O índio é a expressão de uma consciência social vinculada com os sistemas de trabalho e a economia, com o idioma próprio e com a tradição nacional respectiva dos povos ou nações aborígenes.²¹⁰

Ainda segundo Melatti (1994), essa definição dada pelo Congresso Interamericano foi explicada de forma mais clara por Darcy Ribeiro em 1957, sendo a mesma considerada como o critério de auto-identificação étnica, quando ele disse que indígena é:

Aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculem a uma tradição pré-colombiana. Ou, ainda mais amplamente: índio é todo indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade pré-colombiana que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato.²¹¹

A respeito das definições apresentadas por Julio Cezar Melatti (1994) e Darcy Ribeiro (1957), adiciono as definições da FUNAI:

Identidade e pertencimento étnico não são conceitos estáticos, mas processos dinâmicos de construção individual e social. Dessa forma, não cabe ao Estado reconhecer quem é ou não indígena, mas garantir que sejam respeitados os processos individuais e sociais de construção e formação de identidades étnicas. Os critérios adotados pela FUNAI se baseiam na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004, e no Estatuto do Índio (Lei 6.001/73). A Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004, em seu artigo 1º afirma que: 1. A presente convenção aplica-se: a) aos povos tribais em

²⁰⁷MELATTI, Julio Cezar. Ibidem, loc. Cit.

²⁰⁸MELATTI, Julio Cezar. Ibidem, et. seq.

²⁰⁹MELATTI, Julio Cezar. Ibidem. 1994, p. 25.

²¹⁰MELATTI, Julio Cezar. Ibidem. 1994. Apud Lewis e Maes. 1945, p. 25.

²¹¹RIBEIRO, Darcy. **Culturas e línguas indígenas do Brasil**. Educação e Ciências Sociais, (Rio de Janeiro): 1957. v. 2, n. 6, p. 35.

países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial; b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

Já o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) define, em seu artigo 3º, indígena como: “(...) todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”. Dessa forma, os critérios utilizados consistem: a) na autodeclaração e consciência de sua identidade indígena; b) no reconhecimento dessa identidade por parte do grupo de origem.²¹²

Conforme a análise destes critérios, percebe-se que o que determina a condição étnica de um indivíduo, seja qual for a sua condição social ou econômica, de produção, ocupação de espaço geográfico e seja qual for a sua composição racial, estando esta em que estágio estiver em relação às suas tradições pré-colombianas, é o fato de eles próprios se aceitarem dentro do grupo social ao qual pertencem, mesmo vivendo em condições adversas às de seus antepassados. Considera-se, nessa linha, o descendente desses grupos, aquelas pessoas que mantêm os fragmentos de sua cultura e memória. Assim, os descendentes declarados de índios Puri do território de Miraí, se inserem em um universo atemporal quando são identificados por seus costumes interiorizados e/ou são identificados pela população sendo descendentes de um avô amansado ou de uma bisavó(ô) Puri pega(o) no laço.

²¹² **FUNAI.** Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3>. Acesso em 25/01/2016

Capítulo 2

Ocupação e contato com Indígenas na Zona da Mata mineira

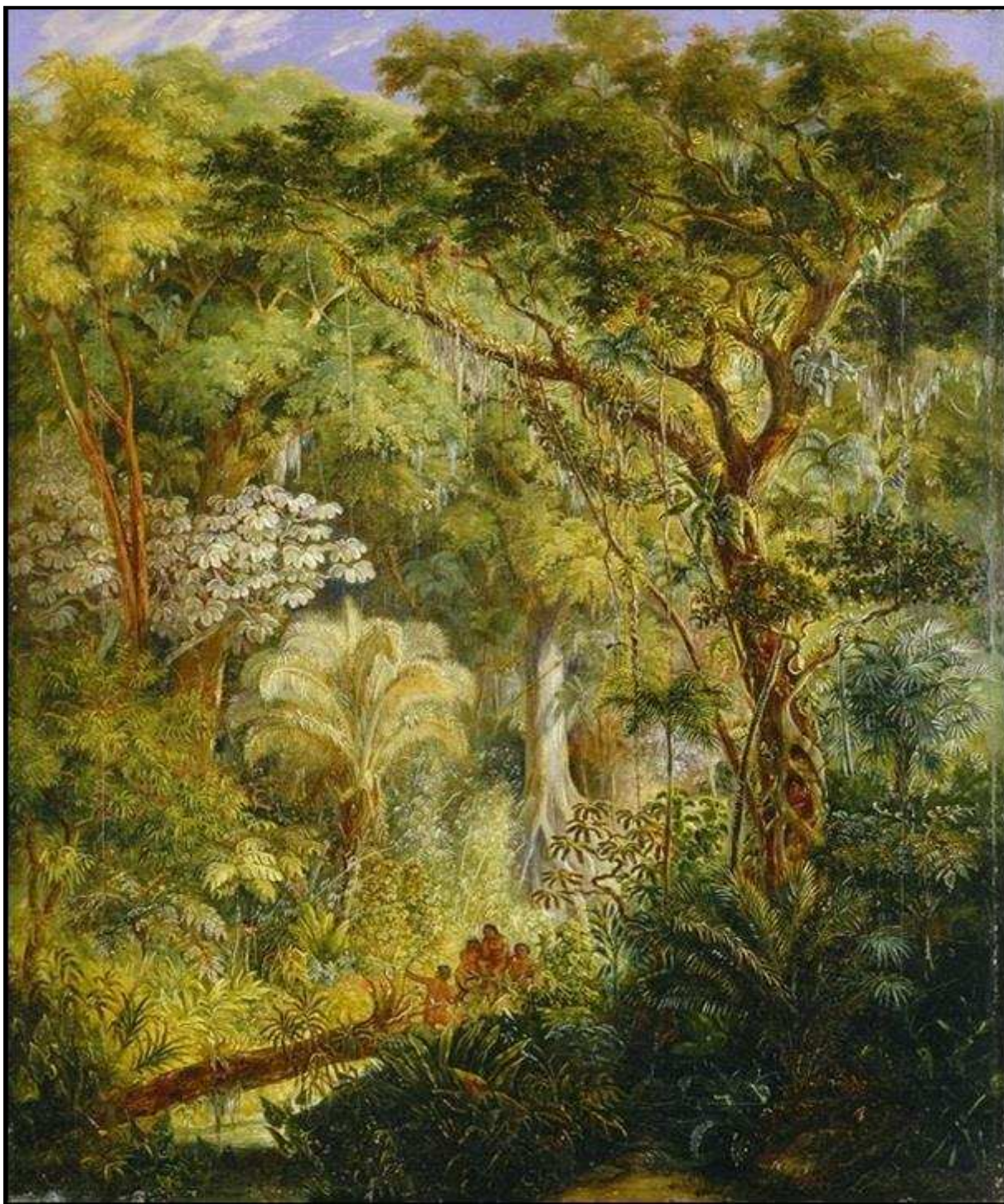


Imagem 2²¹³

²¹³ **Selva brasileira.** Ilustração de Johann Moritz Rugendas. Na imagem bucólica retratada por Rugendas vemos indígenas no meio da mata. A ocupação do território habitado pelos indígenas agravaria os conflitos após liberação das fronteiras – Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/574912708661327412/?from_navigate=true Acesso em 23/06/2016

2.1 – A região do Porto dos Diamantes (Meia Pataca)

O desbravamento territorial da região aonde viria surgir a Freguesia de Santo Antônio do Muriahé começou no século XVIII com a doação de sesmarias e consequente formação de pousos utilizados por viajantes. A região possuía produção de alimentos e criação de animais.²¹⁴ Com a presença do colonizador e a consequente ocupação de terras, o contato com os índios se dera entre conflitos.²¹⁵ Neste cenário de expansão agrícola-comercial, na luta pela sobrevivência, os grupos indígenas remanescentes na região da Zona da Mata mineira se inserem na formação das novas Freguesias e Vilas surgidas no último quarto do século XVIII e início do século XIX²¹⁶, com a chegada dos novos sitiantes. Contudo, os Sertões das Minas Gerais foram considerados uma área desabitada por colonos ou mesmo como uma área pouco povoada quanto à presença do indígena. Segundo Adriano Toledo Paiva (2009):

A presença indígena foi banida da história dos povoados mineiros setecentistas. Na historiografia desenvolveu-se a noção de “vazio demográfico”, na qual a colonização se processa desprovida de quaisquer conflitos, como se a conquista transcorresse por territórios despovoados.²¹⁷

Portanto,

(...) A historiografia se debruça sobre os processos de reconfiguração da economia e população mineira, com a ocupação de novas terras agricultáveis e não aproveitadas economicamente pela Capitania, nos três últimos decênios do século XVIII até o primeiro quartel do XIX, sem ponderar questões relativas à história indígena e do indigenismo.²¹⁸

²¹⁴Fernando Lamas discute estruturas da região da Zona da Mata mineira a partir da distribuição de sesmarias no século XVIII. LAMAS, Fernando Guardereto. “Povoamento e colonização da Zona da Mata mineira no século XVIII”. *Histórica. Revista on line do Estado de São Paulo*. nº 8 de março de 2006, p. 1-9. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/texto01.pdf>. Acesso em 20/04/2016.

²¹⁵ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. “Um olhar sobre o espaço historiográfico e geográfico de São Paulo do Muriahé: conflitos e redes de sociabilidades”. In: SOUZA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de. (orgs.). **Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade**. apicuri. 2012, p. 91. Vitória Schettini entende ser “perceptível que, tão logo as fronteiras do leste mineiro fossem abertas para a ocupação, o número de tensões entre índios e “brancos” aumentariam, principalmente nas áreas demarcadas para os nativos”.

²¹⁶MOREIRA, Fernando Ciribelli. Op. Cit. 2013. O autor descreve o surgimento das primeiras Freguesias da região da Zona da Mata mineira.

²¹⁷PAIVA, Adriano Toledo. **O domínio dos índios** (manuscrito): catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). Dissertação de Mestrado: UFMG, 2009, p. 13

²¹⁸PAIVA, Adriano Toledo. Ibidem, loc. Cit.

“(…) composta de “negros, índios, bastardos e brancos”, a sociedade mineira no alvorecer do século XVIII já nascia complexa”.²¹⁹ Paiva (2009) argumenta que tal complexidade nesse período devia-se também a economia do ouro que havia gerado uma demanda de maior presença do trabalho escravo na região das Minas. De acordo com Andréa Lisly Gonçalves (2007), a carta escrita para o rei de Portugal por “Thomas Francisco Xavier Hares, por volta de 1752, registra ‘estimação dos mineiros aos negros da Costa da Mina, porque se acham mais aptos para o trabalho.’”²²⁰ Alusão a um nítido direcionamento dos grupos de escravos para regiões específicas buscando atender as necessidades locais no trabalho em terras coloniais.²²¹ Assim, a presença de escravos de origem africana na região das Minas Gerais e o início da economia mineradora se confundem. Contudo, mesmo que a predominância de escravos de origem africana tivesse declinaria na região das Minas segundo estudo realizado por Brugger e Oliveira (2012),²²² tal grupo contribuiu para a formação do imaginário relativo à ausência de habitantes indígenas na região das Minas e adjacentes. Como exemplo da construção deste pensamento, Caio César Boschi (2007) afirma que “embora ainda não haja estudos, em quantidade e qualidade e compatíveis com a relevância do tema, a maioria da população habitante nas Minas Gerais no século XVIII era composta por escravos africanos.”²²³ Ainda, Maria Efigênia Laje de Resende (2007) afirma que, além do trabalho escravo, durante o período da extração aurífera, a região das minas recebeu também “uma primeira grande leva de população atraída pela fama de achar-se ouro ‘a flor da terra.’”²²⁴

²¹⁹MONTEIRO, John M. Op. Cit. 2001, p. 105.

²²⁰GONÇALVES, Andréa Lisly. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do Século XVIII. In: **As Minas Setecentistas**, 2. RESENDE, Maria Efigênia Laje de; VILLATA, Luiz Carlos. (orgs). Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo. 2007, p. 196.

²²¹Segundo Mattoso, primeiro os sudaneses, depois os bantus seguidos pelos minas e, por fim, após a proibição do tráfico pela Inglaterra vê-se uma procedência de negros de Angola e Moçambique, territórios coloniais de Portugal. A procedência dos escravos certamente levou em conta a necessidade regional, que de acordo com o ciclo de produção, direcionavam o tráfico para atender a demanda de produção. Cf. MATOSO, Katia M.de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. Ed. Brasiliense. 1982, p. 22.

²²²BRUGGUER, Silvia; OLIVEIRA, Anderson de. **Os Benguelas de São João del Rei**.<Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.> Acesso: 19 jan. 2012. Brugger e Oliveira analisam a população escrava na região de São João Del Rey no tempo da mineração.

²²³BOSCHI, Caio Cesar. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: **As Minas Setecentistas**, 2. RESENDE, Maria Efigênia Laje de; VILLATA, Luiz Carlos. (orgs). Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo. 2007, p. 67. Deve-se considerar a questão do registro para essa contagem demográfica, uma vez que o escravo configurava um bem de alto valor comercial.

²²⁴RESENDE, Maria Efigênia Laje de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: **As Minas Setecentistas**, 2. RESENDE, Maria Efigênia Laje de; VILLATA, Luiz Carlos. (Orgs). Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo. 2007, p. 25.

O sonho pelo rápido enriquecimento transformou rapidamente a paisagem.²²⁵ Durante o período de extração aurífera, na região das Minas, “os montes e os morros eram ainda encobertos pela mata virgem”²²⁶ por onde se descobriam os veios do precioso metal. Nestas localidades, com o tempo surgiram “arraiais movimentados, sendo alguns deles origens das primeiras Vilas de Minas e núcleos urbanos importantes.”²²⁷ Entretanto, no final deste século (XVIII), a Zona da Mata mineira despontaria como novo berço de oportunidades. De acordo com Marcia Amantino (2012), “com o início da diminuição das jazidas auríferas, houve um contínuo, porém lento, deslocar populacional para essa região em busca de melhores condições de vida”. E acrescenta:

(...) é importante destacar que, durante o século em questão, novas áreas foram desbravadas e ocupadas por fazendeiros que abandonaram o Vale do Paraíba Fluminense e se estabeleceram na Zona da Mata Mineira, ou mesmo deslocaram de uma região de Minas Gerais para essa mesma área de colonização mais recente e, conseqüentemente, com terras disponíveis.²²⁸

Portanto, as incursões denominadas “centrífugas”²²⁹ no final do século XVIII e início do XIX dão início a ocupação das terras e a consequente ampliação de fronteiras²³⁰ agrícolas pelos “novos controladores”²³¹, ocasionando na região da Mata mineira a aproximação das etnias formadoras de sua futura sociedade, que, segundo Darcy Ribeiro (2007), no caso do Brasil, se insere no conjunto dos “povos novos”²³², os quais o indígena, o negro e o branco, este último considerado livre ou senhorio de terras, se ajuntam no mesmo espaço. Nestas florestas, o índio fora dominado e perdeu suas terras.²³³

Nesta região da Zona da Mata mineira, adjacentes às Minas e à região do Sertão do rio Doce, encontra-se estabelecido o grupo indígena Puri (ver mapa da próxima página).

²²⁵Warren Dean discute a transformação da paisagem regional a partir do início da extração aurífera. DEAN, Warren. Op. Cit.1996.

²²⁶GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito** (Juiz de Fora-MG, 1828/1928) – São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa. Edições. 2006, p. 199.

²²⁷RESENDE, Maria Efigênia Laje de. Op. Cit. 2007, p. 30.

²²⁸AMANTINO, Márcia.A Escravidão em Cataguases e os cativos da família Vieira. In: SOUZA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de. (orgs). **Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade**. apicuri. 2012, p. 13.

²²⁹ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Op. Cit. 2012, p. 77.

²³⁰AMANTINO, Márcia. Op. Cit. 2008, p. 166-167.

²³¹Amantino se refere às regiões ocupadas pelo colonizador como regiões controladas.

²³²Darcy Ribeiro apresenta a formação dos povos latino-americanos reservando atenção especial ao Brasil. RIBEIRO, Darcy. Op. Cit. 2007.

²³³Vitória Schettini apresenta relato de Sebastião Fontoura, nascido em 1929 e descendentes de índios Puri, cujo avô perdeu as terras colocadas à venda e terminou a vida dependendo do novo dono. ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Op. Cit. 2012, p. 102.

região alterou as estruturas socioculturais indígenas existentes com a formação das novas fazendas. Ademais, na região além das terras para produção agrícola, havia rumores da existência de veeiros minerais. Boatos anteriores teriam dado conta de jazidas de diamante na região do rio Pomba, conhecida por ribeirão Meia Pataca, atraindo gentios de outros lugares. Contudo, apesar deste fato não ter se confirmando, o impulso populacional contribuiu na formação de uma pequena povoação no local, situação esta que passou a exigir do governo frentes de trabalho e organização na região.

Em 26/06/1828, Marlière chegou ao Porto dos Diamantes inspecionando a abertura da estrada Presídeo-Campos dos Goitacazes, foz do Paraíba do Sul, litoral fluminense. Gostou do lugar, tornando-o oficial, dentro das normas traçadas pela capitania, delineando ruas e praças, tamanho dos lotes e princípios a seguir para o surgimento de um arraial. E encontrou numa capela já sob invocação de Santa Rita as mesmas características das que padre Manuel de Jesus Maria edificava na Freguesia do Pomba.²³⁶

Ainda, com relação aos indígenas e à nova investida de ocupação em suas terras na localidade, uma outra perspectiva é incorporada por parte de Guido Marlière. Neste sentido “o que distanciava Marlière de outros que expuseram suas opiniões sobre a civilização e catequese dos índios era sua rara sensibilidade, fruto em parte de sua própria formação, porém também resultado de sua experiência prática em pleno sertão”.²³⁷

Retornando à reconfiguração territorial com o início da ocupação das terras, a historiadora Márcia Amantino (2012)²³⁸ apresenta a formação das estruturas vindouras com as famílias e seus patriarcas se instalando, portanto, em uma região habitada por etnias indígenas.²³⁹ As relações de coexistência entre indígenas e colonizadores logo se estabeleceram nesse “processo de desbravamento e alargamento da fronteira agrícola.”²⁴⁰ Necessários para produção da lavoura nas fazendas²⁴¹, o escravo negro se insere na estrutura socioeconômica da região. Sobre esta questão, Gilberto Freire (1975), em *Casa Grande e Senzala* apresenta o resultado da miscigenação ocorrida quando diz que “todo brasileiro,

²³⁶MOREIRA, Fernando Ciribelli. Op. Cit. 2013, p. 38. Também Adriano Toledo Paiva apresenta em sua Dissertação de Mestrado a trajetória de padre Manoel de Jesus Maria. Cf. PAIVA, Adriano Toledo. Op. Cit. UFMG, 2009.

²³⁷MONTEIRO, John M. Op. Cit. 2001, p. 137.

²³⁸Para mais informação ver: AMANTINO, Márcia. Op. Cit. 2012.

²³⁹Para o período, à permanência dos grupos indígenas existentes na região que pode ser constada nos registros de batismo da Paróquia Santo Antônio, na atual cidade de Mirai – MG. Acervo paroquial.

²⁴⁰CONSENZA, Braz; MELO, Fabiano Rodrigues de. Passado-presente: breve história ecológica da ocupação do Vale do Carangola. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures. (org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola**. Juiz de Fora: MAEA-UFJF. 2008, p. 54.

²⁴¹Fernando Ciribelle Moreira apresenta a formação das fazendas na região de Santo Antônio do Muriaé. MOREIRA, Fernando Ciribelli. Op. Cit. 2013.

mesmo o alvo de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra ou pelo menos a pinta do indígena ou do negro.”²⁴² A região onde se formaria a Freguesia de Santo Antônio do Muriaé, grosso modo não foge a observação de Freire (1975). Com a chegada do desbravador (colonizador), a aquisição e a nova ocupação de terras, o trabalho escravo se insere na produção agrícola, colocando o negro ao lado da presença do indígena, habitante do local.

Márcia Amantino (2012)²⁴³, apresentando as novas estruturas administrativas formadas a partir da chegada dos novos ocupantes na região do rio Pomba, apresenta em sua pesquisa a organização de famílias que vieram povoar as novas possessões de terra adjacentes ao território da vila de Cataguazes no século XIX. Os índios Puri, habitantes remanescentes do Sertão da Mata mineira, se inserem no espaço social das fazendas aproximando-se de cativos e proprietários de terras. Foram encontrados nos registros de batismo da Igreja Matriz de Santo Antônio as evidências dessa aproximação ocorrida entre os proprietários das terras e os indígenas. Nos registros de batismos, existem 17 crianças indígenas apadrinhadas por proprietários de terra da região. Assim, na constante aculturação²⁴⁴ os Puri da localidade, impostos que foram a novos costumes, adaptam suas raízes culturais. Na luta pela sobrevivência, os descendentes dos grupos indígenas do lugar começam a trilhar os caminhos que os levariam à inserção na nova formação social e urbana.

2.2 – Reconsiderando a ocupação do território entre os rio Pomba e rio Robson Cruzoé

Na região da Mata Atlântica, reconsiderar o processo de ocupação territorial dos Sertões de Minas Gerais, e suas peculiaridades a partir da colonização iniciada no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX quando o processo de ocupação migratória assume dimensões mais perceptíveis com o surgimento dos aldeamentos indígenas, distritos, Freguesias e Vilas, é apresentar uma nova perspectiva sobre uma velha história contada que acabou se tornando realidade. Esta, há poucas décadas, narrava que:

Das regiões que acompanham de perto o infindável litoral brasileiro, foi a última a ser penetrada e povoada. (...) O cerco fiscal do território das minas foi uma preocupação constante da Coroa portuguesa. Os capitães-gerais e governadores de

²⁴²FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Ed. Rio de Janeiro, 1975.

²⁴³AMANTINO, Márcia. Op. Cit. 2012.

²⁴⁴RIBEIRO, Darcy. Op. Cit.1996, p. 34-36.

São Paulo lutavam contra o contrabando proibindo a abertura de novas (...) trilhas, exigindo passaporte e se empenhando na repressão. Ao norte tentou-se impedir qualquer comunicação com a Bahia e o Espírito Santo. O lado de Goiás e Mato Grosso era a extensão imensa da Zona Mineira. Restava a face voltada para o Rio de Janeiro, a que deu menos trabalho. Bastou a interdição régia de abertura de novos caminhos, criando as chamadas áreas proibidas dos sertões leste. Não havia melhor barreira para impedir o escoamento ilegal do ouro e dos diamantes. O obstáculo principal eram os índios – Goitacazes, Coroados, Puris, Guaranis e outros todos com temível reputação – que ficaram tranqüilos durante o correr do século, inclusive na foz do Paraíba e em toda baixada de Campos (...) O Rio Paraíba não se prestava à navegação e outros obstáculos eram a serra e as matas (...) ²⁴⁵

Devido às dificuldades em desbravar os sertões do Leste da Zona da Mata Mineira no final do século XVIII, principalmente pela implantação política da Coroa em não ampliar as áreas de ocupação das fronteiras além mineração, com o intuito de reforçar a vigilância ao contrabando do metal – a região somente será habitada no início do século XIX. ²⁴⁶

A área “desabitada” dos séculos anteriores, entretanto se compunha por uma miscelânea de culturas e estruturas de sociabilidade advindas das senzalas e dos indígenas. O Sertão mineiro “observado de lugares já ocupados, ou mesmo em locais de uma vegetação rasteira, parecia impenetrável.” ²⁴⁷ Nesta região, encontravam-se ainda em estado primitivo os índios Puri, e por todo vale do rio Pomba habitavam os índios Croropos, Coroados e Croato, estes últimos encontrados nos registros de batismos dos acervos da Igreja Matriz de Santo Antônio em Mirai, conforme registro nº 149, Lº 3, fls. 38; registro nº 176, Lº 3, fls. 44; registro nº 188, Lº 3, fls. 47. ²⁴⁸ Um estado de existência que aos poucos foi se tornando decadente na região entre vales dos rios Pomba e Muriaé.

Também, Fernando Lamas (2006) vem, juntamente com Amantino (2008) contribuindo para a desconstrução da antiga percepção sobre a região. O professor Lamas (2006) através de seu trabalho investigativo e analítico do sistema de produção agrícola da região da Zona da Mata mineira, nos ajuda a compreender que nesta área existia um fluxo populacional e econômico anterior à liberação de fronteiras. ²⁴⁹ Importante também ressaltar

²⁴⁵ALONSO, Paulo Henrique. **A construção de um patrimônio cultural (manuscrito)**: o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais / Paulo Henrique Alonso. – 2010, p. 43; Apud: IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.014. Citado de GOMES, Paulo Emílio Salles. Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1974.

²⁴⁶ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas**. São Paulo do Muriaé, 1852-1888. Dissertação de Mestrado. Vitória Fernanda Schettini de Andrade de. Vassouras: USS. 2006, p. 29.

²⁴⁷ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Ibidem. 2006, p. 30.

²⁴⁸Ver no mapa nº 2 da página 54 a indicação das etnias indígenas na região dos rios Pomba e Muriaé. Não consta no mapa nº 2 a etnia indígena Croato. Esta etnia se encontra registrada no livro 1-A, que fora substituído posteriormente. No lugar da indicação étnica Croato, fora colocada a indicação étnica Puri.

²⁴⁹De acordo com o professor Lamas “frequentemente ouve-se que a história da Zona da Mata mineira iniciou-se no século XIX, a partir da expansão cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense. Isso decorre-se de uma

que embora esta seja uma região que esteve dentro do limite do território português desde a época do descobrimento, as suas densas matas permaneceram quase intocadas pelo colonizador até dois séculos atrás. Isso não impediu que ela fosse adentrada por estranhos ao seu bioma, que se constituíram em aventureiros e comerciantes de drogas do Sertão à semelhança dos colonos dos tempos em que Portugal possuía domínio sobre essas paragens. No interior das matas, além dos caboclos, “o extrativismo propiciava um meio de trocas entre os indígenas que continuavam na Mata Atlântica, fugindo ao sedentarismo e à sujeição, e os engates comerciais das Vilas e portos.”²⁵⁰

Neste sentido, no início do século XIX, assim como ocorria em outras áreas de comércio de drogas do Sertão, a troca de mercadorias coletadas pelos índios, para o comércio de exportação dos aventureiros e comerciantes da região da Mata Atlântica, foi variado. Havia extração “principalmente a salsaparilha, chinchonas falsas, ceras, bálsamos.”²⁵¹ O extrativismo da ipecacuanha na região da Mata Atlântica deu um salto gigantesco. Segundo Dean (1996) “as exportações de ipecacuanha cresceram em volume de cerca de quatro toneladas por ano, no início do século, para cerca de 25 toneladas no final dos anos de 1860.”²⁵² Os indígenas da região possuíam uma verdadeira farmacopéia. Maior das fontes de medicamentos. Recebiam em troca ferramentas, roupas, armas e principalmente, cachaça.²⁵³ Portanto, observando a soma de dois destes aspectos, o primeiro ligado às políticas do Estado português, o segundo as limitações físicas acabou proporcionando uma urbanização tardia e a manutenção longa dos traços culturais ligados aos índios da região.

O terceiro aspecto é uma consequência dos primeiros, a partir dos interesses dos recursos naturais existentes na região. A existência destes recursos proporcionou através do contato comercial o que poder-se-ia compreender como um “sentido do urbano” para os índios que habitavam a região das Matas no território mineiro, onde se formaram os povoados de Porto dos Diamantes e do Sertão do Muriaé.²⁵⁴ Uma região que Segundo Mercadante

interpretação que encarou a fase relativa ao século XVIII apenas como via de ligação, através do Caminho Novo, entre o porto do Rio de Janeiro e a região mineradora. Contudo, desde a primeira metade do setecentos a região foi não somente devassada como também podemos detectar os primórdios de um processo de colonização e povoamento que abriu espaços e gerou condições materiais para sua estruturação século XIX”. LAMAS, Fernando Guardereto . Op. Cit. 2006, p.01.

²⁵⁰DEAN, Warren. Op. Cit. 1996, p. 177.

²⁵¹DEAN, Warren. Ibidem, loc. Cit.

²⁵²DEAN, Warren. Ibidem, loc. Cit.

²⁵³Uma das importantes observações na visão do Diretório pombalino é referente ao ébrio natural dos indígenas. Habito considerado nefasto para a integração e sociabilidade do indígena no ambiente urbano.

²⁵⁴Expressão retirada da carta de demarcação do território de São Paulo do Manoel Burgo para sustentação e cultura dos índios Puri da região. Carta escrita em 31 de agosto de 1819 por Francisco de Paulo Silveira, Alferes

(1973)²⁵⁵ era caminho de tropeiros que possuíam lugares certos para paradas de descanso.²⁵⁶ Desta forma, atuando no comércio extrativista e possuindo contato com a passagem de tropeiros dá-se início a reconfiguração dos meios de inserção do indígena na sociedade. A estas questões se liga o surgimento dos arraiais com a construção das Capelas comunitárias, sendo estas Capelas as células mater das comunidades.²⁵⁷ Este espaço sagrado terminaria o processo da inserção do índio na comunidade urbana e daria novo impulso em sua assimilação cultural.²⁵⁸ E em meio aos campos e morros varridos de sua cobertura florestal, a catequese ganha um novo impulso com a força do batismo das crianças indígenas inseridas na nova sociedade. “(...) fica claro, no entanto, que os índios das Aldeias mobilizavam os rituais de encontro com os padres e outras autoridades de modo a afirmar a sua devoção sem abrir mão das tradições que ganhavam novas feições a cada encenação.”²⁵⁹

Entre os vales, na nascente do rio Robson Cruzeiro²⁶⁰, surgiu o Arraial do Brejo de Santo Antônio, futura Freguesia de Santo Antônio do Muriahé, em terras habitadas pelos índios Puri, áreas que com o advento da “ocupação territorial” passariam a configurar como fazendas, onde alguns índios se tornaram agregados. Dessa forma, nestas áreas recém ocupadas, “a doação de parcela de terra para sua cultura e estabelecimento familiar desses nativos foi um grande aliado à sua fixação.”²⁶¹ De acordo com Paiva (2009):

A interpretação e experiências nativas são olvidadas nas pesquisas. Os estudiosos dos indígenas precisam observar os significados das vivências nativas. Neste sentido, devemos observar o índio como ator, não como um mero objeto. Ao analisar a trajetória de um índio assimilado ao mundo colonial, devemos problematizar que este não era oprimido pela dominação, pois conhecia e possuía plena consciência da realidade na qual se inseriu.²⁶²

e medidor aprovado do Termo de Mariana. In: JOSÉ, Olian. **Visconde do Rio Branco**. Terra-Povo-História. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982. Apud, MOREIRA, Fernando Ciribelli. Op. Cit. 2013, p. 36.

²⁵⁵MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste, Estudo de uma região**: a Mata Mineira, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.

²⁵⁶As tropas de muarens responsáveis pelo transporte de víveres de muitas das regiões de Minas até meados de 1840 se deslocavam a uma distância aproximada de 30 km por dia, sendo atualmente uma distância média entre nossas cidades do interior, isso nos indica formação de ranchos. Além disso, a ação dos tropeiros e caçadores de plantas com propriedades medicinais ocasionou na abertura de passagens a partir da derrubada da vegetação. Essas novas clareiras na floresta, aliadas às antigas picadas feitas pelos indígenas contribuíam para o contato contínuo entre aventureiros, proporcionando a conseqüente transformação da paisagem regional.

²⁵⁷Formadas a partir da construção da Igreja após doação de terras para o patrimônio da mesma.

²⁵⁸Nas fontes pesquisadas nos registros de batismos da Igreja Matriz de Santo Antônio, antiga Igreja da Freguesia de Santo Antônio do Muriahé o comparecimento de indígenas da etnia Puri, estes como mães solteiras em sua quase totalidade e alguns poucos casais em matrimônio considerado válido pela Igreja. Como veremos em uma abordagem mais detalhada mais à frente do texto.

²⁵⁹MONTEIRO, John M. Op. Cit. 2001, p. 72.

²⁶⁰Ver mapa nº 2 da página 54.

²⁶¹ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Op. Cit. 2006, p. 31.

²⁶²PAIVA, Adriano Toledo. Op. Cit. 2009, p. 128.

“A palavra “cultural” distingue-a da história intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em idéias ou sistemas de pensamento.”²⁶³ Assim, percebe-se que considerar o processo de urbanização iniciado no período de expansão das áreas agrícolas após a abertura de fronteiras na Zona da Mata mineira como uma continuidade do modelo colonial e única forma de inserção do indígena, seria entender que a formação das sociabilidades existentes na região dos rios Pomba e do rio Robson Cruzeiro seguiram um modelo pré-determinado. Dessa forma, estará sendo desconsiderado a capacidade de índios se adaptarem às novas configurações sociais com as suas estruturas culturais anteriores ao surgimento dos Povoados e Vilas na localidade.

²⁶³BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Jorge Zahar Editor, 2005, p. 69.

Capítulo 3: Indígenas de Mirai: Memória e História

3.1 – Memória e lembrança na construção da História

Conseguiu-se fixar na memória cinco ou seis “não quero”, cinco ou seis promessas, para viver usufruindo das vantagens da sociedade efetivamente! Graças a essa espécie de memória, conseguimos finalmente mostrar-nos “razoáveis”. Ah! A razão, a seriedade, o domínio das paixões, todo esse tenebroso negócio que se chama reflexão, todos esses privilégios e esses atributos pomposos do homem, como custaram caro! Quanto sangue e quanto horror repousam no fundo de todas as “coisas boas”!²⁶⁴

A paisagem nunca reflete, fielmente, todos os aspectos de uma cultura.²⁶⁵ Claval (1999) com esta afirmativa, apresenta possibilidades intermináveis de investigação, pois a paisagem – marca e matriz – reflete os traços materiais e imateriais da antiga sociedade indígena. Como assevera Nietzsche (1977) em sua *Genealogia da Moral*, conhecer o passado é fazer uso da memória, ainda que a mesma seja constantemente como uma armadilha, fazendo, via de regra que: “nós, que somos homens do conhecimento, não conhecemos a nós próprios.”²⁶⁶ A memória é pelo menos um dado perceptível quando se inicia uma busca pelos campos da memória e das lembranças passadas.

Ao conversar com os descendentes dos Puri, deparei com fragmentos da cultura e de memória ainda presentes nas famílias que possuem ascendência indígena declarada no território da cidade de Mirai. “Um torrão, tranquilo e sereno”²⁶⁷ assim como muitas das cidades surgidas a partir da expansão das fronteiras agrícolas no século XIX - terras ocupadas outrora por povos indígenas. Estas cidades guardam no silêncio, os ecos de um dos muitos povos de floresta, os índios Puri, estes adormecidos nos arquivos públicos e/ou eclesiásticos como os registros de batismos da Igreja Matriz de Santo Antônio. À semelhança do que disse Ladurie (1988) no artigo “o clima, a história da chuva e do bom tempo”, os arquivos trabalhados à moda do historiador, na melhor forma beneditina, e seus métodos ainda são capazes de proporcionar verdadeiras descobertas.²⁶⁸

²⁶⁴NIETZSCHE, Friedrich. **Para uma genealogia da Moral**. Uma Polêmica. 1877, p. 21. Disponível em: <http://ghiraldelli.pro.br/wp-content/uploads/genealogia-da-moral.pdf>. Acesso em 13/01/2016.

²⁶⁵CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. Da UFSC. 1999, p. 314.

²⁶⁶NIETZSCHE, Friedrich. Op. Cit. 1877, p. 01.

²⁶⁷Fragmento do Hino do Município de Mirai. Composição de Ataulfo Alves.

²⁶⁸LADURIE, Emmanuel Le Roy. O Clima. A história da chuva e do bom tempo. In: Le Goff, Jacques, com. **História: novos objetos**. direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora; Tradução de Terezinha Marinho, revisão técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves. 1988, p. 23.

Para ressaltar a história e a memória dos índios, em outra vertente, com o mesmo teor, encontrei os campos da história oral, que embora seja uma fonte de abordagem e compreensão complexa, um instrumento capaz de dar voz a estes atores sociais, sendo que as mesmas: “corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem.”²⁶⁹ Ponto de vista corroborado por Halbwachs (apud Pollak 1989), quando disse que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial.”²⁷⁰ Por esse motivo, considero central colher os depoimentos dos descendentes dos índios Puri, que residem no território da cidade de Mirai.

Entendo que os indivíduos com ascendência indígena declarada não praticaram o exercício de remover a história de seus ancestrais nos arquivos e nos campos da história ligados à oralidade. Percebo igualmente que apesar dos descendentes declarados não terem praticado esse exercício, acabaram favorecendo outro: o de reviver a cultura ancestral através do costume da oralidade e da prática silenciosa e contínua de manter seus fragmentos culturais na vida cotidiana de suas famílias. Nessa medida, considero esta tradição como símbolo de resistência que se ancora na memória, ainda que o tempo possa tê-los transformado, e ainda que eu tenha a consciência de que “a erosão do tempo afeta tristemente o que resta das lembranças.”²⁷¹

Peter Burke (2000), alerta sobre a importância de observações como as de Halbwachs (1989), e para tanto apresenta a cultura como fluxo seguro para a história que será repensada.

Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Eles podem dar-se o luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revivê-lo, refletir sobre como poderia ter sido diferente. Outra explicação para isso poderia ser em termos de raízes culturais. Quando se têm essas raízes, pode-se considerá-las como certas, mas quem não as tem sente necessidade de procurá-las. (...).²⁷²

²⁶⁹PRINS, Gwyn. In: BURKE, Peter. Op. Cit., 1992, p. 166.

²⁷⁰HALBWACKS, Apud. POLLAK. POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. 1989, p. 03.

²⁷¹LOWENTHAL, David. Op. Cit. 1998, p. 74.

²⁷²BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 82.

Segundo a pista de Pollak (1989), “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.”²⁷³ Neste sentido, considero portanto, que nas localidades da Zona da Mata mineira, o silêncio criado em situações ligadas à história cultural, e o pouco interesse dos pesquisadores pelas suas fontes primárias ligadas ao campo das identidades, agrava ainda mais esse cenário de disputas entre a memória e a história. Halbwachs, citado por Pollak (1989), indica a seletividade da memória para a construção de uma identidade ligada ao que poder-se-ia chamar de memória dos vencedores, ou memória dos excluídos, uma vez que:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.²⁷⁴

Assim sendo, o conjunto de fatores responsáveis pela construção da memória e da identidade dos grupos, sejam eles a história contada a partir da perspectiva dos grupos ligados ao que se pode chamar de história oficial, por estar associada ao nome de personalidades ou vultos importantes, constroem a memória e a identidade dos grupos considerados marginalizados e excluídos. Ou seja, a construção da memória passa pelo sentimento de pertencimento ao grupo. Dessa forma, a memória do indivíduo “depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.”²⁷⁵ Passa pela transmissão de costumes, hábitos e afazeres, que se perpetuam ao longo do tempo e que, mesmo sofrendo influências externas às suas originais são capazes de ligar uma mesma comunidade. Segundo David Lowenthal (1988), “o passado, para Butterfield, refere-se tanto ao âmbito histórico quanto ao da memória: seus cenários e experiências antecedem nossas próprias vidas, mas o que já lemos, ouvimos e reiteramos torna-se também parte de nossas lembranças”²⁷⁶, indiferente do grupo a que se pertença.

Do mesmo modo, Astor Antônio Diehl (2002) afirma que:

(...) a memória está intimamente ligada às tradições familiares, grupos com suas idiossincrasias peculiares (...) expressando assim continuidade e identidade

²⁷³POLLAK, Michael. Op. Cit. 1989, p. 3-15.

²⁷⁴HALBWACKS, Apud. POLLAK., Op. Cit.1989, p. 3-15.

²⁷⁵BOSI, Ecléa. Op. Cit. 1994, p. 54.

²⁷⁶LOWENTHAL, David. Op. Cit. 1998, p. 65.

daquelas tradições (...). A memória, por também ter características coletivas assume funções tais como de identificação cultural.”²⁷⁷

Refletindo sobre o que é colocado por estes pesquisadores, pode-se perceber que mesmo na vida agitada de uma sociedade urbana, as paisagens ligadas aos costumes da cultura dos indígenas, passam despercebidos para grande parte da população. E, nessa paisagem marcada por este extremo social, ganham a dimensão necessária a sua sobrevivência nas famílias, que possuem ancestralidade indígena. Assim, percebe-se que é no seio familiar, que se perpetuam as memórias passadas dos ancestrais. Observa-se ainda emergir uma maior potencialidade destes rastros e restos de memória e de fragmentos de cultura quando esses grupos, mesmo que inconscientemente esfacelados na sua individualidade, conectam-se através das mesmas estruturas de memória e fragmentos de cultura. Esta conexão sinaliza a existência de uma raiz sobrevivente à opressão ocasionada pela ocupação territorial. Esta memória e identidade, mesmo irrecuperável na sua realidade, ainda que “a do passado imediato”²⁷⁸, demonstra que a “capacidade de entender o passado é deficiente em vários outros aspectos”²⁷⁹ e faz-nos deparar “com os resíduos remanescentes de coisas e pensamentos”²⁸⁰ (...) que “representam uma pequenina fração da urdidura contemporânea de gerações anteriores.”²⁸¹ Mesmo assim, esses fragmentos são os elos que ajudam na conexão mais remota das raízes ancestrais. Ainda de acordo com Astor Antônio Diehl (2002):

A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e sofrimentos. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para a consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger a totalidade do passado num determinado corte temporal.²⁸²

Os fragmentos de memória e saberes verificados no presente momento se ligam ao sentimental, sendo frequente a expressão que se tornou conhecida – “a minha bisavó era uma Puri que meu bisavô pegou no laço.”²⁸³ Embora a expressão “pega no laço” seja “uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de

²⁷⁷DIEHL, Astor Antonio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP. EDUSC, 2002, p. 115-116.

²⁷⁸LOWENTHAL, David. Op. Cit. 1998, p. 71.

²⁷⁹LOWENTHAL, David. Ibidem. 1998, p. 74.

²⁸⁰LOWENTHAL, David. Ibidem, loc. Cit.

²⁸¹LOWENTHAL, David. Ibidem, loc. Cit.

²⁸²DIEHL, Astor Antonio. Op. Cit, loc. Cit.

²⁸³SOARES, Marcos José Veronese. Descendentes de Nativos da Zona da Mata Mineira - Lembranças, trajetórias e memórias - **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009.

representações que povoam nossa consciência atual”²⁸⁴, ela também se apresenta como desqualificadora do grupo em relação ao temperamento e comportamento do indígena, na luta por sua sobrevivência. Ela é também uma evidência que se liga diretamente aos registros de batismos da Igreja Matriz de Santo Antônio, pela quase totalidade do gênero feminino presente nos registros.

Neste contexto, não se sabe se a expressão “pega no laço” é um triste legado ou uma saudosa resistência. Por enquanto o que se pode afirmar é que em um universo “onde não há nada ou quase nada escrito, as tradições orais devem suportar o peso da reconstrução histórica.”²⁸⁵ Ademais, a expressão “pega no laço” remete de imediato ao indígena da etnia Puri, que na memória social da localidade se apresenta como o único elemento humano que estava presente nas regiões ocupadas pelos novos colonizadores na busca por novas áreas agrícolas no início dos oitocentos²⁸⁶ durante a expansão de fronteiras.

Neste ponto é possível perceber que a figura do indígena Puri, habitante das Matas e Capoeiras de Mata Atlântica no interior do Estado das Minas Gerais, é a mesma que será apresentada mais adiante no texto. À semelhança dos primeiros séculos da Colônia e nos tempos do Império do Brasil, o índio foi uma casta única no olhar do Estado. Sem apreciação de suas diferenças étnico-culturais. Nos primeiros séculos da Colônia, o índio masculino era o objeto de cobiça. A mulher índia permaneceu como a matriz da colonização.²⁸⁷ A partir do início da ocupação das terras e consequente substituição do sistema sócio administrativo local no século XIX, os seus descendentes continuaram a viver em meio à sociedade adaptados aos novos costumes impostos pelo colonizador. Nesses termos, seria pretensão de minha parte classificar os descendentes declarados como indígenas, pois a própria deculturação/aculturação²⁸⁸ de seus ancestrais, ocorrida ao longo do tempo, os jogaria em uma parcela comum da sociedade, caso fosse possível classificar os diferentes agrupamentos por seus traços culturais. Entretanto, não pode ser negada a contribuição de seus costumes para a formação das estruturas sociais consideradas “modernas” e ainda presentes no seio familiar de seus descendentes declarados.

²⁸⁴BOSI, Ecléa. Op. Cit. 1994, p. 55.

²⁸⁵PRINS, Gwyn. 1992, p. 165. Apud. J. Vansina. In: BURKE, Peter. Op. Cit. 1992.

²⁸⁶Foi citado anteriormente o caso dos registros encontrados e com a indicação de índios pertencentes à etnia dos Croato. Ver citação dos registros na página 56.

²⁸⁷Sobre as mulheres índias, Melatti apresenta um olhar mais completo sobre a participação que elas possuem dentro da sociedade indígena. Diferente da percepção usual que é utilizada para descrever sua posição a partir da introdução da sociedade patriarcal européia. MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 68.

²⁸⁸RIBEIRO, Darcy. Op. Cit. 1996, p. 34-36.

Por fim, ainda restam as últimas considerações sobre o campo da memória. As lembranças, de acordo com Diehl (2002) nada mais são do que “rastros e restos de experiências perdidas no tempo, como pegadas do passado, praticamente impossíveis de serem atualizadas historicamente.”²⁸⁹ Neste campo da lembrança, ao contrário das memórias, que independente do tempo se ligam através de estruturas compatíveis e que determinam uma identidade de grupo, onde homens e mulheres são capazes de se articularem com a noção do tempo, as lembranças se tornam frágeis por seu caráter particular e intransferível. Lembrar se torna um exercício, uma experiência que produz, “sob a ação do tempo, as possibilidades de sistematizar os fragmentos do passado (as lembranças) em memória.”²⁹⁰ Lembrar é “trazer para a superfície da história restos e tradições culturais.”²⁹¹

As lembranças “tendem a se acumular com a idade.”²⁹² Na verdade, a lembrança se localiza em um passado remoto, como penumbra. Alocadas no pensamento de forma individualizada e frágil. Uma vez atualizadas “correm o risco de serem idealizações de vivências, podendo até mesmo ser pontos de referência para romantizar o passado.”²⁹³ Essas lembranças, “embora estejam sempre se perdendo e se alterando se tornam com o tempo, o estoque total de coisas recordáveis e recordadas aumentando à medida que a vida transcorre e as experiências se multiplicam”,²⁹⁴ entretanto, elas podem facilmente se perder, caso não sejam transferidas.²⁹⁵ Deste fato ocasiona o aumento do risco de se perder aquelas lembranças mais significativas, pois, as experiências, são acumuladas através da cultura da oralidade, em que a qualificação da lembrança sofre a influência de fatores externos. Assim, “o conteúdo do que lembramos torna-o, da mesma forma, singularmente pessoal: inclui detalhes pormenorizados e íntimos de acontecimentos, relacionamentos e sentimentos do passado.”²⁹⁶

Nietzsche percebeu, no exercício do lembrar, o começo dos traços e das características da moral, especialmente no que diz respeito à lembrança na nossa cultura histórica que é direcionada de forma unilateral e unívoca, pois a capacidade de lembra-se, significa lembrar de deveres e não de alegrias; lembrança foi combinada com “consciência pesada”, com sentimento de culpa, com pecado e raras vezes significa felicidade, perspectiva utópica e liberdade.²⁹⁷

²⁸⁹DIEHL, Astor Antonio. Op.Cit. 2002, p. 115-116.

²⁹⁰DIEHL, Astor Antonio. Ibidem. 2002, p. 114.

²⁹¹DIEHL, Astor Antonio. Ibidem, 2002, p. 115.

²⁹²LOWENTHAL, David. Op. Cit. 1998, p. 79.

²⁹³DIEHL, Astor Antonio. Op. Cit, loc. Cit.

²⁹⁴LOWENTHAL, David. Op.Cit. 1998, p. 78.

²⁹⁵DIEHL, Astor Antonio. Op.Cit. 2002, p. 116. (...) “seu ponto de referência perde sua consistência no tênue horizonte entre o passado e o presente.”

²⁹⁶LOWENTHAL, David. Op. Cit, loc. Cit.

²⁹⁷DIEHL, Astor Antonio. Op.Cit, loc. Cit.

Embora tenha-se que reconhecer os riscos e percalços das fontes históricas ligadas à lembrança, também é mister reconhecer que sua existência não deve ser considerada folha solta no vento, sem destino e imparcialidade. Ela, a lembrança, “é a sobrevivência do passado.”²⁹⁸ Portanto, lembranças são por excelência fontes que se ligam também a um passado que contém uma história, e esta foi criada intencionalmente sob a forma de documento escrito ou não. Assim, como qualquer outra fonte histórica, estes testemunhos estão repletos de complexidades e intenções das partes que participaram do momento em que foram criadas. Por esse motivo, entendo que mesmo não sendo intenção do depoente a seleção dos fatos narrados, suas lembranças se mantêm nebulosas e alinhavadas às suas estruturas primárias, sendo por eles recontadas e ao mesmo tempo re-simbolizadas pelas sociedades que possuem junto delas a sua identidade. Ainda deve-se considerar que, “ao contrário dos sonhos que são absolutamente particulares, as lembranças são continuamente complementadas pelas dos outros. Partilhar e validar lembranças torna-as mais nítidas e estimula sua emergência.”²⁹⁹

Contudo, resta os fragmentos de sua essência, interiorizada pela individualidade de cada pessoa ou no silêncio dos grupos. “Tem coisas que acontecem que ninguém precisa saber, quando vier na cabeça a gente tira.”³⁰⁰ Assim é possível perceber que tanto as glórias quanto as derrotas possuem sua dor e sua alegria. Uma marca indelével que emerge a cada motivação recebida, embora seja compreensível que “nenhum relato histórico consegue recuperar a totalidade de qualquer acontecimento passado, porque seu conteúdo é virtualmente infinito.”³⁰¹ A construção de uma memória, que é individual, inicia-se na mais tênue das lembranças e no sentimento de pertencer às raízes de um determinado grupo social.³⁰²

Em minhas investigações com os remanescentes destes moradores das florestas, deparei-me com os descendentes na atualidade, o que possibilitou constatar que as representações e imagens do indígena vêm sendo apresentadas de forma deturpada. Juntamente, percebi a pouca compreensão da sociedade sobre como ela surgiu e o

²⁹⁸BOSI, Ecléa. Op.Cit. 1994, p. 53.

²⁹⁹LOWENTHAL, David. Op. Cit. 1998, p. 81.

³⁰⁰Expressão utilizada por uma das descendentes declaradas de indígenas Puri, quando perguntamos sobre as lembranças e ensinamentos de sua avó. Roteiro semi-estruturado nº 20.

³⁰¹LOWENTHAL, David. Ibidem. 1998, p. 111.

³⁰²Halbwachs afirmou que as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. “Lembram” muito o que não viveram diretamente. BURKE, Peter. Op. Cit. 2000, p. 69.

conhecimento de suas próprias estruturas culturais. No caso, pude perceber já desde o início, que as informações referentes ao indígena da etnia Puri é uma referência do ponto de vista social. Em geral, as representações dos índios Puri e das demais etnias são enfocadas de maneira equivocada, revestindo-se de estereótipos que pouco tem a ver com a sua real forma de vivência, pouco reconhecida e no cotidiano.³⁰³

Neste sentido, a coletividade de Mirai, aceita a figura do índio apenas como um habitante de florestas. A paisagem das matas fechadas é o único refúgio para índios de acordo com o pensamento da sociedade. Ao mesmo tempo, essa mesma sociedade desassocia as transformações ocasionadas pelo tempo, e pelo contato entre diferentes culturas e seus modos de produção.³⁰⁴ Ademais, a identificação dos indivíduos com ascendência Puri que atualmente habitam na cidade, tem apenas atribuído à consciência social a diferença de sua origem étnica, não permitindo que seja feita uma associação reflexiva entre o passado da ocupação territorial da região e o presente de seus moradores com ancestralidade indígena declarada. Apesar das constantes citações como: “fulano de tal é purizado”, “a avó do meu pai era uma índia Puri que meu avô pegou no laço”, “a minha bisavó foi amansada na cachaça”, não se consegue ligar o passado e o presente no entendimento da produção cultural – com suas técnicas e usos – existente em boa parte dos moradores desse município e a relação com a cultura indígena de seus antepassados.

Desta forma, entendo que acostumada a seu *modus vivendi*, parte da população miraiense não percebe que esses grupos humanos foram capazes de continuar sobrevivendo, transferindo através do costume da oralidade, suas memórias ancoradas no tempo e deixando seus rastros e restos de tradição alinhavados atualmente nas estruturas culturais presentes na localidade. Não há, como nos coloca Lowenthal (1998) uma valorização do passado, isto é: “uma consciência do passado mais completa envolve familiaridade com processos concebidos e finalizados, com recordações daquilo que foi dito e feito, com histórias sobre pessoas e acontecimentos – coisas comuns da memória e da história.”³⁰⁵

³⁰³SOARES, Marcos José Veronese. Op. Cit. 2009, p. 01.

³⁰⁴Considera-se importante mencionar “modos de produção” uma vez que a eles são atribuídos os meios de trabalho necessários à produção de uma dada sociedade em conformidade com as suas necessidades e cultura. Para o caso, entre os sete modos de produção (Primitivo, Asiático, Escravista, Feudal, Capitalista, Socialista e Comunista), destaca-se o contato entre o que poderia se considerar Primitivo, da parte dos indígenas e Capitalista, por parte dos novos ocupantes do território da Zona da Mata mineira no início do século XIX.

³⁰⁵LOWENTHAL, David. Op. Cit. 1998, p. 65.

Considerando todos estes fatores, percebe-se que este fato teve início no momento em que o novo ocupante, a partir do alargamento das fronteiras agrícolas com a intensificação da devastação da floresta e o “adentramento de matas” para a conquista de novas terras para a implantação das novas estruturas administrativas no primeiro quarto do século XIX, não levou em consideração a composição social e as complexidades culturais que habitavam esses territórios considerados limítrofes da antiga “zona proibida.” Dessa forma, a história dos desbravadores, tantas vezes contada e repetida pela historiografia oficial, acabou distanciando a consciência das pessoas apagando a percepção das estruturas culturais presentes e existentes na territorialidade no momento da ocupação ainda no início do século XIX. Isso levou, desta forma, a população atual a considerar que o indígena e seus descendentes pertencem a um lugar muito distante, como áreas de floresta ainda “preservada”,³⁰⁶ como as da floresta da Amazônia.

Ponderadas as observações supracitadas, entendo que a figura preconceituosa desse estereótipo relacionado aos indígenas da região de Mirai foi construída pelo distanciamento do tempo e pela modificação de estruturas ocorridas a partir da urbanização. Neste sentido, contribuíram com essa perspectiva, as ações provenientes das políticas indigenistas adotadas pelo governo colonial, a partir de Pombal,³⁰⁷ e posteriormente a lacuna existente entre as ações direcionadas à causa indígena durante o período Imperial. Embora essa lacuna não tenha representado num conjunto de intervenções sobre o seu território. Aliados a estes fatores, percebe-se a consolidação das estruturas urbanas no último quarto do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, quando a localidade se tornou essencialmente dependente dos bens e serviços do período da Belle Époque.³⁰⁸ Unidos ao desmatamento e

³⁰⁶Francisco Carlos Teixeira nos apresenta a transformação do ambiente através da ação do homem. Em seu trabalho, o que era natural e intocável é uma mera construção humana visando sobrevivência e aproveitamento dos fatores naturais. A consequência desse contato homem- natureza é a transformação permanente do meio natural. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “História das Paisagens” In: **Domínios da história** : ensaios de teoria e metodologia/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997,p. 297-316.

³⁰⁷Segundo Elisa Frühauf Garcia: O Diretório dos índios tinha como objetivo principal a integração dos índios à sociedade portuguesa, buscando o fim das discriminações sobre estes: a extinção das diferenças entre índios e “brancos”. Dessa forma, projetava um futuro no qual não seria possível distinguir uns dos outros, seja em termos físicos, por meio da miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural. Cf. FRÜHAUF GARCIA, Elisa. “O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional”. **Revista Tempo**, vol. 12, núm. 23, Julio, 2007, p. 23-38. Universidade Federal Fluminense-Niterói, Brasil. A política indigenista Imperial ligada a catequese contribuiu de forma significativa para o entendimento da sociedade quanto a imagem do indígena apenas sendo um antepassado da terra.

³⁰⁸Melhoramentos e mudanças estruturais significativas são observados no Distrito a partir de 1890 com a Imprensa de Jomal, chamado “O Eleitor”; Seguiu-se em 1895 com a chegada da linha férrea Cataguases; o Serviço Postal em 1909; A inauguração da Energia elétrica e o telefone em 1913. Um variado comércio de secos

miscigenação, estes fatores contribuíram para a percepção de um mundo “não selvagem”, habitado por gentes que não são índios, mas que pertencem ao povo Puri.

3.2 – Descendentes de indígenas Puri de Santo Antônio do Muriaé: novas perspectivas para a história

A trajetória de muitos dos grupos indígenas do Brasil, principalmente aqueles últimos remanescentes que habitavam a região tardiamente ocupada na pós-abertura das fronteiras no final do século XVIII e início do século XIX³⁰⁹, possibilitam oportunidades de estudos ligados ao campo da história cultural. Dessa forma, abre-se novas perspectivas de análise sobre temas anteriormente explorados, tendo como foco a região da Zona da Mata mineira, na busca de elucidar lacunas da historiografia regional.³¹⁰

No caso da história dos indígenas, embora seja conhecida a diversidade dos grupos indígenas encontrados nestas Matas de Minas Gerais, sendo os mesmos os grupos Coropós, Coroados, Puri e Croato; compreende-se que o estereótipo “índio” acabou unificando culturas e, provavelmente, silenciando diversos destes grupos moradores de florestas. Silêncio este possível até mesmo antes que os jesuítas entre os séculos XVI e XVIII, e os naturalistas no século XIX, que na busca por conhecer a diversidade e a beleza da flora e da fauna brasileira em suas viagens pelos Sertões, exploravam a terra e realizaram estudos, ainda que superficialmente sobre as particularidades de diversos grupos indígenas que habitavam nas florestas. Como exemplo, do desconhecimento sobre os grupos indígenas, cito do genérico conhecimento a partir das informações a respeito dos grupos tupi e tapuia, como se verá mais adiante. Neste sentido, Melatti (1994) corrobora com informações quando observa que:

A primeira classificação das línguas indígenas do Brasil foi aquela que as distribuía em línguas Tupi e línguas Tapuia. Tal classificação se deve aos primeiros colonizadores e missionários, que adotaram os próprios preconceitos dos índios Tupi contra os demais. Assim, enquanto as línguas classificadas como Tupi se relacionavam entre si, as classificadas como Tapuia eram as mais diversas, completamente diferentes uma das outras, e que aos missionários não interessava conhecer.³¹¹

e molhados servia o gosto da população exigente e refinada, que viu magnitude ainda com a inauguração do Cinema, em 1921 com capacidade para 400 pessoas; O Telégrafo em 1922, e o automóvel em 1923. MOREIRA, Fernando Ciribelli. Op. Cit. 2013, p. 140-152.

³⁰⁹Sobre os primeiros adentramentos do Sertão do rio Doce, fronteira à Zona da Mata mineira, ver 1.5 - O Sertão do rio Doce: Expansão territorial, ambição e guerra contra os indígenas, p. 29-36.

³¹⁰Faz-se referência aos trabalhos de Marcia Amantino, Haruf Salmen, Pedro Calmom entre outros.

³¹¹MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 33.

Interessa a observação de Melatti (1994), em relação à particularidade linguística de cada grupo indígena. Isto porque, a língua falada é um dos principais vetores culturais de uma determinada territorialidade. Ela é, portanto, homogeneizadora de uma sociedade e condição ímpar para evidenciar e transmitir estruturas culturais de um determinado conjunto social. Dessa forma, a língua falada se torna “o instrumento decisivamente socializador da memória”³¹² que “reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem”³¹³ ainda lembrada. Não pode, assim, ser ignorado que a possibilidade desta tipificação ocasionada pela conformação utilitária dada aos grupos indígenas, após início do contato com o explorador nos tempos coloniais e posteriormente com o colonizador no século XIX, tenha ocasionado uma perda de consciência sobre a diversidade dos povos indígenas que habitavam a floresta atlântica na região da Zona da Mata mineira. Observa-se, dessa forma, perda de fatores ligados à identidade de grupo a partir de uma nova configuração do idioma falado presente na territorialidade ocupada. Assim, uma vez substituída a linguagem local, ou mesmo sofrendo adaptações, torna-se confundível e complexo identificar apenas pelos afazeres do cotidiano as diferenças étnico-culturais existentes entre os povos que convivem em uma mesma territorialidade.

Esta realidade é percebida na localidade estudada, quando são encontrados os descendentes declarados de índios Puri. Entendo que as pessoas descendentes de indígenas trabalham suas memórias de forma seletiva, uma vez que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado.”³¹⁴ Logo, os grupos sociais possuem a capacidade de lembrança do que não viveram, por que eles vivem das experiências e dos olhos de quem viu, ou mesmo das narrativas de quem ouviu. Esta observação consiste pelo fato da constante alegação: “o meu avó dizia que a minha avó era Puri”, ou mesmo “a minha avó falava que a mãe dela era Puri”; “minha bisavó, Puri, foi pega com cachaça e colocada para amansar por mais de um ano.” Estas lembranças são capazes de unir aspectos característicos de determinada configuração cultural que se dispõem dispersos na sociedade para se transformarem em memória. Assim, quando um grupo trabalha de forma intensa, em conjunto, “há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de

³¹²BOSI, Ecléa. Op.Cit. 1994, p. 56.

³¹³BOSI, Ecléa. Ibidem. 1994, p. 57.

³¹⁴BOSI, Ecléa. Ibidem. 1994, p. 55.

discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos.³¹⁵

Quando observadas estas questões, percebe-se que na memória da sociedade local, o grupo indígena que sobreviveu à incursão de terras para expansão de fronteiras agrícolas no século XIX e na lembrança das pessoas, é o grupo dos índios Puri. Exclui-se qualquer outra sociedade indígena nos apontamentos populares. Evidências encontradas sobre um outro possível grupo indígena, somente as dos livros de batismos que foram investigados. Esta evidência é para a etnia dos índios Croato. Embora tenha existido um grupo aproximado de 700 coroados no território do Presídio de São João Batista³¹⁶, fronteira aos vales dos rios Muriahé e Pomba, os índios que sobreviveram foram os membros do grupo dos Puri, que possuíam 1400 indivíduos à época. Números revelados segundo os levantamentos dos Aldeamentos sob responsabilidade de Marièle.³¹⁷ Esta é a paisagem de lembrança herdada historicamente pelos habitantes da cidade de Miraf. Nela, não sobreviveram, portanto, números, mas universos de discurso. Discursos gravados na consciência popular. Dessa forma, toda pessoa de pele morena e cabelos pretos e lisos que tenha, portanto, um biótipo comumente associado com índio é logo identificada como tendo uma possível ancestralidade Puri.”³¹⁸

Assim, a transposição de um grupo indígena, considerado selvagem, para o universo urbano e sua consequente aculturação, guardou a capacidade de transmissão de costumes que “é aprendida e transmitida por meio da aprendizagem e da comunicação,”³¹⁹ uma ênfase “oral específica das experiências de vida do informante. Tal evidência não passa de geração para geração, senão de modo altamente esmaecido, em narrativas familiares privadas”³²⁰ ainda que tenha havido interlocução entre as gerações. Mesmo assim, é válido considerar a cultura de um determinado grupo, como estruturas que por mais que tenham sofrido interferências e fragmentações continuam intimamente ligadas em suas raízes ancestrais. Dessa maneira, pode-se dizer, apesar das muitas contradições, que “a lembrança é a sobrevivência do passado”³²¹ e que através dela “o passado relembado é tanto individual quanto coletivo.”³²²

³¹⁵BOSI, Ecléa. Ibidem, 1994, p. 67.

³¹⁶ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit. 2005, p. 33-34.

³¹⁷ESPINDOLA, Haruf Salmen. Ibidem. 2005, p. 152-153.

³¹⁸SOARES, Marcos José Veronese. Op. Cit. 2009, p. 08-09.

³¹⁹MARCONI, Mariana de Andrade. Op. Cit. 2007, p. 25.

³²⁰PRINS, Gwyn. 1992, p. 173. In: BURKE, Peter. Op. Cit. 1992.

³²¹BOSI, Ecléa. Op. Cit. 1994, p. 53.

³²²LOWENTHAL, David. Op. Cit. 1998, p. 78.

Como se pode perceber, no processo da sobrevivência dos grupos indígenas, ainda existem lacunas e possibilidades de encontrar caminhos para novos questionamentos. Se antes haviam motivos que levaram a ignorar os fatos e as coisas, atualmente houve mudanças. Tais mudanças estão na forma de estudar os fenômenos históricos. De acordo com Peter Burke (2005) “um dos aspectos mais característicos da prática da história cultural entre as décadas de 1960 e 1990 foi a virada em direção à antropologia.”³²³ Usando, portanto, da interdisciplinaridade formulam-se novas propostas de pesquisa.

A partir desta nova abordagem, percebeu-se na sociedade miraiense, e nos próprios descendentes de indígenas que “parece haver uma relação de sinonímia entre as expressões “índio” e “Puri.” Como se formou essa lembrança híbrida dos fatos, sendo que para eles, o Puri é o filho do índio que vivia nas matas regionais? Esta pergunta é de difícil averiguação, uma vez que a isto deve-se aquilo que ao que Ecléa Bosi (1994) chamou de memória-hábito.³²⁴ Tal memória se faz presente na sociedade miraiense, como poderá ser visto no final deste trabalho, quando ma oportunidade, será apresentado o que lhes resta nas suas lembranças.

3.2.1 – Os Puri

Mergulhados nas impressões sobre os povos indígenas brasileiros encontra-se o grupo indígena Puri, habitante dos Sertões na região das Minas Gerais. Imersos no interior das densas capoeiras que ainda se faziam presentes em fragmentos da Mata Atlântica, sobreviviam em pequenos grupos nômades, peregrinando pela floresta, dela retirando seu sustento e mantendo sua cultura, até o contato diretamente estabelecido com comerciantes e aventureiros no final do século XVIII e início do século XIX. Embora lutando pela vida assim como seus congênitos, possuíam aspectos peculiares em relação a alguns costumes reconhecidos e próprios dos grupos nativos do Brasil.

³²³BURKE, Peter. Op. Cit. 2005, p. 44.

³²⁴O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memórias dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituíram autênticas ressurreições do passado. BOSI, Ecléa. Op.Cit. 1994, p. 48. (grifo da autora).

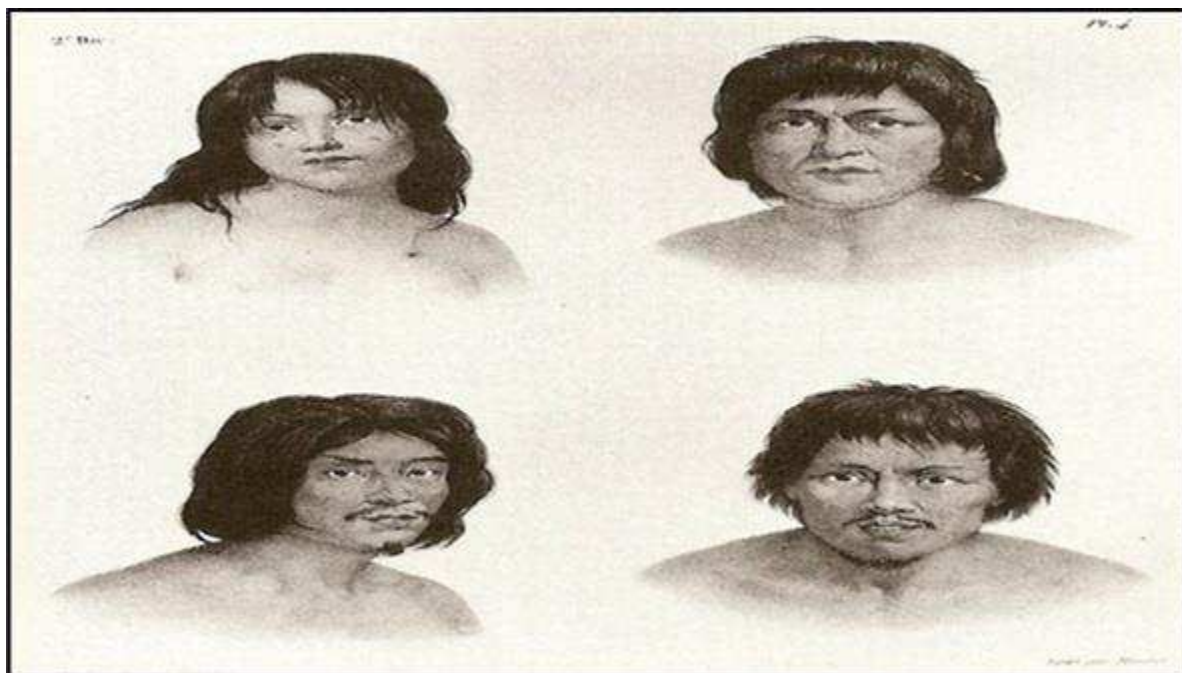


Imagem 3: Índios Puri – Johann Moritz Rugendas, século XIX.

O grupo indígena Puri tem seu nome surgido a partir da designação utilitária para nomear todos os índios habitantes da Mata mineira: “foram assim coletivamente designados, em Minas, durante o período colonial, todos os brugues da região da Mata do Leste e Sudeste”³²⁵ embora fossem de etnias diferentes. “O seu nome de Puris ou Puckris, significava - gente mansa ou tímida -, e com efeito apenas observavam alguns homens civilizados, deitavam a correr, mas não feriam, nem matavam.”³²⁶ Contudo, existem aqueles que os classificaram como grupos antropófagos, sendo neste caso o nome Puri apenas um apelido dado pelos Tupis para a designação dos comedores de carne humana.³²⁷

Não há consenso, entre os estudiosos a respeito de sua origem, sendo ainda um assunto em aberto e com possibilidades de investigação. Como exemplo, vê-se estudos direcionados realizados por Nelson Coelho Sena, Wilhelm Ludwig Von Eschweg e Olian José.³²⁸ O mais provável é que sejam oriundos do grupo dos índios Goitacazes. Possuíam espaço de domínio e dispersão que cobriam “as vastas áreas dos atuais municípios de Viçosa,

³²⁵**Revista do Arquivo Público Mineiro.** Volume nº 25, 1937, p. 351. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/makepdf_img.php?cid=767&mid=32&full_pdf=1&lid=20597;20598;20599;20600;20601;20602;20603;20604;20605;20606&ficha=0. Acesso em 02/05/2016.

³²⁶PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil**, - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. 1896, p. 319.

³²⁷MANOEL, Joel Peixoto. Índios Puris. In: **Revista de Historiografia Muriaeense**. Ano II – Maio de 1979, nº 02. Direção de José Henrique Hastenreiter, 1979, p. 17. A índole dos Puri também fora evidenciada por Varnhagem e pelo príncipe Nuewied.

³²⁸MANOEL, Joel Peixoto. Ibidem. 1979, p. 12-13.

Coimbra, Ervália, São Geraldo, Visconde do Rio Branco, Guiricema, Ubá, Tocantins, Rio Pomba, Cataguases, Mirai, Muriaé, Patrocínio do Muriaé, Leopoldina e Laranjal.”³²⁹

O estado de vida natural do grupo harmonizava com a floresta onde habitavam. Sempre nus e desconfiados dos estranhos, abrigavam-se do sol por considerarem seus efeitos maléficos à saúde.³³⁰ Viviam da mata e de seus recursos abundantes que proviam seu sustento e saúde, esta principalmente com a utilização da poaia ou da salsaparrilha, além de outras variedades de plantas medicinais. Ainda sobre seu sustento, de acordo com Melatti (1994), embora hábitos como a caça sejam para a civilização urbana um divertimento ou mesmo um esporte, no caso dos índios ela configura como forma de trabalho³³¹ que desenvolvia somente quando da necessidade do sustento, e este associada à pesca³³², auxilia na formação dos laços de sociabilidade entre os membros do grupo na busca por sobrevivência, embora não sendo um fator de proximidade entre os Puri. Dessa forma, de acordo com Peixoto (1979) eram os Puri, “totalmente embrutecidos pela rudeza de seu habitat, e todos os sentimentos, dos mais simples aos mais nobres, ainda se encontravam em estado de letargia em seu interior.”³³³

Apesar de possuir como sua principal fonte de alimentos a pesca e a caça³³⁴, proviam sua existência por meio da coleta de frutos e de pouca atividade agrícola, pois a ela não eram adeptos. Plantavam em pequena escala principalmente roças de mandioca, milho e abóbora, que assim como os animais, os consumiam cru. “Um de seus alimentos preferidos era uma espécie de cará branco e duro chamado por eles de “Caratinga”³³⁵ o qual arrancavam com as mãos ou com auxílio de qualquer objeto encontrado. A prática agrícola dependia da intervenção no meio natural, alterando a configuração da paisagem florestal, mas não a sua topografia.³³⁶ Completa seus hábitos de alimentação um tipo de bebida fermentada feita a partir do milho regurgitado após a mastigação e colocado para ser fermentado.”³³⁷

³²⁹MANOEL, Joel Peixoto. Ibidem. 1979, p. 13. Ainda para melhor compreensão do território mencionado no século XIX, ver o mapa da página 54.

³³⁰MANOEL, Joel Peixoto. Ibidem. 1979. Idem, p. 13.

³³¹MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 47.

³³²De forma artesanal, os índios usavam cipós e vegetais com propriedades de matar ou atordoar os peixes: o tiquei e o timbó. MELATTI, Julio Cezar. Ibidem. 1994, p. 49. Os indígenas Puri usavam também para essa atividade um tipo de balaio com tampa e dispositivo para desarmar quando o peixe entrava no seu interior. Somente tomaram conhecimento do anzol após o contato com os primeiros comerciantes e aventureiros que vieram para a região onde habitavam. Cf. MANOEL, Joel Peixoto. Op. Cit. 1979, p. 21.

³³³MANOEL, Joel Peixoto. Ibidem. 1979, p. 18

³³⁴PINTO, Alfredo Moreira. Op. Cit. 1896, p. 319.

³³⁵MANOEL, Joel Peixoto. Op. Cit. 1979, p. 22.

³³⁶MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit., 1994, p. 52.

³³⁷O processo de preparo da bebida foi descrito por Martius. MANOEL, Joel Peixoto. Op. Cit. 1979, p. 22.

“Como não faltam nas sociedades humanas, não faltam nas tribos indígenas do Brasil manifestações de arte.”³³⁸ Neste ambiente de permanência provisória, os Puri produziam sua arte, tendo os recursos da floresta como matéria-prima e inspiração. Nestas, produziam sua arte corporal, armas de guerra e utensílios de argila utilizando dos recursos da flora para pintarem seus corpos “por vários motivos, um deles, era a vaidade, pintavam também para proteger seu corpo das picadas de insetos e para proteger sua pele contra os raios solares.”³³⁹ Ainda a pintura poderia simbolizar que um indivíduo pertencia a uma determinada hierarquia.³⁴⁰ Da floresta retiravam a taquara e dela os formatos mais variados de flechas e arcos, finalizados com fibra da palmeira chamada “Ticum ou Tucum.”³⁴¹ Completa suas manifestações artísticas a confecção de utensílios, feitos de argila, como potes funerários chamados de “Igaçaba”³⁴², e artefatos de palhas ou fibras, material com o qual fabricavam cordas para usos variados de seu cotidiano.³⁴³

Assim, como grande parte dos índios do Brasil, os Puri construíam suas Aldeias. Embora fossem encontradas dispostas em forma circular, à maneira dos demais grupos indígenas, a suas construções e disposição possuem características peculiares. Seu nomadismo constante não permitia desenvolvimento de estruturas habitacionais duradouras. Portanto, suas habitações eram construções “(...) feitas de madeiras e fibras e cobertas de capim, palha ou casca de árvore, ou mesmo folhas de palmito ou brejaúba.”³⁴⁴ Sempre buscando proteção abaixo da sombra das grandes árvores da floresta onde habitavam.

³³⁸MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 161.

³³⁹MANOEL, Joel Peixoto. Op. Cit. 1979, p.30. Pintavam e bordavam todo o corpo, porém com mais intensidade o peito e os braços, usavam várias cores de tinta, sobretudo o vermelho, amarelo e azul. Da semente da planta denominada “urucu” conseguiam o amarelo e o vermelho. Do fruto da Genipapeira extraíam um corante que submetido a tratamento especial modificava suas tonalidades que iam desde a cor violeta ou azul até ao preto.

³⁴⁰MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 163.

³⁴¹MANOEL, Joel Peixoto. Op. Cit., 1979, p.28.

³⁴²MANOEL, Joel Peixoto. Ibidem, loc. Cit.

³⁴³Sobre as manifestações artísticas presentes nos grupos indígenas do Brasil, ver MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 161-180. Sobre os Puri, ver: MANOEL, Joel Peixoto. Op. Cit. 1979, p. 28-30

³⁴⁴MANOEL, Joel Peixoto. Ibidem. 1979, p. 23-24.



Imagem 4³⁴⁵

³⁴⁵Diversos foram os ilustradores, pintores e desenhistas retratando à suma maneira, os costumes e afazeres dos povos que habitavam o Brasil. Na imagem o destaque ou estranheza é certamente o macaco sendo preparado como alimento. Cabana de Puri. In: ORBIGNY, Alcide d'. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Fig. 28. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 155. Disponível em: <http://colibridourado1.blogspot.com.br/>. Acesso em 05/05/2016.

Possuíam ainda nos domínios da manifestação artística o hábito da dança, que assim como o momento do nascimento e da morte figuram entre seus rituais de passagem.³⁴⁶ Neste sentido, existiam também costumes da dança religiosa. Dessa forma, “todas as manifestações de júbilo da comunidade (...) tinham na dança um dos principais meios de ser exteriorizadas.”³⁴⁷ Por não possuírem instrumentos, “imitavam o canto dos pássaros, o barulho das folhagens”³⁴⁸ para expressar seus atos em meio à floresta, ainda que à noite, ao redor da fogueira, feita a partir dos restos de árvores deitadas para a abertura de campos para o plantio.

No domínio religioso, acredita-se que possuíam crença em um Deus criador, entretanto, segundo Melatti (1994), na maioria dos grupos indígenas do Brasil, mais frequente que a figura de um ser supremo é a presença de heróis míticos em suas mitologias.³⁴⁹ Suas tradições ficavam igualmente a cargo dos curandeiros, que instruíam os membros da Aldeia e repassavam os costumes herdados de seus antepassados. Ainda na esfera da religiosidade, “os Puri tinham também seus “pajés” e a eles ficava a incumbência de dirigir as atividades religiosas e rituais da Aldeia, além de cuidar dos doentes, e ministrar-lhes medicamentos.”³⁵⁰ Devido às suas crenças, eram considerados pelo grupo dos botocudos como feiticeiros que causavam mal a sua gente. O que acirrava os ânimos motivando a constante guerra entre estes dois grupos indígenas.

O Puri encarava a morte com reservas. Embora “os ritos funerários existem em vários grupos tribais, sendo mais simples em certas sociedades e mais complicadas em outras”³⁵¹, “prática comum entre eles era a de abandonar o velho ou o enfermo no meio da selva para não assistirem seu falecimento”³⁵², ritual que lhes poupava o ato sepulcral quando do falecimento de algum membro junto ao grupo. Este comportamento social também era feito ao momento do nascimento de seus filhos, uma vez que sentindo a aproximação do momento do parto, a índia se retirava da presença dos demais e adentrava na mata, cuidando isoladamente dos preparativos para o nascimento. Era a índia grávida a responsável pelos

³⁴⁶MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p.119-120. Ainda sobre a classificação dos ritos, ver GENNEP, Arnold van. Capítulo I - Classificação dos ritos. In: **Os ritos de passagem**: Estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc; tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto da Matta. 3 ed. Petrópolis, Vozes. 2011, p. 23-32.

³⁴⁷MANOEL, Joel Peixoto. Op. Cit. 1979, p. 26.

³⁴⁸MANOEL, Joel Peixoto. Ibidem. 1979, p. 27.

³⁴⁹MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 141.

³⁵⁰MANOEL, Joel Peixoto. Op. Cit. 1979, p. 24.

³⁵¹MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 129.

³⁵²MANOEL, Joel Peixoto. Op. Cit. 1979, p. 25.

procedimentos do pós-parto.³⁵³ Embora os índios Puri possuísem todas essas peculiaridades comportamentais, de acordo com Melatti (1994) “isto não quer dizer que nunca se encontre rituais de culto entre as tribos indígenas.”³⁵⁴

Embora não unânimes, essas são as impressões e representações que nos foram deixadas sobre o grupo indígena Puri. Do grupo original que viveu nestas terras e que atualmente ocupa o território de Miraí, entre os vales dos rios Pomba e Muriaé e adjacências, sobreviveu, portanto, a história e a lembrança. História que possui fragmentos da língua Puri encontrados em dicionários especializados³⁵⁵, entretanto, deve-se considerar que assim como a história, as palavras sofreram interferência após o contato com a civilização urbana, esta ávida pelo desejo de possuir os recursos da floresta, provenientes do conhecimento herbário dos índios e para isso, imprimiu-se um infame comércio regrado à base da cachaça que lhes enlouquecia e fazia com que os índios fossem “massacrados física e moralmente pelos chamados “poalheiros.”³⁵⁶

³⁵³MANOEL, Joel Peixoto. Ibidem. 1979, p. 27. Após retornar para a Aldeia, a criança ficava sob os cuidados do pai, que guardava o resguardo, descansando por alguns dias. Sobre outros ritos de gestação e nascimento ver: MELATTI, Julio Cezar. Op. Cit. 1994, p. 121.

³⁵⁴MELATTI, Julio Cezar. Ibidem. 1994, p. 129.

³⁵⁵Dicionário de Vocábulo do Dialeto dos índios Puris, colhidos pelo Dr. Antônio Pires da Silva Pontes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Volume do Ano IX – 1904, págs. 159-173. In: MANOEL, Joel Peixoto. Op. Cit. 1979, p. 35-50.

³⁵⁶MANOEL, Joel Peixoto. Ibidem. 1979, p. 11.

Capítulo 4

No livro a Raiz

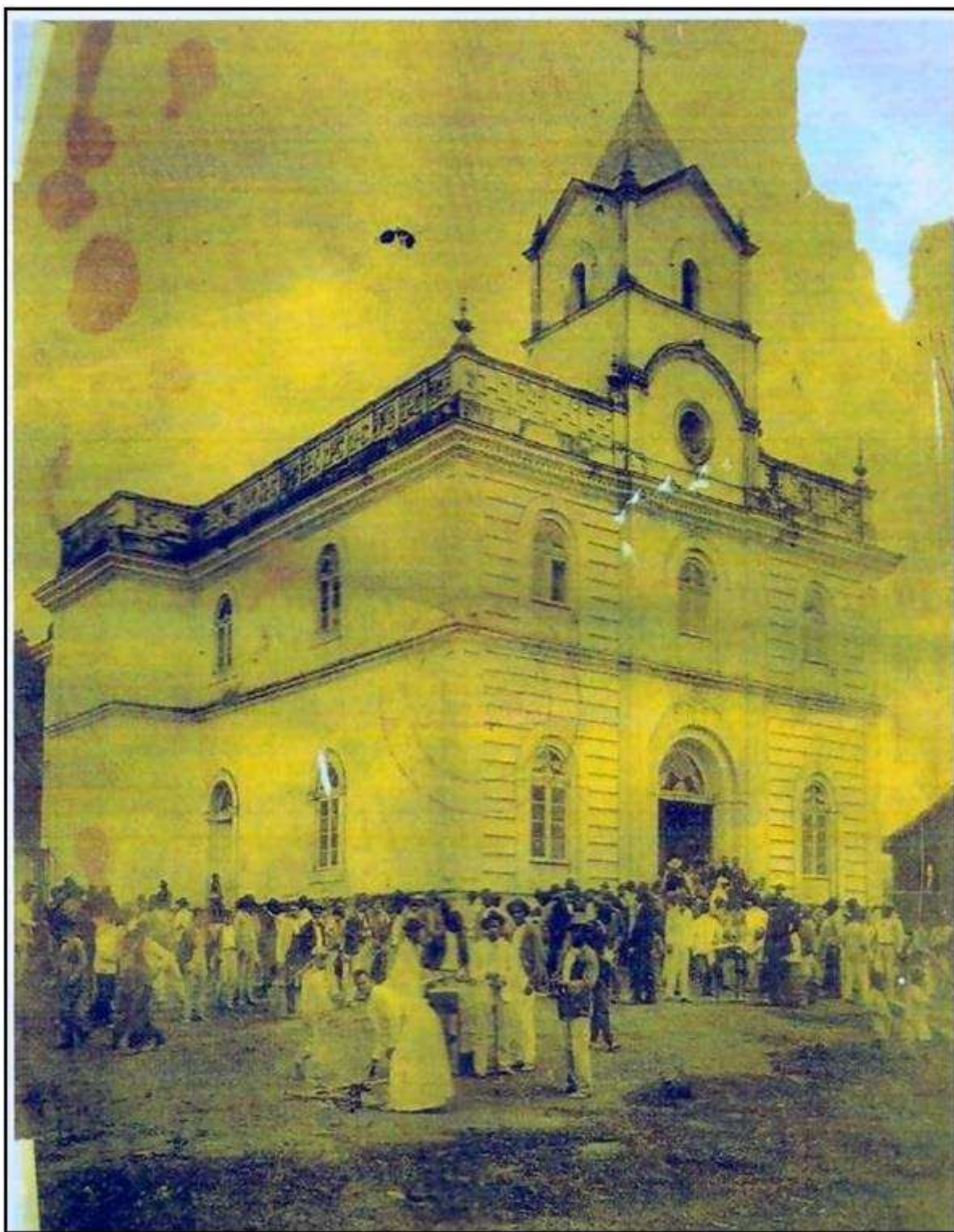


Imagem 5³⁵⁷

³⁵⁷Igreja Matriz de Santo Antônio – século XIX. Esta é a imagem conhecida mais antiga da Capela que deu origem ao Arraial do Brejo de Santo Antônio, elevado à categoria de Freguesia de Santo Antônio do Muriaé. A imagem provavelmente é um cartão postal. Não há data documentada para a fotografia.

4.1 – O registros dos Puri nas fontes batismais: a importância dos Livros de Batismo

Observando a narrativa histórica sobre as populações indígenas do Brasil, é possível perceber que existe ainda entre os historiadores um ceticismo quanto a capacidade de integração destas populações nativas às novas configurações culturais. Poucos, portanto, são os pesquisadores que até o presente momento lançaram um olhar diferenciado quanto a capacidade de adaptação cultural dos índios frente a tentativa de imposição e conquista por parte dos colonos e até mesmo dos novos ocupantes de territórios ocupados por povos indígenas no período imperial. John Monteiro (2001) alerta sobre esta questão. Segundo o autor:

(...) parecem prevalecer entre os historiadores brasileiros ainda hoje duas noções fundamentais que foram estabelecidas pelos pioneiros da historiografia nacional. A primeira diz respeito à exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos: são, antes, do domínio da antropologia, mesmo porque a grande maioria dos historiadores considera que não possui as ferramentas analíticas para se chegar nesses povos ágrafos que, portanto, se mostram pouco visíveis enquanto sujeitos históricos. A segunda noção é mais problemática ainda, por tratar os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento. Aliás, é uma abordagem minimamente compreensível, diante do triste registro de guerras, epidemias, massacres e assassinatos atingindo populações nativas ao longo dos últimos 500 anos.³⁵⁸

Procurando, portanto, trilhar caminhos sugeridos por Monteiro (2001) e buscando estabelecer ligação entre o tempo presente e o passado das comunidades indígenas que habitavam a região da Zona da Mata mineira já nos idos do século XIX, apresento neste momento as análises realizadas nos registros de batismos. São os mesmos registros evidências históricas que, aliadas à memória dos descendentes de indígenas declarados, possuem a capacidade de transposição do tempo para demonstrar que apesar, dos muitos percalços passados, os indígenas sobreviveram à ocupação de seu território e participaram diretamente da formação social e cultural encontrada atualmente na cidade de Mirai, realizando adaptações em seus modelos culturais e de sobrevivência.

Embora esteja tratando apenas com fontes do período imperial, é bastante interessante uma observação feita por Cristina Pompa (2014). Observação esta relacionada a documentos do período colonial, mas que é inteiramente aplicável para as análises documentais de períodos posteriores. Segundo a autora:

³⁵⁸MONTEIRO, John M. Op. Cit. 2001, p. 04.

Lançando mão de fontes inéditas e de uma releitura cuidadosa de documentos já conhecidos, as pesquisas históricas das últimas décadas estão procurando reescrever a história colonial da América indígena, mostrando um mundo de rápidas mudanças, de adaptações, de negociações, de construções permanentes de identidades no interior de um quadro político extremamente instável. Vários autores propõem uma revisão radical do paradigma da conquista tanto na vertente de “perda” quanto na de “resistência”. Por outro lado, vem sendo desmantelada a ideia de uma “pureza originária”, étnica e cultural, que o contato teria contaminado, substituída por uma “lógica mestiça”, em que a resistência não se dá apenas em termos de revolta, mas também de estratégias de mediação, de adaptação e reformulação de identidades, de construção de novas formações sociais e culturais.³⁵⁹

Nos livros de batismo, entretanto, não foram encontrados somente os registros dos indígenas. Possuem também os livros, registros de escravos e da sociedade civil em geral, não havendo entre eles livros específicos para cada etnia. Dessa forma, realizando as análises deste material, entendi que não seria correto construir um discurso bilateral, privilegiando apenas os civis livres e os indígenas para as análises. É necessário apresentar toda a amplitude destes registros de batismo, para que seja possível perceber os indígenas Puri como membros inseridos em uma realidade cultural pluriétnica em constante troca de experiências com outras formações sociais atuando com a sua cultura e identidade. Somente dessa forma é que em um segundo momento, através dos depoimentos colhidos de seus descendentes declarados na atualidade, pode-se apresentar o que ainda existe em suas memórias a respeito de seus ancestrais indígenas.

Somente assim, cotejadas as fontes batismais e os relatos de memória e de histórias dos descendentes declarados de indígenas Puri, ajuntados com os seus afazeres, é possível estabelecer, embora haja um espaço tempo rompido por décadas, a ligação entre os Puri habitantes das matas e co-participes da identidade cultural formada com o surgimento do Arraial do Brejo de Santo Antônio no século XIX e seus descendentes que atualmente são moradores da cidade de Mirai. Nesse aspecto tais fontes contribuem para que haja entendimento entre os pesquisadores de que os indígenas, com seus descendentes e mestiços, embora adaptados e adaptando-se à novas identidades culturais continuaram a fazer parte da História do Brasil.

³⁵⁹POMPA, Cristina. **Os índios, entre a antropologia e a história**: a obra de John Manoel Monteiro. BIB, São Paulo, n° 74, 2º semestre de 2012 publicada em julho de 2014, p. 61-79, p. 63.

4.2 – A Igreja e os livros de batismos da Freguesia de Santo Antônio do Muriahé

Digo eu, Salustiano José Fernan e minha mulher Maria Porcina do Amor Divino, que entre os bens, que somos senhores e possuidores e bem assim uns dez alqueires de terras de culturas que ficam na margem do rio Muriahé d'esta Fazenda das Três Barras, unidas a Fazenda dos Snr. Feres Severino Ribeiro de Rezende, os quais nos houve por Herança de nosso Pai e Sogro Custódio José Ferreira, já Falecido, as quais só vendemos a porção acima mencionada na parte que nos toca, aos Srs. que subscrevem em uma lista que se fez para construção de uma Igreja com Oráculo de Santo Antônio as quais vendemos pelo preço da quantia de duzentos mil reis, por tempo de três meses, de que nas Pessoas que subscreverem cedemos todo o direito que nela tínhamos de hoje para todo o sempre, os quais desde já poderão dar o princípio da dita obra por ser esta venda feita muito de nossas livres vontades mandamos passar o presente em que sem mais assinamos. Fazenda das Três Barras, 15 de Dezembro de 1852.³⁶⁰

A terra fértil da localidade chamou a atenção já em 1840, quando os fazendeiros, futuros plantadores de café se fixaram na região. Santo Antônio do Muriahé surgiu da doação de terras feita pela população que vivia nas roças da região ao Oráculo de Santo Antônio em 1852. E “eis o princípio do brejo”.³⁶¹ Brejo, pois o rio passava dentro do povoado. Nas cheias, formavam-se pequenos lagos no centro da povoação. Assim como todos os povoados anteriormente formados na região, a invocação religiosa congrega o povo e motiva a formação da sociedade.

À Construção da Capela deu-se início em 1853, em estilo Português Colonial.³⁶² O povoado, com menos de sete anos, demonstrava sinais de crescimento, com boa infraestrutura física. Em 1859, o povoado foi elevado à categoria de Distrito de Paz, passando a possuir divisas próprias. Contava com mais de 25 fogos, ou seja, lares de pessoas brancas, sendo brasileiros ou estrangeiros. O Brejo se transformou em Santo Antônio do Muriahé por possuir uma Igreja invocada em nome do Santo e por estar situado às margens da nascente do rio Muriahé. (rio Robson Cruzeiro).

A Lei Provincial nº 1.139 de 24 de setembro de 1869 realizou nova demarcação territorial para o Distrito. A nova demarcação “partia das cabeceiras do Ribeirão Oncinha a

³⁶⁰MOREIRA, Fernando Ciribelli. Op. Cit. 2013, p. 69.

³⁶¹Manoel João da Fonseca assim descreve no final do recibo de compra e venda das terras que viriam a se tornar o núcleo formador do povoado da atual cidade de Mirai. MOREIRA, Fernando Ciribelli. Ibidem. 2013, p. 71.

³⁶²Segundo avaliação do Dossiê preparado para processo de Tombamento junto ao IPHAN de fachadas históricas. Documento realizado pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Mirai-MG no ano de 2005. **Nota sobre a imagem 7:** A fotografia apresentada é a imagem mais antiga que se conhece da Igreja em Mirai. Não se sabe a data da mesma, ou se foi a mesma apresentada na capital da província por João Evangelista de Rezende, ver página 80.

procurar um serrote situado entre a Fazenda de Francisco Antonio da Fonseca e a Aldeia dos Índios (...). Contudo, a elevação à Freguesia se dera em 1872 quando o fazendeiro João Evangelista de Rezende, na capital da província, de posse de uma fotografia da Igreja sendo o mais alto templo da região, consegue elevar o lugarejo à condição de Freguesia pela Lei Provincial nº 1.901 de 19/06/1872. Em 1875, a Freguesia de Santo Antônio do Muriahé é desmembrada de Ubá e passa a pertencer à configuração territorial da vila de Cataguazes.³⁶³

A Capela de Santo Antônio do Muriahé, hoje Igreja Matriz de Santo Antônio, reúne dois elementos significativos para a história da cidade de Mirai. Além de sua beleza arquitetônica, é marco singular do surgimento da cidade. A construção é tida pelos moradores como um patrimônio social, motivo de orgulho de todos os miraienses, independente de seu credo ou definição religiosa. Neste espaço ímpar da cidade, encontram-se os livros de batismos onde estão registradas as raízes desta sociedade. Registros que guardam a formação social de seu primeiro núcleo pré-urbano, rural com a sua área adjacente.

Ao mencionar a Capela de Santo Antônio, lembro o historiador Jacques Le Goff (1996) quando diz que um monumento no passado era visto como algo de valor incontestável, pois nele deveria repousar identidade de sua sociedade, esta seria caracterizada pelo “poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas.”³⁶⁴ Contudo, segundo o mesmo Le Goff (1996):

(...) o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.³⁶⁵

A minha escolha como historiador é monumentalizar os registros de batismo do acervo paroquial, pois considero tais documentos como parte da história da cidade e de sua identidade local. Acredito que para evidenciar os traços de cultura e tradição indígena que sobreviveu e se perpetua voluntária ou involuntariamente através da memória dos descendentes declarados de indígenas da cidade no presente, é essencial demonstrar o valor e publicizar o conteúdo desses documentos ímpares. Ademais, considero também que tal

³⁶³Lei provincial 2.180 de 25/11/1875.

³⁶⁴LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas: Ed.UNICAMP, 1996, p. 536.

³⁶⁵LE GOFF, Jacques. Ibidem. 1996, p. 535.

medida é um caminho como nos falou Jules Michelet de administrar a alma dos mortos, fazendo justiça aos que nunca tiveram a possibilidade de serem representados.

Iniciados em 1866, os registros de batismo da Igreja de Santo Antônio do Muriaé apresentam uma sociedade diversificada. Para efeito de classificação, adotam-se as concepções de sociedade apresentadas por Ficher e Marx. De acordo com Marx, que usa a classificação política, “é preciso ter em conta a utilização do espaço, a forma do governo e a estrutura da coletividade, assim como o sistema jurídico em vigor”³⁶⁶, já para Ficher, a sociedade é uma “estrutura formada pelos grupos principais, ligados entre si, considerados como uma unidade e participando todos de uma cultura comum.”³⁶⁷ Assim, realizou-se a divisão em três categorias a partir de suas peculiaridades, contudo, esta é apenas uma divisão de cunho teórico, não interferindo no objetivo da análise.

As análises realizadas proporcionaram a organização de cinco (05) gráficos de acordo com a apreciação realizada para cada categoria social encontrada nos registros de batismos. A divisão que escolhi para as categorias sociais (1 - A elite agrária e o povo miúdo na constituição da sociedade civil livre; 2 – A sociedade escrava, composta por escravos e seus descendentes; 3 – A sociedade indígena com seus descendentes) trata-se apenas de um mecanismo para auxiliar nas considerações sobre a sociedade de Santo Antônio do Murihaé, não levando em consideração para a análise condição financeira ou mesmo status social, como mencionado anteriormente.

4.2.1 – A Sociedade Civil Livre (Santo Antônio do Muriaé)

A sociedade civil compõem-se dos moradores da etnia branca, compreendendo 89,60% dos assentamentos de batismo realizados durante o século XIX na Igreja da localidade. Destes 3.427 batismos apresentam filhos(as) naturais de pai e mãe, não casados na Igreja Católica, perfazendo um total de 57,34 %. Os registros apresentam ainda 342 crianças batizadas, filhos(as) naturais de mãe solteira, correspondente a 5,72% dos registros realizados para o período investigado. Os filhos considerados legítimos são ao todo 1.570. Contribuem com a porcentagem de 26,28% dos assentamentos de batismo do período.

³⁶⁶**Dicionário de Sociologia**, p. 227-228. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/Sil-Unir/dicionrio-de-sociologia-52560649>. Acesso em 25/06/2016.

³⁶⁷OSBORNE, Richard. **Dicionário de Sociologia**, p. 44. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/richard-osborne-dicionario-de-sociologia-pdf.html>. Acesso em 25/06/2016.

Considerando a narrativa descrita nos assentamentos de batismo, percebe-se a importância dos proprietários de terra, bem como a diversidade profissional e mão de obra presente no lugar: fazendeiros, juízes, coronéis, escrivão, lavradores, alfaiates, sapateiros, pedreiros, professores, desembargador, costureira, boticários, parteiras, marceneiros, entre muitos que apresentam por sua existência e prestação de serviços, as características de uma sociedade proprietária de terras acostumada aos luxos e novidades dos grandes centros da época, isto aliada a uma boa estrutura administrativa.

Outro aspecto a ser considerado é a influência religiosa dos padres na formação das células urbanas. Isto porque, urbanizar os Sertões mineiros é fator que motiva a salvação das almas e difusão de um modelo cultural de sociedade. Nesse contexto, o poder da cultura católica se torna tão marcante que reflete nos nomes usados pela sociedade. Nos 5.974 registros catalogados, foram encontradas 1002 pessoas registradas com o nome de Maria (mãe de Jesus) e 403 pessoas registradas com o nome de José (pai de Jesus), além de nomes como Anna e Joaquim (avós de Jesus). Completa a marca da influência religiosa os muitos registros de nomes como Antonio, João e sobrenomes como Encarnação, Assumpção, além de Anunciação e dos Anjos. Desta forma, encontra-se nos registros exemplos como o de Silvestre³⁶⁸, batizado com 1 mês de idade, filho legítimo de Francisco de Salles Affonço e de Joaquina Candida de Jesus. Este teve como padrinhos Daniel José Lizardo e Delfina de São Joaquim. A regra se aplica aos filhos de casamento não legitimados pela Igreja, assim como aos filhos(as) de mãe solteira e membros das demais categorias sociais apresentadas. Como é o caso de Antônio³⁶⁹, batizado com 3 meses, filho de Maria Thereza de Jesus, apadrinhado por João Rodrigues de Faria e Thereza Maria de Jesus. Registros deste teor, com sobrenomes de aparente influência religiosa, ocupam a quase totalidade dos encontrados nos livros.

O gráfico nº 1 apresenta a Sociedade Civil Livre e o comparecimento de crianças levadas por seus pais e/ou apenas das crianças levadas por suas mães na Igreja Católica para recebimento do sacramento de batismo durante o período verificado (1866-1900)

³⁶⁸Registro nº 67, fls 17 de 13/03/1867 – Livro de registro de batismos nº 01.

³⁶⁹Registro nº 143, fls 36 de 12/11/1867, loc. Cit.

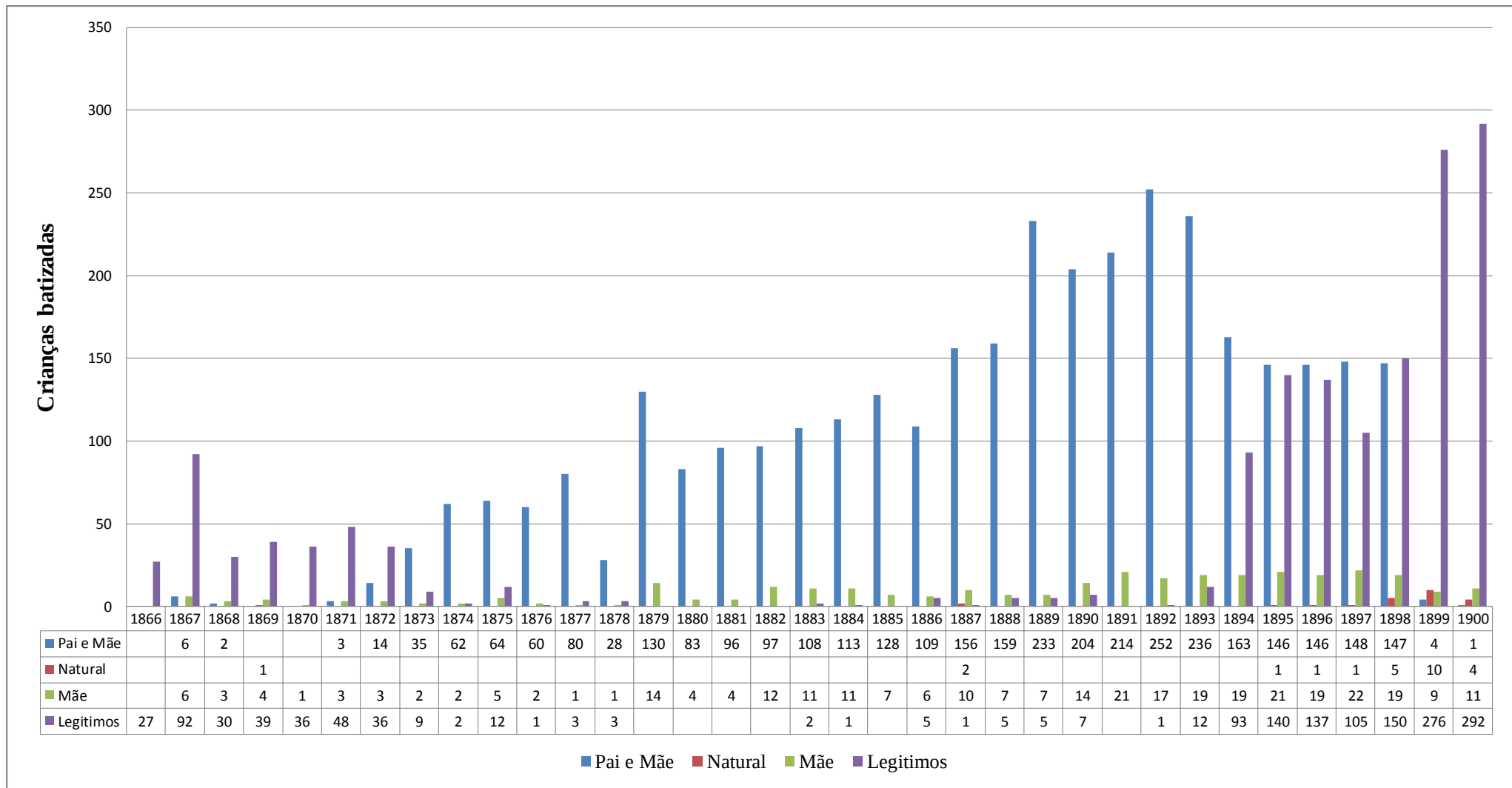


Gráfico 1

Sociedade Civil Livre (1866 a 1900)

Fonte: Registros de batismos da Freguesia de Santo Antonio do Muriahé (1866 a 31/12/1900). Atual cidade de Mirai - Minas Gerais.

4.2.2 – A Sociedade Escrava (Santo Antônio do Muriahé)

A sociedade escrava e ex-escrava comportam 7,85 % dos batismos para o período de 1866-1894, data do último registro apresentando referente à condição jurídica da dos pais, conforme se apresenta no gráfico de nº. 2, da página seguinte. Durante o período averiguado, foram encontrados 465 registros de crianças, filhos (as) de escravos, libertos ou de ex-escravos. Deste montante, 112 crianças são filhos (as) naturais de pai e mãe, sendo também filhos(as) de uniões matrimoniais estáveis não legitimados pela Igreja Católica. Os filhos (as) naturais de mãe escrava solteira somam 247 registros. Os batismos³⁷⁰ de filhos (as) considerados legítimos, de pais com união matrimonial aceito pela Igreja Católica são ao todo 17 crianças. Ainda, segundo Jeovania Silva do Carmo:

Cabe ainda deixar claro que nos registros de batismos não constavam os sobrenomes das crianças batizadas. Há sempre o primeiro nome da mãe, e apenas alguns nomes de pais foram registrados. No entanto, sempre constam o nome e sobrenome dos senhores e dos padrinhos das crianças, as quais eram mantidas, de certa forma, ligadas aos senhores dos pais, o que se deduz ser um artifício da lei para que os patrões (fazendeiros, senhores de engenhos) não perdessem seus trabalhadores.³⁷¹

Também, de acordo com a Lei Rio Branco, conhecida popularmente como Lei do Ventre Livre, de 28/09/1871, assinada pela Princesa Isabel:

Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre. § 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do estado uma indenização, ou de utilizar-se dos serviços do menor até 21 anos de idade completos (BRASIL, 1871 - Art. 1.º)

Dessa maneira, as crianças batizadas em liberdade, a partir da promulgação da Lei Rio Branco, são: 8 filhos (as) com pai e mãe; 17 crianças, filhos (as) de mãe solteira; 2 filhos de escravos com liberto (a). Destes 27 batizados livres, sem qualquer ônus de acordo com a Lei de 1871, sendo os mesmo filhos (as) de mãe parda (4 crianças), mãe preta ou criolla (17 crianças) e crianças com pai e mãe (6 crianças). Os filhos (as) de ex-escravos em união estável reconhecida pela Igreja Católica são 25 crianças, e por fim 30 crianças filhos (as) de mãe solteira, ex-escravas, batizadas após a promulgação da Lei.

³⁷⁰ Levando em consideração os pais e mães das crianças batizadas, encontrou-se 830 escravos para o período.

³⁷¹ CARMO, Jeovania Silva do. **Livro de Batismo de Filho de Escravos da Chapada Diamantina**. Edição e Estudo, p. 5 [http://www.josepereira.com.br/~simelp_anais_simposio1112\].pdf](http://www.josepereira.com.br/~simelp_anais_simposio1112].pdf). Acesso em 20/10/2015.

Crianças Batizadas

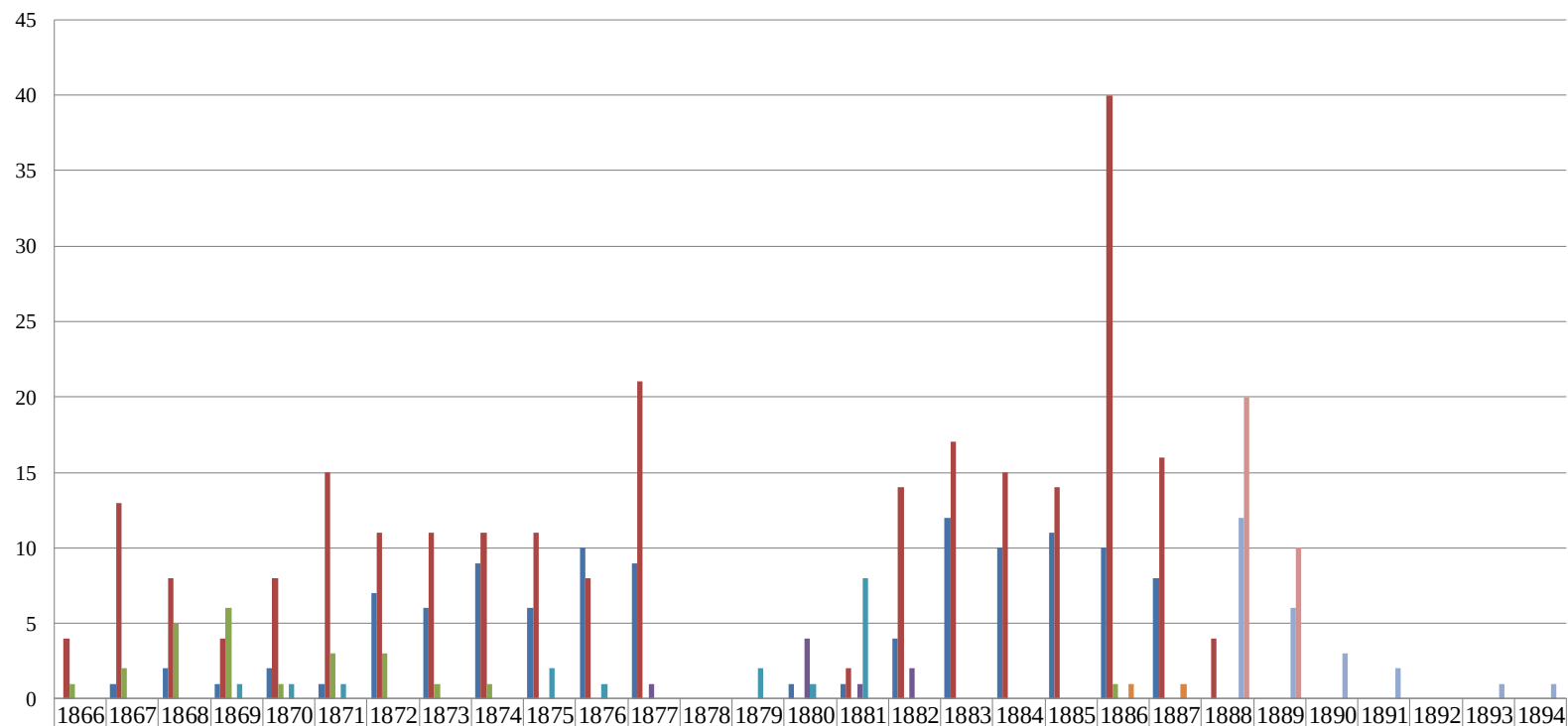


Gráfico 2
Sociedade Escrava e ex-escrava (1866 a 13/05/1894)

Fonte: Registros de batismos da Freguesia de Santo Antonio do Muriahé (1866 a 31/12/1900). Atual cidade de Mirai - Minas Gerais.

4.2.3 – A marca dos indígenas (Santo Antônio do Muriahé)

A presença de indígenas no território de Santo Antônio do Muriahé, sociedade do antigo Arraial do Brejo³⁷² é evidenciada duas décadas após o início de sua formação e da construção da Igreja pelos registros de batismo. Aparentemente de proporção pouco representativa se comparada ao volume de registros como os filhos naturais, escravos e legítimos, a presença dos indígenas está registrada entre o período de 1866 a 1893, estando ausentes entre 1894 e 1899 e retornando pela última vez em 1900.

Os batismos da Freguesia de Santo Antônio do Murihaé referentes aos indígenas somam um total de 135 registros da etnia dos Puri e 3 da etnia dos Croato³⁷³ em um universo de 5.974 assentamentos. Além dos registros de crianças indígenas batizadas, foram encontrados 9 apadrinhamentos indicando a etnia dos casais, sendo 7 madrinhas e 2 padrinhos da etnia Puri. Existem também, 11 casais escravos, sendo 6 escravos e 5 escravas; 1 casal de padrinhos libertos; 1 padrinho português e três madrinhas da etnia Puri. Destes apadrinhamentos, chamam a atenção dois registros de batismos que possuem como padrinhos casais compostos por escravos e madrinhas indígenas da etnia dos Puri.

As famílias que mais apadrinham crianças indígenas entre 1866 – 1889 são os membros da família Resende (Rezende) e Fonceca (Fonseca), proprietários de terras na região, com 13 e 17 apadrinhamentos respectivamente.³⁷⁴ A sociedade indígena registrada nos assentos de batismo se compõe de 8 filhos (as) de pai e mãe, não casados na Igreja Católica; 117 filhos (as) de mãe solteira da etnia Puri, e 2 índios, filhos (as) legítimos de pai e mãe. Inserem-se nesta sociedade os filhos (as) batizados e com identificação étnica miscigenada, os caboclos. Os filhos (as) considerados caboclos se alinham aos demais membros da sociedade indígena, assim possuímos 4 filhos (as) de caboclo de união estável e 7 filhos de mãe cabocla solteira, do total dos 138 registros de batismos de indígenas encontrados para o período consultado de 1866 a 1900.

³⁷²O “Brejo”, como fora conhecido em sua formação após a compra e doação de 10 alqueires de terra da fazenda das Três Barras em honra ao Oráculo de Santo Antônio em 1852. Cf. MOREIRA, Fernando Ciribelli. Op. Cit. 2013, p. 71. A localidade foi também conhecida em seu período rústico como “Brejo de Santo Antônio”

³⁷³Os indígenas Croato aparecem juntamente com os registros dos Puri no primeiro livro de batismo, entretanto, o registro de índios Croato não são transferidos para a cópia do livro de batismo original. A cópia do livro feita traz com a mesma denominação de nome da mãe e criança um novo identificador étnico. Nos termos onde havia registrado o indígena Croato, verificou-se o registro do identificador étnico Puri.

³⁷⁴Embora em algumas localidades tenha existido a prática de incorporação dos indígenas como membros da família através do casamento ou adoção de crianças índias por parte dos fazendeiros, este é um caso tido como raro para a região de Mirai, carecendo o fato de pesquisas.

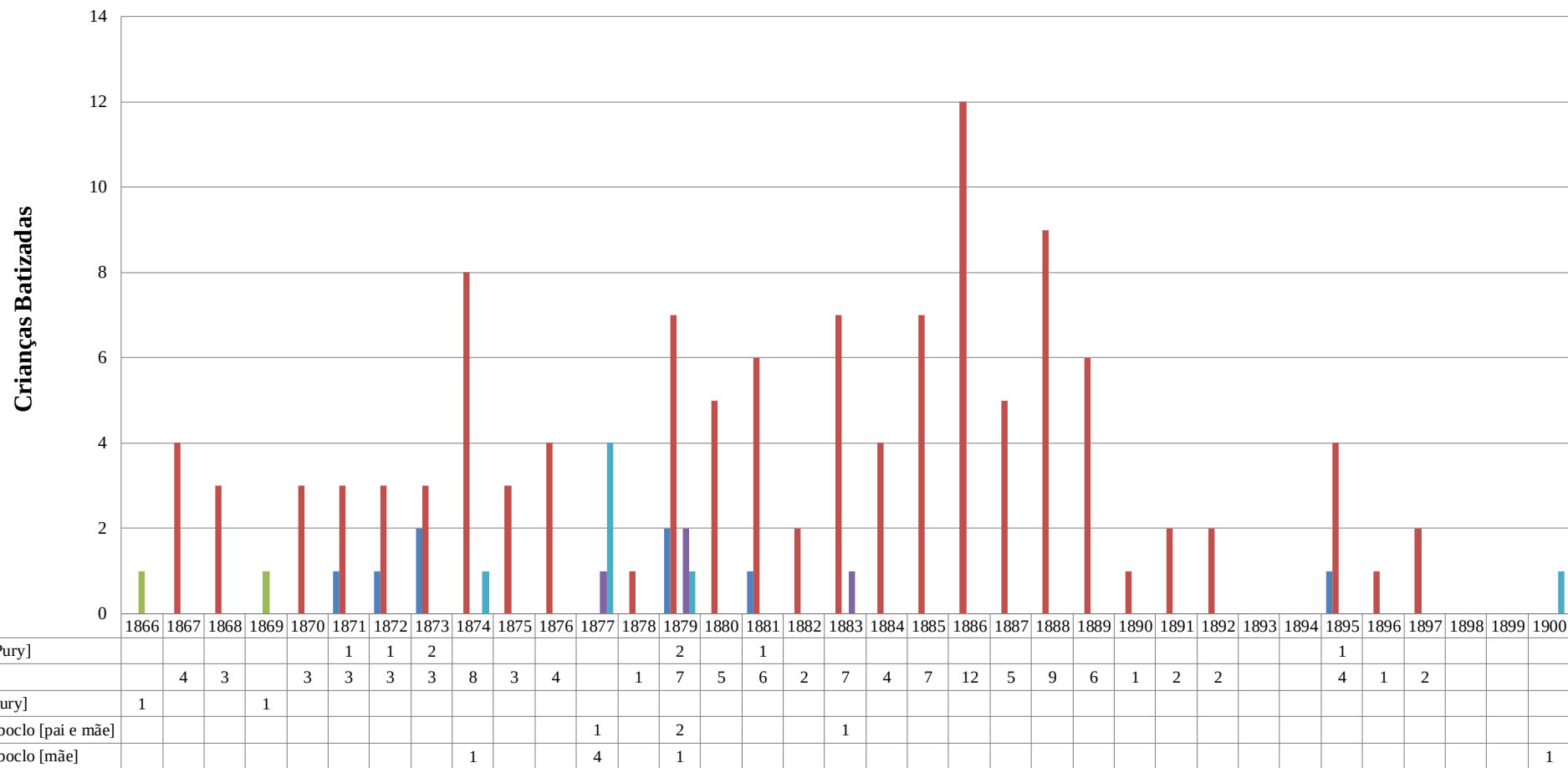


Gráfico 3

Sociedade Indígena Puri

Fonte: Registros de batismos da Freguesia de Santo Antonio do Muriahé (1866 a 31/12/1900). Atual cidade de Mirai – Minas Gerais. Insere-se na tabela a sociedade indígena mestiça (cabocla).

Do batismo de Firmino, filho dos índios Puri Antonio e Rita, realizado na Capela de Santo Antônio do Muriahé, no dia 11 de novembro de 1866, passando pelo momento de imposição dos óleos na indiazinha Silvina, filha de Maria puri, batizada na fazenda Barro Branco, no dia 17 de dezembro de 1883, pode-se evidenciar a transformação imposta pela influência religiosa e cultural do período pós-ocupacional da região, quando no apagar das luzes do século XIX encontramos o termo do batismo de Agostinho, criança ungida e batizada no dia 08 de setembro de 1900. Agostinho é filho de Umbelina, descrita no registro de batismo pelo termo genérico de “cabocla.” A resistência da sociedade indígena Puri e sua transformação cultural imposta pelo tempo, podem ser observadas nos gráficos a seguir (gráficos nº 4 e nº 05, p. 92-93).

É notório observar um último detalhe de “Registros Diversos” presente na sociedade civil livre durante o período compreendido entre a fundação do Arraial, com o início dos registros de batismos e o período vigente da escravidão no Brasil. Existem 17 assentamentos de crianças consideradas órfãs; 1 registro somente com o nome dos padrinhos; 7 registros somente com o nome do pai, sem justificativa da ausência do nome da mãe e 7 assentamentos, sendo de crianças expurgadas ou enjeitadas.

Por fim, chama a atenção os registros de crianças batizadas idêntico aos dos indígenas. Os livros de batismo apresentam um montante de 60 registros de batismo de crianças, filhos (as) de mães que possuem apenas o primeiro nome. Não raro, sendo estes nomes algumas vezes compostos, porém todos sem o sobrenome de família conforme o exemplo da planilha 01 e do gráfico nº 4 (página 93), a seguir.

Lº	fls	Registro	Nome	Nascimento	Batismo	Pai	Mãe
1	9	34	Domeciano	3 meses	02/01/1867	-	Maria Ignácia
1	48	190	Francisco	1 mês	20/09/1868	-	Maria Luiza
1	90	359	Umbelina	05/08/1871	20/08/1871	-	Maria
1	101	402	Cândida	23/03/1872	27/04/1872	-	Luciana
4	8	59	Josepha	17/08/1874	26/09/1874	-	Ignêz
1	313	1209	Francisco	04/03/1878	20/06/1878	-	Januária
3	9	36	Rita	12/01/1885	23/01/1885	-	Ambrozina

Planilha 01

Registros de batismos de filhos (as) de mães sem sobrenome de família. **Fonte:** Registros de batismos de Santo Antonio do Muriahé (1866 a 31/12/1900) Cidade de Mirai – Minas Gerais

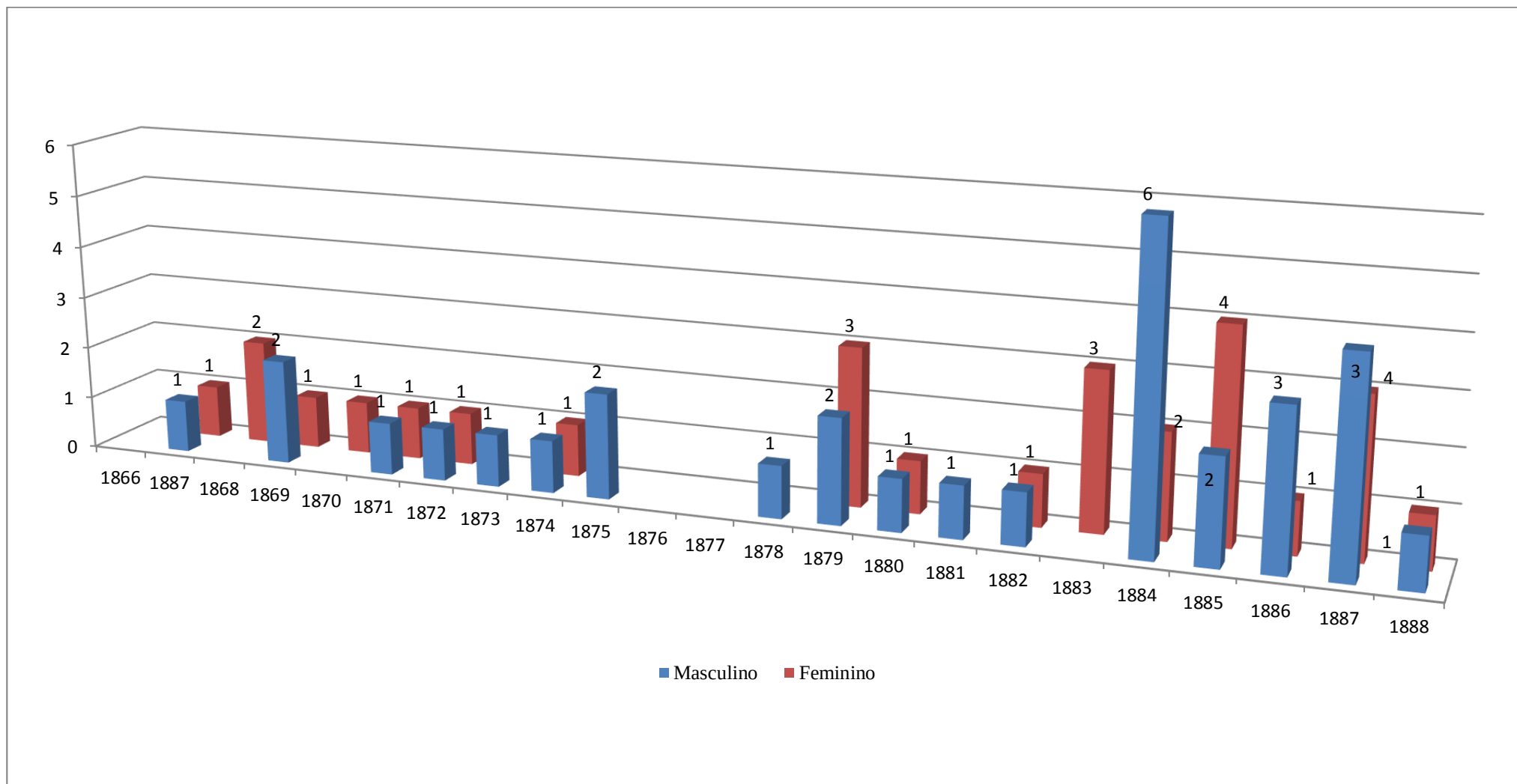


Gráfico 4

Filhos de mães solteiras sem o sobrenome de família

Fonte: Registros de batismos da Freguesia de Santo Antonio do Muriahé (1866 a 31/12/1900). Atual cidade de Mirai - Minas Gerais.

Filhos batizados somente pela mãe solteira sem o sobrenome de família ou filhos órfãos de pai e mãe. (1866 a 05/05/1888).

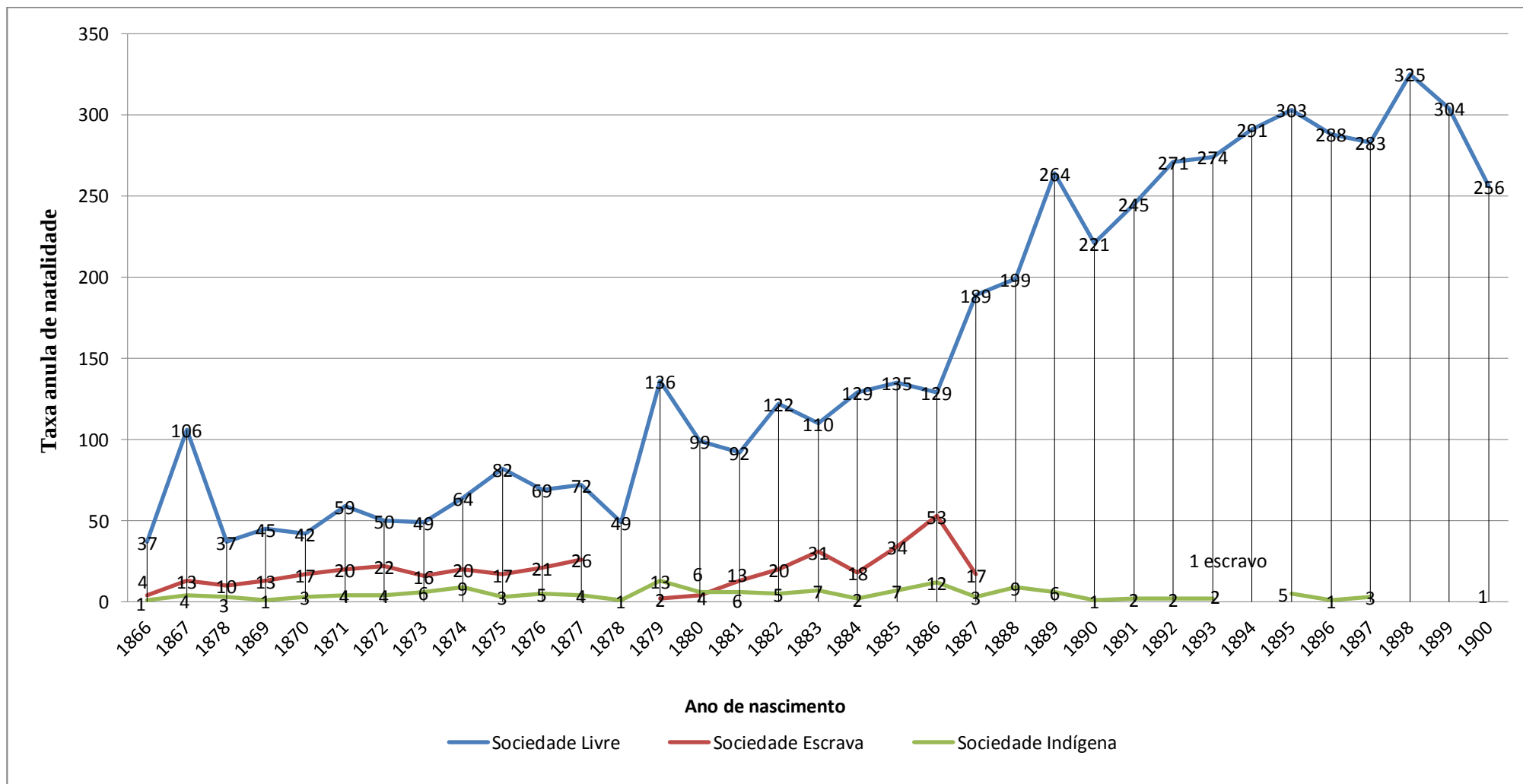


Gráfico 5

Taxa de natalidade anual – de acordo com a data de nascimento

Fonte: Registros de batismos da Freguesia de Santo Antonio do Muriaé (1866 a 31/12/1900). Atual cidade de Mirai - Minas Gerais.

Nota-se a continuidade da população indígena ao longo de todo o período de levantamento realizado.

4.2.4 – As revelações dos registros de batismos

Trabalhos realizados com análises de fontes primárias acabam proporcionando novos olhares.³⁷⁵ As múltiplas possibilidades de investigação surgem de questionamentos realizados. Assim, as fontes possuem a capacidade, por vezes, de deixarem estáticos os seus pesquisadores, contudo se deve ter o equilíbrio necessário para novas abordagens. Dessa forma, é que se percebe lacunas para novas descobertas e, entre as muitas dúvidas que ainda poderão ser colocadas no futuro, cabe ao pesquisador, minimamente, apresentar o que viu e percebeu em suas análises. Suas dúvidas, em muitos casos, não resultarão em soluções de problemas, mas aguçar a curiosidade de outros investigadores.

Assim, intenciono apresentar lacunas observadas e questionamentos levantados durante o processo de catalogação e apreciação dos dados encontrados nos registros de batismos. Na verdade, são duas as lacunas: a ausência dos sobrenomes de família nas mulheres que batizaram seus filhos (as), e a pouca presença do elemento indígena masculino, embora em algumas raras oportunidades ele tenha se apresentado nos registros de batismos. Demonstro, primeiramente, as evidências deixadas pela ausência dos sobrenomes de família nas mulheres.

Conforme apresentado anteriormente na página 92, existem registros de filhos (as) com mães sem o sobrenome de família. Estes registros possuem exatamente o mesmo teor dos registros de batismos das crianças indígenas e/ou escravas. Há quem possa entender que essas pessoas eram apenas andarilhos, contudo não se pode ignorar a existência de uma Aldeia indígena nos arredores das divisas da localidade³⁷⁶ e há que se considerar a Lei Rio Branco de 1871, que regulamentava os registros de batismos e óbitos dos escravos, como observado no seu inciso 5º, onde determina que “os párocos serão obrigados a ter livros especiais³⁷⁷ para o registro do nascimento e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000.”³⁷⁸

³⁷⁵Não desconsidera-se aqui as possibilidades de análises das fontes secundárias, contudo entendemos no caso deste tipo de material, maior tendência a uma literatura de revisão.

³⁷⁶MOREIRA, Fernando Ciribelli. Op. Cit. 2013, p. 76-77.

³⁷⁷No caso de Santo Antônio do Muriaé, não foi localizado livro especial de batismo. Apenas o livro nº 02 de nascimento, e que aparentemente foi iniciado observando essa prerrogativa da Lei Rio Branco. No livro de batismo nº 02, os registros de escravos ocupam da página 01 à página 34. Exceção dos registros 1 e 2, fls 01; registro 82, fls 21; registro 111, fls 28; registro 125, fls 332. (Grifo meu).

³⁷⁸CARMO, Jeovania Silva do. Op. Cit. Estudo, p. 5. O valor da multa corresponde a cem mil réis.

Após esta breve observação da Lei Rio Branco, apresento a primeira questão percebida no silêncio dos registros de batismos: o das mulheres sem sobrenome de família. Caso fossem escravas essas mulheres, a Lei Rio Branco teria atribuído à Igreja de Santo Antônio do Muriaé uma vultosa multa de 6:000\$000³⁷⁹ para o período analisado de 22 anos por não ter sido colocado no registro nome dos proprietários, o que qualifica a condição jurídica da mãe. Considera-se relevante a observação uma vez que as evidências encontradas nos registros indicam que os párocos da época obedeceram na íntegra o inciso 5º da lei nº. 2.024 de 1871, já mencionada. E seria minimamente curioso entender que contrariaram a lei, deixando de inscrever 60 cativas no período de 1866 - 1888.

Mediante as considerações realizadas para o teor dos registros de batismos e a conjuntura político-econômica da época, levantou-se a dúvida: quem são esses filhos (as) de mães solteiras, sem o sobrenome de família? Seriam eles, filhos (as) indígenas ou caboclos inseridos na Sociedade Civil Livre? Caso pudesse adicionar estes 60 registros aos 138 registros de indígenas e caboclos identificados, passaria a possuir os dados coletados um contingente populacional de filhos (as) indígenas encontrados de 198 crianças.³⁸⁰

A segunda lacuna que pretendo evidenciar é o silêncio dos índios adultos de sexo masculino. As fontes de batismo encontradas corroboram com as observações de Ciro Flamarion e Hector Pérez (2002). De acordo com os autores “é possível distinguir os nascimentos femininos e masculinos, calculando a relação de masculinidade: número de nascimentos femininos em um ano dado; a referida relação é, em geral, de 105%, aproximadamente.”³⁸¹

Foram encontrados 117 registros de batismo de indígenas da etnia dos Puri³⁸² e nestes registros, localizou-se índios adultos de sexo masculino apenas em duas uniões legítimas e oito uniões estáveis. O grande vazio dos documentos de batismo é essa ausência de índios de sexo masculino nos registros. Lógico que a cultura indígena desconhece os ritos

³⁷⁹Seis contos de réis. O valor é considerável para a época. Como exemplo, analisando os dados para os maiores volumes de riqueza encontrados nos inventários post-mortem da Comarca de São Paulo do Muriaé (1860-1888), Período em que Santo Antônio do Muriaé pertenceu à Comarca, percebeu-se que os valores dos 61 inventários post-mortem apresentam para o período um monte-mor de 605:725\$216 (seiscentos e cinco contos, setecentos e vinte e cinco mil e duzentos e dezesseis réis). Deste total 48,71% provém da posse de cativos, em relação à terra e à lavouras de café.

³⁸⁰Somadas às mães, teremos uma população de 396 indígenas.

³⁸¹CARDOSO, Ciro Flamarion S. CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Os Métodos da História**. Ciro Flamarion S. Cardoso e Hector Perez Brignoli: tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2002, p. 117. Grifo dos autores.

³⁸²Nesta análise não considerou-se os caboclos relacionados nos documentos.

religiosos da Igreja Católica, contudo, ele se torna um contingente populacional oculto na sociedade, e novamente percebo que este é um dado estatístico que não pode ser ignorado, uma vez que provavelmente existiu nestas florestas e arredores das matas um contingente populacional indígena masculino.

Contrapondo a perspectiva encontrada nos registros de batismo, foram localizados na pesquisa de campo descendentes que possuíram um avô ou bisavô índio.³⁸³ Dessa forma, a ausência de indígenas adultos do sexo masculino nos registros de batismos não deve, portanto, ser ignorada, uma vez que existem as suas evidências nas duas temporalidades: no passado e no tempo presente. Ademais, não se pode considerar a existência de uma sociedade humana cujo gênero seja unívoco, sem a diferenciação genética que possa tê-la ajudado a perpetuar-se ao longo do tempo e da história.

Assim, tomando por base a existência de uma Aldeia indígena nos limites da localidade e a relação de masculinidade de Cardoso e Perez (2002), e mesmo possuindo os rasos e raros dados destes indivíduos nos documentos de batismo analisados e suas evidências do presente, percebo a possibilidade de haver existido, à época, um considerável contingente de índios do sexo masculino no território. Estes, silenciados em sua maioria, continuaram a viver nas matas, tendo seus filhos que mais tarde seriam batizados pela Igreja Católica. Desta forma, levando em consideração as observações realizadas, utilizando somente os registros da população indígena encontrada, estando ajuntadas as mães sem apelido de família, teríamos: 198 crianças batizadas com as suas respectivas mães. De acordo com Cardoso e Perez (2002), a taxa de nascimento para masculinidade é de 105% em relação aos nascimentos femininos, desta forma possuiríamos minimamente 100 índios do sexo masculino para o período pesquisado. Somado o resultado, teremos uma população índia de 496 indivíduos no local.

Dessa forma, após a exposição destas observações relacionadas à população indígena possivelmente silenciada nos registros, tomo novamente impulso em Le Goff (1996), para afirmar a importância desses documentos de batismos como monumento da sociedade miraiense. Através de suas páginas, e de novas abordagens, existe a oportunidade de reconsiderar a história e permitir que estes índios possam ocupar o seu lugar na construção da paisagem e da identidade do local. Neste sentido, deve-se permitir que seus descendentes dialoguem com o tempo histórico através de suas lembranças.

³⁸³Roteiro de entrevista semi-estruturado de nº 11; nº 17; nº 18; nº 22; nº 27 e nº 42.

Capítulo 5

Fragmentos Culturais e Memória dos Indígenas Puri

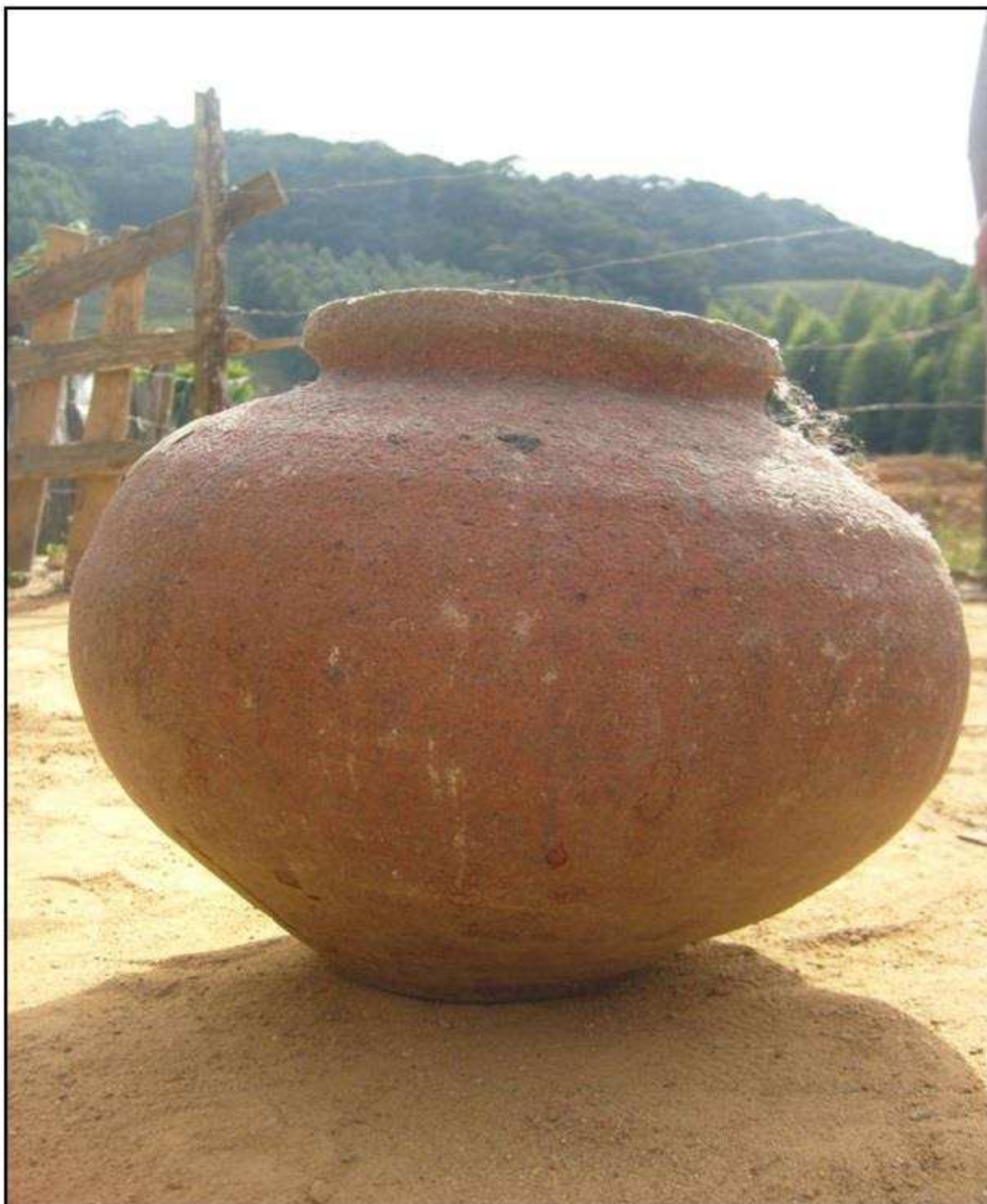


Imagem 6³⁸⁴

³⁸⁴Pote de barro feito por índios Puri. A peça possuía alça lateral e tampa, quebradas e perdas. Único artefato encontrado durante os levantamentos preliminares para a realização deste trabalho de pesquisa. O pote, que segundo a família tem mais de 150 anos pertenceu a seus bisavós, índios Puri que habitavam a localidade. O artefato encontra-se atualmente no acervo do laboratório de História da FASM/Muriaé. Foi doado pela família para estudos acadêmicos, conforme documento que acompanha a peça.

5. 1 – Mirai, perdido no tempo

Meu Mirai que eu não me esqueço/Berço da minha geração/Lugar melhor eu não conheço/Quanta saudade no meu coração/Do mulecote bem vadio/Ai, que vontade que me dá/De me jogar naquele rio/Na cachoeira ou no Maricá/Lá na lavoura da Braúna/Como é bonito recordar/Mais parecia uma graúna/Meu velho pai a cantar, a cantar (...)³⁸⁵

A cidade de Mirai, frutos dos cafezais possui importante acervo cultural em suas casas e prédios, retratando o ciclo do café na Mata mineira, ocasião em que Mirai era o quarto produtor da rubiácea em Minas Gerais, e vivia intensa vida social, econômica e política. A arquitetura estampada nas construções tem influência francesa, seguindo o estilo neoclássico, mostrando a pujança dos “cafezitas” que em suas festas, encomendavam o buffet na confeitaria Colombo do Rio de Janeiro.³⁸⁶

Embora tenha decorrido décadas da caracterização presente nos fragmentos de epígrafe, a cidade possui peculiaridades que a depositam entre o passado e o presente. Situada entre montanhas, Mirai possui aspectos das pequenas cidades do interior das Minas Gerais, onde vivem atualmente 13.808 habitantes.³⁸⁷ Sua paisagem bucólica, tem as marcas das plantações de café. Apesar da variada industrialização³⁸⁸, parte de sua economia é sustentada pela produção agropecuária e agrícola das fazendas da localidade, algumas cantadas em versos que vislumbram paisagens sentimentais dos tempos das bisavós Puri, a exemplo da Fazenda da Braúna. Elas, índias agregadas à fazenda prestavam serviços de domésticas e por vezes se casaram para fugir da vida penosa dos casarões e muito embora tenham se livrado dos laços de seus padrões e famílias adotivas, permaneciam na roça onde formavam suas famílias. Porém, nos últimos 50 anos, boa parte destas gentes se mudaram do campo na expectativa de uma vida melhor, e trazendo seus costumes se mesclando às gentes da cidade.

Contudo, mesmo com o êxodo rural, pouca coisa foi modificada pelo tempo e embora boa parte das moradias e lugarejos estejam servidos com luz elétrica, a presença dos eletrodomésticos não retirou aspectos peculiares dos moradores, muitos descendentes Puri, que nasceram e vivem no local. Nestas localidades, a vida continua passando devagar, à brisa fresca de uma região de montanhas. O município possui extensa área rural, recortada em fazendas e sítios, que atualmente proporciona boa parte de sua economia através da pecuária.

³⁸⁵Música: **Mirai**. Composição de Ataúlfo Alves.

³⁸⁶**Dossiê de Tombamento da Prefeitura Municipal de Mirai**. Histórico do Município, 2005.

³⁸⁷**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=314220>. Acesso em 25/06/2016.

³⁸⁸Embora de porte pequeno, a cidade possui uma fábrica de fiação e tecidos, laticínios de médio e grande porte, fábricas de material plástico, serralherias, fábrica de doces, confecção e um variado comércio de secos e molhados com produção própria.

No território de Mirai, existem alambiques de aguardente e a produção de arroz, feijão, milho, cana de açúcar, batata, bananas e várias outras frutas, legumes e variados tipos de cereais. É também a zona rural do município, grande produtora de minério de bauxita, explorado do rico solo de onde é retirado a média de 3 milhões de toneladas/ano.³⁸⁹

No Distrito de Dores da Vitória, destaca-se a Igreja de Nossa Senhora das Dores, construída em meados do século XIX e elevada à Curato Eclesiástico em 1863, ganhando a categoria de Paróquia em 1874.³⁹⁰ Construção simples, em terreno doado por Maria Victória Benfica da Silva Xavier, pertencente à família de Tiradentes.³⁹¹ Completa a paisagem rural, topos de morros cobertos por capoeiras da Mata Atlântica, vales regados por córregos e casas: construções rústicas situadas nos pastos, à beira da estrada ou escondidas em meio à “boca da mata” nos chamados grotões onde seus proprietários criam galinhas e porcos, possuindo, por vezes uma pequena horta para subsistência. Vivem coletando gravetos caídos das árvores e cozinhando à moda antiga. Preparam sua alimentação em fogões à lenha feitos com barro, costumeiramente ornamentados de varais com defumados caseiros. Queijos, rapaduras e quitutes completam a lista da simplicidade.

No ambiente urbano o bucolismo cede espaço para um traçado imponente, com ruas largas e calçamentos com pedras paralelepípedos que misturam tradição e vida simples. Mirai, perdida no tempo. Seu centro histórico apresenta a atmosfera de seu passado que pretendia acompanhar a modernidade apregoada pelas elites do XIX. Casarões emolduram o desenho do centro da cidade³⁹², verdadeiras jóias arquitetônicas em estilo eclético que ainda refletem os tempos áureos do café. Amostra do poder dos cafeicultores da localidade, que no início do século XX produziam 500.000 mil arrobas de café.³⁹³ Na praça central, ao lado do prédio da Igreja, encontra-se desativado o prédio do antigo Cine Mirahy, inaugurado no início do século XX: na época uma sala de cinema elegante, para uma sociedade exigente e acostumada aos luxos e requintes vindos da Europa, ainda que fosse para um Distrito. Junto à Igreja Matriz de Santo Antônio e ao prédio do cinema, mais cinco residências, compõem o

³⁸⁹Exploração realizada pela CBA – Cia Brasileira de Alumínio.

³⁹⁰MOREIRA, Fernando Ciribelli. Op. Cit. 2013, p. 241.

³⁹¹MOREIRA, Fernando Ciribelli. Ibidem, loc. Cit.

³⁹²Toda a parte baixa é considerada Centro. Estas construções encontram-se dispersas pela cidade e possuem estilo de época, a grande maioria pertencem ao período entre 1920 e 1960.

³⁹³O Jornal “Mirahy”, durante seus 17 anos de existência até a data da lei nº 119, trazia em sua primeira folha, impresso em um quadro afixado do lado superior direito: “Mirahy – districto do município de Cataguazes, tem 20.000 habitantes, 1.100 eleitores, exporta 500.000 mil arrobas de café, beneficiado em 19 machinas que há no districto”.

conjunto arquitetônico principal no entorno da praça.³⁹⁴ Cenário que sobrevive apesar da descaracterização de paisagem ocasionada pela expansão urbana nos morros e encostas da localidade e de construções com estilo Modernista, que invadiram a cidade com seus jardins e fachadas de traçado geométrico.

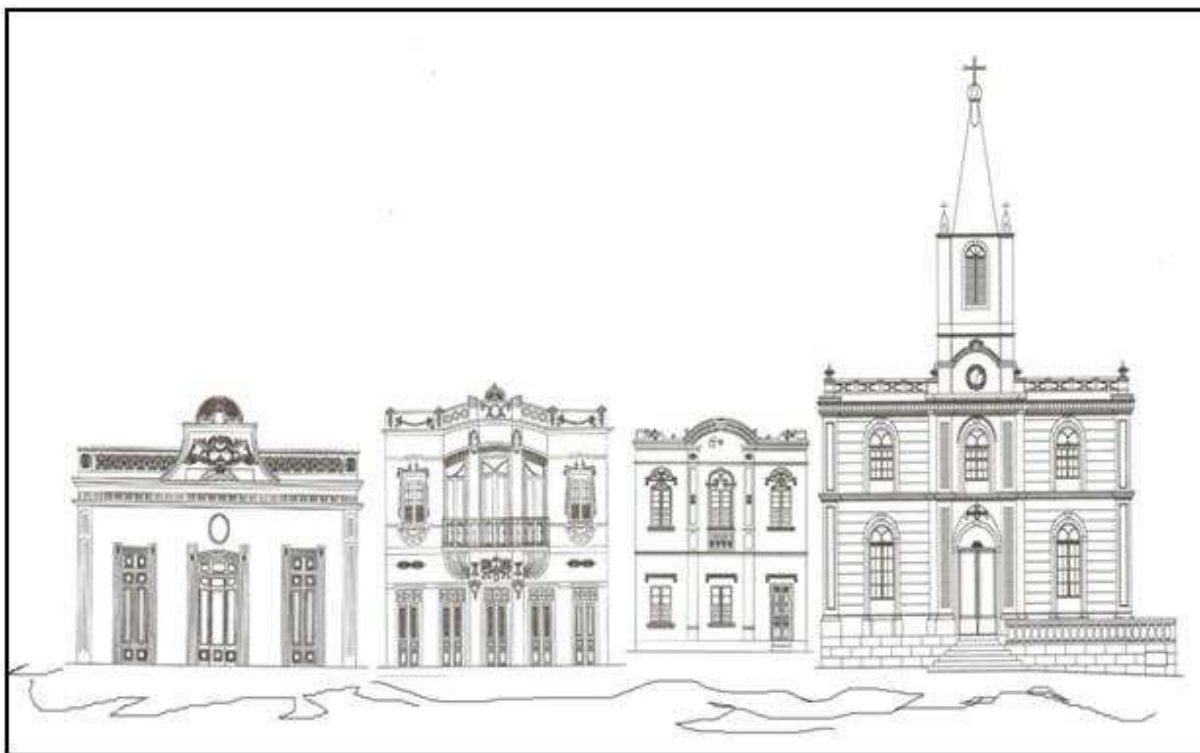


Imagem 7³⁹⁵ - Conjunto arquitetônico no centro da cidade de Mirai

A antiga estação do trem, Estação Leopoldina, é outro cenário de memória da sede do Município. Desativada na década de 1970, transformou-se em estação rodoviária na década de 80 e manteve seu estilo de época com algumas modificações. Para suas reformas, foram aproveitados partes do antigo telhado com braços de ferro que podem ser vistos no encalhamento coberto por telhas francesas. Portas de madeira com trancas e puxadores fundidos em metal, completam a riqueza dos detalhes junto a janelas de madeiras e soleiras de

³⁹⁴Da esquerda para a direita: Antigo Cine Mirahy, Sobrado do Bar Vitória, Casa Paroquial e a Igreja Matriz de Santo Antônio. Todas as construções em estilo eclético, possuindo a fachada da Igreja também características Português Colonial. Falta no desenho, a imagem de Santo Antonio em cima da Casa Paroquial. Desenho de minha autoria, criado para abertura de processo de Tombamento do Patrimônio Histórico pela prefeitura Municipal de Mirai, no ano de 2005. Os desenhos foram feitos separadamente tendo sido montada esta apresentação. Aqui não estão presentes os prédios que compõem o conjunto do lado oposto da praça.

³⁹⁴Uma das residências situa-se na rua Júlio de Carvalho, adjacente à praça. Existem ainda outras construções da mesma época, contudo na época do levantamento para o processo de Tombamento no ano de 2005, seus proprietários não aceitaram o processo de Tombamento pela Prefeitura Municipal.

³⁹⁵A Estação foi inaugurada em 1906. Pertencia a The Leopoldina Railway Company Limited, London, por compra feita ao Banco da República do Brasil, tendo sido batizada pela Companhia de Ramal Mirahy.

pedras. Frente à antiga Estação, uma pequena praça acompanhando o estilo de época contendo um busto em homenagem ao poeta Ataulfo Alves.

Na cidade, cheia de belas paisagens, ainda é possível mergulhar nas águas do Maricá: rua sem saída, conhecida pelos moradores como Beco do Maricá, que dá fundos com o rio Fubá. Um dos muitos espaços tradicionais associados aos velhos tempos. Lembrança da época que se juntam aos espaços de comércio, onde nos finais de semana os seus moradores mais velhos reúnem-se privilegiados por memórias ancoradas no tempo. O espaço mais celebrado na cidade é a rua em frente à Igreja Matriz, cercada por balaustre de pirulitos e utilizada em quermesses do mês do padroeiro Santo Antônio,³⁹⁶ ritmado pelo compasso marcado do badalar dos sinos, que cantam antes das celebrações e que anunciam a espiritualidade vivida pela comunidade miraiense. É neste cenário de memórias e de histórias que vive a gente pacata da localidade.

No sábado, pela manhã, mercado do produtor e feiras se avizinham a locais deixados ao sabor do tempo. Quitandeiros e doceiras, artesãos oferecendo produtos, a grande maioria caseiros com “sabor de antigamente”, a exemplo do queijo furadinho da roça e do cafezinho moído na hora. Aromas e sabores que não se apagam da memória e da vida cotidiana de boa parte de uma população. Costumes e tradições que permaneceram sendo passadas para as gerações mais jovens com naturalidade. Afazeres “dos antigos”, costumes praticados pelas avós(ôs), indígenas que viveram e vivem na sede do Município, ao lado de descendentes de imigrantes, em sua maioria italianos.³⁹⁷

O tempo passou, a cidade não cresceu. Continuou pequenina³⁹⁸ e embora alinhada aos problemas da atualidade, Mirai é uma cidade privilegiada, à sombra do Monte Camapuã, uma verdadeira sentinela da história que viu seus habitantes indígenas Puri se curvarem à fé católica, adaptando-se a novas configurações culturais³⁹⁹, absorvendo novos costumes na luta pela sobrevivência. Atualmente, os seus descendentes declarados vivem dispersos ocupando

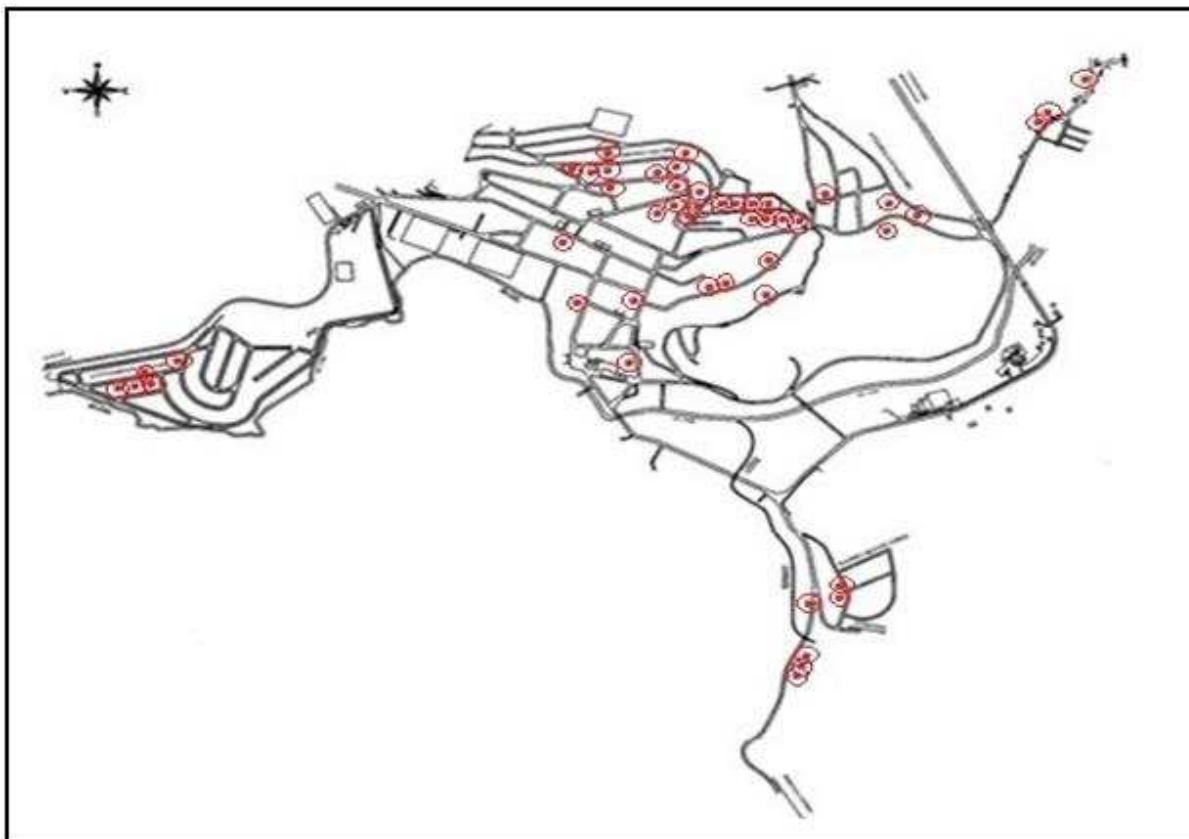
³⁹⁶Possuindo população de maioria católica, a cidade conta ainda com outras denominações religiosas estando entre elas as tradicionais Igreja Batista, Assembléia de Deus e Igreja Metodista.

³⁹⁷Os livros de registros de batismos possuem registros de imigrantes, sendo a maioria italianos. As anotações iniciam no final da década de 80 do século XIX.

³⁹⁸Alusão à música “Meus tempos de Criança”, de Ataulfo Alves: Aos domingos, missa na matriz/Da cidadezinha onde eu nasci/Ai, meu Deus, eu era tão feliz/No meu pequenino Mirai.

³⁹⁹Sobre as configurações culturais, Presotto apresenta o conceito de Ruth Benedict: “uma cultura é um modelo mais ou menos consistente de pensamento e ação (...). Não é apenas a soma de todas as suas partes, mas o resultado de um único arranjo e única inter-relação das partes, do que resultou uma nova identidade.” MARCONI, Mariana de Andrade; Zelia Neves Presotto. Op. Cit. 2007, p. 36.

vários territórios na sede municipal, como pode ser visto no mapa 3 abaixo, que representa os locais onde encontram-se os descendentes. Pertencem a diversas camadas sociais e contribuem de forma ímpar para a formação da identidade cultural da localidade, conforme será visto a seguir através dos fragmentos de histórias e memórias dos seus ancestrais.



Mapa 3 – Mapa adaptado. Dispersão dos descendentes declarados de indígenas Puri – **Fonte do desenho do arruamento:** Associação dos Municípios do Médio Rio Pomba – Muriaé. O mapa apresenta a disposição do arruamento municipal. Nele, é possível visualizar pela marcação do ponto  a dispersão dos descendentes declarados de indígenas Puri que foram encontrados e que atualmente vivem na sede do município de Mirai.

5. 2 – Descendentes declarados de Puri na cidade de Mirai

Nestas últimas partes do texto, apresentarei os fragmentos de memória e de cultura indígena Puri encontrados. Fragmentos estes, que foram colhidas a partir de depoimentos dos descendentes declarados. Ao contrário dos primeiros capítulos, nos quais utilizei de outro procedimento metodológico – analisando documentos e apresentando questões relacionadas à memória; discutindo o que de mais significativo encontrei para a configuração da questão do indígena na História do Brasil, procurando trilhar os caminhos que levaram à sua inserção na sociedade nacional – objetivo, nesta última parte, permitir, dar luz às lembranças deixadas

pelos descendentes indígenas. Para tanto, procurei descrever de forma fidedigna, como foram contadas as histórias de vida. Nesta parte, busco dar voz às sombras do passado. Evidenciando as memórias subterrâneas,⁴⁰⁰ tantas vezes silenciadas pela versão oficial da história, construída a partir do olhar unilateral da sociedade.

Participaram da amostragem, cinquenta indivíduos. Estes personagens, que considero possuírem identidade histórica, foram localizados graças a indicações da sociedade miraiense, que colaborou de forma generosa, na identificação dos descendentes de índios Puri e também na contagem realizada nos livros de batismo. Os participantes entrevistados, como se avaliou anteriormente, divergem quanto à sua ancestralidade indígena.⁴⁰¹ Nas entrevistas para preenchimento dos roteiros semi-estruturados, procurei ouvir suas experiências e as suas histórias de vida. Procurei, igualmente, ficar atento às suas emoções e lutas cotidianas que foram contadas com simplicidade, paixão e alegria, a partir das falas que indicam as reminiscências de seu passado, este sempre ligado às avós (bisavós) pegadas no laço e avôs (bisavôs) índios.

Busquei, portanto, investigar o cotidiano. Conhecer os afazeres dos descendentes indígenas e os fragmentos da cultura indígena de seus ancestrais procurando, para tanto, relacionar seus costumes da atualidade com os costumes e afazeres dos antigos indígenas Puri. Na primeira etapa desta parte do trabalho, contei com apoio de um roteiro de entrevistas previamente elaborado. O roteiro de entrevistas foi dividido em três partes: 1ª parte – Identificação e cotidiano do participante; 2ª parte – Cultura e memórias familiares dos ancestrais com ascendência indígena Puri e 3ª parte – Identidade familiar e fragmentos de saberes dos ancestrais com ascendência indígena presentes atualmente na família.

⁴⁰⁰POLLAK, Michael. Op. Cit.1989, p. 3-4

⁴⁰¹No grupo ancião três netos(as) e 1 bisneto dizem que Puri e índio são a mesma coisa, conforme roteiro semi-estruturado nº 01; nº 04; nº 41 e nº 42; ainda, cinco participantes dizem que não, índios e Puri não são a mesma coisa, sendo eles os entrevistados dos roteiros de nº 02; nº 13; nº 19; nº 27 e nº 33; Dois disseram não saber, sendo eles os roteiros semiestruturados de nº 35 e nº 43. Entre os netos(as) do grupo intermediário, cinco dizem que sim, sendo eles o nº 10; nº 17; nº 18; nº 40 e nº 48 e entre os bisnetos(as) os roteiros de nº 28; nº 45; nº 46 e nº 50 também concordam que índio e Puri são a mesma coisa. Ainda cinco netos(as) do grupo intermediário dizem que não. São eles participantes de nº 08; nº 12; nº 20; nº 31 e nº 34. Entre os bisnetos(as), oito dizem que índio e Puri são pessoas diferentes, sendo eles os participantes dos roteiros de entrevista de nº 05; nº 09; nº 11; nº 14; nº 15; nº 16; nº 32 e 39. Deste grupo, apenas uma pessoa diz não saber a relação existente entre ser índio e Puri de acordo com o roteiro semi-estruturado de nº 36. Entre os membros do grupo jovem, quatro dizem que índio e Puri são a mesma coisa. São eles os participantes de nº 29; nº 38; nº 44 e nº 47. Os demais membros jovens dizem que existe diferença entre índios e Puri, conforme foi observado nos roteiros semi-estruturados nº 06; nº 21; nº 22; nº 24; nº 25; nº 30; nº 37 e nº 49.

Dessa forma, a partir dos resultados da amostragem realizada, vê-se uma presença marcante de descendentes de indígenas Puri na cidade. Suas memórias e traços culturais, se ligam diretamente às fontes levantadas nos livros de batismos, quando afirmam que seus ancestrais viveram nessas terras – embora não sendo essas pessoas ouvidas, filhos(as) e netos(as) dos índios(as) encontrados nos registros de batismos, e caso sejam, impossíveis de se averiguar⁴⁰² devido à condição peculiar das fontes. Neste sentido Cardoso (2002) explica que “a qualidade dos registros depende muito do grau de cultura e de interesse dos padres”⁴⁰³, que para o caso dos registros de batismos encontrados na Igreja de Santo Antônio em Miraí, privilegiaram em suas anotações, detalhes de famílias abastadas daquela época.

A partir desta observação, percebe-se que uma consciência do passado mais completa envolve familiaridade com processos concebidos e finalizados. Com recordações daquilo que foi dito e feito ao longo do tempo. Com histórias sobre pessoas e acontecimentos – coisas comuns da memória e da história.⁴⁰⁴ Assim, chama atenção a condição da lembrança dividida em fatos e acontecimentos. Cenários de lembranças, que os participantes da amostragem, na maioria das vezes, retrataram sem uma sequência lógica, de acordo com Eclea Bosi (1994) esses são “pontos onde a significação da vida se encontra: mudança de casa ou lugar, morte de um parente, formatura, casamentos, empregos, festas.”⁴⁰⁵ Entre essas lembranças, o silêncio muitas vezes quer dizer algo maior, e nesse momento deve-se entender que “pensar em coisas do passado parece interferir sua existência, mas elas não existem: temos apenas uma prova presente de circunstâncias passadas.”⁴⁰⁶ Dessa forma, os descendentes indígenas revivem o seu mundo. Suas paisagens sentimentais. Permitindo que através de suas experiências, outros contemplem a trajetória do tempo na construção da história, através das reminiscências da memória herdada de seus ancestrais Puri.

⁴⁰²O teor dos registros impossibilita maiores investigações relacionado à genealogia dos declarantes, uma vez que em sua totalidade nos registros, aparece somente o nome da mãe, ou do pai e da mãe se for o caso, estes raros. Mesmo possuindo nomes dos padrinhos, estes aparecem de forma abreviada, não possibilitando também uma linha de investigação que permita buscar com segurança a família ancestral do declarante.

⁴⁰³CARDOSO, Ciro Flamarion S. Op. Cit. 2002, p. 160. De acordo com os autores: “O registro das populações mais afastadas – às vezes superficialmente convertidas – dependia de maior ou menor atividade missionária do vigário.”

⁴⁰⁴LOWENTHAL, David. Op. Cit. 1998, p. 65.

⁴⁰⁵BOSI, Ecléa. Op.Cit. 1994, p. 415. Os depoentes não raro interrompem a narrativa para retratação de momentos particulares de suas vidas. Geralmente são os momentos de grande emoção, onde se percebe através de um lacrimejar suave dos olhos o grande significado do que expressão. São por vezes, momentos que julgamos a necessidade de preservar apenas na memória e no diálogo oferecido, uma vez que a sua retratação poderia esvaziar o seu sentido.

⁴⁰⁶LOWENTHAL, David. Op. Cit. 1998, p. 67.

Mergulhado na certeza dos fatos, na solidez dos acontecimentos retratados pela lembrança, tornei-me coadjuvante na apresentação de uma narrativa que a todo instante escapava do controle.⁴⁰⁷ Neste universo de experiências, deparei-me com três realidades distintas: a dos idosos, grupo que será denominado “ancião”; a do grupo intermediário, composto por pessoas com idade entre 40 e 69 anos⁴⁰⁸; e o grupo dos descendentes mais jovens, pessoas com idade entre 22 e 40 anos.

Na próxima seção, apresento os relatos de memória desses três grupos individualmente.

5.2.1 – O Grupo Ancião dos descendentes de indígenas Puri

No primeiro caso, procurando compreender o que cada estágio de vida representa, percebi que, para os descendentes mais idosos, a vida proporcionou como já observado por Lowenthal (1998), “a necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar”⁴⁰⁹, forçando-os a “selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente.”⁴¹⁰ Um processo lento, que obrigou-me a ouvir o que não buscava e a compreender que o que resta de lembranças é uma fração que se pode considerar efêmera para o depoente, até que se encontre alguém com semelhantes lembranças.

Neste grupo, de vida simples, olhar quase sempre contemplativo e andar calmo, predomina o gosto pelas coisas do passado. Cinco de seus membros⁴¹¹ ainda caminham pela mata, no ar puro e sentido o cheiro gostoso da terra. A boa roda de conversa com os conhecidos⁴¹² e o rádio como fonte de informação⁴¹³ ainda fazem parte de seu cotidiano. Nele é que encontrou-se os maiores fragmentos de lembranças e dos costumes ancestrais relativos ao grupo original dos Puri que viviam no território da cidade de Mirai. Seus fragmentos de lembranças ainda contemplam detalhes ignorados pelas gerações contemporâneas, principalmente em relação à cultura da terra. São estas memórias ligadas ao campo do

⁴⁰⁷Como exemplo do que fala Ecléa Bosi, os impulsos da memória não obedecem à sequência lógica dos fatos contados. Apenas lembra-se. Conta-se o que vem na lembrança.

⁴⁰⁸Neste grupo intermediário, insere-se uma filha de Puri, que foi adotada, embora tenha vivido boa parte de sua infância e juventude com sua mãe biológica.

⁴⁰⁹LOWENTHAL, David. Op. Cit. 1998, p. 77.

⁴¹⁰LOWENTHAL, David. Ibidem, loc. Cit.

⁴¹¹Loc. Cit., nº 01; nº 13; nº 19; nº 35 e nº 43. A participante nº 01, possui 69 anos. Sua locação neste grupo ancião se deve a sua convivência com a avó índia, nascida na região de Dorés da Vitória, distrito de Mirai.

⁴¹²Loc. Cit., nº 01; nº 02; nº 13; nº 19; nº 35; nº 41; nº 42.

⁴¹³Loc. Cit., nº 04; nº 27; nº 43.

comportamento, dos afazeres e dos costumes que formam a identidade deste grupo, que conviveu, com exceção de um membro, junto aos seus ancestrais, os índios Puri. Desta forma, inicio as observações colocando que dos onze participantes⁴¹⁴ pertencentes às pessoas com mais de 70 anos e que residem atualmente na sede do município de Mirai, três são homens⁴¹⁵ e oito são mulheres⁴¹⁶; oito são netos(as)⁴¹⁷ e três são bisnetos(as) de Puri.⁴¹⁸

De acordo com estes descendentes, sete de seus ancestrais viviam afastados das pessoas, morando perto da mata⁴¹⁹ em construções rústicas feitas de madeira e cobertas com folhas de coqueiro ou sapé. Quatro viviam em casa de colonos⁴²⁰ nas fazendas. Do grupo ancião, uma pessoa não possui lembrança do que o ancestral indígena fazia.⁴²¹ Destes, apenas uma pessoa lembra de sua avó realizando algum trabalho com taquara (bambu) tendo aprendido a fazê-lo.⁴²² Duas pessoas possuem lembrança de seus ancestrais realizando trabalhos manuais com barro e/ou estruturas mistas de bambu e palha, no entanto, confirmou-se não saber fazer.⁴²³ Os outros membros deste grupo ancião declararam não saber fazer coisa alguma ligada a artesanato ou indumentária de quaisquer tipos de material. Seus depoimentos nos sugerem um acelerado estágio de fragmentação e perda de costumes e técnicas de saber fazer ligadas ao artesanato, por sua inabilidade de transmissão aos mais jovens.

Outro aspecto observado neste grupo de pessoas anciãs é a lembrança, de alguns de seus membros, do convívio na presença das avós benzedeiras, conhecedoras das propriedades medicinais da floresta. Duas netas⁴²⁴ e um bisneto⁴²⁵ possuíam avós benzedeiras que usavam raízes e sementes para auxiliar no processo de tratamento dos males físicos. Atualmente, somente uma das netas de Puri recorre a benzedores.⁴²⁶ A idade já avançada e os hábitos urbanos condicionam na busca por tratamentos de saúde mais usuais. Seis participantes⁴²⁷, incluindo os evangélicos, declaram não possuir benzedores(as) na família, contudo os seus ancestrais usavam raízes, sementes e cascas de árvores para auxiliar nos processos de cura de

⁴¹⁴Loc. Cit., nº 01; nº 02; nº 04; nº 13; nº 19; nº 27; nº 33; nº 35; nº 41; nº 42; nº 43.

⁴¹⁵Loc. Cit., nº 01; nº 27; nº 41.

⁴¹⁶Loc. Cit., nº 02; nº 04; nº 13; nº 19; nº 33; nº 35; nº 42; nº 43.

⁴¹⁷Loc. Cit., nº 01; nº 02; nº 13; nº 19; nº 35; nº 41; nº 42; nº 43.

⁴¹⁸Loc. Cit., nº 04; nº 27; nº 33.

⁴¹⁹Loc. Cit., nº 01; nº 04; nº 13; nº 19; nº 33; nº 41; nº 42.

⁴²⁰Loc. Cit., nº 02; nº 27; nº 35; nº 43.

⁴²¹Loc. Cit., nº 42.

⁴²²Loc. Cit., nº 13.

⁴²³Loc. Cit., nº 01; nº 04.

⁴²⁴Loc. Cit., nº 01; nº 35.

⁴²⁵Loc. Cit., nº 04.

⁴²⁶Loc. Cit., nº 35.

⁴²⁷Loc. Cit., nº 02; nº 13; nº 19; nº 27; nº 41; nº 43.

um determinado mal: entre eles, um avô⁴²⁸ e um bisavô.⁴²⁹ As ervas medicinais utilizadas pelos ancestrais, entre outras são as seguintes: erva de macaé, boldo, assa-peixe, alfavaca, alevante, arnica, gervão (branco e roxo), carqueja, erva santa Maria, pacová, marmelo, poejo, arruda, melão são Caetano, fumo bravo, salsaparrilha, raiz de cerca onça, quino, cruzeiro, folha de laranja. A exceção de um membro do grupo ancião, todos os outros membros possuem lembranças sobre a coleta destas plantas e raízes no meio da mata ou mesmo lembram-se de seu plantio nos quintais das casas onde viviam os seus(bi)avós(ôs).

Nos aspectos ligados à cura através da espiritualidade a partir das benzições, apenas uma pessoa participante declara possuir atualmente na família alguém que realiza orações para cura.⁴³⁰ Sete participantes possuem o hábito diário de usar e preparar em suas casas chás e infusões a partir de raízes, sementes e cascas, a exemplo de seus ascendentes com ancestralidade Puri,⁴³¹ utilizando além das plantas e raízes anteriormente mencionados e, que eram de uso de seus antepassados, plantas como: a hortelã do mato, a arnica do mato, o confrei, a losna, a cana de macaco, o alecrin, a erva tostão, a salsaparrilha, a piraguaia, entre outras.

Observou-se também, neste grupo mais velho, que embora haja uso das plantas medicinais, conforme o costume de seus antepassados, este é um costume que foi colocado em risco. A troca de moradia, esta sendo do campo para a cidade⁴³² tem proporcionado uma perda gradual destes costumes ligados ao uso das coisas naturais. Como são antigos moradores do campo, ainda possuem fragmentos de conhecimento que auxiliam na identificação das raízes, cascas e plantas medicinais⁴³³, contudo, este é um costume que está se perdendo mediante ao uso mais frequente de medicamentos alopáticos. Dessa forma, sobre o uso das plantas medicinais, comentam que: “era uma coisa que eu fazia com mais frequência quando eu morava na roça”⁴³⁴, “fazia sempre, quando eu era mais nova. Hoje os meninos procuram a farmácia.”⁴³⁵

⁴²⁸Loc. Cit., nº 42.

⁴²⁹Loc. Cit., nº 27.

⁴³⁰Loc. Cit., nº 02.

⁴³¹Loc. Cit., nº 01; nº 02; nº 04; nº 13; nº 19; nº 33; nº 35.

⁴³²Loc. Cit., nº 41; nº 33; nº 4.

⁴³³Receberam esse conhecimento por parte do pai/avô; loc. Cit., nº 01; nº 02; nº 04 (conhecimento recebido do pai e da mãe); Conhecimento transferido pela mãe/avó, loc. Cit., nº 04 (conhecimento recebido do pai e da mãe); loc. Cit., nº 19; nº 33; nº 35; nº 41; loc. Cit., nº 43; loc. Cit., nº 13; nº 27; nº 42, não lembram.

⁴³⁴Moradora da fazenda Paciência mudou-se “já velha” para cidade. Não fez referência ao ano da mudança, loc. Cit., nº 33.

⁴³⁵Loc. Cit., nº 41.

Nos campos da religiosidade, os resultados obtidos sugerem uma forte influência da religião cristã católica no direcionamento de seus costumes de vida. A grande maioria dos participantes é batizada no catolicismo⁴³⁶ ocasionando influência direta em seus comportamentos e cotidiano, bem como em seus afazeres. Neste sentido, por se tratar de um grupo de pessoas com idade avançada, considerou-se a participação em atividades culturais como uma extensão da vida religiosa, uma vez que tomam parte assiduamente de liturgias como a Semana Santa e de celebrações festivas do calendário religioso católico. Os mesmos hábitos aplicam-se aos membros da comunidade evangélica em suas liturgias.⁴³⁷

Fazem parte das memórias do grupo, por fim, lembranças sobre o comportamento, estatura, alimentação, sendo esta bastante variada, composta de brotos, raízes, cereais e leguminosas, como abobora, aipim e o acará; além de carnes e derivados de animais silvestres.⁴³⁸ A língua da terra⁴³⁹, de tênue lembrança, tornando-se apenas um balbúcio do passado. Esta se associa com a imagem dos cabelos longos e negros, pertencentes às mães e avós pegos no laço. Cabelos que eram banhados com “óleo de papagaio”,⁴⁴⁰ de doce lembrança, capaz de causar o lacrimejar dos olhos e uma compreensível saudade dos tempos em que se vivia e fazia parte de uma paisagem de florestas ao lado dos ancestrais Puri, que viviam em suas casas de colonos, e em algumas vezes mais perto da mata.

5.2.2 – O Grupo Intermediário dos descendentes de indígenas Puri

Segundo Paul Claval (2007), na vida cotidiana “as culturas mostram-se frequentemente com um nível elevado de plasticidade: nada pode frear a incorporação de elementos novos quando são apresentados como substitutos ou complementares dos já existentes.”⁴⁴¹ Com este movimento capaz de humanizar paisagens Claval (2007) acena para a transmissão de práticas e técnicas entre as gerações humanas onde é possível notar um processo de (re)configuração. Acredito que tal momento de integração situa o grupo

⁴³⁶7 dos 12 participantes declararam ser membros da religião católica.

⁴³⁷Loc. Cit., nº 13; nº 27; nº 41.

⁴³⁸De anotação bastante variada, estes tubérculos surgem ao lado de animais silvestres de consumo costumeiro como tatus e jacus; o cardápio também incluía frutas.

⁴³⁹Loc. Cit., nº 02; nº 04.

⁴⁴⁰Loc. Cit., nº 19; nº 04.

⁴⁴¹CLAVAL, Paul. Op. Cit., 1999, p. 87.

intermediário, composto por vinte e sete participantes com idade entre 40 e 69 anos. Neste grupo encontra-se também os netos(as)⁴⁴² e os bisnetos(as)⁴⁴³ dos Puri.

À reserva dos anciãos, que conviveu com membros do grupo original dos Puri, este grupo de pessoas com idade intermediária, em raras exceções conheceu e/ou mesmo conviveu com o seu ancestral indígena direto. Este fato se deu em apenas duas oportunidades durante a realização da amostragem. Encontrei uma neta⁴⁴⁴, que conviveu com a avó que fora benzedeira, conhecida por Placidina. Sua convivência com a avó Puri se deu até os 11 ou 12 anos de idade.⁴⁴⁵ Em sua memória, além das particularidades inerentes ao comportamento e à vida, resta-lhe lembranças das reminiscências de técnicas variadas no trato com as raízes da terra e para fabricação de artesanato. Resta-lhe também a memória da força espiritual da avó, que era benzedeira. Na penumbra de seus pensamentos, estão alocadas as lembranças de ter ouvido palavras incompreensíveis, que fogem a pronúncia e do significado. Do convívio com a avó Puri, atualmente sobrou senão o costume do uso das plantas medicinais e a transferência desta “força espiritual”. Não foram repassadas as técnicas para a fabricação do artesanato. Perderam-se, juntamente, os antigos amuletos feitos de madeira. Para a família de dona Placidina, o contato da avó com o campo auxiliou na manutenção de boa parte de seus traços culturais, sendo os mais significativos, os ligados à flora medicinal.

A única filha índia⁴⁴⁶ encontrada cresceu ao lado da mãe biológica e da futura família adotiva, onde a mãe trabalhava. A filha, hoje com 51 anos de idade, possui em suas memórias a retratação das lembranças de sua mãe, que atendia pelo nome de Rita da Silva. À semelhança de dona Placidina com sua neta, dona Rita conseguiu cravar na lembrança de sua filha grande parte de seus costumes, estes ligados principalmente às práticas curativas, acompanhadas por benzições. Entretanto, na família, atualmente, restou pouco do conhecimento da mãe/avó índia. Apenas a filha sabe um pouco das técnicas de artesanato para confecção de indumentárias feitas de palha e dentes. Dos amuletos originais, apenas as lembranças. Isso porque os amuletos ornamentaram o corpo de dona Rita no dia do

⁴⁴²Loc. Cit., nº 08; nº 10; nº 12; nº 17; nº 18; nº 20; nº 31; nº 34; nº 40; nº 48.

⁴⁴³Loc. Cit., nº 05; nº 09; nº 11; nº 14; nº 15; nº 16; nº 28; nº 32; nº 36; nº 39; nº 46; nº 50. Roteiro semiestruturado nº 45.

⁴⁴⁴Loc. Cit., nº 20.

⁴⁴⁵Segundo as memórias contadas, a avó, que na época possuía em torno de 16 anos de idade, casou-se após a entrega de porcos na fazenda onde trabalhava. De acordo com os relatos feitos, o avô Antonio quando viu Placidina, disse: “ô índia bonita, quer casar comigo?” A avó teria prontamente respondido: “eu caso, só se for para sair desse inferno.” Antonio prometeu voltar em 4 meses e entregar o que lhe fora exigido pelo dono da fazenda, para empossar da índia. Com a entrega dos porcos, Placidina contraiu matrimônio.

⁴⁴⁶Roteiro semiestruturado nº 23.

sepultamento, deixando em sua filha apenas a memória de suas formas de existência. Não sobraram hábitos de cura através das orações. Não há prática de benzedores na família. O que resistiu ao tempo foi somente um ralo saber fazer ligado à medicina do campo, e este, resumido em um composto de mel e rosas brancas. O legado cultural mais consistente da família resumiu-se possivelmente na confecção indumentária de pulseiras de palhas. No caso da família gerada por dona Rita, a vida na cidade ao lado dos pais adotivos proporcionou um rápido esfacelamento de suas raízes ancestrais.

Minha intenção de retratar esses dois casos de exceção antes de apresentar as impressões colhidas dos demais participantes do grupo intermediário é para que seja possível verificar que, o contato com o ambiente das matas, atualmente presentes nos sítios e fazendas, é fator primordial para manutenção dos traços culturais. Por outro lado, os incentivos da memória estão ligados ao fator sentimental e ambiental. Entretanto, a paisagem do passado, sem dúvida, liga-se com mais facilidade quando alocadas na lembrança de um ambiente de floresta com as suas particularidades. Para tanto, no caso dos membros participantes do grupo intermediário, que não conviveram com os Puri, seu conhecimento está baseado na observação dos modos de fazer com suas técnicas e se baseiam no que ouviram dizer sobre seus ancestrais Puri, portanto, do convívio com os seus pais e mães, estes com idade igual aos membros que pertencem ao grupo ancião. Em suas memórias de família, o comportamento dos ancestrais conforme lhes fora contado faz parte das lembranças familiares de seus componentes de grupo, a exemplo dos descendentes mais velhos, principalmente aspectos e aromas do campo. Representações da infância dos pais, ligadas ao carinho de uma avó(ô) bondosa(o), que possuía receitas de chazinhos e unguentos para cura e tratamento de grande variedade de doenças e traumas ocasionados pelas brincadeiras e aventuras da juventude. Momento este que pode ser considerado como um tempo de aprendizado para os mais jovens. Percebe-se, acima de qualquer coisa, que as lembranças são de ternura, levando-nos à reflexão do que disse o jesuíta Fernão Cardim⁴⁴⁷ sobre a amabilidade dos pais indígenas em relação ao trato com seus filhos, o que não excluem comportamentos arredios em relação a seus antepassados. Deste grupo intermediário surpreende a clareza de suas memórias.

Surpreende a disposição dos participantes da amostragem para falar de suas lembranças. Contar as histórias sobre seus antepassados. A exemplo do grupo ancião, fixam o

⁴⁴⁷Segundo Cardim, os índios “amam os filhos extraordinariamente (...) e não lhes dão nenhum gênero de castigo (...) estimam mais fazerem bem aos filhos que a si próprios.” Para saber mais, KOSHIBA, Luiz. **O Índio e a conquista portuguesa**. Discutindo a História. 5ª Edição. Editora Atual, s/d.

olhar no vazio e/ou mesmo olhando para baixo, em sentido de reverência à sua história decorrida, esta, por vezes, escrita pelo silêncio ou pela submissão aliada à luta da sobrevivência. Dessa forma, contam a sua trajetória de vida e reconstroem, ainda que esfaceladas e afetadas pela emoção, as suas paisagens de passado. Possuindo uma vida distinta, embora acelerada em relação ao grupo ancestral, não perderam velhos costumes. A simplicidade continua presente no cotidiano, nota-se pelo trato reservado com as pessoas. Apesar de alguns terem atingido considerável condição social através do trabalho e do estudo de seus filhos, conservam, a exemplo de seus ancestrais indígenas, o perfil da desconfiança e da timidez no relacionamento com os desconhecidos.

Entre muitos aspectos, a respeito de seus costumes diários, somente dois ouvem rádio.⁴⁴⁸ Cinco netos⁴⁴⁹ e apenas dois bisnetos⁴⁵⁰ buscam informação por meio da televisão. As rodas de conversa dominam a preferência dos descendentes com idade entre 54 e 65 anos.⁴⁵¹ O consumo de carnes de animais silvestres ainda permeia o hábito alimentício em algumas das famílias.⁴⁵² O ambiente urbano faz com que praticamente todos os descendentes procurem um médico para tratar a saúde,⁴⁵³ contudo possuem como hábito, antes de procurarem um farmacêutico, o tratamento caseiro com as receitas aprendidas da mãe ou do pai. Dois netos,⁴⁵⁴ e dois bisnetos⁴⁵⁵ procuram um benzedor para tratamento de seus males físicos e mesmo espirituais. Atualmente, dois netos e três bisnetos cultivam verduras e leguminosas no quintal de suas casas.⁴⁵⁶ Para a metade dos participantes deste grupo de pessoas⁴⁵⁷ o caminhar na mata é parte de seus costumes. Alguns ainda possuem um pedaço de terra, que herdou de seu antepassado, este quase sempre uma avó Puri que se casou com um português ou italiano, ou até mesmo um avô que se casou com alguma filha de imigrantes estrangeiros. Outros, sempre que possível, vão à zona rural, mantendo contato com os seus familiares que ainda vivem em sítios e fazendas da região. Somente uma pessoa vai à zona rural por motivo de trabalho. Em sua quase totalidade, caminham à pé, sendo este fato mais

⁴⁴⁸Loc. Cit., nº 31; nº 39.

⁴⁴⁹Loc. Cit., nº 08; nº 10; nº 12; nº 34; nº 48.

⁴⁵⁰Loc. Cit., nº 09; nº 11.

⁴⁵¹Loc. Cit., nº 08; nº 17; nº 18; nº 40. Roteiro semiestruturado nº 3; bisnetos (as); loc. Cit., nº 05; nº 14; nº 15; nº 16; nº 28; nº 32; 36; nº 45; nº 46; nº 50.

⁴⁵²Loc. Cit., nº 08; nº 10; nº 17; nº 34; bisnetos (as), loc. Cit., nº 16; nº 28; nº 45; nº 46.

⁴⁵³Loc. Cit., nº 08; nº 12; nº 17; nº 18; nº 20; nº 31; nº 34; nº 40; nº 48; nº 39. No grupo dos bisnetos (as), loc. Cit., nº 05; nº 09; nº 11; nº 14; nº 15; nº 16; nº 32; nº 36; nº 45; nº 46; nº 50.

⁴⁵⁴Loc. Cit., nº 08; nº 12.

⁴⁵⁵Loc. Cit., nº 11; nº 28.

⁴⁵⁶Loc. Cit., nº 39; nº 40.

⁴⁵⁷Grupo composto por vinte e duas pessoas. Não estão presentes os dados dos questionários semi-estruturados de nº 20 e nº 23. São onze descendentes, sedo três netos: loc. Cit., nº 10; nº 34; nº 40; e oito bisnetos: loc. Cit., nº 09; nº 11; nº 14; nº 15; nº 32; nº 45; nº 50. Sobre o oitavo participante, nº 23, ver página 110.

uma imposição da condição financeira que do gosto.⁴⁵⁸ Possuem como ocupação diária, as mais variadas profissões. Entre elas, ocupações como pedreiro, lojista, secretária(o), retireiro de leite, professores, lavradores, operários, além da ocupação do lar.⁴⁵⁹

Conhecem o gosto pela coleta de raízes e sementes, além de cascas das plantas medicinais usados no preparo de remédios em garrafadas à base de vinho ou cachaça. Entre as plantas medicinais, estão na lembrança nomes como: panacéia, poejo, cambará, cipó bravo, cipó melão, pau-d'alho, alfavaca, cipó caboclo, erva de bicho, mentrasto, fel da terra, confrei, cana de macaco, carqueja, erva cavalinha, raiz de pacova, além das caseiras mais conhecidas como o hortelã, o alecrim, o funcho e a erva santa Maria, entre muitas variedades. Conhecimento que a exemplo do ocorrido com o grupo ancestral, foi transmitido pelos seus pais.⁴⁶⁰ Fazem ainda parte da lembrança do grupo duas avós índias que eram parteiras,⁴⁶¹ entre eles, uma que fazia patuás e amuletos de madeira.⁴⁶²

De acordo com as memórias contadas pelos seus pais, seus avôs(os) e bisavôs(os) possuíam também o costume transportar para seus ambientes domiciliares as plantas medicinais, que são assim cultivadas nos quintais e/ou vasos individuais para que usem quando necessário. Muitos contaram sobre terem ouvido falar de um “reflorestamento” de ambientes, sempre realizado por seus ascendentes, estes, filhos e netos de Puri. Os avôs(os) plantavam ervas medicinais em alguma localidade para possivelmente usarem em alguma ocasião. O hábito, segundo os descendentes contam, era para não deixar acabar, ou mesmo porque aquela espécie vegetal era difícil de encontrar. Era uma forma, portanto, que facilitaria a sua coleta em algum momento. Ato de plantio geralmente realizado perto de nascentes ou em pequenos brejos. A segunda finalidade da ida de seus ascendentes ao campo era, de acordo com suas lembranças e relatos dos pais, o gosto pelo ar puro da mata e também a retratação das lembranças de seus antepassados.

⁴⁵⁸Preferem o auxílio de automóveis, entre os netos (as): loc. Cit., nº 08; nº 18; nº 31; nº 40; o participante nº 12 conta com auxílio de bicicleta para o trabalho, possui automóvel que usa nas horas de lazer. Diarista, na profissão de pedreiro. Entre os bisnetos (as): loc. Cit., nº 16; nº 28 e nº 46.

⁴⁵⁹Entre os netos (as), pedreiro: loc. Cit., nº 12; do lar: loc. Cit., nº 10; nº 17; nº 31; nº 48; lojista, loc. Cit., nº 34; operários, loc. Cit., nº 39; nº 40. Entre os bisnetos (as), são professoras, loc. Cit., nº 16; nº 50; Funcionária pública, loc. Cit., nº 45; do lar, loc. Cit., nº 15; nº 32; nº 36; nº 46; retireiro, loc. Cit., nº 09; lavrador, loc. Cit., nº 11; secretária, loc. Cit., nº 50.

⁴⁶⁰Nas lembranças dos netos, as mães/avós foram responsáveis pela transmissão cultural, loc. Cit., nº 08; nº 17; nº 39; nº 40; nº 48, ainda, de acordo com essas pessoas, os pais/avós foram os reemposáveis pela transmissão de conhecimento. loc. Cit., nº 10; nº 18; nº 31. Os demais não se lembram, loc. Cit., nº 12; nº 34. Entre os bisnetos (as), loc. Cit., nº 05; nº 11; nº 16; nº 32; nº 45; nº 46; nº 50. Entre o pai/avô, loc. Cit., nº 14; nº 15; nº 28. Não lembram, loc. Cit., nº 09; nº 36.

⁴⁶¹Loc. Cit., nº 15; nº 28.

⁴⁶²Loc. Cit., nº 18.

À exceção do grupo, apenas uma pessoa ouviu dizer sobre as manifestações espirituais da avó - não há outras lembranças sobre mitos ou mesmo contos que envolvam espíritos de florestas. Neste único caso, resta a lembrança do momento das manifestações ligadas à ingestão de cachaça. Momento em que a avó, que foi “laçada” quando nova, “chamava pelos espíritos e mexendo com eles praticava curas, usando galhos e folhas de assa-peixe que depois colocava para secar.”⁴⁶³ A grande maioria retrata em suas memórias contos e mitos folclóricos. Quando o fazem, a influência do catolicismo liga-se diretamente à educação recebida dos pais. Poucos retratam histórias folclóricas de lobisomem e da mula sem cabeça.⁴⁶⁴ Surgiram comentários sobre a folia de reis⁴⁶⁵ e as histórias de João e Maria.⁴⁶⁶ Uma única participante lembra-se da história de quando a família vivia “no meio do mato” com a avó Puri.⁴⁶⁷

As últimas reminiscências sobre seus avôs(ós) e bisavôs(ós) são as casas de colonos, feitas de barro e pau a pique e cobertas com sapé. Lembranças que estão presentes nas memórias que foram transferidas ao longo do tempo. A vida na fazenda remonta ao ambiente onde foi formado o primeiro núcleo familiar. Quase todos possuem na lembrança, a história que fora contada sobre como residia seu antepassado(a) Puri.⁴⁶⁸ Dez pessoas possuem conhecimento sobre a história da moradia de seus ancestrais em casas construídas no meio da mata devido a dificuldade de adaptação com as pessoas.⁴⁶⁹ Se a lembrança do campo faz ressurgir de imediato o uso de raízes e plantas com as suas propriedades curativas, e vice-versa, a paisagem das casas onde viviam os antepassados liga-se diretamente à dieta alimentar composta por carnes de animais silvestres e grande variedades de raízes, brotos e tubérculos, além de verduras produzidas nos quintais. Como exemplo, foram mencionados a capiçoba, a serralha, a taboa, os brotos de samambaia e os brotos de bambu, o almeirão do mato, os peixes, entre outros.⁴⁷⁰

⁴⁶³Loc. Cit., nº 48.

⁴⁶⁴Loc. Cit., nº 14 ; nº 45; nº 50.

⁴⁶⁵Loc. Cit., nº 12.

⁴⁶⁶Loc. Cit., nº 17.

⁴⁶⁷Loc. Cit., nº 46. A participante conheceu a avó índia, e viveu até os 16 anos de idade em companhia de sua família na fazenda Barboza. Atualmente, reside em Muriaé, Minas Gerais.

⁴⁶⁸Loc. Cit., nº 12. O participante não ouviu falar sobre a moradia de sua avó; loc. Cit., nº 34. O participante diz que a avó veio morar na cidade após o casamento.

⁴⁶⁹Loc. Cit., nº 10; nº 31; nº 39; nº 48; loc. Cit., nº 05; nº 14; nº 15; nº 16; nº 32; nº 46; nº 50 entre os bisnetos(as).

⁴⁶⁹Loc. Cit., nº 20.

⁴⁷⁰Loc. Cit., nº 39; para os bisnetos(as), loc. Cit., nº 28; nº 45; nº 46.

A respeito dos costumes e tradições familiares, atualmente, no grupo destes participantes, cinco netos,⁴⁷¹ e seis bisnetos⁴⁷² possuem o costume de cultivar em casa plantas medicinais. A restrição de dois netos,⁴⁷³ todos os outros possuem na família alguém que cultiva em vasos individuais ou no próprio quintal de casa alguma planta com propriedades curativas. Conhecimento este que lhes fora transmitido por seus familiares, a exemplo de seus pais. Dezesete, dos vinte e dois participantes da amostragem usa atualmente, a exemplo de seus pais, as propriedades medicinais da floresta.⁴⁷⁴ Estão entre essas espécies usadas, a exemplo de seus ancestrais: o poejo, o cambará, os cipós, a bardana, o urucum, a pustemeira, a tansagem, a losna, a cana de macaco, o fumo bravo, a alfavaca, o chapéu de couro, o gervão, o gravatá, e as caseiras mais tradicionais como o saião, a erva cidreira, o alecrim, o alevante, o boldo, a arnica do mato, entre outros já mencionados anteriormente. Neste sentido, quando precisam de alguma casca, ou raízes e sementes para preparo de remédios, as conhecidas garrafadas, pedem ajuda aos seus conhecidos para que obtenham o necessário. Neste caso, encontrei durante a amostragem dois netos,⁴⁷⁵ e três⁴⁷⁶ bisnetos, que conhecem as plantas na natureza. Realizando o trabalho da coleta, assim como seus ancestrais faziam nas matas da região onde ainda é possível de serem encontradas raízes de cerca onça, de pacová, sementes de sucupira, e cascas de “para tudo”, além do urucum, das cascas de jatobás, pau d’alho, entre outros.

Embora tenha havido a transmissão destas tradições ligadas à floresta, outras aparentam acelerado estado de perda. É o caso do artesanato. Somente uma neta aprendeu a fazer artesanato com palha, à semelhança de sua avó.⁴⁷⁷ Contudo, não foi mencionada nenhuma técnica de construção ou outra técnica relacionada ao artesanato, seja com cerâmica, palha ou bambu. Entre os bisnetos(as), somente dois aprenderam técnicas de fabricação ligadas ao artesanato, sendo elas: as técnicas de fabricação de esteira, estrutura mista de folhagens e bambus e o artesanato de taquara, contudo não transmitiram para nenhum de seus descendentes.⁴⁷⁸ Neste mesmo sentido, não há lembranças sobre mitos ou histórias de família. Todavia, quatro participantes possuem atualmente na família algum parente próximo que, a

⁴⁷¹Loc. Cit., nº 12; nº 18; nº 31; nº 40; nº 39.

⁴⁷²Loc. Cit., nº 05, nº 11; nº 28; 32; nº 36 e nº 45.

⁴⁷³Netos: loc. Cit., nº 34; nº 48.

⁴⁷⁴Loc. Cit., nº 34; nº 48, entre os netos (as); loc. Cit., nº 09; nº 32; nº 36, entre os bisnetos (as).

⁴⁷⁵Loc. Cit., nº 10; nº 12 (vai à zona rural semanalmente, ou quinzenalmente). O participante do segundo roteiro semi-estruturado participa da medicina alternativa ligada aos movimentos pastorais da Igreja Católica.

⁴⁷⁶Loc. Cit., nº 11, residente no sítio Belo Monte; loc. Cit., nº 46, nascida fazenda Barbosa, atualmente residente em Muriaé, loc. Cit., nº 50.

⁴⁷⁷Loc. Cit., nº 18. A avó chamava “Nenê”.

⁴⁷⁸Loc. Cit., nº 14; nº 50 (o pai falecido, não ensinou aos filhos).

exemplo de seus avôs(os) realizam benzições com intenção de cura das pessoas. Destes, não existe nenhum caso em que os preparos dos chás e macerados façam parte do rito espiritual.⁴⁷⁹

Penso que apesar de todos os processos responsáveis pelo “apagamento” e desvalorização da cultura indígena, ainda existem lembranças, mesmo que poucas; e na memória fragmentos importantes de técnicas que ainda não foram perdidas, conquanto, hoje são utilizadas pelos descendentes deste grupo intermediário. Foi nesse sentido, que percebendo um considerável laço de união entre o passado e o presente destas pessoas é que busquei evidências, para que em conjunto elas possuam a capacidade de transformar o “eu” individual, repleto de lacunas, em discurso de grupo reforçando o sentimento de algo que existia isoladamente, “e que, de repente, ganha a sensação de uma testemunha: passa a ser uma lembrança coletiva, portanto uma realidade social”⁴⁸⁰ que será deixada aos descendentes mais jovens, responsáveis pela perpetuação das raízes culturais de seus ancestrais Puri.

5.2.3 – O Grupo Jovem dos descendentes de indígenas Puri

No outro lado do curso da vida encontrei os descendentes jovens, atualmente com idade entre 22 e 40 anos. Deles, não se esperava encontrar fragmentos de memória. Esperei deparar com apenas alguma reminiscência dos modos de fazer, que de alguma forma pudesse os ligar a certo universo cultural de seus antepassados, contudo fiquei surpreso com o que vi. Apesar de pertencerem a um grupo de risco, com potencial condição de perda e fragmentação da cultura e da memória pertencente aos Puri, devido aos usos e costumes impostos pelo mundo moderno, boa parte de seus membros possui ainda lembranças significativas de seus(as) (bi)avôs que eram netos(as) de Puri. Em alguns casos, os bisnetos(as) conviveram cotidianamente com seus avôs(os), filhos(as) de indígenas, proporcionando aprendizado e transferência de parte de seus costumes. Compreende-se esse fato pela longevidade encontrada entre essas pessoas.⁴⁸¹

Fazem parte do grupo dos descendentes jovens, doze pessoas.⁴⁸² Alguns já com suas famílias formadas. Receberam, e ainda recebem os ensinamentos de seus pais e avôs(os).⁴⁸³ A

⁴⁷⁹Loc. Cit., nº 12; nº 17; nº 18, entre os netos (as); loc. Cit., nº 05, entre os bisnetos(as).

⁴⁸⁰BOSI, Ecléa. Op.Cit. 1994, p. 413.

⁴⁸¹Além dos casos já apresentados no grupo ancião, de pessoas com mais de 70 anos de idade e algumas que já alcançaram os 80 anos, no levantamento de dados realizado para verificar a viabilidade da pesquisa, foi encontrada dona Maria, já falecida. Matriarca da família, dona Maria faleceu aos 103 de idade; loc. Cit., nº 16.

⁴⁸²Loc. Cit., nº 06; nº 21; nº 22; nº 24; nº 25; nº 29; nº 30; nº 37; nº 38; nº 44; nº 47; nº 49.

religião continua sendo influente no dia a dia.⁴⁸⁴ Em alguns casos, os pais permaneceram fieis à doutrina católica, os filhos se converteram ao cristianismo pentecostal. Muito embora a religião os tenha colocado em lados opostos, o gosto pelas coisas simples fortalece os laços familiares: a boa roda de conversas,⁴⁸⁵ a produção de hortaliças e legumes, a exemplo de seus pais, seja no quintal, ou em vasos individuais⁴⁸⁶ e o consumo de carne de animais silvestres⁴⁸⁷ está entre os fatores de grande incidência entre os membros do grupo. A maioria dos participantes jovens possui hábito de ir à zona rural,⁴⁸⁸ e destes, uma pessoa viveu no sítio com a família até os 11 anos de idade.⁴⁸⁹

A memória sobre seus ancestrais Puri está localizada no mesmo tempo histórico da memória de seus pais e avós. Não escapa à retratação de características físicas de seus avós(os) e bisavós(os), “pegas no laço” quando mulheres. Sete pessoas fizeram referência a hábitos alimentares, conforme lhes fora contado pelas suas famílias.⁴⁹⁰ Nove conhecem a história das origens familiares. Da casinha de colono,⁴⁹¹ feita de pau a pique, situada entre os moradores da fazenda, ou da casinha afastada no meio do mato,⁴⁹² por causa de um comportamento arredio. Alguns dos membros do grupo contam que possuem na lembrança, a retratação das histórias contadas por seus pais, sobre o momento em que seus avós(ós) realizavam a coleta de plantas e raízes⁴⁹³ diretamente na mata: “a minha avó ia quebrando e cheirando as raízes.”⁴⁹⁴ Citação esta, que apresenta um inesgotável reinventar das lembranças, ainda que esta esteja em estado esmaecido pelo tempo. Mesmo sendo e tendo sido realizado uma releitura de aspectos vividos pelos outros, é uma memória-testemunho de verdades.

⁴⁸³Os dados também apontam para a divisão da tarefa de transmissão do conhecimento técnico e da memória ancestral entre os pais. De acordo com os dados levantados: os pais/avós foram responsáveis; loc. Cit., nº 24; nº 25; nº 29; nº 37; nº 38; nº 49. As mães/avós, loc. Cit., nº 06; nº 24; nº 25; nº 37; nº 47

⁴⁸⁴Loc. Cit., nº 06; nº 22; nº 29; nº 37; nº 44; nº 47; nº 49, Católicos; loc. Cit., nº 21; nº 24; nº 25; nº 38, Evangélicos.

⁴⁸⁵Loc. Cit., nº 24; nº 25; nº 37; nº 38

⁴⁸⁶Loc. Cit., nº 24; nº 25; nº 38; nº 47; nº 49

⁴⁸⁷Loc. Cit., nº 06; nº 24; nº 30; nº 37; nº 38; nº 47. Embora tenha sido um item de constante resistência para sua resposta entre os participantes dos grupos Anciãos e Intermediários, os mais jovens deixam claro o costume familiar para o consumo de carnes silvestres. Este fato se deve a escolaridade e melhor compreensão dos propósitos do levantamento realizado.

⁴⁸⁸Loc. Cit., nº 06; nº 22; nº 25; nº 30; nº 38; nº 44; nº 47

⁴⁸⁹Loc. Cit., nº 47. Hoje com 22 anos de idade; loc. Cit., nº 01, Avó da declarante pertencente ao grupo dos anciãos.

⁴⁹⁰Folhas e leguminosas, loc. Cit., nº 22; nº 25; nº 38; nº 49. Carnes de animais silvestres, loc. Cit., nº 24; nº 38; nº 49.

⁴⁹¹Loc. Cit., nº 06; nº 25; nº 29; nº 30; nº 37; nº 47.

⁴⁹²Loc. Cit., nº 24; nº 38; nº 49.

⁴⁹³Loc. Cit., nº 22; nº 24; nº 25; nº 37; nº 47; nº 49; Plantavam em casa; loc. Cit., nº 29; nº 37; nº 38; nº 49.

⁴⁹⁴Loc. Cit., nº 24.

Suas lembranças ainda observam histórias de avôs(os) benzedeiros/rezadores,⁴⁹⁵ que diariamente praticavam o serviço da fé, a cura e a oração pelas pessoas. Entre estes avôs(ós) benzedeiros/rezadores, o costume e a presença dos chás e das raízes, como complemento de seu ato religioso. Ainda neste domínio da fé, colocam-se os únicos fragmentos sobre seus mitos folclóricos conhecidos. As semelhanças de seus pais não escapam à influência do catolicismo, uma vez que se referem aos mesmos contos folclóricos, ligados à tradição da educação religiosa recebida.

Atualmente entre os seus costumes, três pessoas tentam primeiro os recursos medicinais aprendidos com os seus pais e avôs(os).⁴⁹⁶ Outros sete, mesmo após terem sido medicados, recorrem às receitas familiares no preparo de chás, buscando maior rapidez nos resultados.⁴⁹⁷ Duas pessoas preferem a coleta de plantas na mata,⁴⁹⁸ tendo aprendido com seus pais as técnicas de preparo e as propriedades medicinais. Interessante perceber que, entre as diversas raízes, cascas, sementes e brotos relacionados anteriormente, neste grupo de descendentes mais jovens, ocorreu uma considerável simplificação. No caso, este grupo de pessoas exclui de seu aparato técnico o manuseio e o preparo de chás com cascas, raízes e sementes. Seus membros trabalham mais à base de folhagens e ervas como: erva bugre, o poejo, o alevante, o chapéu de couro, a folha de maracujá, o capim cidreira, a folha de laranja, o hortelã da horta, o cambará, a tansagem, o boldo, a babosa, o funcho, a losna, a arruda, o alecrim, a alfavaca, a arnica do mato, entre muitas outras variedades caseiras.⁴⁹⁹

Por fim, verifiquei a existência de fragmentos culturais ligados ao artesanato e às técnicas de fazer. Nenhum dos participantes do grupo jovem possui qualquer lembrança sobre algum artefato deixado por seus ancestrais familiares, contudo, três pessoas comentaram sobre algum fragmento de técnica herdada, que atualmente ainda se faz presente na família. Entretanto somente um participante sabe trabalhar com palha.⁵⁰⁰ Sendo estes, os últimos fragmentos de cultura indígena Puri, encontrada durante a amostragem realizada.

⁴⁹⁵Loc. Cit., nº 21; nº 25; nº 37; nº 38; nº 47; nº 49.

⁴⁹⁶Loc. Cit., nº 37; nº 38; nº 47.

⁴⁹⁷Loc. Cit., nº 06; nº 24; nº 29; nº 37; nº 38; nº 47; nº 49.

⁴⁹⁸Loc. Cit., nº 24 e nº 25.

⁴⁹⁹Somente um caso apresenta uma maior variedade de plantas medicinais, é o participante nº 37. A família possui tradição de “curandeiros”, sendo artífices no preparo de garrafadas e ungüentos à base de sementes, raízes e cascas. Seu avô, o último da família que reunia considerável conhecimento herbário faleceu no final de 2015, deixando em seu quintal vasta gama de árvores e sementes, além de plantas de folhagem com propriedades medicinais.

⁵⁰⁰Loc. Cit., nº 06; nº 47 (não usa mais as técnicas, embora se lembre de como fazer); loc. Cit., nº 49 que ainda possui na família, parentes que trabalham na confecção de esteiras para carro de boi.

Considerações finais: As últimas impressões sobre os descendentes declarados de Puri

As contribuições aqui presentes são de pessoas que pertencem a diferentes níveis sociais. A grande maioria é de pessoas simples, que trazem em suas lembranças a paisagem do campo e a memória sentimental de suas infância e adolescência, na maioria das vezes vividas junto a seus ancestrais com ascendência indígena Puri. Alguns contribuíram de maneira ímpar para a realização deste trabalho, através de seu conhecimento empírico, suplantando, muitas das vezes, a habilidade de quem atualmente se encontra inserido no universo da escrita, esta capaz de evidenciar marcas, mas naturalmente desprovida dos sentimentos necessários a investigações ligadas à memória dos que nunca puderam falar.

Os depoimentos das entrevistas ajudam a caminhar para a construção da história cultural de Mirai. Lançando mão de ferramentas que o tempo ligadas ao campo da tradição oral dispuseram oferecer, esta a maior das ferramentas. Sobre a importância da história oral, pode-se afirmar seguramente que “à medida que a cultura se move para a alfabetização maciça,⁵⁰¹ sem a oralidade, não haveria como transportar, ainda que de forma tênue, esses ecos remanescentes do passado. O conhecimento da terra, intimamente ligado ao homem pelo seu instinto de sobrevivência.

O privilégio das histórias e dos contos sobre as origens familiares dos descendentes declarados de Puri, foi encontrar um mundo rico de memórias, sólido na consciência dos descendentes, enquanto membros sobreviventes de um povo Puri, ainda que esta consciência se encontre dividida sobre fazer parte de um povo “indígena.” Notável esta condição, uma vez que, no universo dos cinquenta participantes⁵⁰² dezessete disseram que os Puri, são índios.⁵⁰³ Vinte e sete disseram que os Puri são um povo que viveu nestas terras, anterior à chegada do colonizador, mas que não são índios.⁵⁰⁴ Neste caso, estas pessoas consideram o Puri como

⁵⁰¹PRINS, Gwyn. 1992, p. 172. In: BURKE, Peter. Op. Cit., 1992

⁵⁰²Os participantes de nº 03; nº 07 e nº 26 foram retirados da amostragem, sendo, portanto, quarenta e sete participantes. O motivo da eliminação se deve às suas regiões de origem, sendo as mesmas Santana de Cataguases, Teófilo Otoni e São João D’el Rei respectivamente

⁵⁰³Loc. Cit., nº 01; nº 04; nº 41; nº 42, entre os anciãos; loc. Cit., nº 10; nº 17; nº 18; nº 28; nº 40; nº 48, entre os intermediários do grupo dos netos (as). Ainda no grupo intermediário, entre os bisnetos (as) que disseram ser índio e Puri a mesma coisa; Loc. Cit., nº 45; nº 46; nº 50. Entre os jovens que dizem que índio e Puri é a mesma coisa, loc. Cit., nº 29; nº 38; nº 44; nº 47.

⁵⁰⁴Loc. Cit., nº 02; nº 13; nº 19; nº 27; nº 33, no grupo ancião; loc. Cit., nº 08; nº 12; nº 14; nº 23; nº 34; nº 39, entre os netos (as), do grupo intermediário; loc. Cit., nº 05; nº 09; nº 11; nº 15; nº 16; nº 32, ainda no grupo intermediário dos bisnetos (as); loc. Cit., nº 06; nº 21; nº 22; nº 24; nº 25; nº 30; nº 37; nº 49, entre os membros do grupo jovem.

filho(a) dos indígenas, nascidos a partir do contato e convivência com o colonizar. Três pessoas não souberam responder.⁵⁰⁵ Simples semântica da palavra, que se apresenta rica de sentido e de pertencimento.

Embora tenha sido gratificante trabalhar com os anciãos e com o grupo intermediário, e perceber que a cultura da oralidade tenha dado a cabo, todo um universo cultural, e que tenha sido possível apresentar fragmentos de memória e o saber fazer com as propriedades medicinais das plantas, ainda presentes no grupo considerado jovem entre os descendentes declarados de Puri, esta não é uma realidade aparente entre aqueles que nasceram no início deste século XXI. No caso destes descendentes adolescentes, foram diversos os casos em que os mais jovens não sabiam da origem da família. Em suas opiniões, essas origens, quase sempre estavam ligadas aos antigos desbravadores da região e suas famílias européias, ou mesmo a brasileiros que buscavam nestas terras de ocupação tardia, melhores condições de vida.⁵⁰⁶ Lógico que existem as exceções, e estas com declarações motivadoras como: “ninguém contou esta história. Precisava mesmo de um trabalho assim”; “eu não sabia que tinha valor nisso, estou me sentindo importante”; “É uma coisa boa. Todo mundo fala da história dos escravos e dos europeus. Até parece que não tinha gente por aqui.”

Portanto, diante da excelente e quase unânime receptividade em relação à importância da pesquisa, parece-nos que aqueles que demonstraram, inicialmente, uma indiferença em relação à sua ancestralidade nativa, assim se manifestaram provavelmente porque, até então, ainda não haviam sido provocados a refletir de forma mais concreta sobre essa condição.⁵⁰⁷

Contudo, para este grupo adolescente, embora tenha sido surpreendido com a pesquisa, e nela tenham encontrado uma coisa boa, parece que uma adaptação cultural bem solidificada em estágio de difícil reversão está em curso. Segundo Marconi (2007), a “cultura é dinâmica e contínua, em virtude de estar constantemente se modificando. (...) A alteração pode ser realizada por substituição ou por acumulação, tomando de empréstimo elementos de outra cultura, conservando-os ou adaptando-os.”⁵⁰⁸ No caso dos comentários vindos dos

⁵⁰⁵Loc. Cit., nº 35; nº 43, entre os anciãos; loc. Cit., nº 36, disse não saber.

⁵⁰⁶Não foram realizados levantamentos com essas pessoas. As impressões aqui são do pesquisador, que durante o diálogo com as famílias notou por diversas oportunidades a surpresa dos membros mais jovens, ao se descobrirem a sua origem miscigenada com os indígenas da localidade.

⁵⁰⁷SOARES, Marcos José Veronese. Op. Cit., 2009, p. 10. Sobre a aceitação, apenas uma das participantes, pertencente ao grupo dos descendentes jovens declarou não gostar de sua descendência, conforme roteiro semiestruturado de nº 38, contudo interpreta-se o fato de forma deturpada, uma vez que a participante usa as técnicas medicinais aprendida com seus familiares e guarda a memória de seus ancestrais. Possivelmente o fato se deve a influência religiosa.

⁵⁰⁸MARCONI, Mariana de Andrade. Op. Cit., 2007, p.40.

adolescentes, praticamente não se ouviu qualquer demonstração de fragmentos de alguma manifestação do universo indígena. Assim, as impressões deixadas pelos adolescentes, mais ouvintes que participantes da amostragem, também corroboram com o que disse Burke (2005) ao citar Geertz e sua definição de cultura como “um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.”⁵⁰⁹

Lógico que as notas de qualquer um dos seguimentos dos grupos analisados não se configura conforme os aspectos originais da cultura e dos saberes dos grupo indígena original, idêntico ao que fora apresentado no Capítulo 3 – Memória e História.⁵¹⁰ É notável o fato, de que principalmente pela praticamente perdida técnica artesanal e a extinta lembrança de suas manifestações como a dança, a pintura, a guerra e o artesanato com a argila, além do desaparecimento da língua ancestral, embora tenha sido mencionado alguma lembrança efêmera da linguagem que não mais se liga a língua Puri original.⁵¹¹ Contudo, assim como nos disse Melati (1994) e Darcy Ribeiro (1957), os descendentes importam com a sua consciência e aceitação da origem.

Mas, considero que ainda há saída para esse anunciado estágio de perda das raízes culturais. Esses jovens marginalizados da história que hoje vivem à borda do que se convencionou chamar de história oficial, ao tomarem conhecimento de suas raízes étnico-ancestrais, serão possivelmente maiores guardiões. Suas famílias possuem verdade em suas memórias. E muito embora a sociedade atualmente esteja acostumada com a noção de derrota e com a impossibilidade da sobrevivência do mais fraco, sendo esta a sequência quase lógica do pensamento da sociedade, a opressão da conquista se prestou ao papel de zelador do silêncio dos povos de floresta que viviam nos vales e montanhas, para o caso, dos moradores das localidades situadas na região dos rios Muriaé e do rio Pomba.

Contudo, passados mais de 500 anos do início do contato e da ocupação do território brasileiro pelos europeus, em particular pelos portugueses, e após mais de um século e meio de incursão definitiva na região da Zona da Mata mineira, percebe-se, nas cidades os ecos do passado. Nesta paisagem do cotidiano é possível sentir aromas, e ser interligado a um mundo

⁵⁰⁹BURKE, Peter. Op. Cit., 2005, p. 52.

⁵¹⁰Ver: Capítulo 3.2.1 – Os Puri, p. 73-79.

⁵¹¹Loc. Cit., nº 20.

natural. Mundo este que sempre existiu concretamente na percepção das famílias com descendência indígena. Através delas, sobreviveram tradições culturais e o exemplo vivo de alguns dos muitos povos indígenas. Estes descendentes são, apesar do estágio em que se encontram as suas tradições ancestrais⁵¹², possuidores de códigos esmaecidos que contribuem para o entendimento da História Cultural na busca incansável de algo que possa responder quem somos, e de onde viemos.

⁵¹²Ver Capítulo 1.8.1 – Os Índios na atualidade, uma questão conceitual, p. 45-48, considerações sobre a auto-identificação dos descendentes de indígenas.

ANEXOS

Parte I

Anexo I

I.1. Parecer Consubstanciado – Conselho de Ética – UFV – Aprovação - Folha 01/03

 Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: No livro a raiz, na terra a semente, na lembrança o passado. Descendentes Declarados de Indígenas de Santo Antônio do Muriaé, atual cidade de Mirai: fragmentos culturais e memória.		
Pesquisador: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo		
Área Temática:		
Versão: 3		
CAAE: 50007915.6.0000.5153		
Instituição Proponente: Departamento de Geografia		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 1.391.185		
Apresentação do Projeto:		
De acordo com pesquisadores, o projeto pretende investigar "fragmentos culturais e memória presentes em famílias ou pessoas que se declaram descendentes de indígenas Purys no município de Mirai em Minas Gerais, com o objetivo de identificar os traços da cultura material e imaterial ainda presentes na paisagem cultural do referido município."		
Objetivo da Pesquisa:		
Geral:		
"Estudar os fragmentos da cultura material e imaterial presentes nos descendentes declarados dos indígenas através da identificação dos fragmentos culturais e da memória dos Purys, antigos ocupantes do território da atual cidade de Mirai, Minas Gerais."		
Objetivo Secundário:		
"Verificar as formas de transmissão da cultura através da manipulação de raízes e plantas medicinais utilizados cotidianamente na culinária e na cura de doenças."		
Avaliação dos Riscos e Benefícios:		
Sem problemas éticos nos riscos e benefícios explicitados nesta nova versão.		
Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes		
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900		
UF: MG Município: VICOSA		
Telefone: (31)3899-2492 E-mail: cep@ufv.br		

Nota: O título da pesquisa foi modificado após a defesa para: NO LIVRO A RAÍZ, NA LEMBRANÇA O PASSADO. FRAGMENTOS CULTURAIS E MEMÓRIA DOS DESCENDENTES DECLARADOS DE INDÍGENAS DE MIRAI. A grafia "Pury" foi igualmente modificada, conforme consta no texto final, para **Puri**.

Parecer Consubstanciado – Conselho de Ética – UFV Folha 02/03

 CEP Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV			
Continuação do Parecer: 1.391.185				
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: Sem mais comentários de natureza ética.				
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: Sem problemas éticos.				
Recomendações:				
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: Aprovado				
Considerações Finais a critério do CEP: Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos. Projeto analisado durante a 9ª reunião de 2015.				
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:				
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_543343.pdf	18/12/2015 17:58:02		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_2.pdf	18/12/2015 17:57:01	Sérgio Antônio de Paula Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO_2.pdf	17/12/2015 20:24:41	Sérgio Antônio de Paula Almeida	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_AS_PENDENCIA S.pdf	11/12/2015 23:48:50	Sérgio Antônio de Paula Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO.pdf	04/12/2015 22:52:44	Sérgio Antônio de Paula Almeida	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.pdf	10/10/2015 11:08:46	Sérgio Antônio de Paula Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	01/10/2015 18:08:22	Sérgio Antônio de Paula Almeida	Aceito
 Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900 UF: MG Município: VICOSA Telefone: (31)3899-2492 E-mail: cep@ufv.br				
Página 02 de 03				

Parecer Consubstanciado – Conselho de Ética – UFV Folha 03/03



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
VIÇOSA - UFV



Continuação do Parecer: 1.391.185

Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	01/10/2015 18:06:52	Sérgio Antônio de Paula Almeida	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_PAROQUIA.pdf	27/08/2015 17:31:12	Maria Isabel de Jesus Chrysostomo	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_SEMIESTRUTURAD O.pdf	27/08/2015 17:30:13	Maria Isabel de Jesus Chrysostomo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 20 de Janeiro de 2016

Assinado por:

HELEN HERMANA MIRANDA HERMSDORFF
(Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-900
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-2492 **E-mail:** cep@ufv.br

I. 2 – Documentos enviados ao CONEP
I.2 – TCLE - MODELO
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Folha 01/02



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: MESTRADO PROFISSIONAL EM
PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá retirar seu consentimento e desistir de participar a qualquer momento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada: “No livro a raiz, na terra a semente, na lembrança o passado. Descendentes Declarados de Indígenas de Santo Antônio do Muriahé, atual cidade de Mirai: fragmentos culturais e memória”. Este trabalho é realizado para desenvolvimento da Dissertação de Mestrado do estudante Sérgio Antônio de Paula Almeida, vinculado ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Para participar, o senhor será entrevistado sobre o que guarda na memória ou em documentos e que esclarece sobre como eram seus ancestrais Purys. Queremos ouvir as histórias e lembranças que o Sr.(a) possui de seus bisavós, avós ou pais. Para que o Sr.(a) e a família do Sr.(a) tenha segurança nas informações prestadas elas serão lidas após o termino da entrevista para o Sr.(a), e um de seus familiares e após a leitura é que o Sr.(a) irá decidir se autoriza o uso dos depoimentos e documentos do senhor (a) no relatório final da pesquisa. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Esta entrevista terá um prazo estimado em 1 (uma) hora de duração. O material com as suas informações (gravações, entrevistas) ficará guardado em local seguro até que seja encontrada instituição pública que possa guardar seus depoimentos, que são um patrimônio cultural de seu povo. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará os resultados obtidos como um todo. Se as perguntas da entrevista causarem algum desconforto, o Sr. (a) não é obrigado a responder.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Folha 02/02

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr. (a) tem assegurado o direito à indenização.

Para assegurar que os valores éticos sejam garantidos respeitaremos a dignidade, a liberdade e a autonomia dos entrevistados, considerando todos os dispositivos legais nacionais e internacionais fundamentados para garantir a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Nessa medida, em nosso processo investigativo garantiremos a autonomia do entrevistado com vistas a não maleficência, beneficência, justiça e equidade aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. As perguntas sobre uso de plantas não tem outra finalidade que caracterizar um traço da cultura indígena Pury, além do que não tem propósito comercial. Contudo, ao final esperamos apresentar para a comunidade, os resultados da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais. Eu, _____, residente _____,

fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “No livro a raiz, na terra a semente, na lembrança o passado. Descendentes Declarados de Indígenas de Santo Antônio do Muriahé, atual cidade de Mirai: fragmentos culturais e memória” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

_____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Pesquisador responsável: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – email: isachrysostomo@ufv.br
Pesquisador assistente: Sérgio Antônio de Paula Almeida – email: sergimmirai2009@yahoo.com.br
Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Universidade Federal de Viçosa

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário-Viçosa/MG

CEP: 36570-000

TELEFONE: (31)3899-2492

email: cep@ufv.br

Nota: O título da pesquisa foi modificado após a defesa para: NO LIVRO A RAÍZ, NA LEMBRANÇA O PASSADO. FRAGMENTOS CULTURAIS E MEMÓRIA DOS DESCENDENTES DECLARADOS DE INDÍGENAS DE MIRAI. A grafia “Pury” foi igualmente modificada, conforme consta no texto final, para **Puri**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: MESTRADO PROFISSIONAL EM
PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA.

Roteiro de entrevista semiestruturado

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler, compreender e solicitar informações a cerca de todo o conteúdo descrito no **TCLE**. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após a realização da entrevista). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis. Os dados colhidos serão utilizados para o desenvolvimento da Dissertação de Mestrado com título provisório: “No livro a raiz, na terra a semente, na lembrança o passado. Descendentes Declarados de Indígenas de Santo Antônio do Muriaé, atual cidade de Mirai: Fragmentos culturais e memória”. Este roteiro de entrevista possui 6 páginas numeradas e está dividido em 3 partes. A média de duração estipulado para a realização deste trabalho é de aproximadamente 1 hora.

1ª Parte – identificação e cotidiano do participante.

1. Identificação.

Município: _____ CEP: _____ Nº do Formulário _____ Setor: () Sede Municipal () Rural (sítio/fazenda). () Distrito do Município.

Tipo de residência: Casa própria () Casa alugada () Casa de colono

Nome: _____ Data de nascimento: _____

Endereço residencial: _____

Documentos: C.I: _____ CPF: _____ Idade: _____ Certidões: ()

Nascimento. () Casamento. () Batismo. Nº _____

Estado Civil: () Solteiro. () Casado. () Separado. () Divorciado. () Amasiado.

Alfabetizado(a): () Sim. () Não.

Escolaridade: () Fundamental I. () Fundamental II. () Médio. () Superior.

Data de Nascimento ____/____/____ Grau de parentesco da ascendência indígena: _____

Filiação:

Nome do Pai: _____

Nome da Mãe: _____

Avós Paternos _____

Avós Maternos _____

Ascendência indígena declarada: () Pury. () Croata. () Caboclo.

Nome do ancestral com ascendência indígena direta: _____

Data de nascimento. ____/____/____ Miscigenação: Sim () Não. ()

Apresentou documento? () Sim. () Não. Data ____/____/____ Tipo de documento: _____

Nota: O título da pesquisa foi modificado após a defesa para: NO LIVRO A RAÍZ, NA LEMBRANÇA O PASSADO. FRAGMENTOS CULTURAIS E MEMÓRIA DOS DESCENDENTES DECLARADOS DE INDÍGENAS DE MIRAI. A grafia “Pury” foi igualmente modificada, conforme consta no texto final, para **Puri**.

Roteiro de entrevista semiestruturado - MODELO – Folha 02/06

2. Cotidiano do participante.

2.1 - Religião: _____ Não tenho religião. ()

2.2 - Qual atividade você exerce atualmente? _____ Aposentado. ()

2.3 - Qual o seu meio de transporte mais utilizado? _____

2.4 - Quais são seus lugares que você costuma frequentar?

Zona rural. () Zona urbana. ()

Especifique: _____

2.5 - Você ou algum outro membro de sua família participa de alguma atividade ou grupo cultural?

() Sim. () Não.

Qual atividade ou grupo cultural?

2.6 – Em caso de doenças, o que você ou sua família tem o costume de procurar?

() Médico/Hospital () Benzedor. () Farmacêutico. () Posto de Saúde.

2.7 – Qual o meio de comunicação você mais utiliza?

() Rádio. () Televisão. () Rodas de Conversas. () Telefone. () Internet.

2.8 - Na sua casa, qual o tipo de comida/alimentos sua família consome diariamente?

Raízes. () Brotos. () Folhas. () Sementes. () Cereais. () Legumes/hortaliças. ()

2.9 – Esses produtos são comprados em mercados/mercearias, é coletado no campo/mata ou produzido no espaço domiciliar (quintal)?

() Mercados/mercearias. () Coletado no campo/mata. () Produzido em espaço domiciliar (quintal).

2.10 – Você e sua família possui o hábito de consumir carnes ou derivados de animais silvestres?

() Sim. () Não.

2ª Parte – Cultura e memórias familiares dos ancestrais com ascendência indígena.

3. Memórias dos ancestrais com ascendência indígena.

3.1 – Onde vivia/residia o seu ancestral com ascendência indígena?

() Na zona rural (casa de colono). () Na zona rural (mata). () Na zona urbana.

3.1 - Qual a lembrança você possui de seu ancestral com ascendência indígena?

() Cabelos () Comportamento () Agricultura () Culinária () Indumentária

() Língua () Festas () Métodos Curativos () Estatura

() Danças () Mitos () Bebidas () Artesanato () Religiosidade

3.2 – Você lembra se o seu ancestral com ascendência indígena consumia ou produzia algum dos itens **2.8 e 2.10**?

() Raízes. () Brotos. () Folhas. () Sementes. () Cereais. () Legumes/hortaliças

() Carnes e derivados de animais silvestres.

4. Saberes dos ancestrais: técnicas e formas de saber fazer.

4.1 - Seu ancestral com ascendência indígena utilizava algum método curativo?

() Sim. () Não.

O que ele utilizava?

() Ervas medicinais(banhos/chás). () Raízes. () Benzições. () Sementes. () Outros.

4.2 - Quem ele dizia que o ensinou a utilizar desses métodos curativos?

() Bisavó. () Bisavô. () Avó. () Avô. () Pai. () Mãe. () Tio/Tia.

4.3 - Seu ancestral com ascendência indígena cultivava plantas medicinais em casa, ou coletava no campo?

() Sim, ele cultivava em casa. () Não, ele coletava no campo.

4.4 – Você lembra quais eram as ervas medicinais, raízes, sementes ou brotos que seu ancestral com ascendência indígena coletava no campo ou produzia em casa?

() Sim. () Não.

Você poderia descrever quais eram essas ervas medicinais, raízes, sementes ou brotos?

4.5 – No momento de preparação destas ervas medicinais, raízes, sementes ou brotos, para utilização como remédios ou benzições, o seu ancestral com ascendência indígena realizava algum rito ou ato religioso?

() Sim. () Não.

Você possui alguma lembrança do momento em que ele preparava esses remédios?

() Sim. () Não.

Em que esse ritual consistia?

() Orações. () O preparo era realizado somente por infusão ou maceração sem a utilização de qualquer ato religioso.

4.8 - Seu ancestral com ascendência indígena produzia algum tipo de artesanato ou possuía alguma técnica para construção de moradia?

() Sim. () Não.

Quais?

() **Cerâmicas** – Qual material era utilizado?

() Barro. () Barro e palha.

() **Indumentária** – qual material era utilizado?

() Penas. () Palha. () Folhas. () Sementes. () Tecidos rústicos. () Peles/couro.

() **Construção de moradia** – Qual material era utilizado?

() Barro amassado com palha. () Folhagens. () Estrutura mista(folhagens e bambu)

5. Religiosidade e Mitos dos ancestrais com ascendência indígena

5.1 - Seu ancestral com ascendência indígena possuía algum hábito de fazer orações?

() Sim. () Não.

As orações eram realizadas em quais momentos?

() Proteção. () Cura. () Diariamente.

5.3 – O seu ancestral com ascendência indígena possuía algum amuleto?

() Sim. () Não.

Esse amuleto era feito com qual material?

() Palha. () Pedra colorida. () Concha. () Madeira () Outros: _____

Roteiro de entrevista semiestruturado – MODELO – Folha 04/06

5.5 - Seu ancestral com ascendência indígena possuía algum outro ritual ou ato religioso praticado diariamente?

() Sim. () Não.

Em que consistia esse ritual ou ato religioso?

5.6 - Quais histórias de seu ancestral com ascendência indígena a sua família costuma contar com relação a mitos, lendas ou folclore?

() Ligados ao folclore brasileiro – Especificar: _____

() Espíritos da floresta - Especificar: _____

() Ligados às tradições religiosas – Especificar: _____

3ª Parte – Identidade familiar e fragmentos de saberes dos ancestrais com ascendência indígena presentes atualmente na família.

1. Fragmentos culturais atualmente presentes na família que possui ancestral com ascendência indígena

1.1 – Para você, qual o significado de possuir um ancestral com ascendência indígena:

() Positivo. () Negativo. () Indiferente.

1.2 – Para você, Índio, Pury e Croato é a mesma coisa?

() Sim. () Não. () Não sabe.

Saberes dos ancestrais: Técnicas e formas de saber fazer.

1.3 - Alguém em sua família atualmente utiliza práticas e métodos curativos?

() Sim. () Não.

Quem transmitiu esse conhecimento para você, ou para a pessoa da família?

() Bisavô. () Bisavó. () Avô. () Avó. () Pai. () Mãe. () Tio/Tia.

6.4 – Você, ou alguém de sua família cultiva plantas medicinais em casa ou possui o hábito de coletar ervas medicinais, raízes, sementes ou brotos no campo/mata?

() Sim. Cultiva em casa. () Não. É coletado no campo/Mata.

Em caso de cultivo domiciliar, onde essas ervas medicinais, raízes, sementes ou brotos são cultivadas?

() Em vasos individuais. () No quintal da casa.

6.5 – Você, ou alguém de sua família ainda utiliza essas ervas medicinais, raízes, sementes ou brotos que o seu ancestral com ascendência indígena coletava no campo/mata ou produzia em casa(quintal)?

() Sim. () Não.

Você saberia descrever quais eram as ervas medicinais, raízes, sementes ou brotos são usados?

6.6 – Atualmente, no momento de preparação destas raízes, sementes ou brotos para utilização como remédios ou benzições, você ou seu familiar realiza algum ritual ou ato religioso como realizava o seu ancestral com ascendência indígena?

() Sim. () Não.

Em que esse ritual consiste?

() Orações. () O preparo é realizado somente por infusão ou maceração sem a realização de qualquer ato religioso.

Roteiro de entrevista semiestruturado – MODELO – Folha 05/06

6.7 – Você, ou algum membro de sua família aprendeu algum tipo de técnica para construção de moradia ou para fazer algum tipo de artesanato? Essa técnica é a mesma que foi usada por seu ancestral com ascendência indígena? () Sim. () Não.

() **Cerâmicas** – Qual material é utilizado?

() Barro. () Barro e palha. () Outro – Especificar: _____

() **Indumentária** – qual material é utilizado?

() Penas. () Palha. () Folhas. () Sementes. () Tecidos rústicos () Pele/couro.

() **Moradia** – Qual material é utilizado?

() Barro amassado com palha. () Folhagens. () Estrutura mista (folhagens e bambu)

Religiosidade e Mitos dos ancestrais com ascendência indígena.

6.8 – Você, ou algum membro de sua família possui o hábito de fazer orações como o seu ancestral com ascendência indígena fazia?

() Sim. () Não.

As orações são realizadas por quais motivos?

() Proteção. () Cura. () Diariamente.

6.9 – Você, ou alguém de sua família possui algum amuleto/objeto que pertenceu a seu ancestral com ascendência indígena?

() Sim. () Não.

Esse objeto/amuleto é utilizado atualmente?

() Não. () Sim, utilizado para proteção. () Sim, utilizado diariamente como relíquia familiar.

Esse objeto/amuleto é o mesmo deixado por seu ancestral com ascendência indígena?

() Sim. () Não.

De que material é feito esse objeto/amuleto?

() Palha. () Pedra colorida. () Concha. () Madeira () Outros: _____

6.10 – Você, ou algum membro de sua família pratica atualmente algum outro ritual ou ato religioso que era praticado por seu ancestral com ascendência indígena?

() Sim. () Não.

Em que consiste esse ritual ou ato religioso?

1. Documentação apresentada.

7.1 - Outros documentos apresentados: RG, Certidões de Imóvel, Mapas, etc.

nº	Descrição do documento	Data	Localidade	Observações	Cópia
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

Roteiro de entrevista semiestruturado – MODELO – Folha 06/06

7.2 - Certidões: Batismo e Registro Civil					
nº	Nome da pessoa registrada	Natureza	Lº/fls	Observações	Cópia
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					

Eu _____, declaro ter recebido todas as informações pertinentes para a presente pesquisa de acordo com o **TCLE** e ter sido esclarecido de todas as informações solicitadas. Declaro que foi dada a oportunidade de ler este roteiro de entrevista semiestruturado após o término da entrevista para esclarecer minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar.

Local: _____, em ____/____/____.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador responsável ou pesquisador assistente

Pesquisador responsável: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – email: isachrysostomo@ufv.br
 Pesquisador assistente: Sérgio Antônio de Paula Almeida – email: sergimmirai2009@yahoo.com.br
 Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Universidade Federal de Viçosa
 CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
 Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário-Viçosa/MG
 CEP: 36570-000
TELEFONE: (31)3899-2492
 email: cep@ufv.br

I.4 Autorização – Paróquia Santo Antônio de Mirai (MG)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: MESTRADO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Declaro para os devidos fins que autorizo Sérgio Antônio de Paula Almeida, CPF: 031.794.636-60, discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania que frequente, pesquise e consulte o acervo referente aos registros de batismo (século XIX) da Igreja Matriz de Santo Antônio na cidade de Mirai(MG), com vistas à coleta de dados para elaboração de sua Dissertação de Mestrado, com título provisório de “No livro a raiz, na terra a semente, na lembrança o passado. Descendentes Declarados de Indígenas de Santo Antônio do Muriaé, atual cidade de Mirai: fragmentos culturais e memória”. O trabalho do referido discente/pesquisador deverá ser monitorado pelos funcionários da secretaria Paroquial, bem como deverão ser observados os horários e dias de funcionamento e atendimento ao público. Os livros do acervo de registros de batismo consultados não poderão ser removidos do local da pesquisa. Fica o pesquisador responsabilizado por quaisquer danos ocasionados ao acervo para cumprir as finalidades desta autorização.

Declaro ainda, que esta Instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Mirai, 10 de julho de 2015.

2155162/0022-00

PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO
DIOCESE DE LEOPOLDINA

PE. MANUEL PEREIRA, P.P.
CENTRO – CEP. 36.100

MIRAI – MG

Assinatura e carimbo da Instituição
Administração paroquial

Paróquia Santo Antônio
DIOCESE DE LEOPOLDINA
MIRAI-MG

Pesquisador responsável: Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – email: isachrysostomo@ufv.br

Pesquisador assistente: Sérgio Antônio de Paula Almeida – email: sergimmirai2009@yahoo.com.br

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Universidade Federal de Viçosa

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário-Viçosa/MG

CEP: 36570-000

TELEFONE: (31)3899-2492

email: cep@ufv.br

Nota: O título da pesquisa foi modificado após a defesa para: NO LIVRO A RAÍZ, NA LEMBRANÇA O PASSADO. FRAGMENTOS CULTURAIS E MEMÓRIA DOS DESCENDENTES DECLARADOS DE INDÍGENAS DE MIRAI.

Parte II

Capítulo 1: Catalogação e organização de dados dos livros de batismos da Igreja Matriz de Santo Antônio de Mirai

Existe uma grande demanda de profissionais com capacitação para atender áreas que não atuam diretamente ligadas à pesquisa acadêmica. Embora o Mestrado Profissional seja diferenciado do Mestrado Acadêmico pelo seu direcionamento ao mercado de trabalho, objetivando aperfeiçoamento e ampliação do conhecimento para que este seja aplicado em comunidades e setores empresariais, o conhecimento adquirido e aperfeiçoado através do contato com o desenvolvimento de soluções e produtos que visam auxiliar a formação do profissional acaba gerando um ambiente de pesquisa e busca de investigação própria do ambiente acadêmico. Assim sendo, as qualidades deste apesar de sua aparente diferenciação são inerentes àquele. Desta forma, a perspectiva da formação de um pesquisador durante os anos de estudo dedicados em um programa de Mestrado Profissional está diretamente ligada à produção intelectual e a de seu produto final, exigência para conclusão dos estudos. O profissional, estudante de pós-graduação *stricto sensu*, ligado a um programa de Mestrado Profissional amplia seu campo de domínio sobre as ciências inerentes à sua formação adquirindo ferramentas e ampliando suas experiências. Procurando atender as exigências do programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa – relacionada à confecção e aplicação do produto final e, ao mesmo tempo solucionar as questões ligadas ao desenvolvimento do texto dissertativo, percebi e a necessidade de manutenção de acervos documentais, portadores que são de identidade, memória e história de comunidades. São estes arquivos, documentos de singular valor. Ainda, Cardoso (2002) observa que: os “registros paróquias funcionam como um “registro civil antigo”, possibilitando o estudo do movimento natural da população.”⁵¹³

Iniciei em conjunto com a secretaria da Igreja Matriz de Santo Antônio na cidade de Mirai o trabalho de levantamento, catalogação e organização dos dados existentes nos livros de batismos do século XIX, para que as informações retiradas fossem inseridas em um programa de computar criado para auxiliar na conservação destes documentos visando atendimento público. Procurei conciliar a demanda de emissão de certidões de batismos pela secretaria da Paróquia e contribuir para a desaceleração no desgaste destes documentos, que manuseados cotidianamente vem se perdendo de forma rápida. A deterioração destes acervos é potencializada ainda por fungos e traças comuns ao tipo de material.

⁵¹³CARDOSO, Ciro Flamarion S. Op. Cit. 2002, p. 129.

Hoje em dia nas Igrejas, particularmente as pertencentes e ligadas à religião Católica⁵¹⁴, existe um considerável acervo histórico-patrimonial que ainda não foi investigado. Ladurie⁵¹⁵(1988) salienta que esse tipo de documentação eclesiástica, investigados e trabalhados pelo historiador e seus métodos, revelam grande riqueza, a despeito serem ainda mal conhecidos. O que de fato na região pesquisada é uma realidade. Historiadores e estudiosos não se debruçaram com afinco sobre o importante acervo existente nas secretarias das Igrejas surgidas na região da Zona da Mata no século XIX. Os materiais existentes nesses acervos guardam segredos enquanto aguardam pela curiosidade do historiador, ou pela sua destruição ao sabor do tempo. Ao contrário de regiões centrais, com formação administrativa há tempos mais recuados, os arquivos interioranos em regiões de ocupação tardia continuam à espera de quem desvele seus segredos. Na região da Zona da Mata mineira, a existência de registros anteriores sobre sua configuração territorial é referente à época em que a sua jurisdição estava ligada as determinações da Coroa portuguesa. A região, contudo, ganharia novas configurações em suas fronteiras com a expansão e ocupação do território início do século XIX. Expansão que proporcionou, nas primeiras décadas do Império, a formação dos núcleos habitacionais nos vales dos rios Muriahé e rio Pomba.⁵¹⁶Nesta região, a ocupação do território e a pacificação dos povos indígenas deu início a produção independente de documentos juntamente com a criação dos quartéis militares e curatos.⁵¹⁷ Assim, o início do período de sua história escrita, chamado por Flamarion e Pérez de período proto-estatístico⁵¹⁸, encontra-se aberto para novas abordagens. Na época, a Igreja de Santo Antônio, pertencia à Freguesia de Santa Rita do Meia Pataca.

O processo de organização dos dados teve início com o reconhecimento do material e sua validade para a pesquisa. Seguiu-se a análise das fontes para elaboração de uma planilha, cujo objetivo foi sistematizar os dados dos encontrados. Desenvolvida, a planilha possuía os seguintes campos de anotação: livro, fls, registro nº, data do registro, localidade, data de

⁵¹⁴Embora seja considerada uma unidade administrativa, a Igreja Católica possui nesta região particularidades como a existente na comunidade da Santa Montanha, no município de Guiricema-MG. A Comunidade não seguiu as diretrizes do Concílio do Vaticano II na década de 60 do século passado e embora possua liturgia e estrutura à semelhança das Igrejas seculares, ligadas à jurisdição diocesana sob autoridade do Bispo, a comunidade da Santa Montanha mantém seus ritos. Na comunidade, as missas são faladas em latim. Mulheres usam véu sobre a cabeça e se assentam em lado oposto aos homens na missa.

⁵¹⁵LADURIE, Emmanuel Le Roy. Op. Cit., 1988, p. 23.

⁵¹⁶Importante também ressaltar que viajantes e naturalistas também viriam passar pela Zona da Mata mineira, a exemplo de Bréthel, deixando sua impressão e detalhes da flora e do gentílico local.

⁵¹⁷Distrito Eclesiástico, onde o padre possui as mesmas prerrogativas que um Pároco. Enquanto o Pároco recebia soldo do Estado, o curato se sustenta através de doações diárias entregues por sua comunidade. Os curatos se ligam à jurisdição de um território pertencente à Freguesia enquanto não possuem condição de serem elevadas à Freguesia.

⁵¹⁸CARDOSO, Ciro Flamarion S. Op.Cit. 2002, p. 129.

nascimento, nome do batizado, observações (legítimo, escravo, índio, liberto, natural), nome do pai, nome da mãe, padrinhos, vigário/padre, observações (campo destinado a observações como: etnia, profissões e ocupações, naturalidade dos pais, crianças gemas, libertos).

Fls	Lº	Registro	Data do Registro	Localidade	Data de Nascimento	Nome	Observação	Pai	Mãe	Padrinhos	Vigário	Observações
04	01	01	03/01/1866	Santo Antônio Murihé	25/09/1865	Maria	Legítima	Antônio Jesus	Maria Nazaré	Antônio José Cruz e Sebastiana Cruz	João Vassalli	Nenhuma
04	01	02	05/01/1866	Santo Antônio Murihé	16/12/1864	José	Puri	Não declara	Maria	Joaquim José e Maria da Silva	João Vassalli	Nenhuma
04	01	03	22/01/1866	Santo Antônio Murihé	20/10/1865	Antônio	Legítimo	Manoel Cruz	Anna da Cruz	João Antonio e Anna de Jesus	João Vassalli	O pai é Alfere
04	01	04	04/03/1866	Santo Antônio Murihé	14/02/1866	José	Escravo	José	Thereza	Manoel e Catharina	João Vassalli	Escravo de João Cruz
04	01vº	05	12/03/1866	Santo Antônio Murihé	21/05/1864	Joaquim	-	Não declara	Antônia Luz	José Souza e Anna	João Vassalli	A madrinha é índia Pury
04	01vº	06	01/04/1866	Santo Antônio Murihé	02/01/1866	Antônio	Legítimo	Joaquim Cruz	Anna Souza	Manoel Silva e Antônia Silva	João Vassalli	Nenhuma
04	01vº	07	15/04/1866	Santo Antônio Murihé	16/08/1864	Maria	-	-	-	Manoel Antônio e Maria José Cruz	João Vassalli	Expurgada

Planilha 2 – Modelo para catalogação dos registros de batismos. Planilha construída a partir dos dados existentes nos livros de registro de batismos da Igreja Matriz de Santo Antônio em Mirai – Minas Gerais –
Fonte: Livros de batismo da Igreja Matriz de Santo Antônio

A primeira etapa consistiu, portanto, no reconhecimento e catalogação dos dados, tão logo foram identificadas as particulares do registro. O passo seguinte iniciou com a organização dos dados. Uma característica encontrada nos registros de batismos é a sua falta de sequência. Os padres não faziam todos os registros de batismos no momento de sua realização. Este poderia ser uma incumbência transferida a alguém de sua confiança, e mesmo poderia ser uma anotação de sua lembrança.⁵¹⁹ Seguiu-se, portanto a catalogação na sequência apresentada pelos registros. A etapa posterior serviu para a organização dos registros, realizando a divisão da sociedade, e posteriormente por data do batismo e após, uma segunda organização de acordo com o dia do nascimento, mês e ano e divisão por sexo. Foram realizados a catalogação de 5.974 registros de batismos, que compreendem o período de 12 de agosto de 1866 a 31 de dezembro do ano de 1900. Conforme tabela a seguir:

⁵¹⁹Foram encontrados diversos registros de batismos anotados em papeis avulsos, folhas separadas e registros com informações esclarecendo que foram escritos anos no livro anos após a sua realização por algum sacerdote que havia passado pela localidade.

Planilha 3 – Registro geral de batismos de Santo Antonio do Muriaé (1866 a 31/12/1900) - Cidade de Mirai - Minas Gerais																												
Ano	Sociedade Livre				Sociedade Escrava									Sociedade Indígena						Registros Diversos				Quantitativo			Geral	
	Filhos				Filhos			Filhos Batizados livre		Filhos	Filhos de ex-escravos ou libertos		Filhos de Puri			Filho de Caboclo			Registro de Criança Sem o nome dos pais	Criança Sem nome no registro	Registro somente com o nome do pai	Criança Expurgada Enjeitada	Sexo					
	Pai e Mãe	Natural	Mãe	Leg.	Pai e Mãe	Mãe	Leg.	Pai e Mãe	Mãe	Escravo(a) com Liberto	Pai e Mãe	Mãe	Leg.	Pai e Mãe	Mãe	Leg.	Pai e Mãe	Mãe					Leg.	Masc	Fem	Indefinido		
1866	-	-	-	27	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	16	17	-	33	
1867	6	-	6	92	1	13	2	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	66	58	-	124		
1868	2	-	3	30	2	8	5	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	26	27	-	53		
1869	-	1	4	39	1	4	6	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	32	25	-	57		
1870	-	-	1	36	2	8	1	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	25	27	-	52		
1871	3	-	3	48	1	15	3	-	1	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	35	43	-	78		
1872	14	-	3	36	7	11	3	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	46	32	-	78		
1873	35	-	2	9	6	11	1	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	40	29	-	69		
1874	62	-	2	2	9	11	1	-	-	-	-	-	-	8	-	-	1	-	1	-	-	-	53	44	-	97		
1875	64	-	5	12	6	11	-	-	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	2	-	59	46	-	105		
1876	60	-	2	1	10	8	-	-	1	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	51	35	-	86		
1877	80	-	1	3	9	21	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	66	54	-	120		
1878	28	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	20	13	-	33		
1879	130	-	14	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	7	-	2	1	-	-	-	-	91	67	-	158		
1880	83	-	4	-	1	-	-	4	1	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	43	55	-	98		
1881	96	-	4	-	1	2	-	1	8	-	-	-	-	1	6	-	-	-	-	-	1	-	71	49	-	120		
1882	97	-	12	-	4	14	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	72	59	-	131		
1883	108	-	11	2	12	17	-	-	-	-	-	-	-	7	-	1	-	-	-	-	-	-	79	79	-	158		
1884	113	-	11	1	10	15	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	2	-	-	2	91	67	-	158		
1885	128	-	7	-	11	14	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	2	95	74	-	169		
1886	109	-	6	5	10	40	1	-	-	1	-	-	-	12	-	-	-	-	1*	1**	-	1	101	84	2	187		
1887	156	2	10	1	8	16	-	-	-	1	-	-	-	5	-	-	-	-	4	-	-	-	98	105	-	203		
1888	159	-	7	5	-	4	-	-	-	-	12	20	-	9	-	-	-	-	1	-	-	-	106	111	-	217		
1889	233	-	7	5	-	-	-	-	-	-	6	10	-	6	-	-	-	-	-	-	1	-	137	131	-	268		
1890	204	-	14	7	-	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	123	106	-	229		
1891	214	-	21	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	116	125	-	241		
1892	252	-	17	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	151	122	-	273		
1893	236	-	19	12	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	134	136	-	270		
1894	163	-	19	93	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124	152	-	276		
1895	146	1	21	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	151	162	-	313		
1896	146	1	19	137	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	149	155	-	304		
1897	148	1	22	105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	1	1	148	133	-	281		
1898	147	5	19	150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	160	163	-	323		
1899	4	10	9	276	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	159	143	-	302		
1900	1	4	11	292	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	139	171	-	310		
Total	3427	25	317	1570	112	247	24	8	17	2	25	30	-	8	117	2	4	7	-	17	1	7	7	3073	2899	2	5974	
%	57,34	0,42	5,3	26,28	1,9	4,15	0,4	0,15	0,3	0,03	0,42	0,5	-	0,13	1,95	0,03	0,06	0,11	-	0,3	0,01	0,11	0,11	51,5	48,2	0,03	100	
Total Geral da catalogação - 1866/1900					5974										100					Data: 28/09/2015								

* Registro sem o nome dos pais e da criança batizada

** Registro sem o nome da criança batizada – filho legítimo

Obs.: Os dados da catalogação estão nos acervos do DHI – departamento de História da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais

Tabela 1/4	Mês	Janeiro									Fevereiro									Março								
Ano	Sexo	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
1866		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	
1867		2	2	-	-	-	-	-	-	4	2	1	-	-	-	-	-	-	3	1	1	-	-	-	-	-	2	
1868		2	1	-	-	-	-	-	-	3	2	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	0	
1869		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	3	3	-	-	-	-	7	2	2	-	1	-	-	-	5	
1870		1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0	
1871		3	-	1	-	-	-	-	-	4	3	-	1	1	-	-	-	-	5	2	1	1	-	-	-	-	4	
1872		-	-	1	-	-	-	-	-	1	3	2	1	1	1	1	-	-	8	1	1	1	-	-	-	-	3	
1873		3	2	-	-	-	-	-	-	5	3	1	1	2	-	-	-	-	7	3	-	1	1	-	1	-	6	
1874		3	1	-	-	-	-	1	-	5	3	2	-	-	1	-	-	-	6	3	1	2	-	-	-	-	6	
1875		3	4	-	-	-	-	2	-	9	5	4	1	-	-	-	-	-	10	4	3	1	1	-	-	-	9	
1876		1	1	1	-	-	1	-	-	4	5	6	-	-	-	-	-	-	11	4	2	-	-	-	-	-	6	
1877		3	2	1	1	-	-	-	-	7	1	5	-	-	-	-	-	-	6	9	4	2	1	-	-	-	1	17
1878		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	2	
1879		5	4	-	-	-	-	-	-	9	4	2	-	-	-	-	-	-	6	7	8	-	-	1	-	-	-	16
1880		3	7	-	1	-	-	-	-	11	4	5	-	-	-	-	-	-	9	1	5	-	-	1	-	-	-	7
1881		6	5	2	-	-	2	-	-	15	3	3	-	-	-	-	-	-	6	2	8	-	-	-	-	-	-	10
1882		1	4	-	-	-	-	-	-	5	4	1	-	-	-	-	-	-	5	6	3	-	-	-	-	-	-	9
1883		1	3	-	3	-	-	-	-	7	3	4	-	-	-	-	-	-	7	5	6	2	1	-	-	-	-	14
1884		6	2	3	-	-	-	-	-	11	12	3	-	-	-	1	-	-	16	5	5	-	1	-	-	-	-	11
1885		8	4	2	-	-	-	-	-	14	7	7	-	-	-	1	-	-	15	2	8	1	4	1	1	-	-	17
1886		7	2	2	2	2	2	-	-	15	2	9	-	3	-	-	-	-	14	4	6	2	2	-	-	-	-	14
1887		6	3	2	7	1	-	-	-	19	6	7	1	2	-	-	-	-	16	5	11	2	-	-	-	-	-	18
1888		6	6	-	-	1	2	-	-	15	14	7	-	-	-	1	-	-	22	9	10	-	-	-	-	-	-	19
1889		10	8	-	-	-	-	-	-	18	8	7	-	-	-	1	-	-	16	8	16	-	-	-	-	-	-	24
1890		15	4	-	-	1	-	-	-	20	11	6	-	-	-	-	-	-	17	7	9	-	-	-	-	-	-	16
1891		6	6	-	-	-	-	-	-	12	11	11	-	-	-	-	-	-	22	19	12	-	-	-	-	-	-	31
1892		16	18	-	-	1	-	-	-	35	11	9	-	-	-	-	-	-	20	13	6	-	-	-	-	-	-	19
1893		9	9	-	1	-	-	-	-	19	7	17	-	-	-	-	-	-	24	14	7	-	-	-	1	-	-	22
1894		9	21	-	-	-	-	-	-	30	8	12	-	-	-	-	-	-	20	8	11	-	-	-	-	-	-	19
1895		13	10	-	-	1	-	-	-	24	11	12	-	-	-	-	-	-	23	17	15	-	-	1	-	-	-	33
1896	8	12	-	-	-	-	-	-	20	11	15	-	-	-	-	-	-	26	14	10	-	-	-	-	-	-	24	
1897	12	12	-	-	-	-	-	-	24	11	7	-	-	-	-	-	-	18	14	12	-	-	-	-	-	-	26	
1898	18	14	-	-	-	-	-	-	32	16	14	-	-	-	-	-	-	30	23	16	-	-	-	-	-	-	39	
1899	7	15	-	-	-	-	-	-	22	13	6	-	-	-	-	-	-	19	10	13	-	-	-	-	-	-	23	
1900	9	13	-	-	-	-	-	-	22	14	12	-	-	-	-	-	-	26	8	8	-	-	-	-	-	-	16	
Total		202	195	15	15	10	5	0	0	442	220	199	9	12	2	4	0	0	446	232	221	15	12	4	3	0	1	488
%										100								100									100	

Planilha 4 – Batismos - De acordo com a data de nascimento - Janeiro, fevereiro e Março
Registros de batismo de Santo Antonio do Muriaé. Período pesquisado de 1866 a 31/12/1900
 Cidade de Mirai - Minas Gerais - Distribuição Mensal - Divisão de nascimentos por sexo

Tabela 2/4	Mês	Abril									Maio										Junho									
Ano	Sexo	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total		
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem
1866	PERÍODO PÓS-LEI ÁUREA	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0	5	1	-	1	-	-	-	-	7		
1867		-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2	5	-	-	-	-	-	7			
1868		-	2	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	3			
1869		1	1	-	-	-	-	-	-	2	1	2	-	-	-	-	-	-	3	1	1	-	-	-	-	-	2			
1870		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	1	-	-	-	2	3	1	-	-	-	-	-	4			
1871		1	6	1	-	-	-	-	-	8	4	2	2	-	-	1	-	-	9	2	1	-	2	-	-	-	5			
1872		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	2	-	-	-	-	-	-	2	4	3	1	1	1	1	-	11			
1873		2	2	1	-	-	-	-	-	5	2	2	2	1	-	-	-	-	7	3	1	1	1	-	-	-	6			
1874		4	5	-	2	1	-	-	-	12	1	2	1	-	1	1	-	-	6	5	1	1	2	-	-	1	10			
1875		2	3	3	1	-	1	-	-	10	6	4	1	2	-	-	-	-	13	7	2	1	1	-	-	-	11			
1876		3	1	-	-	-	-	-	-	4	-	4	2	1	-	-	-	-	7	7	2	3	-	1	-	-	13			
1877		5	3	1	-	-	-	-	-	9	1	3	3	1	-	-	-	-	8	1	2	-	2	-	-	1	6			
1878		-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	2			
1879		5	6	1	-	-	-	2	-	14	6	7	-	-	-	1	-	-	14	10	3	-	1	2	-	-	16			
1880		3	3	-	-	-	-	-	-	6	2	1	-	-	-	-	-	-	3	2	3	-	-	-	-	-	5			
1881		4	4	-	-	-	-	-	-	8	1	5	-	-	-	-	-	-	6	6	2	-	-	-	-	-	8			
1882		5	3	3	1	1	-	-	-	13	12	8	4	-	-	-	-	-	24	5	4	1	1	-	-	-	11			
1883		6	5	4	-	-	1	-	-	16	3	5	-	-	-	-	-	-	8	2	5	-	-	-	-	-	7			
1884		1	3	-	1	-	-	-	-	5	2	6	-	-	-	-	-	-	8	8	5	1	-	-	-	-	14			
1885		9	3	2	1	-	-	-	-	15	3	2	-	1	1	-	-	-	7	4	3	-	1	-	1	-	9			
1886		4	3	2	-	-	-	-	-	9	3	4	5	2	-	1	-	-	15	8	3	6	1	1	-	-	19			
1887		10	9	1	-	-	-	-	-	20	3	13	-	-	-	-	-	-	16	9	7	-	-	1	-	-	17			
1888		7	4	-	-	-	2	-	-	13	5	8	-	-	1	-	-	-	14	7	9	-	-	-	1	-	17			
1889		12	8	-	-	1	-	-	-	21	14	16	-	-	-	2	-	-	32	15	14	-	-	-	1	-	30			
1890		7	12	-	-	-	-	-	-	19	10	12	-	-	-	-	-	-	22	12	11	-	-	-	-	-	23			
1891		5	12	-	-	-	-	-	-	17	6	10	-	-	-	-	-	-	16	13	11	-	-	-	-	-	24			
1892		13	5	-	-	-	-	-	-	18	9	13	-	-	-	-	-	-	22	12	16	-	-	-	1	-	29			
1893		9	14	-	-	-	1	-	-	24	9	12	-	-	-	-	-	-	21	15	8	-	-	-	-	-	23			
1894		8	10	-	-	-	-	-	-	18	10	15	-	-	-	-	-	-	25	16	15	-	-	-	-	-	31			
1895		13	11	-	-	-	-	-	-	24	17	6	-	-	-	1	-	-	24	17	15	-	-	1	-	-	33			
1896		20	15	-	-	-	-	-	-	35	12	10	-	-	-	-	-	-	22	11	12	-	-	1	-	-	24			
1897		17	9	-	-	-	-	-	-	26	11	14	-	-	-	-	-	-	25	23	18	-	-	-	1	-	42			
1898		8	10	-	-	-	-	-	-	18	20	17	-	-	-	-	-	-	37	15	10	-	-	-	-	-	25			
1899		12	15	-	-	-	-	-	-	27	14	14	-	-	-	-	-	-	28	15	10	-	-	-	-	-	25			
1900		9	12	-	-	-	-	-	-	21	13	16	-	-	-	-	-	-	29	8	11	-	-	-	-	-	19			
Total		206	201	19	6	3	5	2	0	442	201	239	20	8	3	8	0	0	479	276	217	15	14	8	6	2	0	538		
%										100								100									100			

Planilha 5 – Batismos - De acordo com a data de nascimento - Abril, Maio e Junho
Registros de batismo de Santo Antonio do Muriahé. Período pesquisado de 1866 a 31/12/1900
 Cidade de Mirai - Minas Gerais - Distribuição Mensal - Divisão de nascimentos por sexo

Tabela 3/4	Mês	Julho									Agosto									Setembro								
Ano	Sexo	Livre		Escravo		Pury		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Pury		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Pury		Caboclo		Total
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
		-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-	3	2	1	-	-	-	-	-	3	
1866		2	1	-	1	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	1	5	1	-	-	-	-	-	6	
1867		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	4	1	-	-	-	-	-	5	
1868		1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	1	
1869		2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	3	-	1	-	-	-	-	4	-	2	1	-	-	-	-	3	
1870		1	2	-	-	-	-	-	-	3	3	3	-	2	-	-	-	-	8	4	2	1	3	-	-	-	10	
1871		2	3	2	1	-	-	-	-	8	7	3	1	1	-	-	-	-	12	3	-	2	2	-	-	-	7	
1872		2	2	1	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	0	6	3	1	-	-	-	-	10	
1873		4	5	1	1	1	1	-	-	12	4	5	2	2	-	-	-	-	13	3	3	-	1	1	1	-	9	
1874		2	3	1	-	-	-	-	-	6	5	2	1	-	-	-	-	-	8	3	-	-	1	-	-	-	4	
1875		5	-	-	1	-	-	-	-	6	4	3	2	1	-	-	-	-	10	1	1	1	-	-	-	-	3	
1876		2	2	3	2	-	-	-	-	9	3	1	1	-	-	-	1	-	6	3	3	-	1	-	-	-	7	
1877		1	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3	-	-	1	-	-	-	6	2	-	-	-	-	-	-	2	
1878		5	3	-	-	-	1	1	-	10	11	10	-	-	-	-	1	-	22	7	6	-	-	-	-	-	13	
1879		2	1	-	-	-	-	-	-	3	2	8	-	-	-	-	-	-	10	9	6	-	-	-	-	-	15	
1880		3	1	1	-	-	-	-	-	5	4	-	1	1	1	-	-	-	7	5	2	-	-	-	-	-	7	
1881		5	5	-	1	-	-	-	-	11	6	8	1	-	-	-	-	-	15	7	9	1	-	1	-	-	18	
1882		6	2	-	1	-	1	-	-	10	5	5	3	1	1	-	-	-	15	2	4	1	1	1	-	-	10	
1883		6	9	2	3	-	1	-	-	21	9	7	1	2	-	-	-	-	19	4	-	1	2	-	-	-	7	
1884		7	4	2	3	-	-	-	-	16	9	6	3	1	-	2	-	-	21	3	8	2	1	-	-	-	14	
1885		9	3	-	1	1	1	-	-	15	6	7	2	3	-	1	-	-	19	7	5	4	-	-	-	-	16	
1886		8	10	-	-	-	-	-	-	18	7	2	1	-	-	-	-	-	10	7	14	-	-	1	-	-	22	
1887	PERÍODO PÓS-LEI ÁUREA	10	12	-	-	-	-	-	22	7	11	-	-	-	-	-	-	18	12	8	-	-	-	-	-	20		
1888		9	8	-	-	-	-	-	17	13	8	-	-	-	-	-	-	21	13	9	-	-	-	1	-	23		
1889		16	12	-	-	-	-	-	28	10	8	-	-	-	-	-	-	18	9	8	-	-	-	-	-	17		
1890		14	8	-	-	-	-	-	22	6	12	-	-	-	1	-	-	19	5	16	-	-	-	-	-	21		
1891		17	7	-	-	-	-	-	24	13	9	-	-	-	-	-	-	22	13	6	-	-	-	-	-	19		
1892		14	11	-	-	-	-	-	25	11	15	-	-	-	-	-	-	26	14	15	-	-	-	-	-	29		
1893		16	14	-	-	-	-	-	30	12	15	-	-	-	-	-	-	27	16	13	-	-	-	-	-	29		
1894		10	10	-	-	-	-	-	20	11	17	-	-	-	-	-	-	28	11	15	-	-	-	1	-	27		
1895		20	14	-	-	-	-	-	34	10	15	-	-	-	-	-	-	25	17	9	-	-	-	-	-	26		
1896		9	11	-	-	-	-	-	20	12	19	-	-	-	-	-	-	31	8	5	-	-	1	-	-	14		
1897		11	7	-	-	-	-	-	18	18	17	-	-	-	-	-	-	35	8	11	-	-	-	-	-	19		
1898		10	11	-	-	-	-	-	21	16	18	-	-	-	-	-	-	34	12	8	-	-	-	-	-	20		
1899		12	14	-	-	-	-	1	-	27	15	15	-	-	-	-	-	30	5	10	-	-	-	-	-	15		
1900																												
Total		243	196	13	15	3	4	1	0	475	243	259	20	15	3	4	2	0	546	230	204	16	12	5	4	0	0	471
%										100								100									100	

Planilha 6 – Batismos - De acordo com a data de nascimento - Julho, Agosto e Setembro
Registros de batismo de Santo Antonio do Muriaé. Período pesquisado de 1866 a 31/12/1900
 Cidade de Mirai - Minas Gerais - Distribuição Mensal - Divisão de nascimentos por sexo

Tabela 4/4	Mês	Outubro									Novembro									Dezembro								
Ano	Sexo	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
1866	PERÍODO PÓS-LEI ÁUREA	2	1	-	-	-	-	-	-	3	2	1	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1867		3	3	-	-	-	-	-	-	6	2	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1868		1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1869		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1870		-	1	2	-	-	-	-	-	3	1	1	-	-	-	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	2
1871		4	2	-	-	-	-	-	-	6	3	1	-	-	-	-	-	-	4	4	2	1	1	-	-	-	-	8
1872		4	4	3	1	-	1	-	-	13	-	3	-	-	-	-	-	-	3	3	2	1	1	-	-	-	-	7
1873		2	-	-	1	2	-	-	-	5	2	2	-	2	-	-	-	-	8	3	2	-	-	-	1	-	-	6
1874		1	1	2	1	-	-	-	-	5	1	4	-	1	-	-	-	-	6	-	-	1	-	-	-	-	-	1
1875		5	3	-	2	-	-	-	-	10	1	2	-	-	-	-	-	-	3	4	1	1	-	-	-	-	-	6
1876		4	5	1	-	1	1	-	-	12	3	1	1	4	-	-	-	-	9	4	2	-	3	-	-	-	1	10
1877		8	2	3	2	-	-	-	-	15	7	1	-	2	-	-	1	-	11	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1878		10	2	-	-	-	-	-	-	12	7	4	-	-	-	-	-	-	11	5	4	-	-	-	-	-	-	9
1879		4	5	-	-	1	-	-	-	10	6	4	-	-	2	-	-	-	12	2	3	-	-	-	-	-	-	5
1880		6	1	1	-	-	-	-	-	8	2	2	1	-	1	-	-	-	6	8	2	-	-	1	-	-	-	11
1881		1	-	1	1	-	-	-	-	3	4	3	1	2	-	-	-	-	10	2	4	-	-	-	-	-	-	6
1882		5	4	-	2	2	-	-	-	13	3	2	3	-	-	-	-	1	9	6	6	2	-	-	-	-	-	14
1883		11	8	1	1	-	-	-	-	21	6	2	3	5	1	1	-	-	18	7	3	1	3	-	-	-	-	14
1884		8	5	-	1	-	-	-	-	14	6	3	1	-	-	-	-	-	10	7	3	-	-	-	-	-	-	10
1885		8	3	1	2	-	-	-	-	14	3	6	3	2	-	-	-	-	14	11	5	1	1	-	-	-	-	18
1886		6	5	1	5	2	-	-	-	19	6	4	-	5	1	-	-	-	16	11	2	3	-	1	1	-	-	18
1887		9	8	1	-	-	-	-	-	18	5	6	-	-	-	-	-	-	11	8	11	-	-	-	-	-	-	19
1888		12	9	-	-	-	-	-	-	21	7	4	-	-	-	-	-	-	11	9	5	-	-	-	-	-	-	14
1889		9	7	-	-	-	-	-	-	16	8	12	-	-	-	-	-	-	20	17	12	-	-	-	-	-	-	29
1890		8	8	-	-	-	-	-	-	16	7	3	-	-	-	-	-	-	10	12	3	-	-	-	-	-	-	15
1891		6	11	-	-	1	-	-	-	18	6	14	-	-	-	-	-	-	20	13	12	-	-	-	-	-	-	25
1892		17	9	-	-	-	-	-	-	26	10	4	-	-	-	-	-	-	14	7	11	-	-	-	-	-	-	18
1893		6	7	-	-	-	-	-	-	13	9	10	-	-	-	-	-	-	19	11	16	-	-	-	-	-	-	27
1894		10	7	-	-	-	-	-	-	17	8	13	-	-	-	-	-	-	21	11	13	-	-	-	-	-	-	24
1895		8	16	-	-	-	-	-	-	24	9	12	-	-	-	-	-	-	21	10	15	-	-	-	-	-	-	25
1896		12	14	-	-	-	-	-	-	26	7	11	-	-	-	-	-	-	18	10	9	-	-	-	-	-	-	19
1897		7	11	-	-	-	-	-	-	18	5	13	-	-	-	-	-	-	18	10	11	-	-	-	-	-	-	21
1898		9	14	-	-	-	-	-	-	23	9	15	-	-	-	-	-	-	24	15	7	-	-	-	-	-	-	22
1899		13	12	-	-	-	-	-	-	25	6	12	-	-	-	-	-	-	18	7	12	-	-	-	-	-	-	19
1900		8	7	-	-	-	-	-	-	15	3	6	-	-	-	-	-	-	9	2	4	-	-	-	-	-	-	6
Total		227	195	17	19	9	2	0	0	469	165	183	13	23	5	3	1	1	394	223	182	12	9	2	2	0	1	431
%										100									100									100

Planilha 7 – Batismos - De acordo com a data de nascimento – Outubro, Novembro e Dezembro
Registros de batismo de Santo Antonio do Muriaé. Período pesquisado de 1866 a 31/12/1900
 Cidade de Mirai - Minas Gerais - Distribuição Mensal - Divisão de nascimentos por sexo

Tabela 1/4	Mês	Janeiro									Fevereiro									Março								
Ano	Sexo	Livre		Escravo		Pury		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Pury		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Pury		Caboclo		Total
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
1866		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1867		3	1	-	1	-	-	-	-	5	2	4	-	1	-	1	-	-	8	9	7	-	1	-	-	-	-	17
1868		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	4	1	1	-	1	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1869		1	-	-	-	-	-	-	-	1	3	2	1	-	-	-	-	-	6	1	1	-	1	-	-	-	-	3
1870		6	2	1	2	-	2	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	2	1	-	-	-	-	-	3
1871		-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1872		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	1	-	-	-	-	-	1
1873		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1874		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1875		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1876		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1877		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1878		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1879		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1880		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1
1881		2	-	-	1	1	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	1	1	-	-	-	3
1882		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1883		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1884		1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1885		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1886		-	-	1	1	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1887		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	2	-	-	-	-	-	-	4
1888		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1889		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1890		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1891		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1892		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1893		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	3
1894		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1895		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1896		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1897		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	-	-	-	-	1
1898		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	2	-	-	-	-	-	-	3
1899		-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	4	-	-	-	-	-	-	4
1900		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Total		13	3	2	6	1	2	0	0	27	10	13	2	3	0	2	0	0	30	19	23	2	3	1	0	0	0	48
%										100									100									100

Planilha 8 - Batismos de crianças sem datas de nascimento – de acordo com a sequência registrada no livro - Janeiro, Fevereiro e Março

Registros de batismo de Santo Antonio do Muriaé. Período pesquisado de 1866 a 31/12/1900

Cidade de Mirai - Minas Gerais - Distribuição Mensal

Tabela 2/4	Mês	Abril									Maio									Junho								
Ano	Sexo	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	
1866	PERÍODO PÓS-LEI ÁUREA	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1867		2	2	1	1	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	1	-	-	-	-	-	-	2
1868		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	2	-	-	-	1	-	-	5
1869		-	-	-	-	-	-	-	-	0	4	4	1	1	1	-	-	-	11	2	2	-	-	-	-	-	-	4
1870		1	2	1	1	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	1	-	-	-	-	-	-	2
1871		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	1	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	2	-	-	3
1872		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1873		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1874		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1875		-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1876		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1877		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1878		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1879		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1880		-	1	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	1	-	-	1	-	-	-	3
1881		-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	2
1882		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1883		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1884		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1885		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1886		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1887		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1888		-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1889		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1890		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1891		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1892		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	-	-	-	-	1
1893		1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1894		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1895		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1896		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1897		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1898		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1899		-	1	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1900		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	-	3
Total		4	7	2	3	0	1	0	0	17	12	5	2	1	2	0	0	0	22	15	9	0	0	1	3	0	0	28
%										100									100								100	

Planilha 9 - Batismos de crianças sem datas de nascimento – de acordo com a seqüência registrada no livro - Abril, Maio e Junho

Registros de batismo de Santo Antonio do Muriahé. Período pesquisado de 1866 a 31/12/1900

Cidade de Mirai - Minas Gerais - Distribuição Mensal

Tabela 3/4	Mês	Julho										Agosto										Setembro									
Ano	Sexo	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total			
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	
1866	PERÍODO PÓS-LEI ÁUREA	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	1	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	1	-	-	-	2				
1867		3	-	-	-	1	1	1	-	-	6	4	3	1	1	-	-	-	9	5	5	-	2	-	1	-	13				
1868		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	1	-	-	-	-	2	1	3	2	-	-	-	-	6				
1869		3	1	-	-	-	-	-	-	-	4	-	2	-	-	-	-	-	2	3	1	-	-	-	-	-	4				
1870		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	2	4	3	-	-	-	-	9				
1871		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1872		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1873		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1874		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1				
1875		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1876		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1877		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1878		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1879		-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1880		1	1	-	-	-	1	-	-	-	3	-	4	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	0				
1881		1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	1	-	-	-	-	3	1	2	-	-	-	-	-	3				
1882		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1883		-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1884		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1885		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1886		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	1				
1887		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1888		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	1				
1889		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1890		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1891		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1892		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	0				
1893		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1894		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1895		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1896		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1897		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1898		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1899		1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	2	2	1	-	-	-	-	-	3				
1900		-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	3	3	2	-	-	-	-	-	5				
Total		9	5	0	1	2	2	0	0	19	14	15	3	1	0	0	0	0	33	20	19	5	3	0	1	0	0	48			
%										100									100								100				

Planilha 10 - Batismos de crianças sem datas de nascimento – de acordo com a seqüência registrada no livro - Julho, Agosto e Setembro

Registros de batismo de Santo Antonio do Muriahé. Período pesquisado de 1866 a 31/12/1900

Cidade de Mirai - Minas Gerais - Distribuição Mensal

Tabela 4/4	Mês	Outubro										Novembro										Dezembro									
Ano	Sexo	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total	Livre		Escravo		Puri		Caboclo		Total			
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem		Masc	Fem	
1866	PERÍODO PÓS-LEI ÁUREA	5	1	-	-	-	-	-	-	6	1	3	-	1	1	-	-	-	6	-	1	1	-	-	-	-	-	2			
1867		1	1	1	1	-	-	-	-	4	6	5	-	-	-	-	-	-	11	1	2	-	-	-	-	-	3				
1868		1	-	-	-	-	1	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	4	-	-	-	6				
1869		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1870		-	1	-	1	-	-	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	2	1	1	-	-	-	-	-	2				
1871		-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1872		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1873		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1874		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1875		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1876		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1877		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	2	-	-	-	2				
1878		-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1879		1	1	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1880		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1881		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1882		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1883		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1884		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1885		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1886		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1887		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1888		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1889		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1890		-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1891		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1892		-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	0				
1893		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1894		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1895		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	0				
1896		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1897		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1898		-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	0				
1899		1	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2	-	-	-	-	-	-	4	1	1	-	-	-	-	-	2				
1900		2	2	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	1	-	-	-	-	-	3				
Total		11	8	1	2	2	0	0	0	24	13	18	1	1	2	0	0	0	35	6	6	2	6	0	0	0	0	20			
%										100								100									100				

Planilha 11 - Batismos de crianças sem datas de nascimento – de acordo com a seqüência registrada no livro - Outubro, Novembro e Dezembro

Registros de batismo de Santo Antonio do Muriahé. Período pesquisado de 1866 a 31/12/1900

Cidade de Mirai - Minas Gerais - Distribuição Mensal

1.2 – O Software Raiz: Impressão e Conservação de Documentos Históricos e Cíveis

Terminada a catalogação e organização dos dados, iniciou-se a confecção do programa de computação, produto final do trabalho de pesquisa. O objetivo do produto final é amenizar, como dissemos anteriormente os efeitos de deterioramento dos livros de batismo procurando mantê-los pelo maior tempo possível em condição de uso e como parte da Memória e História da cidade de Mirai.

Os livros de batismos encontram-se em considerável estado de conservação, isto é, levando em consideração a época em que os mesmos foram feitos. O mais antigo data de 12 de agosto de 1866. Os batismos se encontram divididos por ano, e, portanto o livro nº 01, o mais antigo compreende do mês de agosto 1866 a 31 de outubro de 1884. Contém 1.535 registros, sendo este livro uma cópia do livro original bastante deteriorado. Contudo, este livro ainda é parte do acervo da Igreja Matriz de Santo Antônio. Neste primeiro livro (cópia) de batismos encontramos 100 registros de filhos (as) de escravos (as), 85 registros de filhos (as) de indígenas, o que representa 5,5 % dos registros em valores absolutos, e 1.350 registros de filhos (as) legítimos, ou naturais de pai e mãe, componentes da Sociedade Civil Livre.

O livro de batismo nº 02 compreende o período de 25 de maio de 1882 a 02 de dezembro de 1894. O estado de conservação do livro nº 02 é satisfatório, embora apresente o desgaste do tempo. Possui 728 registros, destes 14 são crianças indígenas e 136 de filhos (as) de escravos. É o livro que mais possui registros referentes aos escravos. Seus primeiros 135 assentos de batismos se referem a 130 filhos (as) de escravos e 5 filhos (as) da sociedade civil livre. 578 registros são da sociedade livre, contando o pós-emancipação em 13/05/1888. Possivelmente este livro foi aberto para registros de batismos atendendo as conformidades da Lei Rio Branco, contudo passou a ser usado de forma convencional.

Os registros do livro de batismos nº 03 datam de 21 de novembro de 1884 a 29 de janeiro de 1895. É o livro mais deteriorado. Possui manchas que podem comprometer a leitura do pesquisador menos atento. Suas páginas internas estão unidas por fitas adesivas. Algumas de suas páginas se perderam, outras se fragmentaram em pedaços. Alguns registros deste livro foram compilados em papel comum devido ao já avançado estado de deterioração das folhas antigas. Possui 1.734 registros, destes 123 são de escravos e 38 de indígenas. O livro apresenta 1.573 registros de batismos da sociedade civil livre.

No livro de batismos nº 04 encontra-se 1.344 registros de batismos. Possui bom estado de conservação. Os registros se iniciam em 1º de janeiro de 1871 e terminam em 29 de março de 1898, contudo seus lançamentos não possuem ordem cronológica. Indica ser um livro utilizado em sua parte final para registros encontrados posteriormente. Estes registros de “papel avulsos” datam de 1884, 1905, 1889, etc. Possui ao todo 1.344 registros, sendo 41 de filhos (as) de escravos e 6 filhos (as) de indígenas.

O livro nº 05 é de melhor estado de conservação. Sua estrutura se encontra intacta, sem manchas ou algum material adesivo, contudo sua leitura é complicada. A grafia existente em suas páginas aliada ao nome dos italianos que iniciam a sua chegada à Freguesia de Santo Antônio do Muriaé são um desafio para o pesquisador. Neste livro foram analisados 635 registros, de 07 de dezembro de 1898 a 31 de dezembro do ano de 1900. Em suas páginas encontramos a última criança Cabocla registrada.⁵²⁰ Nestes cinco livros encontramos a raiz da sociedade de Mirai, Minas Gerais.

O software foi construído utilizando a linguagem de programação Java. Optou-se selecionar essa linguagem por apresenta-se como uma linguagem livre e gratuita, possibilitando a criação do sistema de acordo com a necessidade, sem preocupações com regulamentos, regras e permissões para a construção de softwares. Para a criação do sistema, fazendo uso do Java, foi utilizado o IDE⁵²¹ do NetBeans, para montagem do front-end⁵²² do sistema, ou seja, o que será manuseado pelo usuário final e o back-end⁵²³, parte responsável do programador para dar funcionalidade ao sistema. Para manusear os dados, fizemos uso do banco de dados MySQL⁵²⁴, que opera de forma eficaz com a linguagem Java. O Software Raiz⁵²⁵ como foi batizado, possui avançado dispositivo de busca e impressão documental, respeitando a identidade histórica dos documentos e a integridade da sociedade, representada neste trabalho pela comunidade paroquial registrada na atual Igreja Matriz de Santo Antônio na cidade de Mirai, onde se encontram guardados os livros de batismos aqui analisados.

Por fim, apresento o produto final. A impressão de certidões, no Software Raiz:

⁵²⁰Registro nº 214, p. 52, livro de batismos nº 5, aos 08/09/1900.

⁵²¹Ambiente de Desenvolvimento Integrado (Integrated Development Environment). O NetBeans é uma IDE gratuita de código aberto, que permite a desenvolvedores de softwares criar sistemas.

⁵²²Interface do sistema quando aberto.

⁵²³Parte do sistema responsável pela dinamização da interface do programa.

⁵²⁴Sistema de gerenciamento de banco de dados SGBD, que utiliza a linguagem de estrutura estruturada SQL.

⁵²⁵Especificações técnicas: ver anexo II.3, p. 158-165.

1º Passo:

Na tela inicial de seu computador, acione o ícone de abertura do Software Raiz:



Após a abertura, na tela inicial do programa pode-se escolher as opções **Importação**, para nova inserção de dados⁵²⁶, ou **Pesquisa** para acessar a plataforma de busca e impressão de certidões:



⁵²⁶Para realizar a inserção é necessário uma plataforma de apoio onde os dados serão primeiramente catalogados.

2º Passo

Pesquisa de arquivos

Nome: Data Nascimento:
Data Registro:

Resultados

CÓDIGO	LIVRO	FOLHA	REGIST...	DATA	LOCALI...	DATA N...	NOME	OBSER...	PAI	MÃE	PADRI...	PADRE/...	OBSER...
--------	-------	-------	-----------	------	-----------	-----------	------	----------	-----	-----	----------	-----------	----------

Total: 0 arquivos

Imprimir

A pesquisa dos documentos poderá ser realizada pelo nome, pela data de nascimento e/ou data de registro, com forme indicado na imagem abaixo:

Pesquisa de arquivos

Nome: Data Nascimento:
Data Registro:

Resultados

CÓDIGO	LIVRO	FOLHA	REGIST...	DATA	LOCALI...	DATA N...	NOME	OBSER...	PAI	MÃE	PADRI...	PADRE/...	OBSER...
81	1	21	n° 81	20/04/1...	Santo A...	1 mês	Andre	Escravo	Não de...	Beatriz	Mandol...	Joaqui...	Escrav...
82	1	21	n° 82	20/04/1...	Santo A...	6 meses	Camilla	Escrava	Não de...	Joaquina	Gerald...	Joaqui...	Escrav...
83	1	21	n° 83	20/04/1...	Santo A...	1 mês	Maria	Legitima	Marcos...	Maria C...	Antonio...	Joaqui...	Padrin...

Total: 3 arquivos

Imprimir

Nesta janela, também é possível imprimir a certidão

3º Passo:

Pesquisa de arquivos

Nome: JOSE Data Nascimento: Data Registro:

Resultados

CÓDIGO	LIVRO	FOLHA	REGIS...	DATA	LOCALI...	DATAN...	NOME	OBSER...	PAI	MÃE	PADRI...	PADRE...	OBSER...
1022	1	263	nº 1020	18/04/1...	Santo ...	12/11/1...	José	-	Justini...	Maria J...	Carlos ...	Antonio...	-
1033	1	266	nº 1031	28/06/1...	Santo ...	15 dias	José	-	Manoel	Francis	Joaqui...	Antonio...	-
1035	1	267	nº 1033	09/07/1...	Santo ...	2 mese...	José	Pury	Não de...	Marian...	José P...	Antonio...	-
1076	1	277	nº 1073	08/11/1...	Santo ...	16/09/1...	José	-	Francis...	Anna Ig...	Pedro ...	Antonio...	-
1083	1	279	nº 1080	05/12/1...	Santo ...	18/11/1...	José	Pury	João de...	Emilia	José M...	Antonio...	-
1103	1	284	nº 1100	23/01/1...	Santo ...	20/11/1...	José	Escravo	Não de...	Thereza	Carlos ...	Antonio...	O recé...
1219	1	315	nº 1216	01/09/1...	Santo ...	01/07/1...	José	-	João V...	Rita Ma...	João R...	Joaqui...	-
1226	1	317	nº 1223	28/05/1...	Santo ...	23/04/1...	José	-	Joaqui...	Maria J...	Joaqui...	José M...	-
1236	1	319	nº 1233	15/06/1...	Santo ...	22/04/1...	José	-	Moizes ...	Antonia...	Nicacio...	José M...	Os pad...
1251	1	323	nº 1248	13/07/1...	Santo ...	20/02/1...	José	-	David	Francis...	Mizael ...	José M...	-
1258	1	325	nº 1255	23/07/1...	Santo ...	20/06/1...	José	-	José P...	Maria d...	Valeria...	José M...	-

Total: 403 arquivos

Imprimir

Após a realização da pesquisa de arquivos, selecione a certidão, conforme indicado na imagem e escolha a opção **Imprimir**, para abrir a tela de preenchimento dos dados:

Certidão de Batismo

DIOCESE DE LEOPOLDINA

Paróquia: Cidade: Nome: José

Certifico que, revendo os livros de Assentamentos de Batizados desta Paróquia, encontrei o seguinte termo, que transcrevo:

Livro nº 1
Folha nº 267
Número nº 1033
Observações Pury
☒ Retirar observações

Aos de de
()
na igreja de Santo Antonio do Muriaé
batizado(n)amente José
nascido(a) de de
()
filho de Não declara
de Marianna
Foram padrinho: José Pereira de Souza e Anna Maria São José
E, para constar, lavrou-se este assentamento.
O Pároco: Antonio Gomes Carneiro

Registro: 09/07/1880
Nascimento: 2 meses

Cancel Concluir

Insira os dados nos campos correspondentes para o preenchimento da certidão.

Neste espaço ficam os dados da data de nascimento e a data em que o registro do batismo foi realizado

4º Passo:

Certidão de Batismo

DIOCESE DE LEOPOLDINA

Paróquia: Santo Antonio
Cidade: Mirai
Nome: José

Certifico que, revendo os livros de Assentamentos de Batizados desta Paróquia, encontrei o seguinte termo, que transcrevo:

Livro nº 1
Folha nº 267
Número nº 1033
Observações Pury

☐ Retirar observações

Aos nove de julho de 1880
(nove de julho de mil oitocentos e oitenta)
na igreja de Santo Antonio do Muriaé
batizei solenemente José
Nascido(a) 2 meses de de de
(de de de)
Filho de Não declara
de Marianna
Foram padrinho: José Pereira de Souza e Anna Maria São José

E, para constar, lavrou-se este assentamento.

O Pároco: Antonio Gomes Carneiro

Registro: 09/07/1880
Nascimento: 2 meses

Cancelar Concluir

Neste campo, a pessoa interessada, poderá escolher como deseja receber o documento: para pesquisa ou para uso em entidades cíveis: preservando a identidade histórica do(a) registrado.

Terminado o preenchimento dos dados, clique em **Concluir** para abrir a caixa de diálogo de impressão e visualizar a certidão. Escolha **Imprimir** para finalizar o processo:

JasperViewer

CERTIDÃO DE BATISMO
DIOCESE DE LEOPOLDINA

Paróquia de Santo Antonio
Cidade: Mirai - Minas Gerais
Nome: José

Certifico que, revendo os livros de Assentamentos de Batizados desta Paróquia, encontrei o seguinte termo, que transcrevo:

Livro nº: 1
Folha nº: 267
Número: nº 1033
Observações: Pury

Aos nove de julho de 1880 (Nove de julho de mil oitocentos e oitenta)
na igreja de Santo Antonio do Muriaé batizei solenemente
José
Nascido(a) 2 meses de de de
Filho de Não declara
de Marianna
Foram padrinho: José Pereira de Souza e Anna Maria São José

E, para constar, lavrou-se este assentamento.

Batismo realizado pelo Rev. Antonio Gomes Carneiro

Nada mais continha o referido assentamento, que fielmente copiei do original, *Ass. in fide parochi.*

Mirai, 02 de julho de 2016

Pároco

Página 1 de 2

22:50
02/07/2016

Passo 5

Certidão impressa - Modelo⁵²⁷

CERTIDÃO DE BATISMO	
DIOCESE DE LEOPOLDINA	
Paróquia de Santo Antonio Cidade: Mirai - Minas Gerais Nome: José 	
Certifico que, revendo os livros de Assentamentos de Batizados desta Paróquia, encontrei o seguinte termo, que transcrevo:	
Livro nº: 1	Aos nove de julho de 1880 (Nove de Julho de mil oitocentos e
Folha nº: 267	na igreja de Santo Antonio do Muriahé batizei solenemente
Número: nº 1033	José
Observações:	Nascido(a) 2 meses de de(.....)
Pury	Filho de: Não declara e de
-	Marianna
Foram padrinhos: José Pereira de Souza e Anna Maria São José	
E, para constar, lavrou-se este assentamento.	
Batismo realizado pelo Rev. Antonio Gomes Carneiro	
Nada mais continha o referido assentamento, que fielmente copiei do original. <i>Ita in fida parocchi.</i>	
Mirai _____, 25 de Setembro _____ de 2016 _____	
Pároco	

⁵²⁷A Igreja Matriz de Santo Antônio, em Mirai pertence a jurisdição e divisão Eclesiástica da Diocese de Leopoldina. O nome da Diocese de Lopoldina aparece neste modelo de documento após autorização de pesquisa conforme Autorização da Paróquia Santo Antônio de Mirai (MG), p. 135 – Anexo I.4, expedida com autorização do Sr. Bispo Diocesano Dom José Eudes Campos do Nascimento, conforme solicitação para pesquisa enviada à Cúria Diocesana de Leopoldina – Anexo II.1, p. 157.

ANEXOS

Parte II

II. 1 – Solicitação enviada à Cúria Diocesana de Leopoldina

Sua Excelência Reverendíssima
Dom José Eudes Campos do Nascimento
Bispo Diocesano de Leopoldina
Praça Dom Helvécio, 75
Catedral Leopoldina
Cep.: 36.700-000
Leopoldina – Minas Gerais

Excelência, respeitosamente venho solicitar autorização para pesquisa e catalogação nos arquivos de batismo do século XIX existentes na Paróquia de Santo Antônio, em Mirai-MG.

Reverendíssimo,

Eu, Sérgio Antônio de Paula Almeida, brasileiro, solteiro, maior, professor, CPF 031.794.636-60, C.I. MG 12.032.960-SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Ernesto Tancredo, 64 A, Bairro Belo Vista, na cidade de Mirai-MG e atualmente discente do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Viçosa – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania solicito autorização para pesquisa que integrará a Dissertação de Mestrado com título provisório: “No livro a raiz, na terra a semente, na lembrança o passado. Descendentes Declarados de Indígenas de Santo Antônio do Muriahé, atual cidade de Mirai: fragmentos culturais e memória”.

O referido trabalho tem o seu início no ano de 2012 com levantamento prévio dos dados para verificação da viabilidade da pesquisa. No levantamento averiguamos um total de 5.939 registros dos quais 2,5% são de indígenas Purys. Para melhor entendimento, apresentamos um pequeno histórico:

A ocupação e colonização da região da atual cidade de Mirai, antiga Santo Antonio do Muriahé tem início no primeiro quarto do século XIX. Por volta de 1840, os primeiros colonos se instalaram às margens do rio Fubá, surgia o Arraial do Brejo. A Capela em honra a Santo Antônio ficou pronta por volta de 1852. O início dos registros de batismo datam de 1866. Nos registros, notamos a diversidade étnica existente na sociedade. O rápido desenvolvimento local deu-se devido a seu solo privilegiado. No final do século XIX e início do século XX, Santo Antonio do Muriahé que após 1895 passaria a se chamar Mirahy, possuía uma produção cafeeira anual de 500 mil arrobas.

Com a urbanização acelerada, os indígenas Purys da região se integram à “sociedade moderna”. Ainda no ultimo quarto do século XIX, notamos nos registros de batismo a decrescente presença de registros dos indígenas Purys. Em 1900 localizamos o último registro, o de Agostinho, filho de Umbelina “Cabocla”. A aculturação levaria os descendentes indígenas dos Purys a perder rapidamente parte de seus costumes, entretanto parte da cultura indígena fora preservada pelas avós e bisavós “pegas no laço”. O conhecimento foi repassado pela cultura da oralidade. As famílias declaradas de descendentes indígenas mantiveram a tradição do uso das ervas medicinais, brotos e sementes, bem como o modo de fazer destes antigos povos de floresta.

O estudo e a pesquisa busca evidenciar fragmentos culturais deixados pelos Purys. O programa de Mestrado Profissional exige, além da dissertação clássica, retorno para a sociedade. Assim, objetivamos catalogar os registros de batismo e desenvolver um Software para busca e impressão das certidões. Este produto [Software] será liberado para a Paróquia Santo Antonio de Mirai. O objetivo do produto é ajudar a retardar o desgaste ocasionado pelo manuseio dos arquivos centenários. Estes livros, patrimônio documental pertencente à Igreja é elo entre as tradições ancestrais e a cultura da atualidade.

Peço deferimento, em 10 de julho de 2015.

Respeitosamente,

Sérgio Antônio de Paula Almeida
Professor

Nota: O título da pesquisa foi modificado após a defesa para: NO LIVRO A RAÍZ, NA LEMBRANÇA O PASSADO. FRAGMENTOS CULTURAIS E MEMÓRIA DOS DESCENDENTES DECLARADOS DE INDÍGENAS DE MIRAI. A grafia “Pury” foi igualmente modificada, conforme consta no texto final, para **Puri**.

II. 2 – Declaração de Conclusão da Pesquisa Igreja Matriz de Santo Antonio



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: MESTRADO PROFISSIONAL
EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA.

DECLARAÇÃO

D E C L A R A M O S que, Sérgio Antônio de Paula Almeida, brasileiro, solteiro, maior, professor, CPF 031.794.636-60, C.I. MG 12.032.960-SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Ernesto Tancredo, 64 A, Bairro Belo Vista, na cidade de Mirai-MG, vinculado ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Viçosa – Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania – com o registro de matrícula nº 84224, concluiu sua pesquisa de catalogação e organização dos dados constantes nos livros de registro de batismo do século XIX (1866-1900), entregando a esta secretaria os dados da catalogação e o produto final de seu trabalho (software RAIZ). O trabalho foi realizado de acordo com autorização datada de 10 de julho de 2015 para pesquisa que integrará a Dissertação de Mestrado com o título: “No livro a raiz, na terra a semente, na lembrança o passado. Descendentes Declarados de Indígenas de Santo Antônio do Muriaé, atual cidade de Mirai: fragmentos culturais e memória”.

Mirai, 26 de Março de 2016.

Pe. José Carlos Ferreira Leite
Pe. José Carlos Ferreira Leite

Administrador Paroquial

Paróquia Santo Antônio

DIOCESE DE LEOPOLDINA

MIRAI-MG

22155162/0022-66

PARÓQUIA DE SANTO ANTÔNIO
DIOCESE DE LEOPOLDINA

POA. MIGUEL PEREIRA, 91
CENTRO — CEP 38.700

Nota: O título da pesquisa foi modificado após a defesa para: NO LIVRO A RAÍZ, NA LEMBRANÇA O PASSADO. FRAGMENTOS CULTURAIS E MEMÓRIA DOS DESCENDENTES DECLARADOS DE INDÍGENAS DE MIRAI.

II.3 – Referencial Teórico – Software Raiz

1.1 JAVA

Em 1995, a Sun Microsystems lança a plataforma computacional e a linguagem de programação conhecida por Java. A linguagem veio trazendo consigo a solução de problemas para quem programava; no que dizia respeito a ponteiros, organização, custo financeiro, tecnologia, gerenciamento de memória e falta de memória. Atualmente a linguagem, domina o mercado de celulares, onde mais de 2,5 bilhões deste tipo de dispositivos são compatíveis com a linguagem. O Java possibilita na redução de custos, ajuda na melhoria e inovação das tecnologias e assim como o melhoramento dos serviços de aplicativo, sem contar a sua utilização para computação em nuvem e arquitetura de empresas. O Java dentro de seus limites é livre e gratuito, onde permite que o programador possa realizar aplicativos e outros tipos de programas, de forma livre, sem se preocupar em ser controlado.

1.2 NETBEANS IDE 8.0.2

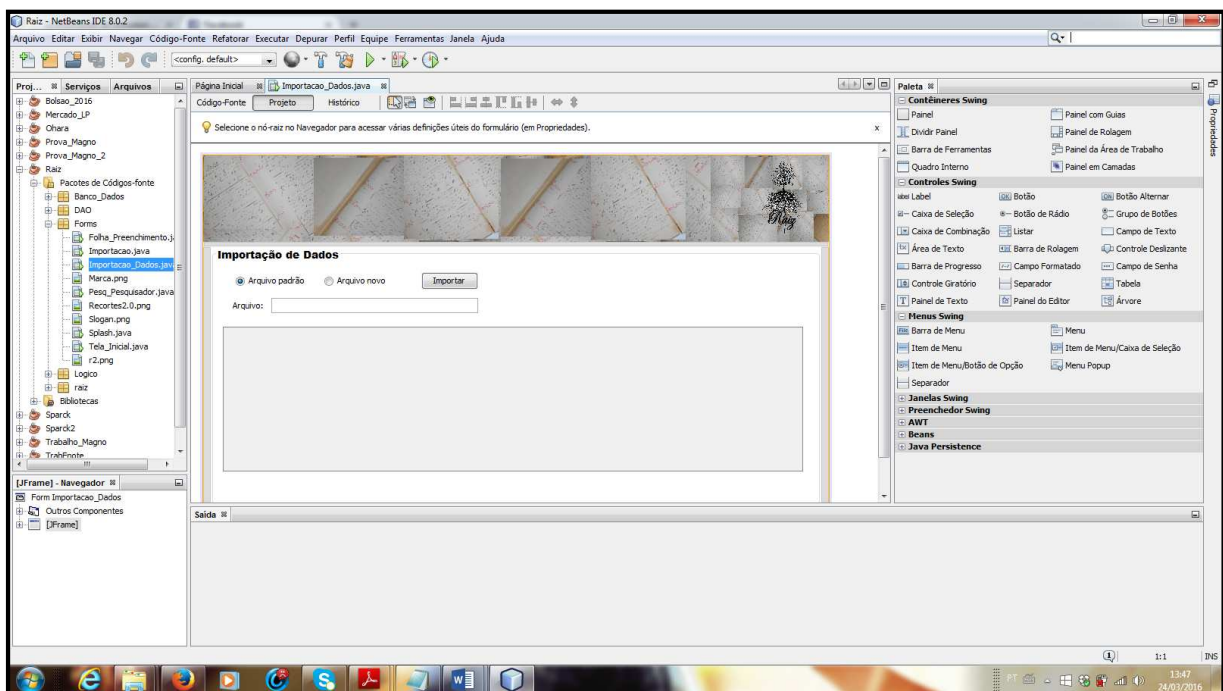


FIGURA 1 – NetBeans IDE 8.0.2

A ferramenta NetBeans IDE 8.0.2, como mostra a figura acima, é uma IDE gratuita e de código aberto para a construção de programas utilizando a plataforma Java, C, C++, PHP, Groovy e Ruby e entre outras. Além de executar em várias plataformas como Linux, Windows, Solaris e MacOS. A IDE permite que o programador, ao utilizá-la, possa construir seu programa da maneira que desejar. A IDE disponibiliza recursos tanto para a

construção da tela como para a construção do código fonte do programa. Na parte gráfica (telas), ele oferece um editor de telas, com uma série de elementos, tais como: campo de textos, labels, botões e entre outros, para a modelagem da sua tela, permitindo a personalização do programa. Além dos recursos gráficos, permite ao programador realizar a edição e compilação do seu código-fonte, onde o programador poderá fornecer para o seu programa, quais as instruções ele quer que seu programa execute. Outro recurso que esta ferramenta oferece é a capacidade de fazer o debug do programa. Desta forma, o programador poderá visualizar como cada linha do seu programa está operando no sistema, além de oferecer vários actions, ou seja, a possibilidade de criar eventos em determinados componentes.

1.3 MYSQL

Criado por dois suecos e um finlandês, na Suécia, o MySQL é um sistema que utiliza a linguagem SQL (Structured Query Language, ou Linguagem de Consulta Estrutura em português), para o gerenciamento de banco de dados SGDB (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados). Este sistema permite que o usuário ou cliente, possa gerenciar uma base de dados, possibilitando operações de inserção, alteração, exclusão e pesquisa de registros. O MySQL é um dos sistemas de gerenciamento de banco de dados mais utilizado no mundo inteiro, parte desse grande sucesso é a sua compatibilidade com a maioria das plataformas para desenvolvimento e principalmente à sua grande integração com o PHP.

1.4 MYSQL-FRONT

CODIGO	LIVRO	FLS	REGISTRO	DT_REGISTRO	LOCALIDADE	DT_NASCIMEN.	NOME	OBSERVACAO	NOME_PA	NOME_MAE	PADRINHOS	PVC	COMPLEMENTO
1	1	1	nº 01	12/08/1866	Santo Antonio do M.	12/08/1866	José	Legitimo	Agustinho Gonçalves	Eugenia Maria de O	Francisco Garcia de	Joaquim Antonio Pac	
2	1	1	nº 02	12/08/1866	Santo Antonio do M.	21/06/1866	Profira	Legitimo	Escrava	José Angélica	Laurenda	Hálio e Francisca	Joaquim Antonio Pac
3	1	1	nº 03	12/08/1866	Santo Antonio do M.		Antonio	Legitimo		Joaquim Teixeira	Nu Maria do Camo	Domiciano José de	Joaquim Antonio Pac
4	1	1	nº 04	12/08/1866	Santo Antonio do M.	3 meses	Maria	Legitimo		Antonio Julho Furtad	Anna Roza de Jesus	Maria Threza de Jesu	Joaquim Antonio Pac
5	1	2	nº 05	12/08/1866	Santo Antonio do M.	13/07/1866	Rita	Escrava	Não declara	Maria	Omel e Rita	Joaquim Antonio Pac	Escrava de Antonio
6	1	2	nº 06	12/08/1866	Santo Antonio do M.	21/02/1866	José	Legitimo		Antonio Rodrigues J.	Maria Roza	Galdino José de Oly	Joaquim Antonio Pac
7	1	2	nº 07	08/09/1866	Santo Antonio do M.	12/06/1866	Antonio	Legitimo		Manoel Francisco de	Ana Francisca de Co	Joaquim de Oliveira	Joaquim Antonio Pac
8	1	2	nº 08	09/09/1866	Santo Antonio do M.	19/06/1866	José	Legitimo		Augusto José Sampa	Maria Joaquina Bert	Joaquim Francisco I	Joaquim Antonio Pac
9	1	3	nº 09	09/09/1866	Santo Antonio do M.	29/06/1866	Maria	Legitima		Antonio Ferrera Gab	Custodia Rosa de Je	Modesto José Felix	Joaquim Antonio Pac
10	1	3	nº 10	16/09/1866	Santo Antonio do M.	2 meses	Theriza	Escrava	Isabel	Não declara	Silvano e Rosa	Joaquim Antonio Pac	Escravos de Valeter
11	1	3	nº 11	22/09/1866	Santo Antonio do M.	03/04/1866	José	Legitimo		Antonio José de Mac	Maria Mafalda da Co	Idelfonso Maria daa	Joaquim Antonio Pac
12	1	3	nº 12	28/09/1866	Santo Antonio do M.	3 meses	Rita	Legitima		Antonio Esteves de	Maria Francisca de J	José Martinho dos S	Joaquim Antonio Pac
13	1	4	nº 13	07/10/1866	Santo Antonio do M.	03/08/1866	Maria	Legitima		Antonio Gonçalves c	Maria Francisca do	Manoel Gonçalves d	Joaquim Antonio Pac
14	1	4	nº 14	07/10/1866	Santo Antonio do M.	1 mês	Joaquim	Legitimo		Deniso Gomes de F	Francilina Maria de C	São Sebastião d	Mai Joaquim Antonio Pac
15	1	4	nº 15	10/10/1866	Santo Antonio do M.	3 meses	Antonio	Legitimo		Joaquim Miranda	Maria Roza	Francisco Garcia d	Joaquim Antonio Pac
16	1	4	nº 16	10/10/1866	Santo Antonio do M.	6 meses	Baldino	Legitimo		Vicente Rodrigues d	Anna Fontes de Je	Antonio da Silveira	Joaquim Antonio Pac
17	1	5	nº 17	10/10/1866	Santo Antonio do M.	6 meses	Jeronymo	Legitimo		Manoel Pinto	Matanna dos Santo	Joaquim Francisco d	Joaquim Antonio Pac
18	1	5	nº 18	14/10/1866	Santo Antonio do M.	12/08/1866	Olinda	Legitima		Manoel de Souza Lr	Roza Maria de Je	Domiciano José de	Joaquim Antonio Pac
19	1	5	nº 19	27/10/1866	Santo Antonio do M.	3 meses	Maria	Legitima		José Quirino da Cruz	Anna Maria de Je	Mudesto José Felix	Joaquim Antonio Pac
20	1	5	nº 20	27/10/1866	Santo Antonio do M.	09/09/1866	José	Legitimo		Antonio Alves Dutra	Luzia Maria de Je	José Gonçalves da	Joaquim Antonio Pac
21	1	5	nº 21	31/10/1866	Santo Antonio do M.	1 mês	Eduardo	Legitimo		Antonio Lucio Coutin	Isabel Ferreira da Co	Antonio Rodrigues d	Joaquim Antonio Pac
22	1	6	nº 22	03/11/1866	Santo Antonio do M.	2 meses	Maria	Legitima		Joaquim José dos S	Anna Rita Rofo da Falcio	José Thebano	Joaquim Antonio Pac
23	1	6	nº 23	03/11/1866	Santo Antonio do M.	3 meses	Eva	Escrava		Não declara	Maria	Manoel de Souza R	Joaquim Antonio Pac
24	1	6	nº 24	03/11/1866	Santo Antonio do M.	24/10/1866	Maria	Legitima		José Machado de M	Maria Threza de Je	Antonio Ribeiro de R	Joaquim Antonio Pac
25	1	7	nº 25	03/11/1866	Santo Antonio do M.	8 meses	Anna	Legitima		Valeriano Manoel M	Maria Francisca da C	Beuterio Joaquin d	Joaquim Antonio Pac
26	1	7	nº 26	23/11/1866	Santo Antonio do M.	6 meses	Carolina	Legitima		Silvestre Rodrigues c	Francisca Clara de J	Matheus José Lopes	Joaquim Antonio Pac
27	1	7	nº 27	13/11/1866	Santo Antonio do M.	3 meses	Manoel	Legitimo		Antonio Caldeira de	Joaquina Roza de Je	Virgen Nossa Senhr	Joaquim Antonio Pac
28	1	7	nº 28	13/11/1866	Santo Antonio do M.	2 meses	Fernino	Legitimo/Pury		Antonio Pury	Rita Pury	Silvestre Alves e Ma	Joaquim Antonio Pac
29	1	8	nº 29	17/11/1866	Santo Antonio do M.	25/09/1866	Maria	Legitima		José Vidal Vieira de	Rita Maria de Je	Estarauo Alves Fer	Joaquim Antonio Pac
30	1	8	nº 30	02/12/1866	Santo Antonio do M.	13/10/1866	Fernino	Legitimo		Francisco Roiz de F	Maria Getulides de	Severino Ribeiro de	Joaquim Antonio Pac
31	1	8	nº 31	05/12/1866	Santo Antonio do M.	1 mês	Maria	Legitima		Joaquim Antonio Rib	Maria Antonia Mome	Severino Ribeiro de	Joaquim Antonio Pac
32	1	8	nº 32	05/12/1866	Santo Antonio do M.	24/03/1866	Maria	Legitima		Antonio Francisco S	Anna Andrezza de Je	Nossa Senhora da	Joaquim Antonio Pac
33	1	9	nº 33	16/12/1866	Santo Antonio do M.	2 meses	Jeronymo	Escrava	Não declara	Carolina	Francisco de Paula f	Joaquim Antonio Pac	Escravos de Francis
34	1	9	nº 34	02/01/1867	Santo Antonio do M.	3 meses	Domeciano		Não declara	Maria Ignacia	Francisco Garcia de	Joaquim Antonio Pac	
35	1	9	nº 35	02/01/1867	Santo Antonio do M.	4 meses	Maria	Legitima		Raizano José Berra	Anna Maria de Je	Jesus Antonio Borges da	Joaquim Antonio Pac
36	1	9	nº 36	13/01/1867	Santo Antonio do M.	3 meses	Joaquim	Legitimo		José Rufino de Sarr	Rita Maria de Je	Simpliciano de Souza	Joaquim Antonio Pac
37	1	10	nº 37	28/01/1867	Santo Antonio do M.	2 meses	Valentina	Legitima/ Escrava		Miguel	Eva	Adão e Maria	Joaquim Antonio Pac

FIGURA 2 – IDE MYSQL-Front

MySQL-Front é uma ferramenta, que permite ao usuário da mesma utilizar o sistema de gerenciamento de banco de dados, MySQL. O usuário consegue ter melhor visualização de seu banco de dados, possibilitando a edição de scripts de inserção, alteração, exclusão e pesquisa de registros.

2 DESCRIÇÃO GERAL DO PRODUTO

2.1 DIAGRAMA DE CONTEXTO

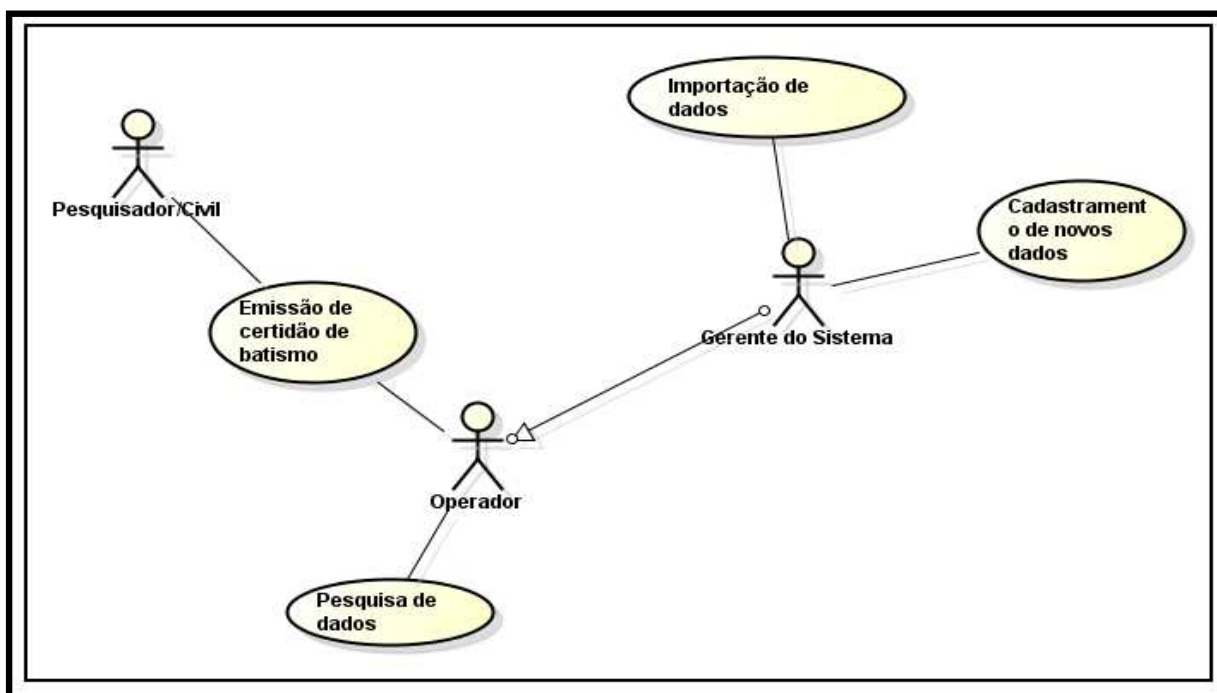


FIGURA 3 – Diagrama de Caso de Uso

O diagrama de caso de uso tem como função auxiliar na comunicação entre o analista desenvolvedor do sistema e o usuário, onde através deste diagrama o analista construirá um ambiente, com os seus respectivos usuários e funções do sistema.

Caso de Uso CDU01: Importação de Dados

Ator Principal: Gerente do Sistema

Atores Secundários:

Pré-condições:

1. O usuário deverá estar autenticado no sistema como gerente do sistema.
2. Todos os campos obrigatórios deverão estar preenchidos.

Pós-condições:

Fluxo básico:

1. O sistema exibe as opções para realizar a importação dos dados;
2. O gerente do sistema seleciona uma função para a importação dos dados, arquivo padrão ou arquivo novo (A1 e A2);
3. O sistema requisita a confirmação da operação;
4. O gerente do sistema confirma operação;

5. O sistema realiza as modificações no banco de dados.

Fluxos Alternativos:

A1: Arquivo Padrão

1. O sistema apresenta o caminho do arquivo padrão para a importação dos dados;
O sistema retorna ao fluxo básico.

A2: Arquivo Novo

1. O gerente do sistema informa o caminho do arquivo para importação dos dados;
2. O sistema retorna ao fluxo básico.

Caso de Uso CDU02: Cadastramento de novos dados

Ator Principal: Gerente do Sistema

Atores Secundários:

Pré-condições:

1. O usuário deverá estar autenticado no sistema como gerente do sistema.
2. Todos os campos obrigatórios deverão estar preenchidos.

Pós-condições:

Fluxo básico:

1. O sistema exibe as opções para realizar o cadastramento de novos dados;
2. O gerente do sistema seleciona uma função para realizar o cadastramento, cadastrar, cadastrar arquivo e pesquisar (**A1, A2 e A3**);
3. O sistema requisita a confirmação da operação;
4. O gerente do sistema confirma operação;
5. O sistema realiza as modificações no banco de dados.

Fluxos Alternativos:

A1: Cadastrar

1. O sistema gera um código novo para o assentamento;
2. O gerente do sistema preenche os campos obrigatórios com os dados do assentamento;
3. O sistema retorna ao fluxo básico.

A2: Cadastrar Arquivo

1. O gerente do sistema informa o caminho do arquivo para importação dos dados;
2. O sistema retorna ao fluxo básico.

A3: Pesquisar

1. O gerente informa os parâmetros requisitados pelo sistema;
2. O sistema exibe os dados do assentamento;
3. O sistema retorna ao fluxo básico.

Caso de Uso CDU3: Pesquisa de dados

Ator Principal: Gerente do Sistema e operador

Atores Secundários:

Pré-condições:

1. O usuário deverá estar autenticado no sistema como gerente do sistema ou operador.
2. Todos os campos obrigatórios deverão estar preenchidos.

3. Pós-condições:

1. O sistema deverá retornar o resultado da pesquisa.

Fluxo básico:

1. O sistema exibe as opções para realizar a pesquisa dos dados;
2. O gerente do sistema ou operador seleciona uma função para realizar a pesquisa, pesquisa específica ou pesquisa civil (**A1 e A2**);
3. O sistema requisita a confirmação da operação;
4. O gerente do sistema confirma operação;

5. O sistema realiza as modificações no banco de dados.

Fluxos Alternativos:

A1: Pesquisa Específica

1. O gerente do sistema ou operador informa os parâmetros específicos para o sistema;
2. O sistema informa os dados do assentamento;
3. O sistema retorna ao fluxo básico.

A2: Pesquisa Civil

1. O gerente do sistema ou operador informa os parâmetros requisitados pelo sistema;
2. O sistema informa os dados do assentamento;
3. O sistema retorna ao fluxo básico.

Caso de Uso CDU04: Emissão de certidão de batismo

Ator Principal: Operador e gerente do sistema

Atores Secundários: Pesquisador/Civil

Pré-condições:

1. O usuário deverá estar autenticado no sistema como gerente do sistema ou operador.
2. Todos os campos obrigatórios deverão estar preenchidos.

Pós-condições:

1. O sistema deverá retornar o resultado da pesquisa;
2. O sistema deverá emitir a certidão caso o resultado da pesquisa do referido assentamento seja positiva.

Fluxo básico:

1. O pesquisador/civil leva os dados para a emissão da certidão de batismo;
2. O gerente do sistema ou operador escolhe uma das opções, pesquisa específica ou pesquisa civil (**A1 e A2**);
3. O gerente do sistema ou operador recolhe os dados trazidos pelo pesquisador/civil;
4. O sistema realiza a pesquisa pelo assentamento (**A3**);
5. O sistema retorna o assentamento;
6. O gerente do sistema ou operador solicita a impressão da certidão ao sistema;
7. O sistema solicita alguns dados para impressão;
8. O gerente do sistema ou operador informa os parâmetros exigidos pelo sistema;
9. O sistema pede a confirmação da operação;
10. O gerente confirma a operação;
11. O sistema modifica o banco de dados;
12. O sistema emite a certidão de batismo.

Fluxos Alternativos:

A1: Pesquisa Específica

1. O gerente do sistema ou operador informa os parâmetros específicos para o sistema;
2. O sistema informa os dados do assentamento;
3. O sistema retorna ao fluxo básico.

A2: Pesquisa Civil

1. O gerente do sistema ou operador informa os parâmetros requisitados pelo sistema;
2. O sistema informa os dados do assentamento;
3. O sistema retorna ao fluxo básico.

A3: Pesquisar

1. O gerente do sistema ou operador informa os parâmetros requisitados pelo sistema;
2. O sistema exibe os dados do assentamento;
3. O sistema retorna ao fluxo básico.

3 REQUISITOS ESPECÍFICOS

3.1 REQUISITOS FUNCIONAIS

Número: RF-01		Nome: Importação de dados	
Tipo: Requisito Funcional		Data criação: 01/09/2015	Versão: 1
Prioridade: Alta		Volatilidade: Alta	Dificuldade: Alta
Estado: Aprovado		Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida	
Descrição: O sistema deve fazer a importação de assentamentos já existentes catalogados em arquivos no formato de texto. O usuário autenticado como gerente do sistema poderá realizar esta importação, ou seja, poderá informar ao sistema o caminho para o arquivo, onde contém os assentamentos que serão inseridos no banco de dados do sistema.			

Número: RF-02	Nome: Cadastro de novos dados		
Tipo: Requisito Funcional	Data criação: 01/09/215	Versão: 1	
Prioridade: Alta	Volatilidade: Alta	Dificuldade: Alta	
Estado: Aprovado	Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida		
Descrição: O sistema deve fazer o cadastro completo de todos os novos assentamentos. O usuário autenticado como gerente do sistema poderá realizar o cadastramento de assentamentos, ou seja, poderá inserir os dados do referido assentamento e cadastrá-lo no banco de dados, ou se for uma grande quantidade de assentamentos contidos em um arquivo de texto, simplesmente realizar o cadastramento através da importação do arquivo.			

Número: RF-03	Nome: Pesquisa de dados		
Tipo: Requisito Funcional	Data criação: 01/09/2015	Versão: 1	
Prioridade: Alta	Volatilidade: Alta	Dificuldade: Alta	
Estado: Aprovado	Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida		
Descrição: O sistema deve permitir, ao usuário do mesmo, realizar pesquisa com parâmetros específicos como, nome, raça, data de nascimento e data do registro. Através do colhimento dos parâmetros de pesquisa o sistema fará uma busca pelo seu banco de dados e retornará o assentamento específico às informações.			

Número: RF-04	Nome: Emissão de certidão de nascimento		
Tipo: Requisito Funcional	Data criação: 01/09/2015	Versão: 1	
Prioridade: Alta	Volatilidade: Alta	Dificuldade: Alta	
Estado: Aprovado	Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida		
Descrição: O sistema deve fazer a emissão de certidão de nascimento, o usuário deverá estar autenticado como gerente do sistema ou operador, onde através da pesquisa de assentamentos o usuário poderá selecionar a pesquisa pra impressão.			

3.1.1 REQUISITOS DE DOMÍNIO

Número: RD-01	Nome: Controle de assentamentos		
Tipo: Requisito de Domínio	Data criação: 01/09/2015	Versão: 1	
Prioridade: Alta	Volatilidade: Alta	Dificuldade: Alta	
Estado: Aprovado	Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida		
Descrição: O sistema deverá informar automaticamente ao gerente do sistema quando houver duplicata de assentamentos.			

Número: RD-02	Nome: Controle de volume de dados		
Tipo: Requisito de Domínio	Data criação: 01/09/2015	Versão: 1	
Prioridade: Alta	Volatilidade: Alta	Dificuldade: Alta	
Estado: Aprovado	Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida		
Descrição: O sistema deverá permitir fazer a conversão de dados para arquivos de textos, por serem considerados mais leves.			

Número: RD-03	Nome: Emissão por código		
Tipo: Requisito de Domínio	Data criação: 01/09/2015	Versão: 1	
Prioridade: Alta	Volatilidade: Alta	Dificuldade: Alta	
Estado: Aprovado	Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida		
Descrição: O sistema deverá permitir realizar emissão de certidão à partir do código gerado pelo sistema.			

3.2 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

Número: RNF-01		Nome: Restrições de Acesso	
Classificação: Segurança			
Tipo: Requisito Não-Funcional		Data criação: 01/09/2015	Versão: 1
Prioridade: Alta		Volatilidade: Baixa	Dificuldade: Alta
Estado: Aprovado		Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida	
Descrição: O sistema deverá fazer a restrição de uso do sistema de acordo com cada usuário do sistema.			

Número: RNF-02		Nome: Banco de Dados	
Classificação: Funcionalidade			
Tipo: Requisito Não-Funcional		Data criação: 01/09/2015	Versão: 1
Prioridade: Alta		Volatilidade: Alta	Dificuldade: Alta
Estado: Aprovado		Autor: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida	
Descrição: O sistema deverá permitir a conexão ao banco de dados MySQL.			

Número: RNF-03	Nome: Integração com Impressora		
Classificação: Funcionalidade			
Tipo: Requisito Não-Funcional	Data criação: 01/09/2015	Versão: 1	
Prioridade: Alta	Volatilidade: Alta	Dificuldade: Alta	
Estado: Aprovado	Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida		
Descrição: O sistema permitirá a integração com impressora, para impressão da certidão de batismo.			

Número: RNF-04		Nome: Acessibilidade de pontos no sistema	
Classificação: Portabilidade			
Tipo: Requisito Não-Funcional		Data criação: 01/09/2015	Versão: 1
Prioridade: Alta		Volatilidade: Baixa	Dificuldade: Média
Estado: Aprovado		Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida	
Descrição: O sistema poderá ser acessado em mais de um terminal.			

Número: RNF-05		Nome: Aplicação em diversos sistemas operacionais	
Classificação: Portabilidade			
Tipo: Requisito Não-Funcional		Data criação: 01/09/2015	Versão: 1
Prioridade: Alta		Volatilidade: Baixa	Dificuldade: Alta
Estado: Aprovado		Autores: Izabooh Carvalher Sérgio Antônio de Paula Almeida	
Descrição: O software poderá operar em mais de um sistema operacional, exemplo Linux e Windows.			

4 PLANO DE LIBERAÇÕES

Planejamento de Liberações			
Release 1			
	Iteração	Objetivos	Requisitos a serem atendidos
	C1	Implementar os casos de uso Importação de dados e Cadastramento de novos dados.	RF Importação de dados, RF Cadastrar novos dados e requisitos associados.
	C2	Implementar os casos de uso Pesquisa de dados, Emissão de certidão de batismo e implementar parcialmente a elaboração de relatórios de emissão de certidão.	RF Pesquisa de dados, RF Emissão de certidão de batismo e parcialmente controle de volume de dados.
Planejamento de Liberações			
Release 2			
	Iteração	Objetivos	Requisitos a serem atendidos
	C1	Implementar toda parte de realização de importação de dados.	Atender ao requisito de importação de dados para que possa ser escolhido o arquivo de texto referente aos dados que devem ser importados.
	C2	Implementar tratamento de erros, para que não possa ocorrer duplicata de dados.	Atender ao requisito que visa impossibilita a cópia de dados iguais no mesmo banco de dados.
	C3	Implementar projetos futuros para o sistema.	Atender ao requisito de melhoria do sistema.

Bibliografia

Fontes da internet

Mapas

Mapa 1 - **ANDREA BIANCO** – 1436. Disponível em:

<http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~2669~101175:Accurate-copy-of-a-map-in-parchment#>

Mapa 2 - **Região do Rio Muriahé e Rio Pomba**. Disponível em:

[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/201204050101328571%20\[1\].pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/201204050101328571%20[1].pdf)

Textos

BRUGGUER, Silvia; OLVEIRA, Anderson de. **Os Benguelas de São João del Rei**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

Cabana de Puri. In: ORBIGNY, Alcide d'. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Fig. 28. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 155. Disponível em: <http://colibridourado1.blogspot.com.br/>

CARMO Jeovania Silva do. **Livro de Batismos de Filhos de Escravos da Chapada Diamantina**: Edição e Estudo. Disponível em: [http://www.josepereira.com.br/~simelp_anais_simposio11\[12\].pdf](http://www.josepereira.com.br/~simelp_anais_simposio11[12].pdf).

Desembarque de Cabral em Porto Seguro. Óleo sobre tela de Oscar Pereira da Silva (1904). Acervo do Museu Histórico Nacional (RJ). Disponível em: <http://ipco.org.br/ipco/crise-da-igreja-crise-do-brasil/pedro-alvares-cabral-porto-seguro-1500/>

Diretório dos índios: Disponível em:

<https://mega.nz/#!ntQWAJyJ!JSFlqaNN5P7pQ5ZRBikjuwWjGdgrX1el5Isp51LQ0P8>

Diário da Assembléia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil, Seção de 23 de setembro de 1823. Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=775OAAAACAAJ&pg=PA59&lpg=PA59&dq=Di%C3%A1rio+da+Assembleia+Geral+Constituinte,+e+Legislativa+do+Imp%C3%A9rio+do+Brasil,+Se%C3%A7%C3%A3o+de+23+de+setembro+de+1823&source=bl&ots=UVNIvJqDc_&sig=vR5sy3sk3SUcbngFsZxkLX4mY-k&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiOir2hr7zKAhWCOCYKHbBB78Q6AEIKzAC#v=onepage&q=Di%C3%A1rio%20da%20Assembleia%20Geral%20Constituinte%2C%20e%20Legislativa%20do%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil%2C%20Se%C3%A7%C3%A3o%20de%2023%20de%20setembro%20de%201823&f=false

Dicionário de Sociologia, p. 227-228. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/Sil-Unir/dicionrio-de-sociologia-52560649>

FILHO, Amílcar Torção. **Da Utilidade dos Selvagens**: Aldeamentos e Urbanização em São Paulo na Administração do Morgado de Mateus (1765-1775). SHCU 1990 – Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. v.8. n.º2. 2004. Disponível em: <http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/view/53>.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=314220>

LAMAS, Fernando Guardereto Lamas. “Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII”. **Histórica. Revista on line do Estado de São Paulo**. nº 8 de março de 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/texto01.pdf>

NIETZSCHE, Friedrich. **Para uma genealogia da Moral**. Uma Polêmica (1877). Disponível em: <http://ghiraldelli.pro.br/wp-content/uploads/genealogia-da-moral.pdf>.

ORBIGNY, Alcide d'. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Fig. 28. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 155. Disponível em: <http://colibridourado1.blogspot.com.br/>

OSBORNE, Richard. **Dicionário de Sociologia**, p. 44. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/richard-osborne-dicionario-de-sociologia-pdf.html>

Revista do Arquivo Público Mineiro. Volume nº 25, 1937, p. 351. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/makepdf_img.php?cid=767&mid=32&full_pdf=1&lid=20597;20598;20599;20600;20601;20602;20603;20604;20605;20606&ficha=0

SANTOS, Halysson F. **Dias. Educação, Cultura e Poder na Era Pombalina**. VII Colóquio do Museu Pedagógico. Museu Pedagógico. 14 a 16 de novembro de 2007. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/3879/3598>

Selva brasileira. Ilustração de Johann Moritz Rugendas – Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/574912708661327412/?from_navigate=true

Fontes impressas

AGUIAR, José Otávio. **Legislação Indigenista e os Ecos Autoritários da “Marselhesa”**: Guido Thomaz Marlière e a Colonização dos Sertões do Rio Doce. Projeto História, São Paulo, n.33, p. 83-96, dez. 2006

ALONSO, Paulo Henrique. **A construção de um patrimônio cultural (manuscrito)**: o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais / Paulo Henrique Alonso. 2010, p. 43; Apud: IPHAN. Processo de Tombamento de Cataguases, 1994, fl.014. Citado de GOMES, Paulo Emílio Salles. Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte. SP: Perspectiva/Edusp, 1974

AMANTINO, Marcia. **O mundo das feras**: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII./Marcia Amantino. – São Paulo: Annablume, 2008.

_____. “A Escravidão em Cataguases e os cativos da família Vieira”. In: SOUZA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de. (orgs.). **Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade**. apicuri. 2012

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. Um olhar sobre o espaço historiográfico e geográfico de São Paulo do Muriaé: conflitos e redes de sociabilidades. In: SOUZA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de. (orgs.) **Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade**. apicuri. 2012.

_____. **Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas**. São Paulo do Muriaé, 1852-1888. Vassouras. Dissertação de Mestrado. USS, 2006

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Apontamentos para civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In: DOLHNIKOKK, Mirian (org). **Projetos para o Brasil**/José Bonifácio de Andrada e Silva, 1998

ARENZ, Karl Heinz. “Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff - 1625-1698”. **Revista de estudos amazônicos**, vol. V, nº 1. Belém, 2010. In: Revista Sete Mares. Vol. 1. Outubro 2012

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

BOSCHI, Caio Cesar. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: **As Minas Setecentistas**, 2. RESENDE, Maria Efigênia Laje de; VILLATA, Luiz Carlos. (orgs). Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo, 2007

BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

_____. **O que é História Cultural**. Jorge Zahar Editor, 2005

CALMOM, Pedro. **História do Brasil**. Século XVI, as origens. Vol. 1. 3ª Edição. Livraria José Olímpio. Editora. Rio de Janeiro-1971

_____. **História do Brasil**. Século XVI, as origens. Vol. 3. 3ª Edição. Livraria José Olímpio. Editora. Rio de Janeiro-1971

CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Canto I. Gigantes da Literatura. Ed.Verbo. Lisboa. 1972

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivals. In: **Domínios da Historia: ensaios de teoria e metodologia**/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.)- Rio de Janeiro: Campus, 1997

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999

CONSENZA, Braz; MELO, Fabiano Rodrigues de. “Passado-presente: breve história ecológica da ocupação do Vale do Carangola”. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures.

(org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira**: Carangola. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar**: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos índios (1751-1798) São Paulo: Tese de doutorado em História Social apresentada à Universidade de São Paulo, 2006

Coleção das Leis do Brasil de 1808. Biblioteca da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1891

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Os Métodos da História**. Ciro Flamarion S. Cardoso e Hector Perez Brignoli: tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2002

COUTO, Ronaldo. **Manifestações Culturais dos Tupinambás no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Do Autor, 2013

CORDEIRO, Enio. **Política Indigenista Brasileira e Proteção Internacional dos Direitos das populações Indígenas**. Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos. 1999

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo. Companhia das Letras, 1996. 5ª reimpressão.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura Historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, SP. EDUSC, 2002

Dossiê de Tombamento da Prefeitura Municipal de Mirai. Histórico do Município, 2005.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. – Bauru, SP: EDUSC, 2005

FALCON, Francisco J. C., **Luzes e Revolução na Colônia**. Estud. av. vol.2 no.2 São Paulo May/Aug. 1988

FREIRE, José Bessa R. “Portugueses, Índios e a Organização da Força de trabalho na Pan-Amazônia”. In: TORRES, Sonia (org). **Raízes e rumos** – perspectivas interdisciplinares em estudos americanos/Sonia Torres (organizadora) – Rio de Janeiro: 7 letras, 2001

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Ed. Rio de Janeiro. 1975

FREITAS, Rodrigo Bastos de. **Direitos dos índios e Constituição**: Os princípios da autonomia e da tutela-proteção. Faculdade de Direito – programa de pós-graduação. Universidade Federal da Bahia. Salvador 2007

FRÜHAUF GARCIA, Elisa. “O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional”. **Revista Tempo**, vol. 12, núm. 23, Julho, 2007

GENNEP, Arnold van. Capítulo I - Classificação dos ritos. In: **Os ritos de passagem**: Estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento,

funerais, estações, etc; tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto da Matta. 3 ed. Petrópolis, Vozes. 2011

GILENO, Carlos Henrique. A Legislação Indígena: ambigüidades na formação do Estado-Nação no Brasil. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 20, n. 49, p. 123-133, Jan./Abr. 2007

GONÇALVES, Andréa Lisly. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do Século XVIII. In: **As Minas Setecentistas**, 2. RESENDE, Maria Efigênia Laje de; VILLATA, Luiz Carlos. (orgs). Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo, 2007

GOMES, Maria Carmem Aires; BARBARA, Leila. Interfaces entre Linguagem, Cultura e Sociedade à luz da Lingüística Sistêmico-Funcional. In: **Interfaces entre Linguagem, Cultura e Sociedade**. Maria Carmem Aires Gomes, Gerson Luiz Roani (editores). - Viçosa, MG: Ed. UFV, 2013

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação**: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828/1928) – São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa. Edições, 2006

HALBWACKS, Apud. POLLAK. POLLAK, Michael. “**Memória, Esquecimento, Silêncio**”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil/Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. (Dir). **História Geral da Civilização Brasileira**. HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. (et. al). Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1972. Vol. 1. TOMO I. 4ª Edição

JOSÉ, Olian. **Visconde do Rio Branco**. Terra-Povo-História. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982

KOSHIBA, Luiz. **O Índio e a conquista portuguesa**. Discutindo a História. 5ª Edição. Editora Atual, s/d.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. O Clima. A história da chuva e do bom tempo. In: Le Goff, Jacques, com. **História**: novos objetos, direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora; Tradução de Terezinha Marinho, revisão técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1988

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado?** Proj. História, São Paulo, (17), Nov. 1998

MALHEIRO, A. M. P. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico e social. Petrópolis: Vozes, 1976. 3 v

MATOSO, Katia M.de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. Ed. Brasiliense.1982

MARCONI, Mariana de Andrade. **Antropologia: uma introdução**. Mariana de Andrade Marconi, Zelia Neves Presotto. 6ª ed. 3. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. **O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa**. Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 27-1, 2009

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. 7ª ed. – São Paulo: HUCITEC; 1994 – (Estudos Brasileiros; 14)

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste, Estudo de uma região: a Mata Mineira**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973

MACHADO, Marina Monteiro. Leis de Terras de uma fronteira étnica: A questão indígena no império Brasileiro. A História Agrária e Identidades. In: GUIMARÃES, Elione Silva. MOTTA, Márcia Maria Menendes (Orgs.). **Campos em Disputa**. História Agrária e Companhia. São Paulo – Annablume, Núcleo de referência Agrária, 2007

MANOEL, Joel Peixoto. Índios Puris. In: **Revista de Historiografia Muriaeesnse**. Ano II – Maio de 1979, nº 02. Direção de José Henrique Hastenreiter, 1979

MOREIRA, Fernando Ciribelli. “**Mirahy**: História. Terra. Povo.” Instituto Francisca Peixoto. Cataguases/MG - Mirai/MG. 2013

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e Império: história, direitos sociais e agenciamento indígena. **XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História**, 13-17 de julho de 2009

MONTEIRO, John M. **TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia IFCH-Unicamp, 2001

OLIVEIRA, Pedro Rocha. O sentido moderno da administração colonial: o caso do Regimento das Missões. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 61, p. 203-221, ago. 2015

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002

PAIVA, Adriano Toledo. “**O domínio dos índios**” (manuscrito): catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767-1813). Dissertação de Mestrado: UFMG, 2009

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992

PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil**, - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1896

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. Peter Burke (org.); Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP 1992

POLLAK, Michael. “**Memória, Esquecimento, Silêncio**”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989

POMPA, Cristina. **Os índios, entre a antropologia e a história**: a obra de John Manoel Monteiro. BIB, São Paulo, nº 74, 2º semestre de 2012 (publicada em julho de 2014), p. 61-79

RESENDE, Maria Efigênia Laje de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: **As Minas Setecentistas, 2**. RESENDE, Maria Efigênia Laje de; VILLATA, Luiz Carlos. (orgs). Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo, 2007

Revista de Historiografia Muriaeense. Ano II – Maio de 1979, nº 02. Direção de José Henrique Hastenreiter, 1979

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e as Civilizações**: processo de formação e desenvolvimento dos povos americanos – São Paulo: Companhia das Letras, 2007

_____. **Os Índios e a Civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

_____. **Culturas e línguas indígenas do Brasil**. Educação e Ciências Sociais, (Rio de Janeiro): 1957. v. 2, n. 6

RIBEIRO, Darcy. Capítulo 3: Bagos e ventres. In: **O povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras – São Paulo. Segunda Edição, 1995

RODRIGUES, Antonio Edmilson M; FALCON, Francisco José Calazans. **A formação do Mundo Moderno**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 3ª Série, nº 14, Tomo XVII, Rio de Janeiro, 1854

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os índios e sua resistência. In: **Coquista e Colonização da América Portuguesa – 1500/1750**. História geral do Brasil/Maria Yedda Linhares (organizadora). – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 1990

_____. “História das Paisagens” In: **Domínios da história** : ensaios de teoria e metodologia/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997

SPÓSITO, Fernanda. As guerras justas na crise do Antigo Regime português Análise da política indigenista de d. João VI. **Revista de História** 161 (2º semestre de 2009), 85-112

SOARES, Marcos José Veronese. Descendentes de Nativos da Zona da Mata Mineira - Lembranças, trajetórias e memórias - **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A questão do outro**. Martins fontes, 4ª edição. 2010

VAMHAGEM, Francisco Adolfo de. Lei sobre a liberdade dos gentios. In: **História Geral do Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1975 (1857-60), tomo I

VIANNA, Alexander Martins. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 83, abril de 2008



Imagem 8⁵²⁸

⁵²⁸ **Família de índios Puri em viagem pela mata.** En: Wied-Neuwied, 1969. Os desenhos e aquarelas originais da Expedição de Wied-Neuwied encontram-se na Bibliothek der Robert Bosch, em Stuttgart. In: Belluzzo, Ana Maria. O Brasil dos Viajantes. São Paulo: Fundação Odebrecht, Metalivros, 1994. p. 159, 2. <http://hid0141.blogspot.com.br/2008/10/imagens-etnograficas-de-viajantes-alemes.html>. Acesso em 21/05/2016